REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

DE 2007

MAPUTO, FEVEREIRO DE 2008

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA 5
II. CONTEXTO INTERNACIONAL 5
III. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL 8
III.1 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO 8
III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA 13
III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 14
III.4 PRODUÇÃO GLOBAL 15
III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL 16
III.6. INFLAÇÃO 23
III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS 31
IV. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PILAR 37
IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO 37
A. AGRICULTURA 37
B. INFRAESTRUTURAS 46
C. PESCAS 66
D. RECURSOS MINERAIS 72
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO 81
F. TURISMO 89
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 93
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL 97
IV.2. CAPITAL HUMANO 100
A. EDUCAÇÃO 100
B. SAÚDE 110
C. TRABALHO 117
D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL 121
E. JUVENTUDE E DESPORTOS 125
***IV.3. GOVERNAÇÃO* 127**
A. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO 128
B. JUSTIÇA 133
C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA 135
D. COMUNICAÇÃO SOCIAL 136
E. RELAÇÕES EXTERNAS 137
F. DEFESA 143
G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA 147
IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS 148
A. GÉNERO 148
B. HIV/SIDA 151
C. AMBIENTE 158
D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO 162
E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA 164
F. DESENVOLVIMENTO RURAL 166
G. CALAMIDADES 170
H. DESMINAGEM 177
V. FINANÇAS PÚBLICAS 180
VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II 188

Lista de Tabelas

Tabela 1 : Produção Global....16
Tabela 2: Programa Monetário e Financeiro....16
Tabela 3: Execução Monetária....17
Tabela 4: Taxa de Câmbio MT/USD....21
Tabela 5: Taxa de Câmbio MT/ZAR....22
Tabela 6: IPC MABENA....25
Tabela 7: IPC Maputo....26
Tabela 8: IPC Beira....28
Tabela 9: IPC Nampula....30
Tabela 10: Balança Comercial....31
Tabela 11: Exportações....32
Tabela 12: Importações....33
Tabela 13: Balança de Serviços....34
Tabela 14: Empréstimos Externos Privados e Investimentos Estrangeiro....34
Tabela 15: Balança de Pagamentos....35
Tabela 16: Investimento aprovado por Sector....36
Tabela 17: Investimento aprovado por Província....36
Tabela 18: Produção Agrícola (Taxas de Crsecimento em %)....38
Tabela 19: Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar (Taxas de Crescimento em %)....38
Tabela 20: Produção Agrícola do Sector Familiar....40
Tabela 21: Comercialização do Sector Familiar (Taxas de Crsecimento em %)....40
Tabela 22: Vacinações....43
Tabela 23: Reabilitação de Estradas....46
Tabela 24: Reabilitação e Manutenção de Estradas (Km)....47
Tabela 25: Reabilitação de Estradas Nacionais....47
Tabela 26: Reabilitação e Construção de Fontes....49
Tabela 27: Abastecimento de Água às Zonas Urbanas....50
Tabela 28: Produção Pesqueira Global (Taxas de crescimento em %)....66
Tabela 29: Produção Pesqueira Empresarial....66
Tabela 30: Produção de Aquacultura....67
Tabela 31: Produção Pesqueira Artesanal....67
Tabela 32: Produção de Minerais....72
Tabela 33: Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividades....81
Tabela 34: Transportes e Comunicações – Taxas de Crescimento (%)....93
Tabela 36: Evolução do Número de Alunos....100
Tabela 37: Evolução da Rede Escolar....100
Tabela 38: Número de escolas abriram e/ou introduziram níveis de ensino....101
Tabela 39: Evolução da Actividade Global de Saúde....111
Tabela 40: Evolução das Taxas de Cobertura Saúde Materna e Neonatal....112
Tabela 41: Evolução das Taxas de Cobertura de Consultas de crianças de 0-11 meses e de 0-4 anos....113
Tabela 42: Evolução das Taxas de Cobertura do PAV....114
Tabela 43: Formação Profissional de Desempregados....118
Tabela 44: Desempregados Regionais....119
Tabela 45: Colocações dos Desempregados....120
Tabela 46: Programa de Localização e Reunificação Familiar....122
Tabela 47: Educação Pré-Escolar....122
Tabela 48: Atendimento a Criança em Situação Difícil....123
Tabela 49: Atendimento ao Idoso....123
Tabela 50: Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência....124
Tabela 51: Programa de Assistncia Social – Distribuição por Província....125
Tabela 52: Indicadores do TARV....153
Tabela 53: Indicadores do PTV....153
Tabela 54: Financiamento dos projectos de HIV/SIDA....154
Tabela 55: População em risco de Calamidades e afectada na época 2006/07....171
Tabela 56: Distribuição dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades....172
Tabela 57: Assistência alimentar em base de socorro às vítimas das Calamidades....174
Tabela 58: Talhões demarcados e atribuídos até 09 de Junho....174

Tabela 59: Construção de Casas por províncias até 09 de Novembro 174
Tabela 60: Situação de reconstrução das casas na Cidade de Maputo.....175
Tabela 60: Situação de reconstrução das casas na Província de Maputo 175
Tabela 62: Mapa de Equilíbrio Orçamental 2007 180
Tabela 63: Receitas Do Estado 2007.....181
Tabela 64: Despesas de Funcionamento.....183
Tabela 65: Despesas de Investimento 184
Tabela 66: Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA.....185
Tabela 67: Distribuição Percentual das Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA 185

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento “Balanço do Plano Económico e Social de 2007” é uma avaliação da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, no seu terceiro ano de execução.

O documento apresenta a nova estrutura simplificada adoptada no relatório do Balanço do I Semestre de 2007, e tem em vista adequar o Balanço do Plano Económico e Social como principal instrumento de monitoria e avaliação da acção governativa. Este consiste em 4 grandes capítulos: Contexto Internacional, Contexto Sócio-Económico e Demográfico Nacional, Principais Linhas de Desenvolvimento Por Pilar e Finanças Públicas.

No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o país implementou a sua política económica e social; no contexto sócio-económico e demográfico nacional é apresentada a situação sócio-económica e demográfica do país; no capítulo das principais linhas de desenvolvimento por pilar são apresentadas as principais medidas e acções de política implementadas pelos diversos sectores, incluindo as de natureza transversal.

Os assuntos transversais são de dimensão e impacto multi-sectorial, transcendido deste modo o nível sectorial. A avaliação das acções desenvolvidas nesta área é efectuada num único capítulo, para melhor visualização do impacto. Nesta base, as acções dos sectores do Ambiente e da Ciência e Tecnologia encontram-se descritas naquele capítulo, onde estão igualmente integradas as acções implementadas pelos demais sectores.

No capítulo das finanças públicas é apresentada a política orçamental, o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2007.

Em anexo, é apresentada a matriz estratégica do PARPA II.

O presente balanço avalia o desempenho do sector real da economia tendo como ano base o ano de 1996, dado que ainda está em curso o processo de rebaseamento das séries estatísticas para o novo ano base de 2003. Deste modo, os resultados aqui apresentados, poderão apresentar discrepâncias comparativamente com os que vierem a serem apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, após o apuramento dos resultados definitivos a partir do referido novo ano base.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

De inicio, a estimativa para o crescimento da economia Global, era de 4,7% para 2007. No segundo semestre de 2007, esta estimativa foi revista em alta, para 4.9% face ao desempenho do 1 semestre.

Diversas publicações económicas de órgãos especializados no mundo inteiro têm destacado a continuidade do bom desempenho da economia mundial nos últimos anos. O FMI (Fundo Monetário Internacional), no seu World Economic Outlook de abril de 2007, projetou um crescimento de 4,9% do PIB global em 2007.

A informação disponível para a primeira metade de 2007 permite constatar que apesar da turbulência nos mercados financeiros, a economia mundial cresceu de forma acentuada, com o produto a registar um acréscimo acima de 5%. O desempenho positivo da economia ficou a dever-se fundamentalmente aos fortes crescimentos registados nos mercados emergentes, em especial na China, na Rússia e na Índia.

O FMI refere, no entanto, que os riscos associados à crise financeira e às pressões inflacionistas decorrentes da volatilidade dos preços do petróleo influenciaram negativamente o desempenho da economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2007. Neste enquadramento, e de acordo com o FMI, a economia mundial cresceu em 2007, cerca de 5,2%, menos 0,2 pontos percentuais do que em 2006.

No que respeita à taxa de desemprego, as estimativas preliminares do FMI apontam uma ligeira descida em 2007 nas economias avançadas (5,3%), menos 0,3 pontos percentuais do que em 2006. Por países, estima-se que a França registou, em 2007, a taxa de desemprego mais elevada da área euro, cerca de 8,6%, seguida da Grécia (8,5%) e da Espanha (8,1%). O FMI estima que a taxa de desemprego na Holanda (3,2%) e a Áustria (4,3%) deverão ser os países com menores taxas de desemprego em 2007 na área euro, à semelhança dos dois anos anteriores.

A Política monetária virada para a contenção das pressões inflacionária de curto prazo, limitou o desempenho dos Bancos Centrais das principais Economias Mundiais. A política monetária não pressionada pelas metas de inflação, tem contribuído significamente, para a consolidação de um ambiente macroeconómico favorável em horizontes mais longos.

O preço do crude atingiu um máximo histórico, cerca de $100 por barril na sequência da imposição de novas sanções pelos EUA ao Irão (o quarto maior exportador de petróleo do mundo) e de um ataque a uma plataforma petrolífera na Nigéria que quebrou a produção em 50.000 barris por dia.

Um outro evento que pesou em 2007 foi a turbulências financeiras que ocorreu em Fevereiro e Março, por conta da queda da Bolsa de Xangai e das incertezas em relação à velocidade de desaceleração da economia norte-americana. A crise de Xangai atingiu os mercados asiáticos, alastrou-se pela Europa e chegou ao mercado norte-americano e aos mercados emergentes. Soma-se a isso a declaração dum ex-Presidente do FED, salientando que a economia norte-americana corria risco de recessão.

Entre os principais riscos para o desempenho da economia Global, destacam-se:

- A desaceleração da economia Americana face ao comportamento do mercado imobiliário;
- A grande volatilidade nos mercados financeiros, o que diminuiu os investimentos nesta area; e
- O processo inflacionário causado, sobretudo, pelo aumento brusco nos preços do petróleo.

Os ganhos de produtividade que têm sustentado o bom desempenho económico recente, foi em 2007 comprometido pelo:

- envelhecimento da população e os movimentos anti-globalização;
- rápido crescimento econômico de alguns países emergentes com consequências ambientais.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Estimativas preliminares, apontam para os Estados Unidos da América, um crescimento na ordem dos 1,9% em 2007, o que constitui um abrandamento face ao ano anterior, altura em que registou um acréscimo do PIB de 2,9%.

O Crise no mercado Financeiro Norte Americano, pesou para o incomprimento das metas inicialmente fixadas para 2007. Esta crise teve forte impacto no Mercado Financeiro Mundial, evidenciando-se o mínimo histórico de $1.4393 contra o euro e desvalorizou-se contra um cabaz dos principais câmbios mundiais devido a corte de taxas por parte da Reserva Federal Norte Americana.

O desempenho verificado no mercado imobiliário norte-americano, fez crescer as preocupações acerca de uma queda brusca na economia Norte Americana, com reflexos sobre a economia mundial.

O indicador da confiança dos consumidores norte-americanos (Universidade de Michigan) caiu mais que o esperado em Outubro, para o nível mais baixo do último ano, devido a preocupações com a queda do mercado imobiliário que abalaram as perspectivas quanto ao crescimento económico do país.

ZONA DO EURO

Na Zona do Euro verificou-se uma desaceleração do rítmo de crescimento face ao avanço das medidas de contenção dos gastos públicos e a correção de alguns desequilíbrios na região. Estima-se um crescimento de 2,5% do PIB em 2007. Relembre-se que em 2006 a economia da Zona Euro registou um crescimento de 2,8%.

A apreciação do Euro face ao dólar norte americano, constituiu um entrave para o desenvolvimento do comércio externo da Zona Euro, principalmete nas trocas comerciais com os Estados Unidos da America.

JAPÃO

O Japão, mediante estimativas recentes cresceu em 2007 2,0%, após um crescimento já moderado em 2006 (2,2%).

CHINA

Merece ainda destaque o desempenho económico evidenciado pela China, que vem registando crescimentos anuais acima dos 10% nos últimos anos. Com efeito, este país asiático registou um acréscimo no produto de 10,4% e 11,1%, em 2005 e 2006, respectivamente. A estimativa recente do FMI, aponta para a manutenção do rítmo de crescimento em 2007, na ordem dos 11,5%.

AFRICA

2007, foi um ano importante para Africa. O continente continua a registar umas das elevadas taxas de crescimento sustentável. A Africa Sub-Sahariana registou um forte crescimento do produto com baixa taxa de inflação dos últimos 30 anos.

Uma média de 6% de taxa de crescimento real e taxa de inflação de um dígito, caracteriza a melhoria de desempenho dos países africanos. Estas metas, resultam da melhoria de políticas e reformas estruturais.

III. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O compromisso assumido na Declaração do Milénio adoptada, em Setembro de 2000, na Cimeira do Milénio, contempla 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM's) correlacionadas a 14 metas e 48 indicadores, a atingir até 2015, que realçam questões relativas à paz, segurança e desenvolvimento, bem como preocupações ligadas ao ambiente, direitos humanos, democracia e boa governação.

Para o período em análise, o balanço apresenta ponto de situação de alguns indicadores selecionados e algumas acções desenvolvidas para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, uma vez que, os indicadores em geral, são colectados anualmente através dos diferentes balanços sectoriais e outros são somente verificáveis a médio e longo prazos.

1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. O desafio actual preconizado no PARPA II é reduzir a pobreza até 45% em 2009. Apesar dos avanços significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta e o fomento do crescimento económico rápido sustentável e abrangente, considerado um aspecto intrínseco ligado a este e a todos outros ODMs.

A média de crescimento económico de 1996 a 2006 é de 8%. Em 2007 o crescimento foi de 7.3% (meta 7%), onde a produção agrícola, principal fonte de rendimentos da população, registou um crescimento de 7.8% (meta 12%).

Em 2007, comparativamente a campanha anterior 2005/06, a produção de cereais foi de 2.2 milhões de toneladas (meta 2.4 milhões toneladas) o que significa um crescimento de 3.4; A produção de leguminosas foi de 367.000 toneladas (meta 392 mil toneladas) representa um crescimento de 0.6; A produção da mandioca foi cerca de 8.1 milhões de toneladas (meta 8.2 milhões toneladas) o que representa um aumento de 8.1%. (meta 8.4%). A produção da carne de bovina, suína e frango atingiu um volume de 19.829,5 toneladas (meta 14.553 toneladas) representando um crescimento na ordem de 41%.

No âmbito da redução da taxa de prevalência e impacto da mal nutrição, contrariamente ao planificado não se iniciou com a implementação dos Postos Sentinela de Vigilância Nutricional (meta 2007- 55% postos sentinela funcionais) devido a necessidade de revisão da metodologia proposta. Atinente a criação da capacidade para a Reabilitação Nutricional, foi realizada no último trimestre de 2007, no âmbito do *Programa de Reabilitação Nutricional (PRN)*, há ainda necessidade de se intensificar as formações nos próximos anos, como forma de abarcar todos os Distritos do País para melhoria da implementação do PRN e respectiva monitoria que deve ser contínua para permitir realizar um diagnóstico preciso da situação actual do Programa no País e avaliar o impacto do mesmo sobre as taxas de desnutrição infantil.

2. Atingir o Ensino Primário Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo do ensino primário.

No país, registam-se avanços significativos na expansão do ensino com aumentos significativos no ingresso tanto de raparigas como de rapazes. Referir que a taxa líquida de matrículas a nível do EP1 aumentou de 44% para 88.3% de 1997 para 2006, respectivamente.

No periodo em análise, em termos de cobertura escolar, a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (EP1+EP2) foi de 94.1% (contra 88% previstos) sendo 90.9% de raparigas, cifra superior à meta de 67% fixada para 2007. Um total de 3.866.906 alunos frequentaram o EP1, o que corresponde a um crescimento de 7.5% comparativamente ao ano de 2006. A taxa bruta de admissão aumentou de 52.5% de 2006 para 70.7% em 2007, superando o planificado (67.3%) em 3.4%. No Ensino Primário do 2º Grau, o número de alunos cresceu em 24.2% comparativanente ao ano de 2006, isto é, um acréscimo de mais 120 mil alunos em relação ao número registado em 2006.

3. Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

No âmbito do esforço para a sensibilização para maior acesso e retenção das raparigas na escola, foi realizado trabalho com os Conselhos de Escolas, Lideres Comunitários e pessoas influentes nas comunidades em 51 Distritos que apresentavam a percentagem abaixo de 45% da presença da rapariga no ensino básico. Neste sentido, no período em análise, a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe foi de 70.0% em 2007, tendo ultrapassado a meta em 3.0% (67% previsto). A taxa de conclusão das raparigas no EP2 foi de 28.8% em 2006.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.

De 1997 para 2003, registou-se uma redução da mortalidade infantil em menores de 5 anos, tendo passado de 147 para 125 por mil nados vivos.

No âmbito da melhoria dos cuidados aos recém-nascidos, através do aumento da cobertura das consultas, em 2007, as taxas de cobertura das 1ªs consultas preventivas de crianças de 0-11 meses foi de 100% (superando 98% programados para 2007) tendo-se mantido estável de 2005 à 2007 e de 59.2% para as crianças dos 0-4 anos de idade (contra 74% programado), respectivamente.

Em termos de coberturas vacinais, a excepção da BCG, as taxas decresceram ligeiramente quando comparadas com igual período de 2006 (dados referentes ao 1º trimestre), devido a dificuldades na aquisição e distribuição das vacinas, especialmente para as províncias, principalmente as vacinas de BCG e VAS. Relativamente a cobertura do BCG (100% sendo a previsão de 90%) não houve grandes alterações nos dois últimos anos, o que significa que apesar da taxa de partos institucionais não ser elevada a maior parte das crianças são vacinadas. Relativamente ao VAS houve uma diminuição em 2007 (93.7%) na ordem de 7.6%, porém tal não comprometeu o alcance da meta de 2007 (75%). A mesma tendência foi verificada em relação ao DPT/Anti-Pólio e HB(3ª) a cobertura decresceu de 100% em 2006 passou para 95% em 2007 (meta 75%) .

No que se refere ao TARV pediátrico, a expansão está a ser muito lenta, só 6.320 crianças foram abrangidas em 2007 (meta 11.820 crianças<15 anos) representando 53% do programado.

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

A taxa de mortalidade materna intra- hospitalar tem tido uma tendência ascendente. De Janeiro à Dezembro de 2007 a taxa foi de 198/100.000 Nados Vivos, contra 191/100.00 NV em 2006. Este aumento pode ser justificado pela chegada de mais mulheres às US devido a melhoria de serviços prestados (COEB), havendo por outro lado um esforço das provedoras em melhorar a qualidade dos serviços e do sistema de registo.

Em termos de cobertura de partos o desempenho foi de 51.9% (contra 52% previstos). De notar, que a cobertura de partos institucionais constitui um ponto fraco de desempenho da Saúde Sexual Reprodutiva e continua a ser um desafio para o sector. Neste ponto é de reiterar a importância da Avaliação das Necessidades em Saúde Materna e Neonatal que dentre outros achados poderá orientar na estratégia da promoção do parto institucional.

6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

Com vista a reduzir o peso e impacto da malária, em 2007, o sector continuou com o programa de controlo vectorial através das Pulverizações Intra-domiciliárias (PIDOM) (decorreu em 45 distritos, foram cobertas 1.537.825 casas e protegido 35% da população, não tendo sido atingidas as metas estipuladas para 2007), controlo larval (só a cidade e província de Maputo têm vindo a realizar o controlo larval de forma mais ou menos regular no último ano) e distribuição de redes mosquiteiras de longa duração (total 938.950) onde não houve actividades de pulverização. Foram elaboradas e submetidas à aprovação as novas normas de

manejo de casos de malária (mudança das 1ª e 2ª linhas de tratamento), introduzida e iniciada a expansão dos Testes de Diagnóstico Rápidos (TDR´s) e distribuídos 2.000.000 de testes.

No âmbito do HIV/SIDA, o sector levou a cabo várias actividades concorrentes para a intensificação de medidas preventivas, expansão do TARV e do PTV. No período em análise, notou-se um aumento do número de sítios de TARV, nas províncias de Niassa, Nampula e Gaza, contando o sector actualmente com 211 sítios (dado que ultrapassa a meta do PEN/SIDA). Por outro lado, o número de pacientes em TARV também cresceu de 44.100 para 86.000 doentes (51% de crescimento) não tendo sido alcançada a meta anual de 96.000 doentes. Destes 6.320 (7.3%) são crianças representado um crescimento de 54% comparativamente a 2006. Os ATS atenderam 383.301 (60% do sexo feminino) utentes de Janeiro a Setembro de 2007 contra os 297.623 no mesmo período de 2006, o que representou um aumento de 28,8%.

No âmbito da redução do peso e do impacto da tuberculose (TB), de (Janeiro a Setembro), a taxa de cura foi de 82.0% contra 78.9% de igual período de 2005, o que mostra uma evolução positiva na ordem de 3.1%, atribuído a melhoria da implementação da directa observação do tratamento (DOT), o que garante a toma regular e maior adesão ao tratamento. O DOTS continua em fase de expansão a todos os níveis. A cobertura do DOTS institucional (acesso real a estes serviços) aumentou para 76.6%.

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

Nos últimos anos, registaram-se avanços significativos na abordagem da questão ambiental como assunto transversal. No período em análise, foi aprovada a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS) documento importante na orientação e elaboração de planos de acção ao nível sectorial, assegurando a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Foram também construídas 1.641 fontes (meta 1.055) dos quais 182 poços (meta 48) e 1,459 furos (meta 1.007) e reabilitadas 795 (meta 805) que beneficiarão a 1.1218.000 pessoas adicionais (meta 930.000 pessoas), contribuindo o aumento da taxa de cobertura de 43.1 para 49.7%.

Relativamente ao saneamento nas zonas rurais, das 2 mil latrinas planificadas para o ano 2007, foram construídas e contabilizadas ao nível nacional 11,352 latrinas melhoradas, beneficiando 56,760 pessoas. De uma forma global, o período em análise registou um crescimento significativo de 8.2% em relação ao igual período do ano transacto.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

No âmbito das actividades de natureza bilateral e multilateral, o período em análise foi caracterizado por uma intensa actividade político-diplomática, tanto a nível presidencial, ministerial e técnica, incluída a acreditação de novos Embaixadores e/ou Altos Comissários. Realçar também a participação efectiva do País a nível dos organismos internacionais, com destaque: Visita do Presidente da República no Gana e Etiópia, onde participou nas celebrações do 50º Aniversário da independência do Ghana e na VIII Conferência Ordinária da UA, na rreunião do Comité de Implementação da NEPAD e no Fórum dos Chefes de Estados e de Governos do Mecanismo de Revisão de Pares (MARP), respectivamente; para a Tanzania onde participou na Cimeira Extraordinária do Órgão da SADC para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, com o objectivo de analisar a situação política e de segurança na região; para a França, nos trabalhos da 24ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de África e França; para a Noruega, Japão e Vietname em visita oficial; e para a África de Sul no XVII fórum Económico Mundial; visitas no âmbito da Cooperação PALOP-CE, a Bissau, Luanda, Praia e São-Tomé, para concertação e reforço dos mecanismos de implementação do PIR PALOP.

Realçar ainda a visita de Sexa. o Presidente da República em Julho a Washington DC para tomar parte na cerimónia da assinatura do Compacto, no âmbito do Fundo do Desafio do Milénio–MCA, no valor de 506.9 milhões de dólares para os próximos cinco anos, destinados a financiar programas de desenvolvimento nas áreas de Água e Saneamento, Estradas e Sector privado, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia.

Neste mesmo período o País recebeu, em visitas oficiais, os Presidente da República Popular da China e Angola, com resultados políticos e económicos de impacto positivo para a implementação do PQG e do PARPA II que resultou no reforço dos laços de amizade e de cooperação, tendo-se traduzido na assinatura de instrumentos de diversas áreas e em visita de trabalho. Visita do Presidente do Zimbabué a Província de Sofala, por ocasião da assinatura do Acordo sobre o Desenvolvimento do Corredor da Beira, entre os dois países, bem como da inauguração dos depósitos de combustíveis para o Zimbabué.

Ainda no domínio de cooperação e negociação tiveram lugar as Comissões Mistas Moçambique/Malawi e Moçambique/Cuba. Neste domínio tiveram lugar as Comissões Moçambique/Malawi, Moçambique/Cuba, Moçambique/China, Moçambique/Indonésia e Moçambique/Brasil

No prosseguimento da actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique, importa destacar, a realização da Revisão Conjunta 2007 que esteve alinhado a realização do VI Observatório de Desenvolvimento, nível central; Participação no Seminário dos países da África Oriental e Austral sobre a implementação da Declaração de Paris e sobre os sistemas de gestão da assistência externa.

Foi concluído e depositado junto do Secretariado do Conselho de Ministros o projecto de Política Nacional de Cooperação.

Participação no Workshop denominado: *"As Dimensões da Pobreza na Região da SADC*" com objectivo a partilha de informação e experiências entre os diferentes sectores dos Estados-Membros, sobre as melhores formas e estratégias comuns a serem adoptadas na região com vista à erradicação da pobreza tendo em conta as

Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e a implementação do Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento da SADC (RISDP) e a criação do Observatório da Pobreza na Região da SADC.

Destacar o lançamento do banco de dados da cooperação "ODAMOZ" e o processo de gestão e coordenação entre MPD, MINEC e parceiros.

III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

De acordo com os últimos dados sobre o impacto demográfico do HIV/SIDA no país, a Taxa de Prevalência nacional continua afigurar-se a níveis altos (16%) e com tendências de estabilizar-se. Nas regiões centro e Norte do país as prevalências tendem a estabilizarem-se, quando comparado com a região sul. A prevalência mais alta encontra-se na Região Sul (21%), seguido da Região Centro (18%). A Região Norte do País continua a registar a taxa de prevalência mais baixa (9%).

Foi realizado o III Recenseamento Geral da População e habitação, cujos resultados preliminares indicam que a população moçambicana em 2007 era de 20.530.714 habitantes, dos quais 52.3% são de sexo feminino. As províncias de Nampula e Zambézia continuam sendo as mais populosas do país, com 4.076.642 habitantes e 3.832.339 habitantes, respectivamente. A província do Niassa, apesar de ser uma das mais extensas do país, continua sendo a menos habitada. De referir que, conforme o calendário de actividades publicado pelo INE, espera-se que a publicação dos resultados definitivos do III Censo Geral de População e Habitação termine em Novembro de 2009.

Conforme os dados mais actuais que se tem acesso, o número de novos casos de HIV/SIDA duplicou no país, ao passar de 30.332 (2006) para 62.633 casos de HIV positivo em 2007. A situação tende a ser mais sombria na região Sul do país, onde as suas províncias ocupam lugares cimeiros em termos de Taxas de prevalência. Os níveis de evolução da endemia notificados são bastante intranquilizadores tendo em conta as acções de prevenção que são levadas a cabo ao longo do período em análise com vista a diminuir novos casos de infecção. (para mais detalhes Vide acções de combate e prevenção ao HIV/SIDA no capítulo dos assuntos transversais).

No âmbito da integração dos factores populacionais nos planos de desenvolvimentos foram elaborados os termos de referencia para a produção de módulos que orientarão a integração nos Planos das variáveis demográficas.

No concernente a disponibilização de Informação, Educação e Comunicação que permitam às mulheres, homens e adolescentes gerir a sua vida reprodutiva e sexual em conformidade com os seus desejos, capacidades individuais e sentido de responsabilidade cívica e social, foi elaborado o estudo intitulado: Jovens e o HIV/SIDA: Diferenças de Género em Moçambique e aperfeiçoada a metodologia da estimação da Pobreza usando o Questionário de Indicadores Básicos de Bem Estar.

Foi realizado o estudo sobre a Mulher no sector informal e a vulnerabilidade de infecção do HIV/SIDA no corredor da Beira. Está em processo a produção do relatório final.

De igual modo, foram realizadas as Pesquisas de Base em províncias seleccionadas para a expansão da experiência do Programa de População da

Zambézia. Neste momento está em curso o processo de selecção da Província a beneficiar-se da expansão.

De igual modo, foi elaborado Termos de Referência para a realização do estudo sobre análise de padrão de concentração da população e a localização das infraestruturais sociais básicas na província de Gaza. Por outro lado, foram feitos os preparativos para celebração do Dia Mundial da População, acto que teve lugar a 11 de Julho, cujo lema focaliza os assuntos de maternidade segura. Outrossim, o Governo participou na elaboração do relatório do Estado da População Africana em 2006.

No âmbito da redução da morbilidade provocada por doenças de origem hídrica, uma abordagem integrada dos programas de abastecimento de agua, de saneamento e da promoção de higiene foi realizada a Campanha Nacional de Saneamento.

No que toca a acções de melhoramento progressivo dos níveis de instrução da população ao nível nacional a partir dos serviços de saúde e educação, estão em curso as acções de sensibilização dos pais e das comunidades com enfoque nos distritos. De igual modo, foi implementado e avaliado o programa nacional de prevenção " mundo sem segredo" nas províncias de Tete, Zambézia e Cabo Delgado, um programa de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA.

No domínio da promoção e coordenação sectorial e interdisciplinar para a formulação e implementação de programas de intervenção que correspondam às principais preocupações nacionais sobre população, foi reactivado o programa de saúde escolar que está em curso entre o Ministério de Educação e Cultura e o Ministério de Saúde. Neste âmbito, foi discutida a estratégia nutricional para pessoas vivendo com o HIV/SIDA.

III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

O Plano Económico e Social para 2007 definiu como principais objectivos os seguintes:

- Alcançar um crescimento económico de cerca de 7.0%.
- Conter a taxa de inflação média anual em 5.9%;
- Atingir um nível de 2,292 milhões de dólares, em exportações de bens, o que representa um crescimento de cerca de 9.0%;
- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços;
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente;
- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia;
- Continuar com a Descentralização do Orçamento do Estado para os Distritos.

O Balanço do Plano Económico e Social de 2007 indica que registou-se:

- Crescimento do Produto Interno Bruto na ordem de 7.3%;
- Taxa de inflação média (IPC-Maputo) de 8.16%;
- Exportações de bens, reportadas até Setembro, atingiram cerca de USD 1.843,6 milhões de dólares;
- O saldo das reservas internacionais líquidas situou-se em 1,492 milhões de USD, ou seja, garantindo uma cobertura de 5 meses de importações de bens e serviços não factoriais;
- Entrada de Investimentos, medida pelo somatório de Empréstimos Privados Desembolsados e Investimento Directo Estrangeiro, atingiu até Setembro 677.6 milhões de dólares.

Os resultados dos indicadores macroeconómicos mostram um desempenho positivo da economia do país, não obstante a ocorrência de desastres naturais.

III.4 PRODUÇÃO GLOBAL

O ano de 2007 caracterizou-se pela ocorrência de condições climatéricas adversas, nomeadamente, cheias, secas, inundações, ventos fortes, ciclone, e marés altas, bem como as explosões do Paiol Militar, em Maputo, provocando a perda de vidas de mais de uma centena dos nossos concidadãos, e a deslocação de cerca de meio milhão de pessoas e a destruição de infra-estruturas sócio-económicas, entre públicas e privadas. Esta situação exigiu do Governo e de outros intervenientes, esforços adicionais com vista a normalização da vida económica e social.

Apesar destas ocorrências, a actividade económica e social foi positiva. Com efeito, a produção global em 2007 registou um crescimento de 7.8% em relação aos níveis registados em 2006, superando, deste modo, a meta estabelecida no plano de 7.2%.

Contribuiram em grande medida para o desempenho global, a agricultura, pecuária e silvicultura (8.6%), a construção (9.9%), o comércio (9.0%), e os transportes e comunicações (20.4%).

Tabela 1 : Produção Global

PRODUÇÃO	2007 PL	2007 BAL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	11.2	8.6
Agricultura	12.2	6.7
Pecuária	9.7	33.5
Silviculta e Exploração Forestal	2.9	2.5
PESCA	3.5	-3.3
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	11.0	10.0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	3.9	2.8
ELECTRICIDADE E ÁGUA	9.0	8.4
CONSTRUÇÃO	8.0	9.9
COMÉRCIO	5.5	9.0
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	0.6	0.6
RESTAURANTES E HOTEIS	8.5	12.8
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	14.2	20.4
SERVIÇOS FINANCEIROS	2.4	2.7
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.4	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	3.5	4.0
SERVIÇOS DO GOVERNO	9.1	4.9
OUTROS SERVIÇOS	0.1	0.1
TOTAL PRODUÇÃO	**7.2**	**7.8**

Exceptuando a pesca, todos sectores produtivos registaram um comportamento positivo.

III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

Programa Monetário e Financeiro

O programa financeiro para 2007, estabelecia como metas finais do Governo, um crescimento real do PIB de 7.0% e uma taxa de inflação anual de 6%. Em harmonia com estes objectivos consagrados no PES, do lado monetário as metas contemplavam os seguintes indicadores:

Tabela 2: Programa Monetário e Financeiro

Programa Monetário Inicial - 2007

Descrição	Programa Dezembro-07
Performance Criteria	Saldos em 10^3 Mt
Reservas Internacionais Líquidas (RIL) - 10^6 USD	1.182
Base Monetária (BaM)	15.976
M3	60.175
Crédito Líquido ao Governo (CLG) - Fluxo	-1.158
Crédito à Economia (CE) - Sistema	29.231
	Variação Anual de Saldos
M3	17,2%
BaM	14,2%
CE - Sistema	17,7%

Em face da avaliação do desempenho da economia no primeiro semestre de 2007, em Outubro procedeu-se à revisão das metas iniciais do programa monetário,

passando a ser as que constam do Quadro abaixo, que apresenta igualmente o grau de realização, com base em dados preliminares existentes:

Tabela 3: Execução Monetária

Execução do Programa Monetário (Revisto) - 2007

Descrição	Programa	Realizado
	Dezembro-07	Dezembro-07
Performance Criteria	Saldos em 10^3 Mt	
Reservas Internacionais Líquidas (RIL) - 10^6 USD	1.300	1.492
Base Monetária (BaM)	17.404	17.838
M3	64.786	65.330
Crédito Líquido ao Governo (CLG) - Fluxo	-1.828	-1.324
Crédito à Economia (CE) - Sistema	33.186	31.172
	Variação Anual de Saldos	
M3	20,9%	27,9%
BaM	18,1%	21,1%
CE - Sistema	21,1%	14,9%

Da informação acima apresentada destaca-se o seguinte:

- O saldo da Base Monetária em Dezembro de 2007 situou-se em 17,838 milhões de meticais, o que traduz uma expansão de 21.1%, contra uma meta de 18.1%;
- A constituição de Reservas Internacionais Líquidas superou a meta de USD 1,492 milhões em USD 192 milhões, garantindo cerca de 5 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais, incluindo as operações de grandes projectos;
- A posição líquida do Estado junto do sistema bancário (CLG) foi de 1,324 milhões de meticais (dados de Novembro), contra 1,828 milhões programados para Dezembro.

Evolução dos Principais Agregados Monetários

Base Monetária (BaM)

A informação provisória indica que este agregado situou-se, em finais de Dezembro de 2007, em 17,838 milhões de meticais, o que representa um crescimento anual de 21.1%, o que, face à meta, traduz uma subida de 434 milhões. O comportamento das notas e moedas em circulação, explicarem largamente o incumprimento observado no agregado.

Os elevados levantamentos de numerário pelos Bancos Comerciais junto do Banco de Moçambique como medida precaucional para anteciparem à procura de cash da sua clientela, que nesta época do ano acelera, decorrente das festividades do 25 de Dezembro e 1 de Janeiro, que no ano de 2007 coincidiram com dois fins-de-semana longos, de quatro dias cada. Apesar do enorme esforço e investimento que está sendo realizado no sistema nacional de pagamentos, mormente na sua infra-estrutura tecnológica, os pagamentos electrónicos estão ainda numa fase incipiente e o vasto público possui grande propensão para o cash. Este fenómeno já havia ocorrido em Junho de 2007, quando o feriado de 25 coincidiu um fim-de-semana longo. Contribuiu igualmente para a aceleração das notas e moedas em circulação, o facto de o Estado ter realizado parte substancial das suas despesas na parte final do ano.

Tendo em vista controlar o crescimento da Base Monetária, o Banco de Moçambique realizou intervenções nos mercados interbancários, monetário e cambial que permitiram enxugar 10,493.21 milhões de meticais, através da venda de USD 461.1 milhões ao longo de todo o ano de 2007, dos quais, 5,121.51 milhões realizados no II Semestre (USD 114.7 milhões), assim como foram emitidos,em termos líquidos, 2,711.65 milhões de Bilhetes do Tesouro, dos quais, 1,297.46 milhões no segundo semestre do ano. A esterilização de liquidez total efectuada pelo banco central foi de 13,204.86 milhões de meticais em 2007.

Ao longo do II Semestre o Banco de Moçambique manteve inalteradas suas taxas de juro de intervenção, nomeadamente, da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 15.5% e da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 10.5%, após o ajustamento em baixa efectuado em Junho de 2007.

Crédito Líquido ao Governo (CLG)

Dados preliminares reportados a Novembro indicam que o fluxo acumulado do CLG no sistema bancário até Novembro de 2007, calculado como a diferença entre os créditos concedidos ao Governo pelo sistema bancário e os depósitos do Governo junto do sistema bancário, excluindo os depósitos consignados à projectos especiais e os decorrentes da receita da concessão da licença de exploração do carvão de Moatize à CVRD, representou uma poupança de cerca de 1,324 milhões de meticais

Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

A informação provisória indica que o saldo das RIL em final de Dezembro de 2007 foi de USD 1,492 milhões, equivalente a cerca de 5 meses de importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas brutas, incluindo os grandes projectos. O saldo de final de Dezembro corresponde à uma constituição de USD 192 milhões acima da meta e superior em USD 261 milhões comparativamente a Dezembro de 2006, devido, essencialmente, aos seguintes factores:

Do lado das entradas:

- Donativos externos para apoio à balança de pagamentos – USD 314.4 milhões;
- Créditos externos – USD 100.7 milhões
- Rendimentos de mineiros – USD 60.8 milhões;
- Rendimentos de aplicações no exterior – USD 79.8 milhões;
- Recebimentos à favor do Estado – USD 219.1 milhões;
- Outras entradas – USD 86.6 milhões.

Do lado das saídas:

- Vendas efectuadas pelo BM no MCI – USD 423.0 milhões;
- Pagamentos ordenado pelo Estado – USD 90.2 milhões;
- Pagamento do Serviço da dívida externa – USD 49.9 milhões
- Transferências líquidas dos bancos para o exterior – USD 24.5 milhões;
- Perdas cambiais, líquidas – USD 15.8 milhões.
- Outras saídas – USD 33.8 milhões.

Meios Totais de Pagamento (Massa Monetária)

A informação disponível até Novembro de 2007 mostra que o saldo do agregado mais amplo de moeda (M3, composto pelas notas e moedas em circulação e a totalidade dos depósitos em moeda nacional e estrangeira) situou-se em 65,330 milhões de meticais, o que equivale a um crescimento acumulado de 11,746.3 milhões de meticais (21.9%) e anual de 14,234 milhões (27.9%). Os depósitos em moeda estrangeira, ao aumentarem USD 280.2 milhões nos primeiros 11 meses do ano (5,920.3 milhões de meticais) dominaram a expansão acumulada do agregado M3.

O agregado M2**,** que inclui as notas e moedas em circulação e as componentes do M3 denominada somente em meticais, por seu turno, registou um aumento acumulado de 5,826.1 milhões de meticais (16.8%), e uma expansão anual de 7,621.5 milhões de meticais (23.1%).

O aumento mais pronunciado dos depósitos em moeda estrangeira até Novembro de 2007 determinou o incremento do seu peso no total de depósitos, passando de 40.5% em Dezembro de 2006, para 43.3% em Novembro, representando, contudo, uma ligeira redução relativamente ao peso de 43.8% observado em Junho último.

Taxas de Juro a Retalho

No mercado a retalho, as taxas de juro médias nominais, para a maturidade de um ano, depois de terem observado alguma rigidez durante o I Semestre, apresentaram no II Semestre, até Novembro, uma tendência de redução, em linha com os movimentos ocorridos no Mercado Monetário Interbancário.

A taxa de juro média que os bancos comerciais praticam com os seus clientes, para empréstimos em MN - maturidade de um ano - passou para 21.4%, em Novembro 2007, após 23.8% e 23.2% em Junho último e Dezembro de 2006, respectivamente, o que representa um decréscimo de 240 pontos base em relação ao mês de Junho e de 180 pontos bases em comparação com Dezembro de 2006.

Relativamente as taxas de juro de operações passivas, apresentaram uma tendência de evolução em sentido contrário às taxas activas, tendo em conta que a taxa média do sistema para a maturidade de um ano, aumentou para 12.8% em Novembro, que corresponde a um aumento de 50 pontos base em relação a Junho último e 40 pontos relativamente aos níveis de Dezembro de 2006.

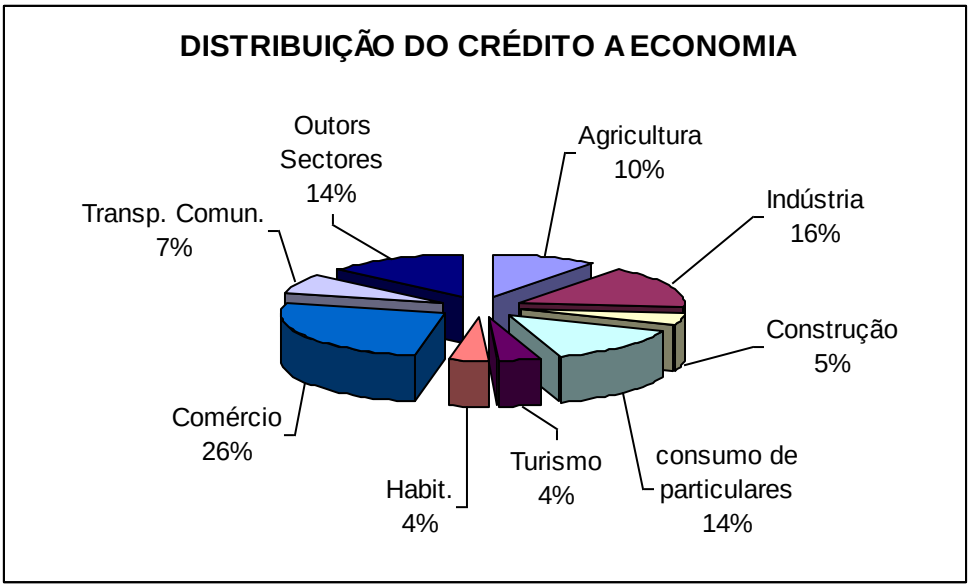
Com este movimento nas taxas de juro, o *spread* entre as taxas de juro das operações activas e passivas que havia sido de 10.8% em Dezembro de 2006, reduziu para 8.6% em Novembro de 2007.

Crédito à Economia

O saldo do crédito à economia reportado no final de Novembro de 2007 fixou-se em 31,156.31 milhões de meticais, o que, relativamente a Dezembro de 2006 representa um incremento de 3,758.2 milhões de meticais (13.7%) e, comparativamente a Novembro de 2006, um aumento de 4,036.1 milhões de meticais (14.9%).

Do ponto de vista de componentes do crédito, nota-se um maior dinamismo do denominado em meticais, cujo peso no crédito total passou de 68.0% em Dezembro

de 2006 para 73.1% em Novembro de 2007. Refira-se que o crédito em moeda estrangeira registou uma redução acumulada de 4.2%.



Relativamente à distribuição do crédito por sectores, o comércio detinha a maior fatia, em finais de Novembro de 2007, com 26.0% do saldo total, seguindo-se da indústria com 16.0%, consumo de particulares com 14%, a agricultura com 10.4%, os transportes e comunicações com 7.1% e a construção com 4.7%. De referir que o peso do crédito ao sector agrícola, no período em análise, aumentou em 2.4pp, em relação a Junho de 2007.

Taxa de Cambio

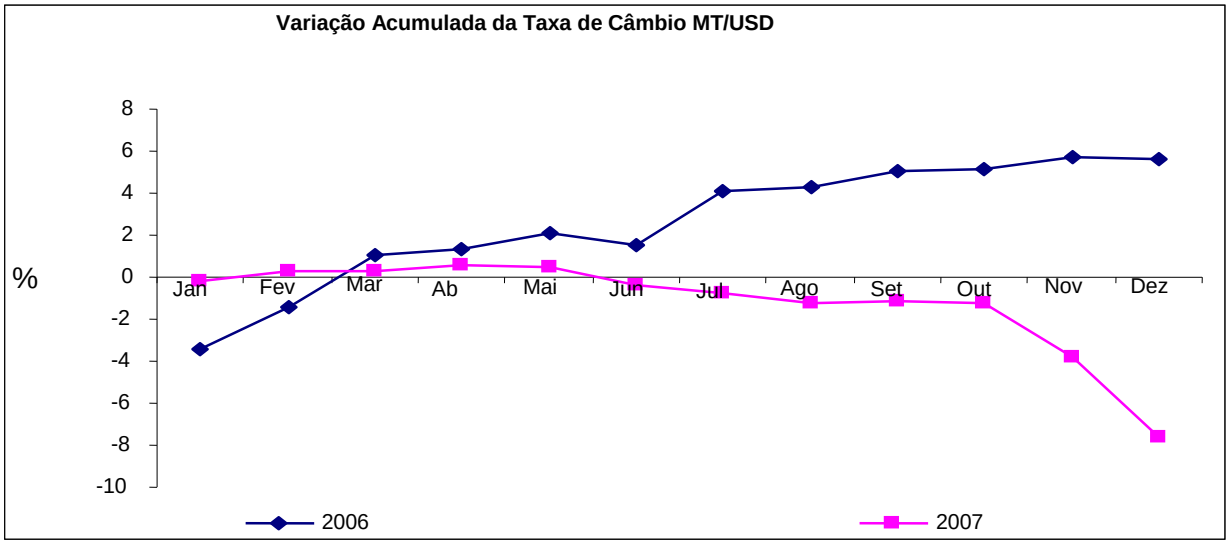
O Metical registou em 2007, uma relativa estabilidade tendo apresentado uma tendência de apreciação face ao dólar americano e rand sul-africano relativamente a Dezembro de 2006, associado às intervenções efectuadas pelo Governo no mercado cambial interbancário, a tendência internacional de enfraquecimento do dólar americano. Com efeito, a taxa de câmbio em relação ao dólar situou-se em 23.6 MT/USD em 31 de Dezembro de 2007, contra 25.77 MT/USD de 31 de Dezembro de 2006. A taxa média do metical face ao dólar americano situou-se em 24.2 MT/USD em Dezembro, contra a média de 26.2 MT/USD de Dezembro de 2006, conforme indicam os dados da tabela seguinte.

Tabela 4: Taxa de Câmbio MT/USD

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇAO DO METICAL FACE AO DOLAR AMERICANO

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2003	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,7	23,7	23,7	23,8	23,8	23,8
2004	23,7	23,8	23,8	23,8	23,7	23,4	23,0	22,7	22,2	21,0	20,3	19,3
2005	18,8	18,4	19,6	20,0	23,5	24,5	24,6	24,5	24,6	25,5	28,1	24,8
2006	23,9	24,4	25,0	25,1	25,3	25,1	25,8	25,8	26,0	26,0	26,2	26,2
2007	26,1	26,2	26,2	26,3	26,3	26,1	26,0	25,8	25,9	25,8	25,2	24,2
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,1	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6
2004	-0,6	0,0	0,0	0,0	-0,4	-1,7	-3,3	-4,9	-6,7	-11,9	-14,9	-18,9
2005	-2,9	-5,0	1,1	3,3	21,6	26,5	26,9	26,7	27,2	32,0	45,2	28,0
2006	-3,4	-1,5	1,1	1,4	2,1	1,5	4,1	4,3	5,0	5,2	5,8	5,7
2007	-0,2	0,3	0,3	0,6	0,5	-0,4	-0,8	-1,2	-1,1	-1,2	-3,8	-7,6
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	2,1	1,7	1,3	0,9	0,7	0,5	-0,2	-0,3	-0,6	-0,7	-0,1	0,6
2004	-0,5	0,1	0,1	0,1	-0,3	-1,4	-2,6	-4,5	-6,3	-11,6	-14,8	-18,9
2005	-20,7	-22,9	-18,0	-16,2	-0,9	4,4	6,5	8,1	10,6	21,6	38,6	28,0
2006	27,3	32,7	28,0	25,6	7,4	2,8	5,0	5,4	5,7	2,0	-6,8	5,7
2007	9,2	7,5	4,9	4,8	4,1	3,7	0,7	0,1	-0,5	-0,8	-3,9	-7,6

Graficamente, pode-se observar que comparativamente ao mesmo período de 2006, a tendência do Metical foi de apreciar, culminando com uma apreciação acumulada de 7.6 % em Dezembro de 2007.

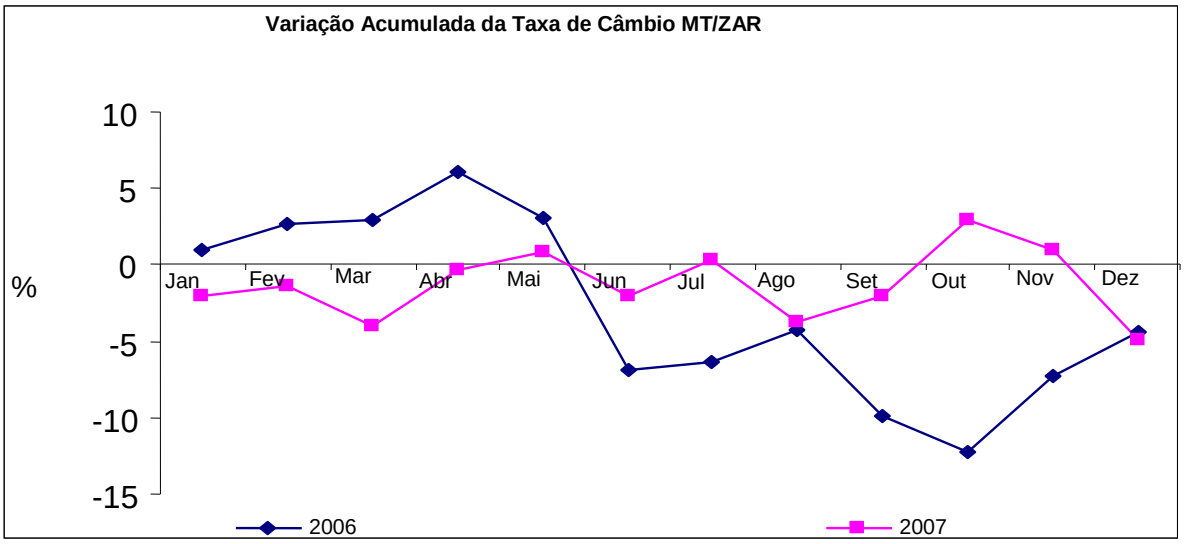


Relativamente ao rand a taxa de câmbio MT/ZAR situou-se em 3.54 MT/ZAR em Dezembro. Face a 3.72 MT/ZAR de Dezembro de 2006 o metical registou uma apreciação acumulada de 4.9%.

Tabela 5: Taxa de Câmbio MT/ZAR

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇAO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/ZAR												
2003	2,78	2,90	3,01	3,12	3,21	3,03	3,17	3,23	3,24	3,42	3,48	3,66
2004	3,51	3,53	3,61	3,67	3,52	3,61	3,72	3,61	3,45	3,36	3,38	3,39
2005	3,16	3,06	3,25	3,25	3,73	3,62	3,67	3,79	3,87	3,89	4,22	3,89
2006	3,93	3,99	4,00	4,12	4,01	3,62	3,64	3,72	3,51	3,41	3,61	3,72
2007	3,64	3,67	3,57	3,70	3,75	3,64	3,73	3,58	3,64	3,83	3,75	3,54
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	3,3	8,1	11,9	16,0	19,5	12,8	18,0	20,1	20,7	27,2	29,7	36,3
2004	-4,2	-3,6	-1,3	0,3	-3,9	-1,5	1,7	-1,4	-5,8	-8,3	-7,6	-7,4
2005	-6,7	-9,8	-4,1	-4,2	9,9	6,8	8,1	11,8	14,2	14,6	24,3	14,6
2006	1,0	2,7	2,9	6,0	3,1	-6,8	-6,4	-4,3	-9,9	-12,3	-7,3	-4,4
2007	-2,1	-1,4	-4,0	-0,4	0,8	-2,0	0,3	-3,7	-2,1	2,9	0,9	-4,9
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	27,4	32,9	38,2	38,9	32,9	24,1	30,1	34,6	36,1	41,9	37,9	36,3
2004	26,5	21,6	20,2	17,8	9,6	19,0	17,4	11,9	6,4	-1,8	-2,9	-7,4
2005	-9,8	-13,3	-10,0	-11,5	5,9	0,5	-1,5	5,0	12,3	15,8	24,7	14,6
2006	24,1	30,5	23,0	26,9	7,6	0,0	-0,7	-1,9	-9,5	-12,2	-14,5	-4,4
2007	-7,3	-8,2	-10,8	-10,2	-6,5	0,6	2,4	-3,8	3,8	12,1	4,1	-4,9



Medidas de Política

Com vista a aumentar a transparência na gestão da política monetária em conformidade com as práticas internacionais sobre a matéria, foi lançada a Estratégia de Política Monetária de médio e longo prazo e disponiblizada no sítio da Internet do Banco de Moçambique, e alterado, em Junho, o regulamento do Comité de Política Monetária, que passa a publicitar as suas deliberações após a realização de cada sessão, aumentando deste modo a transparência e comunicação da política monetária.

Ao longo do II Semestre, o Comité de Política Monetária recomendou que fossem intensificadas as intervenções nos mercados interbancários, tendo em vista controlar a Base Monetária, aos níveis consentâneos com os objectivos de inflação estabelecidos. Tal permitiu manter a estabilidade do Metical, num cenário de pleno funcionamento das condições de mercado e de vendas de divisas que satisfizeram

a procura revelada, levando a apreciação do metical em relação ao dólar e ao rand de 8.3% e 5.6%, respectivamente, factor que permitiu amortecer a subida dos preços dos bens importados.

Inserido na estratégia de extensão dos serviços financeiros às zonas rurais, o Banco de Moçambique publicou o Aviso nº 10/GBM/2007, de 25 de Maio, que estabelece o regime especial aplicável aos bancos e instituições de micro finanças que pretendam expandir a sua actividade para as zonas rurais, através da abertura de agências ou outras formas de representação, para além da aprovação do Aviso nº 02/GGBM/2007, que altera o regime de Reservas Obrigatórias, destacando-se nesta medida a redução do coeficiente de reserva obrigatória de 11.51% para 10.15%, a inclusão do caixa em dependências situadas nas zonas rurais entre os activos que podem constituir reserva obrigatória, e o alargamento da base de incidência para todos os recursos alheios em poder das instituições de crédito, excepto os que decorrem de aplicações de outras instituições no MMI.

A resposta das instituições de crédito e sociedades financeiras ao desafio de alargamento dos serviços financeiros às zonas rurais e peri-urbanas foi bastante positiva, tendo sido autorizados o estabelecimento de 40 novos balcões de bancos comerciais, alargando deste modo a cobertura da rede de bancos para 32 distritos, assim foi aumentada a rede de caixas automáticas (ATMs), postos de pagamento electrónico (POS) e o número de contas bancárias.

Abertas as Agências do Banco de Moçambique de Tete, Pemba e Lichinga, alargando deste modo a sua rede para oito províncias do país. Foram igualmente autorizados a operar no mercado duas novas instituições de crédito (Banco terra e Moza Banco)

Em 2007, o Banco de Moçambique prosseguiu com as reformas no sistema financeiro, através da publicação de vários normativos, com vista a conferir maior eficácia ao sistema nacional de pagamentos, maior operacionalidade dos mercados interbancários, e melhorias no sistema de relato financeiro das empresas através da introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) ao nível de todo o sistema bancário

III.6. INFLAÇÃO

A análise da evolução da inflação baseado no Índice agregado, denominado MABENA ao longo do ano 2007, aponta para uma inflação acumulada (anual) de cerca de 12,10%. Este comportamento encontra explicação na tendência de agravamento de preços ao longo de quase todos meses do ano com destaque para Janeiro (1,37%), Fevereiro (1,38%), Outubro (1,32%), Novembro (1,90%) e Dezembro (3,19%).

De um modo geral, as razões da inflação em 2007 desdobram-se em dois grupos de factores: externos e internos.

Os choques externos, com impacto no aumento dos preços internacionais das mercadorias, nomeadamente o petróleo e seus derivados, os cereais e as oleaginosas. Com efeito:

- O preço internacional do Petróleo, que em final de Dezembro de 2006 situava-se nos USD 53.8 por barril, terminou o ano de 2007 cotado nos USD

90.84, o que representa um incremento de cerca de 67% - quando nos pressupostos que nortearam a elaboração de indicadores macroeconómicos do PES 2007 previa-se um incremento de cerca de apenas 3% - com impacto muito considerável nos custos do frete a nível global e em cadeia nos custos directos de produção;

- O preço médio do trigo número 1, que em Dezembro de 2006 situava-se em USD 242 por tonelada, terminou o ano de 2007 cotado em USD 435 por tonelada, o que representa um incremento de 43%, com impacto nos preços internos do pão, massas alimentícias, ração animal e outros derivados. O do trigo número 2 passou de USD 229 para USD 415, um aumento de 81%;
- O preço médio *CIF* do arroz corrente em Dezembro de 2006 situava-se em USD 317 por tonelada, tendo passado para USD 400 em Dezembro de 2007;
- As dificuldades no fornecimento do carapau por parte da Namíbia, fonte tradicional deste produto para os consumidores da Cidade de Maputo, levaram a um desvio da procura para mercados mais distantes, nomeadamente o Chile, Perú e Nova Zelândia, que fornecem carapau mais caro, com implicações do ponto de vista de preços internos;
- A escalada dos preços internacionais dos cereais e oleaginosas, maioritariamente derivados da crise de oferta, associa-se ainda à redução dos donativos em espécie por parte dos Estados Unidos da América (trigo) e do Japão (arroz), que resultou num incremento da componente importada em termos comerciais pelo sector privado, com implicações nos preços internos;
- A aceleração da inflação na República da África do Sul, uma das principais fontes de importação de produtos alimentares com peso importante no cabaz do IPC. Com efeito, a inflação no consumidor da África do Sul situou-se 8.4% em Novembro, superando o nivel superior da banda de variação de 3-6% estipulada como meta para aquele país, enquanto que a inflação no produtor situou-se em 9.1%;
- O peso relativamente alto dos produtos acima referidos no cabaz do IPC, teve a particularidade de induzir a uma mudança no comportamento sazonal do mesmo. Com efeito, a habitual redução dos preços que se verifica entre os meses de Janeiro e Março não se verificou em 2007, tendo os preços apresentado uma tendência sistematicamente crescente ao longo de todo o ano.

A nível interno:

- Registaram-se algumas dificuldades no abastecimento do mercado em produtos como o frango e ovos, em Dezembro, decorrente das deficientes condições climatéricas que afectaram o crescimento dos frangos, e da vaga de calor que originou a morte de cerca de 23,000 poedeiras;
- A falta de capacidade de armazenamento de produtos congelados como o carapau e o frango, tem igualmente contribuido para a roptura de *stocks* destes produtos no final do ano, altura de maior consumo em que os fornecedores privilegiam as grandes praças consumidoras;
- A concentração da despesa dos consumidores ao redor da quadra festiva favoreceu o comportamento especulativo por parte de alguns comerciantes.

- A imperfeição nos circuitos de comercialização na Cidade de Maputo não esteve também isenta, particularmente em Dezembro, resultando num défice fictício da oferta, sobretudo no retalhista, e em disparidades gritantes entre os preços no grossista e no retalhista. Só assim é que se explica a subida pronunciada do preço do tomate e batata no retalhista, mesmo perante o abastecimento regular, que culminou na manutenção dos preços a nível dos grossistas;

Tabela 6: IPC MABENA

INDICE DE PRECOS - MABENA - BASE DEZ 2004 = 100

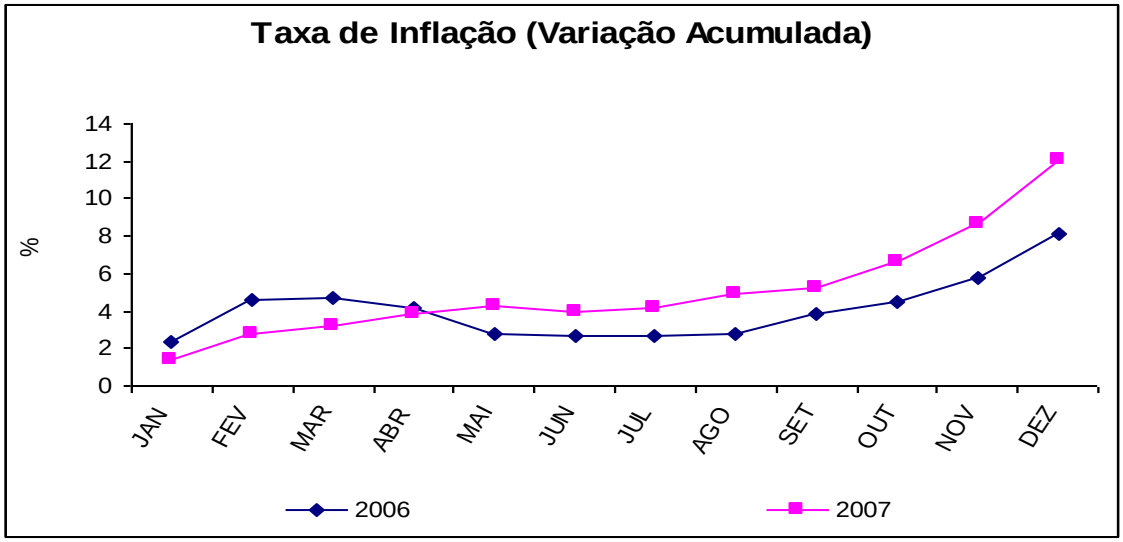
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,23	95,06	96,03	96,78	96,99	96,69	97,01	96,95	96,98	97,56	98,09	100,00
2005	100,97	100,41	100,47	100,37	100,46	101,82	103,86	104,20	104,14	104,76	108,82	113,07
2006	115,77	118,25	118,44	117,80	116,27	116,06	115,93	6,25	117,45	118,11	119,61	112,26
2007	123,94	125,65	126,16	126,94	127,52	127,10	127,39	128,24	128,63	130,33	132,81	137,05
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,04	0,88	1,02	0,78	0,21	-0,30	0,33	-0,06	0,04	0,60	0,55	1,94
2005	0,97	-0,56	0,06	-0,11	0,09	1,35	2,00	0,33	-0,06	0,60	3,87	3,90
2006	2,39	2,14	0,16	-0,53	-1,30	-0,20	-0,11	0,28	1,03	0,56	1,27	2,21
2007	1,37	1,38	0,41	0,62	0,46	-0,33	0,22	0,67	0,30	1,32	1,90	3,19
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	13,76	12,98	12,12	11,99	11,66	11,56	11,50	11,08	10,69	10,57	10,26	9,35
2005	7,15	5,63	4,62	3,71	3,58	5,30	7,06	7,49	7,38	7,38	10,93	13,07
2006	14,66	17,76	17,88	17,37	15,73	13,98	11,62	11,57	12,78	12,74	9,92	8,13
2007	7,05	6,26	6,52	7,76	9,68	9,52	9,88	10,31	9,52	10,34	11,03	12,10
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,04	3,94	5,01	5,82	6,05	5,73	6,07	6,01	6,05	6,68	7,26	9,35
2005	0,97	0,41	0,47	0,37	0,46	1,82	3,86	4,20	4,14	4,76	8,82	13,07
2006	2,39	4,58	4,75	4,18	2,83	2,64	2,64	2,82	3,87	4,46	5,79	8,13
2007	1,37	2,77	3,19	3,83	4,31	3,96	4,19	4,89	5,21	6,60	8,63	12,09

Os dados recolhidos nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula no mês de Dezembro de 2007, quando comparados com os do mês anterior, apontam para um aumento do nível geral de preços na ordem de 3,19%.

A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de preços de 5,13% positivos, foi a principal responsável para o nível geral de agravamento de preços que se verificou ao contribuir no total da inflação mensal com cerca de 2,94 pontos percentuais positivos**.**

A variação dos preços do Tomate (28,4), do Carapau (13,0%), do Coco (18,5%), do Frango vivo (6,3%), do Óleo alimentar (7,0%) , do Esparguete (17,1%) e do Pão de trigo (1,8%), teve uma contribuição no total da inflação mensal de 2,17 pontos percentuais positivos.

A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que ao longo do ano 2007, ditou o agravamento geral de preços, ao contribuir no total da inflação acumulada com cerca de 8,99 pontos percentuais positivos**.**



Os dados recolhidos na **Cidade de Maputo** indicam que registou-se uma inflação acumulada de 10,26. Ao longo do mês de Dezembro de 2007, comparado com o do mês anterior, registou-se um aumento do nível geral de preços na ordem de 2,77%.

A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de preços de 4,88% positivos, foi a principal responsável para o nível geral de agravamento de preços que se verificou ao contribuir no total da inflação mensal com cerca de 2,60 pontos percentuais positivos.

Tabela 7: IPC Maputo

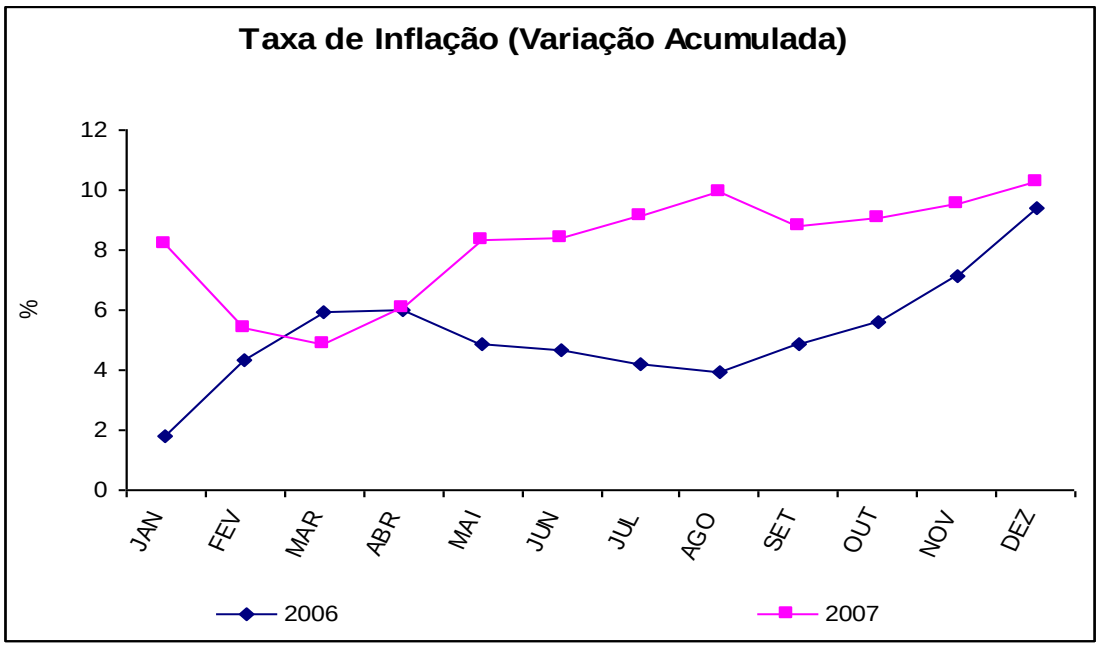
INDICE DE PRECOS - MAPUTO - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,33	94,76	95,71	96,99	97,60	97,53	97,54	97,06	96,91	97,50	98,55	100,00
2005	101,46	100,64	100,90	100,66	100,73	101,40	104,24	104,49	103,48	103,76	106,45	111,15
2006	113,14	115,98	117,71	117,84	116,52	116,30	115,78	115,55	116,57	117,41	119,11	121,57
2007	122,40	122,29	123,46	124,96	126,22	126,07	126,34	126,99	126,81	128,03	130,43	134,04
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,88	0,46	1,00	1,34	0,63	-0,07	0,01	-0,49	-0,16	0,61	1,07	1,48
2005	1,46	-0,81	0,26	-0,24	0,07	0,67	2,80	0,24	-0,96	0,27	2,59	4,41
2006	1,79	2,51	1,49	0,11	-1,12	-0,19	-0,45	-0,20	0,89	0,72	1,44	2,07
2007	0,69	-0,09	0,96	1,22	1,01	-0,12	0,21	0,52	-0,14	0,96	1,88	2,77
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	17,40	15,27	13,49	13,60	12,46	13,26	13,32	12,04	11,06	10,63	10,84	9,07
2005	7,56	6,20	5,43	3,78	3,20	3,96	6,86	7,65	6,79	6,42	8,02	11,15
2006	11,51	15,25	16,66	17,07	15,69	14,70	11,08	10,58	12,65	13,16	11,89	9,37
2007	8,19	5,43	4,88	6,04	8,32	8,40	9,12	9,91	8,79	9,04	9,51	10,26
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,88	3,36	4,39	5,79	6,45	6,37	6,39	5,86	5,69	6,34	7,48	9,07
2005	1,46	0,64	0,90	0,66	0,73	1,40	4,24	4,49	3,48	3,76	6,45	11,15
2006	1,79	4,35	5,91	6,02	4,84	4,64	4,17	3,96	4,88	5,63	7,16	9,37
2007	8,19	5,43	4,88	6,04	8,32	8,40	9,12	9,91	8,79	9,04	9,51	10,26

De referir que a evolução dos preços da Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas ao longo do ano, foi idêntica à do nível geral de preços evidenciando assim a importância relativa desta no comportamento geral de preços.

A variação dos preços do Tomate (19,8), do Frango vivo (14,0%), do Coco (28,6%), do Carapau (8,2%), do Esparguete 23,6%), do Pão (2,3%) e do Arroz (1,2%), teve uma contribuição no total da inflação mensal de 1, 97 pontos percentuais positivos.

Os dados recolhidos ao longo do ano 2007, apontam para uma inflação acumulada (anual) de cerca de 10,26%. Este comportamento encontra explicação na tendência de agravamento de preços ao longo de quase todos meses do ano com destaque para Abril (1,22%), Novembro (1,88%) e Dezembro (2,77%).



A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que ao longo do ano 2007, ditou o agravamento geral de preços, ao contribuir no total da inflação acumulada com cerca de 7,59 pontos percentuais positivos**.**

A variação anual dos preços do Pão (23,7%), do Carapau (40,5%), do Arroz (12,2%), da Cebola (39,8%), do Peixe fresco, refrigerado ou congelado (25,0%), da Lenha (27,1%) e da Batata Reno (33,5%), teve uma contribuição no total da inflação acumulada na ordem de 5,20 pontos percentuais positivos.

Tomando como referência a variação média de preços de 12 meses, a Cidade de Maputo registou uma inflação anual de 8,16%, o equivalente a 5,09 pontos percentuais a menos relativamente ao mesmo período de 2006.

A divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas teve uma variação média na ordem de 9,01%.

Na **Cidade da Beira, a inflação acumulada** atingiu14,78%. Ao longo do mês de Dezembro de 2007, registou-se um aumento do nível geral de preços na ordem de 4,81%.

A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de preços de 7,66% positivos, foi a principal responsável para o nível geral de agravamento de preços que se verificou ao contribuir no total da inflação mensal com cerca de 4,38 pontos percentuais positivos**.**

De referir que a evolução dos preços da Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas ao longo do ano, foi idêntica à do nível geral de preços evidenciando assim a importância relativa desta no comportamento geral de preços.

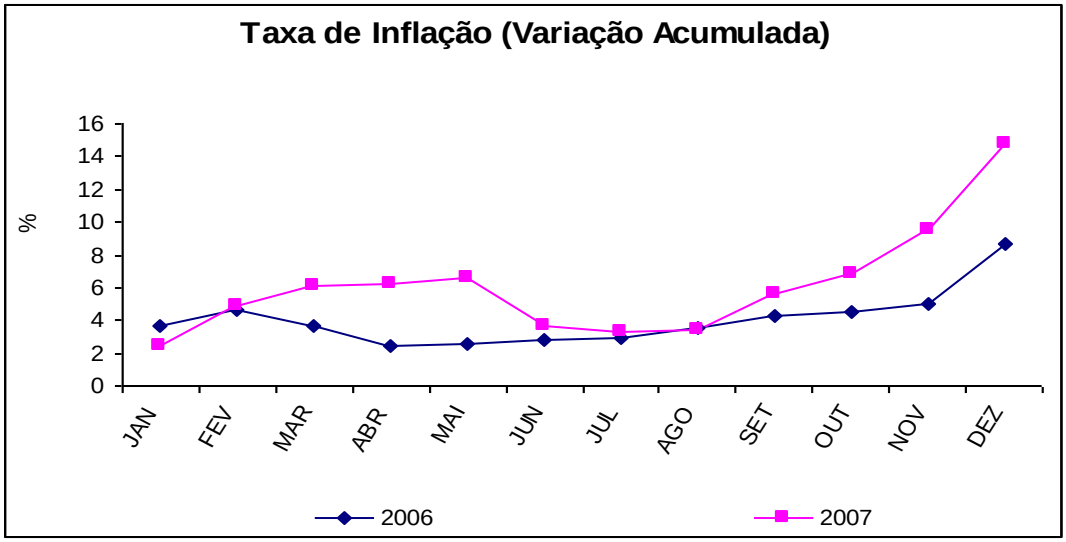
A variação dos preços do Coco (55,8%), do Tomate (40,0%), do Óleo alimentar (6,95%), da Carne de cabrito fresca, refrigerada ou congelada (11,4%), dos Ovos de Galinha (42,4%), do Carapau fresco, refrigerado ou congelado (5,2%), e do Arroz (3,8%), teve uma contribuição no total da inflação mensal de 3,20 pontos percentuais positivos.

Tabela 8: IPC Beira

INDICE DE PRECOS - BEIRA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,87	96,62	97,74	97,80	97,46	96,90	97,83	98,23	98,38	98,86	98,75	100,00
2005	100,70	100,62	100,16	99,46	99,11	99,81	100,60	100,82	101,71	102,47	106,08	109,39
2006	113,42	114,49	113,35	112,08	112,15	112,48	112,55	113,21	114,01	114,34	114,84	118,85
2007	121,82	124,65	126,14	126,24	126,69	123,21	122,71	122,86	125,50	130,16	126,93	136,42
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,90	1,84	1,16	0,06	-0,35	-0,58	0,96	0,41	0,14	0,49	-0,11	1,27
2005	0,70	-0,07	-0,46	-0,70	-0,35	0,70	0,79	0,22	0,88	0,74	3,53	3,12
2006	3,68	0,94	-0,99	-1,13	0,06	0,30	0,06	0,58	0,71	0,29	0,43	3,49
2007	2,50	2,33	1,19	0,08	0,35	-2,75	-0,40	0,12	2,14	1,14	2,55	4,81
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	11,62	13,60	13,20	12,31	11,01	8,95	9,14	9,84	10,13	9,93	8,96	8,46
2005	6,14	4,14	2,47	1,70	1,70	3,00	2,83	2,63	3,39	3,65	7,43	9,39
2006	12,64	13,78	13,18	12,69	13,15	12,69	11,88	12,29	12,10	11,59	8,25	8,65
2007	7,40	8,88	11,28	12,64	12,97	9,54	9,03	3,53	10,07	11,00	13,34	14,78
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,90	4,80	6,01	6,07	5,70	5,10	6,10	6,54	6,70	7,22	7,10	8,46
2005	0,70	0,62	0,16	-0,54	-0,89	-0,19	0,60	0,82	1,71	2,47	6,08	9,39
2006	3,68	4,66	3,62	2,45	2,52	2,82	2,89	3,49	4,22	4,53	4,98	8,65
2007	2,50	4,88	6,13	6,22	6,60	3,67	3,25	3,38	5,59	6,80	9,51	14,78

Os dados recolhidos ao longo do ano 2007, apontam para uma inflação acumulada (anual) de cerca de 14,78%. Este comportamento encontra explicação na tendência de agravamento de preços ao longo de quase todos meses do ano com destaque para Janeiro (2,50%), Fevereiro (2,33%), Setembro (2,14%), Novembro (2,55%) e Dezembro (4,81%).



A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que ao longo do ano 2007, ditou o agravamento geral de preços, ao contribuir no total da inflação acumulada com cerca de 10,51 pontos percentuais positivos**.**

A variação anual dos preços do Coco (103,8%), do Pão de trigo (50,0%), do Óleo alimentar (41,7%), dos Transportes semi-colectivos suburbanos de passageiros (Chapa) (23,8%), do Carapau fresco, refrigerado ou congelado (31,3%), do Petróleo para iluminação (28,4%), e do Camarão seco (69,8%), teve uma contribuição no total da inflação acumulada na ordem de 8,0 pontos percentuais positivos.

Tomando como referência a variação média de preços de 12 meses, a Cidade da Beira registou uma inflação anual de 10,8%, o equivalente a 1,06 pontos percentuais a menos relativamente ao mesmo período de 2006.

A divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas teve uma variação média na ordem de 11,97%.

Na **Cidade de Nampula** a inflação acumulada foi de 13.32%, onde em Dezembro, a inflação foi de 2,65%.

A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de preços de 3,68% positivos, contribuiu no total da inflação mensal com cerca de 2,38 pontos percentuais positivos.

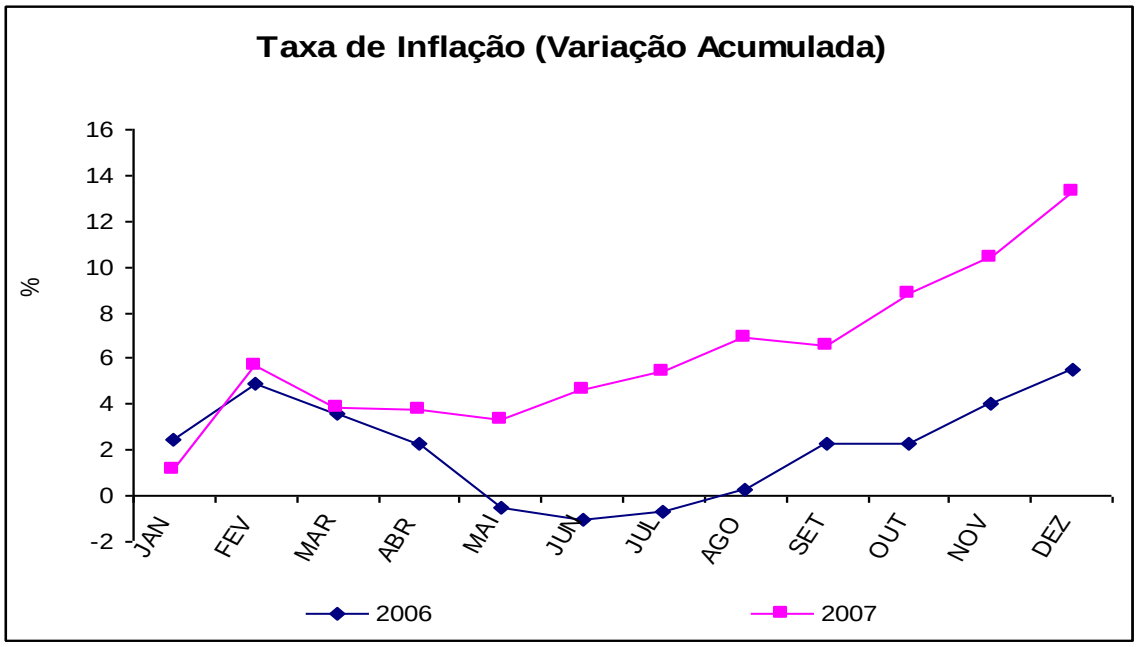
A variação dos preços do Carapau fresco, refrigerado ou congelado (21,6%), do Tomate (37,1%), da Cebola (44,3%), do Amendoim (10,8%), do Óleo Alimentar (11,5%), do Pão de trigo (3,2%) e do Petróleo para iluminação (1,8%), teve uma contribuição no total da inflação mensal de 2, 69 pontos percentuais positivos.

Tabela 9: IPC Nampula

INDICE DE PRECOS - NAMPULA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	92,72	93,25	93,98	94,07	93,81	93,32	93,67	94,24	94,93	95,58	95,48	100,00
2005	100,26	99,79	99,92	100,60	101,12	104,40	105,98	106,60	107,53	108,71	115,80	119,98
2006	122,91	125,90	124,28	122,71	119,36	118,69	119,16	120,29	122,74	122,74	124,77	126,57
2007	128,75	133,02	131,43	131,39	130,77	132,48	133,49	135,34	134,87	137,76	139,72	143,43
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,78	0,57	0,79	0,09	-0,27	-0,53	0,38	0,60	0,74	0,69	-0,11	4,73
2005	0,26	-0,47	0,13	0,68	0,52	3,24	1,51	0,59	0,87	1,10	6,52	3,62
2006	2,44	2,43	-1,29	-1,26	-2,73	-0,56	0,39	0,95	0,49	0,49	1,65	1,44
2007	1,72	3,32	-1,20	-0,03	-0,48	1,31	0,76	1,39	-0,36	2,14	1,43	2,65
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	4,91	3,34	4,67	5,29	9,63	10,37	9,59	10,19	10,66	11,89	10,99	11,93
2005	8,13	7,01	6,32	6,94	7,79	11,88	13,14	13,12	13,27	13,73	21,27	19,98
2006	22,59	26,17	24,38	21,98	18,03	13,69	12,44	12,84	12,91	12,91	7,75	5,49
2007	4,75	5,10	5,75	7,07	9,56	11,62	12,02	12,52	10,41	12,20	11,98	13,32
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,78	4,37	5,20	5,29	5,01	4,45	4,85	5,48	6,26	6,99	6,88	11,93
2005	0,26	-0,21	-0,08	0,60	1,12	4,40	5,98	6,60	7,53	8,71	15,80	19,98
2006	2,44	4,93	3,58	2,27	-0,52	-1,08	-0,69	0,25	2,30	2,30	3,99	5,49
2007	1,17	5,65	3,84	3,81	3,31	4,67	5,47	6,93	6,56	8,84	10,39	13,32

Os dados recolhidos ao longo do ano 2007, apontam para uma inflação acumulada (anual) de cerca de 13,32%. Os meses de Fevereiro, Outubro e Dezembro foram os que maior níveis de agravamento de preços registaram ao longo do ano com (3,32%), (2,14%) e (2,65%) respectivamente.



A Divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que ao longo do ano 2007, ditou o agravamento geral de preços, ao contribuir no total da inflação acumulada com cerca de 10,34 pontos percentuais positivos.

A variação anual dos preços do Carapau (60,8%), da Farinha de Milho (34,1%), do Coco (43,6%), da Mandioca Seca (42,4%), do Petróleo para iluminação (28,4%), do Pão de trigo (39,1%), e do Camarão fresco, refrigerado ou congelado (80,6%), teve uma contribuição no total da inflação acumulada na ordem de 9,71 pontos percentuais positivos.

Tomando como referência a variação média de preços de 12 meses, a Cidade de Nampula registou uma inflação anual de 9,72%**,** o equivalente a 5,93 pontos percentuais a menos relativamente ao mesmo período de 2006.

A divisão da alimentação e bebidas não alcoólicas teve uma variação média na ordem de 11,10%.

III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS

A informação disponível reporta-se a Setembro de 2007.

Decorrente da evolução da balança de pagamentos ao longo de 2007, as metas constantes no PES 2007 foram ajustadas passando a vigorar as que constam das tabelas abaixo.

O défice da conta parcial de bens, acumulado até Setembro de 2007, situou-se em cerca de USD 400,9 milhões, correspondente a 67,2% do programa para 2007 (USD 596,7 milhões), o que se traduz numa poupança de USD 195,7 milhões.

Tabela 10: Balança Comercial

BALANÇA COMERCIAL - 10^6USD

Balança Comercial	2004	2005	2006	2007 Progr.	Set. 2007
SALDO	**-345,8**	**-497**	**-533,0**	**-596,7**	**-401,0**
Exportações (fob)	1503,9	1745,3	2381,1	2483,1	1843,6
Das quais: Grandes Projectos	1048,5	1262,5	1698,8	1792,7	1411,8
Taxa de Crescimento (%)	44,1	16,1	36,4	4,3	
Importações (cif)	-1849,7	-2242,3	-2914,1	-3079,8	-2244,6
Das quais: Grandes Projectos	-292,9	-384,3	-701,1	-617,6	-537,2

O programa revisto para 2007 previa que as **Exportações** de bens até Dezembro do mesmo ano atingissem USD 2.483,1 milhões como resultado do crescimento das exportações dos grandes projectos em 5,5% e das exportações dos restantes sectores da economia em 1,2% comparativamente ao realizado em 2006. Até Setembro de 2007, o valor das exportações de bens foi de USD 1.846,6 milhões, ou seja, 74,2% do programado para todo o ano de 2007.

Até Setembro de 2007, comparativamente ao período homólogo de 2006, as receitas de exportação de bens cresceram em 4.1%, com destaque para as exportações dos grandes projectos que cresceram em 12.5%, contrariamente aos restantes sectores da economia, que em termos agregados, registaram uma redução nas suas exportações em 16.2%. Consequentemente, até Setembro de 2007, as receitas de bens exportados pelos grandes projectos e as dos restantes sectores de economia atingiram 78,7% e 62,6%, respectivamente, em relação ao programado até Dezembro do mesmo ano.

Tabela 11: Exportações

EXPORTAÇÕES - 10^6 USD				
Descrição	2004	2005	2006	Set. 2007
Camarao	91,8	70,9	102,9	54,1
Amendôa de Cajú	8,0	5,5	12,6	6,3
Algodão	35,8	56,3	42,1	33,1
Acuçar	38,2	37,7	71,4	49,4
Tabaco	40,9	43,2	109,0	45,2
Madeira	30,0	32,4	46,7	27,0
Castanha de Cajú	21,2	17,6	20,5	10,8
Energia Electrica	102,3	141,8	177,8	187,5
Gás e Condessado	31,3	100,2	109,6	85,3
Produtos da Mozal	915,0	1020,5	1401,3	1139,0
Ouro Não-Monetário	1,3	0,5	1,7	0,8
Outros	180,1	206,3	295,4	205,1
TOTAL	**1495,9**	**1732,9**	**2391,0**	**1843,6**

Os principais factores que explicam o aumento ou a redução das exportações por produto até Setembro de 2007 comparativamente ao período homólogo de 2006 são os seguintes:

- Amêndoa de caju - queda de 43,7%, para USD 6,3 milhões, devido a paralisação de três fábricas de processamento da castanha em Nampula que ocorreu em finais de 2006;
- Algodão - crescimento de 20,2%, para USD 33,1 milhões, devido ao aumento da produção na campanha agrícola de 2005/2006, tendo atingido cerca de 123 mil toneladas de algodão, mais 44 mil toneladas que na campanha anterior, conjugado com o aumento do respectivo preço no mercado internacional de 6,6%;
- Madeira - acréscimo de 53,5%, para USD 27,0 milhões, devido ao incremento das licenças simples concedidas para a exploração madeireira, como resposta ao aumento da procura de madeiras preciosas, de 2ª, 3ª e 4ª classes que, pela legislação, podem ser exportadas em toros, tendo como mercado preferencial a China;
- Energia eléctrica - crescimento em 35,5%, para USD 187,5 milhões, pelo aumento do volume exportado em 8,5%. A África de Sul consumiu 79,3% do total de energia exportada (7.090.224,3 Mega Watts no período em análise) e o remanescente foi para o Zimbabué;
- Gás — crescimento de 4.9%, para USD 85,3 milhões. Devido ao aumento da da produção para GJ 86.969.427,95, mais 11% em relação ao período homólogo de 2006;
- Lingotes de alumínio - crescimento de 10%, para USD 1.139,0 milhões explicado pela subida do preço deste produto no mercado internacional em cerca de 7,3%;
- Camarão - redução de 31,8%, para USD 54.1 milhões, por causa da queda do respectivo preço no mercado internacional.

- Açúcar - redução de 21%, para USD 49,4 milhões causada pela redução do preço no mercado internacional livre em 36,7%, combinado com o facto de no período homólogo de 2006 ter havido grandes volumes de açúcar adicionais às quotas por parte dos mercados como EUA e Europeu.
- Tabaco - redução de 45,7%, para USD 45,2 milhões devido a redução do volume exportado de tabaco processado, pois a empresa processadora passou, com efeitos a partir de finais de Dezembro de 2006, a seguir o calendário de processamento, que prevê uma paragem (off-season) no I trimestre e reinício em Abril de cada ano.
- Castanha de caju – redução de cerca de 54,6%, para USD 10,8 milhões resultado da queda do preço médio praticado no mercado internacional e aumento da produção na África Ocidental, cuja qualidade é considerada melhor que a de Moçambique.
- Reexportações de combustíveis - redução de 20,6%, para USD 22,4 milhões, Zimbabué, Zâmbia, Malawi e República Democrática de Congo reduziram o volume de compra de combustíveis em Moçambique (32.492,7 toneladas métricas até Setembro de 2007, contra 41.036 toneladas métricas em igual período do ano anterior), como consequência da tendência de subida do preço de combustíveis no mercado internacional.

Relativamente às **Importações**, o programa revisto para 2007 aponta para importações no valor de USD 3.079,8 milhões até Dezembro (vide tabela abaixo). Dados provisórios da Balança de Pagamentos até Setembro de 2007, mostram que o valor das importações de bens foi de USD 2.244,6 milhões, o que representa um grau de realização de 72,9% em relação ao programa revisto.

Tabela 12: Importações

IMPORTAÇÕES - 10^6 USD

Descrição	2004	2005	2006	Set. 2007
Derivados de Petrólio	194,5	237,1	314,3	287,9
Energia Eléctrica	68,6	72,5	75,5	86,4
Automóveis	107,3	136,6	164,3	158,0
Cereais	131,4	156,9	136,3	123,9
Açucar	17,8	9,0	3,5	0,9
Cervejas	1,3	1,8	1,1	0,7
Medicamentos	27,3	24,3	31,1	35,4
Bens de Capital	277,2	313,2	278,7	303,4
Outros Bens (incl. Ajustes)	731,4	906,6	990,9	710,8
Total Sem Grandes Projectos	**1556,8**	**1858**	**1995,7**	**1707,4**
Grandes Projectos	292,9	384,3	620,6	537,2
Total Geral	**1849,7**	**2242,3**	**2616,3**	**2244,6**

Os principais factores que explicam o aumento ou redução das importações no período em análise são:

- Cereais - redução em 11,9%, para USD 123,9 milhões, uma vez que a produção de cereais na campanha 2006/2007 aumentou em 2,4%, para 2,17 milhões de toneladas métricas comparativamente a campanha anterior.
- Automóveis - aumento em 10 pontos base, para USD 158,0 milhões, efeito da acumulação de stocks registada até finais de 2006.

- Medicamentos - crescimento em 14,2%, para USD 35,4 milhões, reflexo do aumento da quantidade procurada de diversos fármacos pelo Sistema Nacional de Saúde.
- Açúcar - redução em 70,1%, para cerca de USD 900 mil, devido a abundância do açúcar nacional no mercado doméstico, tendo o stock no final do III trimestre de 2007 se situado em 91.053 toneladas.
- Combustíveis - aumento em 2,7%, para USD 287,9 milhões, resultado da tendência de subida de preço de crude no mercado internacional, apesar da redução do volume importado de gasóleo em 1,2%. Refira-se que 98% do volume de combustíveis importados até Setembro de 2007 foi constituído por gasóleo (70%), gasolina (16%) e Jet A-1 (11%).
- Bens de Capital - crescimento em 10 pb, para USD 303,4 milhões, destaque para máquinas e aparelhos destinados às obras públicas, construção civil e trabalhos semelhantes.
- Grandes Projectos - crescimento em cerca de 3%, para USD 537,2 milhões, devido a importação de materiais e equipamentos destinados ao Empreendimento de Gás Natural de Pande/Temane.

No que se refere a **balança de serviços**, o défice da conta parcial de serviços até Setembro de 2007 é de 266,2 milhões de USD, determinado pelo comportamento da rubrica de transporte, viagens, construção e serviços empresariais que registaram agravamentos.

Tabela 13: Balança de Serviços

BALANÇA DE SERVIÇOS - 10^6USD

Balança de Serviços	2004	2005	2006	Set. 2007
SALDO	**-275,8**	**-306,7**	**-358,5**	**-266,2**
Receitas	255,6	341,9	385,6	336,4
Despesas	-531,4	-648,6	-744,1	-602,6

Registou-se em 2007 a constituição de activos externos sob a forma de investimento directo no exterior, na ordem de USD 0.1 milhões.

Em termos de IDE em Moçambique há a assinalar a entrada líquida de fundos de cerca de USD 227.7 milhões, representando uma viragem na postura da economia face às responsabilidades com o exterior, porque no mesmo período de 2006 a tendência foi de redução líquida dos passivos.

Tabela 14: Empréstimos Externos Privados e Investimentos Estrangeiro

EMPRESTIMOS EXTERNOS PRIVADOS E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - 10^6 USD

	2004	2005	2006	Set. 2007
Emprestimos privados (desembolsos)	461,1	463,1	609,9	449,9
Investimento directo estrangeiro	244,7	107,9	153,7	227,7
TOTAL	705,8	571,0	763,6	677,6

O investimento directo estrangeiro teve por origem, 34 países, destacando-se EUA, Suiça, Maurícias, África do Sul, Reino Unido, China, Portugal, Tanzania, Espanha e Canadá como os dez maiores investidores.

De um modo geral, da tabela abaixo pode-se constatar que o défice da conta corrente incluindo donativos atingiu, em Setembro de 2007, USD 290,9 milhões (vide a tabela abaixo), o que representa cerca de metade (50.3%) do programado até Dezembro do mesmo ano. Este resultado deveu-se ao facto de, até Setembro de 2007 comparativamente ao período homólogo de 2006, ter-se registado reduções nos défices das contas de bens (-4,0%) e serviços (-8,1%), aumento das transferências correntes em 18,3%, apesar da deterioração da conta de rendimentos em 28,2%.

Tabela 15: Balança de Pagamentos

Principais Contas da Balança de Pagamentos - 10^6 USD

Descrição	2006	2007	Até Set. 2007	Grau de realização
	Real (1)	Progr. (2)	Real (3)	(%)(4)=(3)/(2)
Conta Corrente, excluindo donativos	-1125,2	-1600,4	-775,0	48,4
Transferências Correntes	2570,4	1022,5	484,1	47,3
Conta Corrente, incluindo donativos	-1445,2	-577,9	-290,9	50,3
Conta de Capital e Financeira	-1421,9	801,0	165,7	20,7
Erros e Omissões	115,2	147,8	125,2	84,7
Saldo Global	138,5	370,8	24,0	6,5
Financiamento	-138,5	-370,8	-24,0	6,5

Durante os primeiros 9 meses de 2007, o país registou uma entrada líquida de recursos sob a forma de transferências correntes na ordem de USD 484,1 milhões, o que corresponde a cerca de metade (47,3%) do programado até Dezembro, assim distribuídos:

- USD 441,5 milhões para o financiamento das actividades da administração central, através do Orçamento do Estado, destacando-se: (i) apoio a importação, (ii) programas de emergência, (iii) importação de medicamentos e (iv) programas especiais; e
- USD 42,5 milhões para outros sectores da economia. O total de fundos recebidos do exterior para outros sectores, foi determinado pelo aumento das transferências de rendimentos por parte de trabalhadores moçambicanos residentes no estrangeiro e de aprovisionamentos efectuados nas contas de algumas ONG's a operar no país no quadro do reforço das suas posições financeiras.

A conta de capital e financeira mostra que as transferências de capital e os fluxos líquidos financeiros atingiram, em Setembro de 2007, USD 165,7 milhões, o que representa um grau de realização de 20,7 % em relação ao programado para o ano, como resultado da entrada de capitais na ordem de USD 385,1 milhões e uma saída líquida de recursos financeiros no valor de USD 219,4 milhões, sendo esta explicada principalmente pelos depósitos registados pelos bancos comerciais (USD 163,1 milhões) e pelos outros sectores (USD 338,0 milhões).

O saldo global registou um superávite de USD 24,0 milhões, o que corresponde a 6,5% do programado para Dezembro, traduzindo uma capacidade de financiamento do resto do mundo em igual valor. Como resultado do superávite global registado até Setembro, ocorreu uma constituição de activos de reserva por parte da autoridade monetária de USD 168,8 milhões na maioria sob a forma de depósitos em moeda estrangeira.

Para o financiamento dos desequilíbrios externos e orçamentais, o país voltou a recorrer a fontes externas de financiamento para poder materializar parte dos seus programas de investimento. Nesse âmbito, os empréstimos líquidos contraídos pela economia moçambicana até Setembro de 2007 totalizaram USD 269,9 milhões.

No que concerne ao **Investimento** por sectores, em 2007, foram aprovados 186 projectos envolvendo um investimento total de US$ 7.532.175.811**,** e susceptíveis de criar 19.633 postos de trabalho.

Os sectores de Recursos Minerais, Indústria, Turismo e Hotelaria, Serviços e Agricultura e agro-indústrias registaram os maiores valores de investimento aprovado. As províncias de Nampula, Tete, Maputo, Sofala e Gaza registaram por ordem decrescente os maiores volumes do investimento aprovado.

Tabela 16: Investimento aprovado por Sector

Investimento Aprovado por Sectores

Sectores	Nº de Proj.	Valor em Milhões de USD				Emprego	
		IDE	IDN	Total	%	Nº	%
Agricultura e Agro-Indústria	16	52,87	9,45	67,02	0,89	2.432	12,39
Aquicultura e Pescas	4	9,78	1,56	13,24	0,18	210	1,07
Bancos e Seguradoras	3	1,05	0,53	2,00	0,03	34	0,17
Construções e O. Públicas	13	11,49	1,08	13,60	0,18	1.293	6,59
Indústria	64	192,77	22,12	401,11	5,33	8.305	42,30
Recursos Minerais	5	5.177,29	0,25	6.582,25	87,39	1.268	6,46
Transportes e Comunicações	13	25,64	2,60	68,19	0,91	589	3,00
Turismo e Hotelaria	46	138,10	7,17	271,57	3,61	4.844	24,67
Outros	22	53,69	3,38	113,20	1,50	658	3,35
T O T A L	**186**	**5.662,68**	**48,14**	**7532,17**	**100,00**	**19.633**	**100,00**

No que toca as províncias, foram aprovados 186 projectos, totalizando cerca de 7.533 milhões de USD, criando 19.633 novos postos de trabalho. Em termos da província com maior número de projectos aprovados, destaque vai para Maputo (77), seguindo-se Inhambane (29), Gaza (17) e Manica (16).

Tabela 17: Investimento aprovado por Província

Investimento Aprovado por Províncias

Sectores	Nº de Proj.	Valor em Milhões de USD				Emprego	
		IDE	IDN	Total	%	Nº	%
Cabo Delgado	6	0,71	0,22	1,07	0,01	77	0,39
Niassa	2	0,15	0,50	0,65	0,01	43	0,22
Nampula	12	5.017,08	10,47	5.059,91	67,17	1.440	7,33
Zambézia	6	2,27	3,64	10,20	0,14	758	3,86
Tete	7	199,42	0,36	1.600,68	21,25	343	1,75
Manica	16	8,42	1,30	15,23	0,20	1.938	9,87
Sofala	14	6,60	3,38	166,77	2,21	3.952	20,13
Inhambane	29	48,45	1,12	54,97	0,73	1.105	5,63
Gaza	17	92,95	1,74	95,51	0,80	693	3,53
Maputo*	77	286,64	25,41	527,78	7,01	9.284	47,29
T O T A L	**186**	**5.662,68**	**48,14**	**7.532,78**	**100,00**	**19.633**	**100,00**

IV. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PILAR

IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A. AGRICULTURA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

A campanha agrícola 2006/07 foi caracterizada por atraso e irregularidade das chuvas, tendo estas resultado em inundações, onde extensas áreas com culturas diversas foram perdidas nas margens e afluentes do Rio Zambeze nas províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Manica. Na zona norte, as chuvas também foram excessivas causando algumas inundações localizadas principalmente nas províncias de Nampula (distritos de Moma e Malema) e Cabo Delgado (distritos de Muidumbe, Macomia e Mueda).

A Zona Sul do país foi caracterizada pela irregularidade das chuvas ao longo de toda a primeira época o que resultou numa seca severa que afectou sobretudo a cultura do milho. A seca registada nesta zona do país tomou proporções alarmantes do ponto de vista da produção e foi considerada a mais severa dos últimos anos principalmente na província de Maputo, onde 55% da área total semeada foi perdida.

A campanha agrícola foi também afectada pelo ciclone Favio, tendo afectado as províncias de Inhambane, Sofala e Manica. Na Província de Inhambane foram severamente afectados os seguintes distritos: Vilanculos, Inhassoro, Govuro e Massinga. Em Sofala foram afectados os distritos de Machanga e Chibabava. Gondola e Sussundenga na Província de Manica.

O Impacto do Ciclone sobre as culturas foi caracterizado pelo acamamento principalmente da cultura do milho a qual se encontrava numa fase avançada do ciclo vegetativo e sobre o alagamento dos campos nas margens dos rios Buzi e Dombe.

Cerca de 369 mil ha (7% da área total cultiva) ficaram perdidos com culturas diversas, dos quais 203 mil ha devido à seca, 93 mil ha por inundações e cerca de 73 mil ha pelo ciclone afectando cerca de 309 mil famílias camponesas.

Na campanha em análise o efeito das pragas e doenças não foi significativo, contudo, na Província de Gaza avalia-se em cerca de 508 ha, a área perdida devido à lagarta invasora.

Na sequência dos efeitos calamitosos acima referencidas, que criaram situação de emergência, o Governo em coordenação com os seus parceiros, desenhou um plano de resposta imediato que visava potenciar a segunda época agrícola, o qual beneficiou mais de 97.000 famílias.

Não obstante as adversidades, a produção agrícola, pecuária e silvicultura registou um crescimento de cerca de 8.6%.

A produção agrícola empresarial e comercialização familiar, incluindo o autoconsumo, registou um crescimento de 6.7%.

Tabela 18: Produção Agrícola (Taxas de Crsecimento em %)

	06/07 PL	06/07 BAL
TOTAL	**12.2**	**6.7**
EMPRESARIAL	5.1	0.7
FAMILIAR TOTAL	12.9	7.3
FAM. COMERCIALIZADO	17.9	11.0
AUTOCONSUMO	9.8	4.9

A comercialicação de produtos básicos alimentares registou uma evolução de 27.7% contrariando a comercialização dos produtos de exportação que registou um decréscimo 13.3% e dos produtos para a indústria (-0.6%).

Tabela 19: Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar (Taxas de Crescimento em %)

DESIGNAÇÃO	06/07 PL	06/07 BAL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	**11.6**	**-13.3**
Castanha	19.4	18.4
Algodao	10.0	-40.8
Copra	0.0	0.0
Cana de açucar	10.3	-1.6
Citrinos	16.7	5.5
Cha folha	0.0	10.4
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	**27.6**	**27.7**
Milho	2.8	10.6
Arroz Casca	10.9	15.0
Mapira	0.0	32.3
Mandioca	5.6	13.3
Amendoim descascado	5.2	66.9
Feijao	6.9	-16.4
Horticolas	96.0	87.0
Cebola	11.0	88.1
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	**0.2**	**-0.6**
Tabaco	0.0	-1.3
Tomate	0.7	0.9
TOTAL	**14.2**	**8.1**

A comercilaização do algodão registou um descréscimo devido as condições climatéricas. A produção de algodão não favoráveis, esteve aliado a redução significativa de número de produtores de Algodão e consequentimente a redução de áreas de cultivo, tendo atingido 72.175 contra 122.000 toneladas da campanha anterior. A escassêz de chuvas registou-se no período crítico da floração e enchimento das cápsulas do algodão, o que conjugado com o frio, impossibilitou a abertura das cápsulas, contribuindo deste modo para o seu apodrecimento.

Para a campanha 2006/2007, a comercialização da castanha foi de 74.397 toneladas de castanha de caju, o que representa um crescimento de 18.4% comparativamente a campanha 2005/2006 que situou-se em 62821 toneladas. Este produto foi comercializado a um preço médio ao produtor de 6.50 Mt/kg tendo resultado num rendimento de 491 milhões de MT para as famílias. De referir que

contribuíram positivamente para o sucesso desta campanha, as condições edafoclimatéricas na principal zona produtora de caju no pais (províncias do norte) e o aumento de preços ao longo da campanha.

A produção da cana de açúcar sofreu um decrescimo de 1.6%, condicionado pela má distribuição da precipitação, alguns periódos de seca nas zonas onde as açucareiras estão localizadas, problemas associados à deficiência na rega para complementar as chuvas, assim como problemas de acesso à energia eléctrica, neste caso na açucareira de Marromeu. Estes problemas afectaram os rendimentos.

O sector Chazeiro enfrenta grandes constrangimentos ao longo da sua cadeia de valor, que resultam nos baixos índices de produção e fraca competitividade a nível internacional. Para a campanha 2006/07 a produção de chá folha foi de 17.671 toneladas, tendo registado um crescimento de 10.4% em relação a campanha anterior (16.000 toneladas).

Os altos índices de comercialização dos produtos alimentares básicos resultou fundamentalmente do crescimento registado na comercialização de hortícolas (87.0%).

Os produtos para indústria decresceram 0.6%, com os decrescimentos registados na comercialização do tabaco (1.3%). Este decréscimo deve-se a alguns constrangimentos, principalmente:

- Debilidade das redes de extensão rural das empresas na assistência técnica.
- Limitada capacidade de resposta das empresas de fomento do tabaco no apoio ao crescente número de camponeses e de pequenos agricultores.
- Atrasos na disponibilização de insumos.

Conforme ilustram os dados apurados pelo sistema nacional de aviso prévio, (Vide tabela abaixo), no geral os indicadores da produção agrícola do sector familiar revelaram para as culturas alimentares, à excepção das leguminosas, um aumento de produtividade, onde o incremento da produção foi superior à expansão das áreas cultivadas. De referir que os índices de produtividade foram influenciados negativamente pela ocorrência de calamidades naturais as quais resultaram na perda de culturas.

Tabela 20: Produção Agrícola do Sector Familiar

Campanha 2005/06			Campanha 2006/07		Variação	
Culturas	**Área**	**Produção**	**Área**	**Produção**	**Área**	**Prod**
	´000 ha	´000 ton	´000 ha	´000 ton	%	%
Milho	1,471	1,534	1,505	1,579	2.3	3.0
Mapira	542.3	339	558	348	2.9	2.7
Mexoeira	97	43	101	45	4.1	5.0
Arroz (casca)	194	183	204	196	5.0	7.4
Total Cereais	**2,305**	**2,098**	2,368	**2,168**	**2.8**	**3.4**
Feijões	458	219	471	225	2.8	2.7
Amendoim	315	146	323	142	2.4	-2.5
Total leguminosas	**774**	**365**	**794**	**367**	2.6	0.6
Mandioca	1,126	7,552	1,150	8,161	2.2	8.1
Total	4,204		4,312		2.6	

Na presente campanha foi alcançada a produção de 2.2 milhões de toneladas. Os níveis de produção familiar ditaram um crescimento nos níveis de comercialização dos produtos alimentares, com excepção da cultura do feijão, sendo de destacar as hortícolas (136.9%) e cebola (315.9%).

Tabela 21: Comercialização do Sector Familiar (Taxas de Crsecimento em %)

DESIGNAÇÃO	06/07 PL	06/07 BAL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	**13.7**	**-19.8**
Castanha	19.4	18.4
Algodao	11.2	-40.7
Cana de açucar	166.7	50.0
Citrinos	0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	**34.4**	**33.3**
Milho	3.5	13.0
Arroz Casca	14.3	20.0
Mapira	0.0	35.6
Mandioca	7.1	16.9
Amendoim descascado	5.3	68.7
Feijao	7.4	-17.1
Horticolas	153.7	136.9
Cebola	4.3	315.9
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	**0.1**	**-1.1**
Tabaco	0.0	-1.4
Tomate	2.1	2.1
TOTAL	**17.9**	**11.0**

A **produção pecuária** registou um crescimento de 33.5%. Os resultados preliminares do TIA 2007 (Trabalho de Inquérito Agrícola) mostram que o efectivo global de bovinos para o ano 2007 estava situado em 1.425.884 cabeças.

A produção total registada da carne bovina, suína e de frango atingiu em 2007 o volume de 19.829.5 toneladas, representando um crescimento na ordem de 41% em relação a campanha anterior (14.106.2 toneladas).

A produção de carne de vaca reportada no período em análise foi de 6 584.2 toneladas o que corresponde a um crescimento de 6.1%, ou seja, 97.5% do planificado.

A produção de carne de porco, registou um crescimento de 13.5%. Produziu-se 841 toneladas em 2007 contra 747.5 toneladas em 2006.O grau de realização do PES foi cumprida em 97%.

A produção de carne frangos do registou um crescimento de cerca de 73% face a 2006, sendo de 55.5% para o sector empresarial e 180% para o familiar. Este crescimento deveu-se a disponibilização de créditos, pelo governo e parceiros, ao sector avícola, redução de importações do frango congelado, acordos de parceria assinados entre a U.G.C e a empresa de comercialização DELTA TRADING e abertura de novos aviários comerciais (Mozambique Farma) no Distrito de Namaacha.

A produção de leite fresco no período em análise foi de 1 352 405 litros, representando um decréscimo de 0.3% em relação ao igual período do ano passado. Este decréscimo é causado pelo baixo investimento nas empresas produtoras de Leite.

A produção de ovos de consumo foi de 2 557 515 dúzias (30 688 980 unidades), correspondentes a um crescimento de 34.2%. Para estes níveis contribuiu a produção de ovos de consumo da empresa Galovos, no Distrito de Namaacha e de alguns médios avicultores que beneficiaram do credito do Governo e parceiros para o sector Avícola.

O subsector de **silvicultura e exploração florestal** registou um crescimento de cerca de 2.5%, tendo-se registado uma evolução na produção de madeira em toros de 3%. O volume de madeira em toros licenciados em 2007, superam os de 2006, com o aumento do número de operadores, e a aposta dos Concessionários em explorarem ao máximo os volumes autorizados em campanhas anteriores. No que tange aos combustíveis lenhosos e materiais de construção, tal facto deveu essencialmente ao aumento do número de operadores, associada a crescente procura destes produtos no mercado nacional.

Durante a campanha 2007 foi processada, em todo o País, cerca de 50.511 mil m^3 de madeira serrada, 2.306 m^3 de Parquet, 1.173 m^3 de Travessas, 3.974 m3 de postes. Este aumento reflecte o impacto das medidas do Governo, no que concerne ao processamento das espécies de Mondzo, Pau-ferro, Chanato e Muaga antes da sua exportação, o que ditou uma produção intensiva por parte de algumas províncias, nomeadamente Sofala, Manica, Nampula, Niassa e Zambézia.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector as acções, estavam centradas para o aumento da produtividade e produção para garantir a segurança alimentar, aumento dos rendimentos e da competitividade dos produtores, assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais, promoção do desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor, desenvolvimento de tecnologias que promovam o uso e maneio sustentável dos recursos naturais, e desenvolvimento de um sector público eficaz e eficiente e que, responda as expectativas dos cidadãos e agentes económicos.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes acções:

Quanto a geração de tecnologias agrárias adaptadas, foram libertadas quatro variedades novas de culturas, das quais um híbrido de milho para cada uma das três zonas agro-ecológicas (alta, media e baixa) e uma de feijão nhemba;

No âmbito da produção de semente pré-básica (investigação Agrária), foram produzidas 83756 kg de semente básica de cereais, 5.000 kg de sementes básicas de algodão e 28.250 kg de semente básica de leguminosas.

No que diz respeito a divulgação e disseminação de tecnologias agrárias, foram assistidas cerca de 285.361 famílias (assistência directa), pelos Serviços Públicos (Maputo 23.588 gaza 15.867, Inhambane 20.090 Manica 21.274, Sofala 41.251, Zambézia 65.610, Tete 23.865, Nampula 29.084, C. Delgado 20.866, Niassa 23866).

No âmbito de serviços provinciais de extensão agrária previa-se assistir 24,075 Famílias com material de plantio melhorado, nomeadamente estacas de mandioca e ramas de batata doce, particularmente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Sofala e Maputo, foram idenficadas 2 espécies com novo mádoto de propagação; plantado 27.5 ha de material de propagação vegetativa (mandioca), e 130.200kg de material de propagação vegetativa beneficiando 3.962 famílias com material vegetativo (Maputo 1736, Gaza (53), Manica (398) e Nampula (1775).

Na área de difusão de tecnologias, foram realizadas as seguintes actividades:

- Transmitidas 191 horas de programa rádio na dessiminação de mensagens técnicas;
- Instaladas 2.863 demonstrações, sendo o maior número com culturas alimentares;

No área do fomento pecuário, foram desenvolvimdas as seguintes actividades:

- Distribuídos 5.397 bovinos nas Províncias de C. Delgado 202, Niassa 123, Nampula 25, Zambézia 547, Tete 492, Sofala 666, Manica 288 e Maputo 834). Distribuídos 6.574 pequenos ruminantes nas Provincias de Cabo Delgado 2.086, Nampula 871, Zambézia 430, Tete 200, Manica 894, Sofala 469, Inhambane 1.124 e Maputo 500
- Distribuídas Juntas de bois e Charruas: 257juntas e 362 charruas (C. Delgado 25 juntas e 25 charruas, Niassa 45 juntas e 37 charruas, Nampula 16 juntas, Zambézia 2 charruas, Tete 62 juntas e 50 charruas, Sofala 65 juntas e 28 charruas, Inhambane 210 charruas, Maputo 44 juntas e 10 charruas); Juntas de Burros: 30 em Sofala e Distribuídos 133 carrocas nas Províncias de C. Delgado(25), Sofala(31), Inhambane (74) e Maputo (3);
- Distribuidas 2000 aves em Niassa, 452 patos em Inhambane e 300 galinhas em Maputo, 160 Aves a 34 beneficiarios em Sofala e 173 aves na cidade de chimoio beneficiando 71 pessoas.

Quanto a implementação do programa de intensificação e diversificação da produção agrária,

- Foram produzidas 474 toneladas de Milho (148), Mapira (14,4), Feijão Nhemba (61.6), Gergelim (18) e arroz (232,2) numa area de 407 hectares em

Cabo Delgado, Em Niassa distribuiu-se 146.8 ton de (Milho, Arroz, Mapira, feijões, Batata reno e hortícolas) e assistidos cerca de 3433 famílias camponesas;

- Disponibilizadas 111.30 ton de milho em Inhambane, Feijão vulgar e hortícolas; e na Zambézia 123.400 toneladas de sementes diversas; em Tete distribuídas 406 ton de cereais, leguminosas e horticolas; em Nampula distribuídos 10 ton de sementes diversas; e em Maputo foram disponibilizadas 90 ton de milho, arroz, e Feijão nhemba.

No que diz respeito a campanha de sanidade animal e vegetal e fitossanitárias de Caruncho Maior dos Cereais, foram acções:

- Realizada monitoria e control da lagarta do amendoim nas Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.Em Inhambane foi estendida a rede de provedores de servicos para todos os Distritos produtores de amendoim tendo sido formado 5 a 10 provedores em cada Distrito,
- Realizados ensaios de testes de pesticidas para o controlo da lagarta, levados a cabo por estudantes da UEM. Está previsto um encontro em Inhambane para a divulgacao dos resultados de investigacao no ambito da mitigação da praga.

Quanto a campanha de vacinações públicas de pecuária e de extensão:

- Produzidas 798.595 doses de vacina contra carbúnculos em todo o País, 4.202.500 doses de vacina contra Newcastle, formados 683 vacinadores comunitarios (C. Delgado 298, Niassa 63, Nampula 66, Zambezia 90, Manica 86, e Maputo 80), realizados, em todo om País, 4.159.595 banhos carracicidas e marcados com ferro made im Mozambique 3488 bovinos com maior destaque para a Província de Nampula;
- Realizadas 2.663.957 vacinacões contra Newcastle em todo o País, 787.846 contra Carbúnculo Hemático, 314.070 contra o Carbúnculo Sintomático, 333.200 contra Febre Aftosa, 190.000 contra Dermatose Nodular, e 85.837 contra raiva em todo o País.

O plano detalhado de vacinações através dos serviços provinciais e distritais, é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 22: Vacinações

Vacinas	**Real 06**	**Plano 2007**	**Real 2007**
Carbúnculo Hemático	738,192	**802,986**	**787.846**
Carbúnculo Sintomático	293,267	**319,604**	**314.070**
Brucelose	73,100	**74,380**	
Febre Aftosa	327,826	**465,016**	**333.200**
Dermatose Nodular	128,676	**352,023**	**190.000**
Newcastle Sector Familiar	2,300,384	**2,700,445**	**2.663.957**
Raiva	115,384	**120,744**	**85.837**
Tuberculina	12,150	**131,392**	

No âmbito do fomento da cultura do caju:

- Tratados 3.388.710 cajueiros, beneficiando 113.652 famílias;
- Em Nampula foram limpos 2.471.496 cajueiros, beneficiando 106.671familias das quais 95,427 chefiadas por homens e 11,244 por mulheres, e realizadas podas em 145,000 Cajueiros. Na Zambézia foram limpos 274.410, podados 205.489 cajueiros e formados 805 produtores. Em Inhambane foram podados 23.878 cajueiros e foram limpos 337.506;
- Produzidas 1.446.369 mudas enxertadas (C. Delado 92.688, Nampula 1643.589, Zambézia 214.069, Sofala 400, Manica 6.675, Inhambane 216.143, Gaza 1193.470 e Maputo 79.335) beneficiando 13.238 famílias sendo que 2.082 famílias são lideradas por mulheres.;
- 574.119 Mudas distribuidas por Produtores (C. Delgado 61.272, Nampula 141.861, Zambézia 131.814, Inhambane 64.82, Gaza 139.474 e Maputo 34.474) beneficiando 13.238 famílias sendo que 2.082 famílias são lideradas por mulheres.

Quanto a melhoria da disponibilidade de insumos agrícolas:

- Realizadas 26 Feiras de Insumos nas Províncias de Nampula, Manica Gaza e Maputo beneficiando 97.000 pessoas;
- Distribuídas 124337 fruteiras diversas (Niassa 8611 fruteiras das quais 7793 exóticas e 818 nativas, Zambézia 3.881 fruteiras diversas beneficiando 78 escolas, Tete 92.231 fruteiras diversas, Sofala foram adquiridas 900 mangueiras, 3573 laranjeiras e 1500 abacateiras para plantacão nos centros de reassentamento e Maputo foram distribuídas 5.030 fruteiras diversa);
- Feita a produção local de sementes de 718 ha de milho, 227,5 ha de arroz e 1.479 ha de feijões.
- Produzida e certificada cerca de 8.000 toneladas de sementes diversas das culturas de : Milho, arroz, mexoeira, feijão vulgar, feijão nhemba e amendoim.

No âmbito do fomento da cultura da Jetropha, foi estabelecida uma montra de Jatropha no viveiro para monitorar o poder germinativo e cultivados cerca de 2,030 ha de jatropha;

Referente a promoção de construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias:

- Foram instalados 8 farmácias rurais (4 em Inhambane, 1 em C. Delgado, 2 em Niassa, e 1 em Nampula)
- Reabilitados 3.520 ha de regadio (Niassa 94, Nampula 70, Tete 20, Zambézia 45, Sofala 110,Inhambane 821, Gaza 2300 e Maputo 60).
- Montados 10 sistemas de tanques elevados na província de Sofala nos distritos de Caia (2), Cheringoma (2), Machanga (1), Maríngue (1), Chemba (1), Marromeu (1), Chibabava (1), e Búzi (1).
- Reabilitado o regadio de Licuári, feito o dimensionamento de regadio de Namacurra, Iniciada a reabilitação do regadio de Thewe-II; iniciada a construção de regadio de Mugonhane;

- Concluida a reabilitação do regadio de Ninthulo; iniciada a construção de um acude em Namarroi; concluída a construção de um acude em Morrumbala e concluido o dimensionamento do regadio de Batmziva em Nicoadala;
- Distribuídas 187 bombas de pedal em Tete, 190 bombas pedestais em Niassa e 4 em Sofala; 65 Motobombas em Sofala e Inhambane, 2 em Niassa, 4 em Zambézia, 1 em Tete, 4 em Gaza, 36 em Maputo;

Relativamente a melhoria do aceso a informação e mercados agrários, dando continuidade na recolha, processamento e divulgação da informação sobre mercados agrícolas nacionais, incluindo a disponibilidade, fluxos e preços de produtos agrícolas, assim como, o custo de transporte dos produtos, e difusão de 173 horas de programas de rádio com informação de mercado em línguas locais, foroam difundidas 134 horas de informacão sobre mercados agrícolas (Nampula 26 , Manica 6 , Maputo 10 e Cabo Delgado 92).

Quanto a promoção do desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor, foram emitindo 3,000 Licenças e certificados fitossanitários dos quais 1,200 no porto de Maputo, 1,000 no porto da Beira e 800 no porto de Nacala;

- Foram realizadas 371 inspecções a produtos diversos, emitidas 2124 licenças, 3 671 certificados fitossanitários no PIF Maputo; 237 inspecções a produtos diversos, 111 licenças e 341 certificados fitossanitários no PIF Beira e 359 inspecções a produtos diversos, 36 licenças e 766 certificados em Nacala.

No tocante a criação de incentivos e promoção da organização de produtores, foram assistidas 2.450 associações.

Em relação a melhoria ao acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável,

- Foram digitalizados 9400 processos de DUAT;
- Realizadas 18 delimitações comunitárias correspondendo a uma área de 496289 ha;
- Realizadas 92 palestras de sensibilização de divulgação da lei de terras, para um universo de 2193 pessoas, dos quais 1229 mulheres e 964 homens;

No âmbito do apoio ao estabelecimento de iniciativas locais e privadas nacionais no uso racional e sustentável das florestas,

- Foram aprovadas 12 concessões florestais: 4 em Tete, 3 em Inhambane, 1 em Sofala, 1 em Nampula, 1 na Zambezia, 1 em Cabo Delgado e 1 em Gaza;
- Foram aprovados 18 planos de maneio (3 na Zambézia, 3 em Inhambane, 5 em Tete, 4 em Nampula, 1 em Cabo Delgado, 1 em Sofala e 1 em Gaza), correspondentes a uma área de cerca de 721.622 ha.
- Foram reflorestados 4366 ha para produção industrial em Niassa e Manica;

Em matéria de provisão de informação sobre os recursos naturais existentes, destacando-se o desenvolvimento do sistema de cadastro Nacional de Terras

Único, integrado, multifuncional e digitalizado, e ainda, identificação das áreas potenciais para o maneio de Fauna Bravia, e a realização do censo faunístico,

- Concluída a 1ª fase do desenho do LIMS (*Land Information and Management System*), identificadas 10 áreas de exploração do crocodilo (recolha de ovos e captura do crocodilo) ao longo do rio Zambeze, sendo 1 emTete, 1 em Zambézia, 3 em Niassa (Nipepe, Maúa e Metarica), 1 em C.Delgado (Macomia), 2 em Sofala (Caia e Chemba), e 2 em Gaza (Mabalane e Massingir), e identificadas áreas para a gestão da fauna bravia em Inhanbane, Zambézia e Cabo Delgado.

Quanto a matéria do uso e aproveitamento da terra, foram iventariados e mapeados 389.040,82 ha em vários distritos costeiros.

Referente ao Melhoramento da fiscalização da exploração dos recursos naturais, foram fiscalizadas 426 parcelas de terra com DUAT em todo o País, com a excepção de Maputo e Gaza, recrutados novos fiscais em quase todas as provincias e realizadas 13 campanhas de sensibilização sobre a importância da fauna bravia em todo o País, onde foram colocados 4 sinais contra crocodilo nos distritos de Mopeia e Chinde (Luabo), na província da Zambézia, e abatidos 115 animais bravios, em defesa de pessoas e bens.

Quanto ao controle de queimadas, foram monitoradas a implementação do programa nacional de queimadas nas províncias de Nampula e Maputo e produzida informação sobre ocorrência de queimadas no país a partir da base de dados.

B. INFRAESTRUTURAS

CONSTRUÇÃO

Em termos globais, os indicadores apontam para um crescimento da construção de 9.9%. Este crescimento espelha o desempenho da construção empresarial que registou um crescimento nominal de 19 %, com a execução de invetimentos públicos nomeadamente na área de estradas, pontes e infra-estruturas sociais.

A ocorrência de cheias e ciclone, e as explosões do paiol de Malhazine viraram parte das atenções das actividades planificadas no PES 2007, para a reconstrução e reassentamento da vida das populações afectadas. Deste modo, as realizações de acordo com as metas traçadas para o ano de 2007 nas principais componentes do Terceiro Programa de Estradas não atingiu a meta planificada.

Tabela 23: Reabilitação de Estradas

Tipo de actividade	Plano Anual 2007	Real 2007	% Exec.
Reabilitação de estradas Nacionais*	317	164	52%
Reabilitação de estradas Regionais	610	654	107%
Manutenção periódica de estradas	1,197	1,106	92%
Manutenção de rotina de estradas	17,200	15,431	90%
Reabilitação e construção de pontes	21		

***Estradas Primárias+Secundárias**

MEDIDAS DE POLÍTICA

Estradas e Pontes

O principal objectivo do PES 2007 na área de Estradas e Pontes consistia na continuação dos trabalhos definidos no Terceiro Programa de Estradas. Durante o ano de 2007, a área de Estradas e Pontes teve as seguintes realizações conforme ilustra a tabela seguinte:

Tabela 24: Reabilitação e Manutenção de Estradas (Km)

	2003	2004	2005	2006	2007
Reabilitação de Estradas	827	819	1,375	822	817
Nacionais	235	314	574	556.5	163
Regionais	592	507	801	265.5	654
Manutenção Periódica	396	514	1,004	527.9	1,106
Manutenção de Rotina	10,592	9,653	10,705	7,783.9	15,431
Reabilitação e Montagem de pontes	15	7	5	7	1

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2007

Durante o período em análise foram reabilitados 817Km de estradas, sendo 163km de estradas nacionais e 654Km de estradas regionais.

No que concerne a estradas nacionais foram reabilitadas 163Km dos 317 Km inicialmente planificados, em que há a destacar a conclusão das obras de reabilitação dos troços N1 Maputo- Marracuene, N104 Nametil – Angoche, N6 Mutua – Inchope e em curso as obras de reabilitaão da N1 Namacurra – Rio Ligonha, o detalhe do desempenho registado, consta da tabela seguinte:

Tabela 25: Reabilitação de Estradas Nacionais

Troço a Reabilitar	Extensão em Kms	Real Física em Kms
EN1 Maputo – Marracuene	2.0	8.0
EN7 Vanduzi – Changara	12.0	0.0
EN1 Namacurra – R. Ligónha	237.0	129.7
EN6 Mutua - Inchope	12.0	12.0
EN 104 Nametil – Angoche	3.0	13.3
EN1 Jardim – Benfica	2.0	0.0
EN1 Xai- Xai – Chissibuca	13.0	0.0
EN1 Massinga – Nhanchengue	16.0	0.0
EN361 Maniamba - Metangula	20.0	0.0
TOTAL	317.0	163.0

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2007

Relativamente a reabilitação de Estradas regionais, as actividades incidiram na reabilitação de 654 Km dos 610 Km previstos no PES 2007. Esta actividade é gerida ao nível provincial no âmbito da descentralização, contudo foram seleccionadas ao nível central 3 projectos de reabilitação de estradas rurais: R445 Macarretane – Massingir, R1005 Maríngue – Gombalançai – Sena (as obras terminaram em Maio de 2007) e R452/859 Mapapa – Maniquenique (trabalhos de reabilitação em curso, estando o seu término previsto para Abril de 2008).

Quanto a reabilitação de estradas secundárias que comtlempava a estrada N361, Maniamba - Metamgula (20Km), foi concluida a adjudicação, tendo os empreiteiros se mobilizado e iniado as obras do último trismestre de 2007.

Em relação as obras de manutenção períodica foram realizadas cerca de de 1,106Km dos 1,197 Km inicialmente planificados e houve a conclusão dos trabalhos de manutenção na estrada N1 no troço Chissibuca – Maxixe.

Em relação a construção de pontes, foi concluída a construção da ponte do Guijá (Rio Limpopo), estando a ponte de Lugela (Rio Lugela), Rovuma (Rio Rovuma), Moamba (Rio Incomati) e Zambeze (Rio Zambézia) as obras em curso com o seu término previsto para 2008 com a excepção da ponte de Zambeze que esta prevista para 2009. No que concerne as obras de reabilitação, esta em curso as obras sobre a ponte Meluli (Rio Meluli) com o termino previsto para 2008 e foram também concluídas 21 estruturas de drenagem no âmbito da reabilitação de pontes na Zambézia.

No âmbito da construção de pontes na província da Zambézia, foram construídas 14 novas pontes.

No âmbito do programa e manutenção da rede nacional de estradas, foi assegurada a transitabilidade numa percentagem de 70% dos 76% Inicialmente previstos da rede de estradas classificadas. Esta situação deveu-se porque os indicadores do PARPAII, foram feitos de acordo com a antiga rede classificada de estradas que era de 25.339 Km e que actualmente são 29.341 Km.

Abastecimento de Água e Saneamento

Águas e Saneamento

Na área das águas as actividades estão viradas para a melhoria do nível de cobertura, do nível de prestação de serviços acompanhados por medidas institucionais com vista a auto-sustentabilização do abastecimento de água à população rural, urbana e peri-urbana.

Quanto ao abastecimento de Água às zonas rurais, durante o ano de 2007 foram concluída a construção e a reabilitação de 2,442 fontes dispersas dos quais 1,369 furos, 160 poços e 913 reabilitações beneficiando cerca de 1,221,000 pessoas adicionais em todo o país. Com esta execução permitiu alcançar a cobertura de 48.5%.

Tabela 26: Reabilitação e Construção de Fontes

Província	Poços		Furos		Reabilitações		Total		População servida
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	
Niassa	0	11	183	186	40	57	223	254	127,000
Cabo Delgado	0	28	48	79	117	68	165	175	87,500
Nampula	12	35	468	367	200	84	680	486	243,000
Zambézia	36	64	235	444	48	101	319	609	304,500
Tete	0	8	0	33	65	124	65	165	82,500
Manica	0	0	10	61	20	112	30	173	86,500
Sofala	0	4	10	99	40	104	50	207	103,500
Inhambane	0	0	43	66	150	153	193	219	109,500
Gaza	0	0	10	16	60	53	70	69	34,500
Maputo	0	10	10	18	65	57	75	85	42,500
Total	**48**	**160**	**1017**	**1,369**	**805**	**913**	**1870**	**2,442**	**1,221,000**

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2007

Em relação aos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA):

- Foram realizados as obras de emergência no sistema de Moma Sede na província de Nampula e por outro lado foram concluídas as obras de reabilitação dos sistemas de Nametil na mesma província e foram iniciadas as obras de reabilitação do sistema de Sussundenga na província de Manica.
- Estão em curso intervenções para a reparação/reposição de sistemas que no total irão servir a 12,720 pessoas

No âmbito do abastecimento de água as zonas urbanas, para os projectos no Quadro de gestão Delegada durante o ano de 2007 foram feitas 8,502 novas ligações domiciliárias, construídos e reabilitados 216 fontanários. Com esta execução permitiu alcançar a cobertura de 40.0% dos 38% planificados. Detalhe na tabela abaixo.

Tabela 27: Abastecimento de Água às Zonas Urbanas

Grupo	Cidade	Projecto	Novas ligações 2007		Novos fontanários2007		Fontanários reabilitados 2007	
			Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real
QDG	Maputo	Projecto de aumento da capacidade e expansão do sistema de Abastecimento de Água de Maputo	1200	2912	25	0	15	10
	Xai-Xai	Obras de construção e Extensão dos Sistema de Xai-Xai	150	470	10	30	15	0
	Chókwè	Obras de construção e Extensão do Sistema de Chókwè	100	338	3	7	-	30
	Inhambane	Obras de construção e Extensão do Sistema de Inhambane	150	422	4	7	-	0
	Maxixe	Obras de construção e Extensão do Sistema de Inhambane e Maxixe	100	517	3	25	-	0
	Beira	Expansão da Rede de Abastecimento da Cidade do Dondo	200	1131	11	2	3	0
	Quelimane	Expansão da rede "**1ª fase"**	150	322	20	22	5	0
	Nampula	Expansão da rede "**1ª fase"**	200	1825	3	59	2	5
	Pemba	Expansão da rede "**1ª fase"**	100	274	15	13	5	0
	Moatize	Reabilitação e melhoramento do Sistema	-	30	6	4	-	0
Fora do QGD	Gurué	Extensão da rede de distribuição do sistema de abastecimento de água de Gurue	150	0	5	0	-	0
TOTAL			**2500**	**8502**	**105**	**169**	**45**	**47**

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2007

No que diz respeito ao saneamento Urbano, Peri-urbano e Rural foram realizadas as seguintes actividades:

Projecto de Abastecimento de água, Saneamento e Capacitação Institucional das 4 Cidades do Sul (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chokwé):

- Iniciou a consultoria para o estudo sobre reforma;
- Em curso o processo para a contratação de consultores para a elaboração de planos directores de saneamento nos quatros Municípios.

Projecto de reabilitação do sistema de abastecimento de Água a Maputo – componente de saneamento:

- Iniciou a implementação do programa de saneamento a baixo custo Educação para Higiene das Comunidades e escolas dos Bairros de Laulane, Mahotas e Hulene A e B e estão em curso as obras de construção e fiscalização do vale de Drenagem da bacia ‘’T’’.

Ao nível de Saneamento Peri-Urbano:

- Foram construídas 9,645 latrinas melhoradas das 10,200 planificadas e que foram acompanhadas de programas de educação para higiene e beneficiaram cerca de 48,225 novas pessoas.
- Capacitação institucional dos Municípios abrangidos pelo projecto de Abastecimento de Água, Saneamento e capacitação institucional das quatro cidades (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwè).
- A taxa de cobertura para o Saneamento Urbano é de 47%.

Ao nível de Saneamento Rural

- Foram construídas 11,352 latrinas melhoradas das 2 mil planificadas que irá beneficiar cerca de 56,760 pessoas e sendo assim a cobertura em serviços de saneamento para a zona rural é de 39% contra os 37% planificados e a cobertura total de população com acesso ao serviço de saneamento foi de 42.2%.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos foram realizadas as seguintes actividades:

- Realizados 2 seminários de apresentação do relatório de estabelecimento da ARA Norte em Lichinga;
- Foram concluídas as obras de reabilitação e ampliação das instalações do sector de hidrometria de Lichinga para o funcionamento da Unidade de Gestão da Bacia do Rovuma;
- Reabilitada parcialmente o ex-sector de Hidrometria de Montepuez, incluindo aquisição do equipamento do escritório;
- Foi criado o comité da bacia do Rovuma e discutido o respectivo regulamento interno;
- Foi criada a comissão Instaladora ARA Centro-Norte e respectivas competências;
- Foram realizados encontros com os utentes para a divulgação do papel da ARA Centro- Norte;
- Foram realizados vários cursos de capacitação do pessoal técnico da ARA Centro;
- Foi iniciada a implementação do protocolo entre a ARA Zambeze e a HCB, incluindo a alocação da respectiva verba referente aos anos 2006 e2007;
- Foram concluídas as obras de um abrigo dos sistemas de aviso de cheias no âmbito de SADC-HYCOS;
- Foram concluídas as obras de escritórios e de residência em Guijá em Lionde para a transferência UGBL de Xai-Xai para Massingir e iniciada a construção das instalações definitivas da UGBL em Chókwè;
- Concluída a urbanização básica do aldeamento de Lionde e Guijá;
- Foram elaborados os projectos de construção da sede da ARA – Sul em Malhampsuene.

Recursos Hídricos

- Foram reabilitadas 62 estações hidroclimatológicas (24 estações hidrométrica e 38 pluviométricas) das 42 estações programadas (21 hidrométrica e 21 pliviométrica).

Em relação aos estudos e planeamento de bacias hidrográficas foram realizadas as seguintes actividades:

- Foi aprovada a Estratégia de desenvolvimento da bacia di rio Púngoè;
- Foi concluída a proposta da monografia da Bacia do Rio Melema;
- Foram satisfeitas as pré-condições para a implementação do acordo de crédito e foi apresentado a proposta preliminar sobre o inventário e prioridades para o desenvolvimento da Bacia das águas partilhadas (Save, Búzi e Rovuma) a nível da ARA – Norte e da ARA – Centro;

Em relação a partilha dos rios foram realizadas as seguintes actividades:

- Foi lançado o concurso para apresentação de propostas técnicas e financeiras para a realização do estudo, no âmbito do Estudo conjunto da Bacia do Limpopo – fase de inventário e diagnóstico;
- Foram concluídas as condições de base para o estabelecimento do secretariado, respectivamente o acordo financeiro entre a GTZ e a DNA em representação dos estados da LIMCOM;
- Foi realizado o estudo para o estabelecimento do Comité da Bacia do Rovuma
- Foram realizados estudos na componente dos recursos hídricos na Bacia do Maputo;
- Foi concebido um banco de dados de toda a bacia do Zambeze – Zambezi water Information System (ZAMWIS);
- Foi preparado um plano para a operacionalização da comissão da Bacia do Zambeze – ZAMCOM;
- Foram desenvolvidos Termos de Referência do grupo de trabalho para a implementação dos resultados dos estudos a iniciar o processo negocial para a revisão do acordo de 1976 sobre partilhas de águas do Rio Umbeluzi.

No Âmbito do Desenvolvimento Institucional

Sector das Estradas.

- Em relação ao reforço da capacidade de resposta dos quadros da ANE foram capacitados cerca de 57 técnicos;
- Realizado seminário sobre assuntos sociais e ambientais para os técnicos do ANE incluindo delegados, MICOA, CMM e consultores;
- Feita a revisão da actual edição do Guia Ambiental para trabalhos de Estrada em Moçambique; Implementação do plano de Reassentamento da estrada Lichinga – Montepuez em coordenação com as administrações

de Montepuez, Balama, Chimbunila, Madjune bem como o município de Montepuez.

Sector das Águas

- Foi consolidado as actividades do Grupo de Água e Saneamento (GAS);
- Foram realizadas as actividades com vista ao estabelecimento do SWAP ao nível do sector das äguas e saneamento, focalizando a primeira fase á componente de água Rural;
- Foram realizadas as actividades de levantamento e mapeamento dos sistemas de informação existentes, a elaboração do documento da estratégia do Sistema de Informação para o Sector de Águas (SINAS)

No âmbito da planificação e avaliação integrada do sector foi concluído, discutido, aprovado e disseminado o PESA-ASR.

SECTOR DE ENERGIA

A produção de electricidade e água durante o período em análise cresceu 8,4% comparativamente a 2006.

A produção total de energia foi de 16.079.937 Mwh, sendo 16.062.987 Mwh de energia hídrica e os restantes 16.950 Mwh de térmica, o que corresponde a um crescimento na ordem de 9.1%, quando comparado com o volume de produção atingido em 2006.

A produção hídrica da EDM reduziu-se em 0.1%, ou seja 216.407 Mwh contra 216.635 Mwh registados em 2006, isto porque houve uma maior disponibilidade da energia da HCB e uma sincronização do sistema da EDM e da HCB, o que foi possível planear a produção de Chicamba, Mavuzi e Coromana bem como melhorar a gestão energética e fazendo a optimização das nossas centrais hídricas.

O consumo total registado em 2007 supera o nível de consumo de 2006 em 0.4%. A MOZAL é a maior consumidora de energia eléctrica, com 7.849.236 Mwh do volume total de 9.460.450Mwh, que representa 83% do consumo total final. A Edm adquiriu em 2007 mais 38% de energia à HCB em relação ao ano de 2006.

Em termos de desempenho, a EdM realizou 92.145 novas ligações em 2007 o que corresponde a 11%, quando comparado com o ano de 2006, as quais incluem as ligações domésticas e industriais.

Em 2007, o valor das exportações de energia eléctrica atingiu 244.8 milhões de dólares americanos contra 184.2 milhões de dólares americanos registados em 2006, o que significa um aumento de 32.9% do volume de vendas no mercado externo, com destaque para o valor das exportações da HCB que superou o volume de 2006 em 31.4%, mercê do incremento das vendas ao mercado zimbabueano.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector, as acções programadas centraram-se fundamentalmente, na promoção do crescimento da produção, exportação e vendas no mercado interno de energia eléctrica, produtos petrolíferos, gás natural e seus derivados, de modo a aumentar a contribuição do sector no Produto Interno Bruto, inspecção das

actividades do sector, assim como a expansão da rede nacional de energia eléctrica para as Sedes Distritais e Postos Administrativos,

No que diz respeito ao **programa de expansão da rede eléctrica nacional**, realizaram-se as seguintes acções:

Cabo Delgado

Quanto a conclusão dos trabalhos de construção da Subestação no Posto Administrativo de Metoro e da electrificação da Vila Sede de Metoro e Mina de Grafite de Ancuabe, Sedes dos Distritos de Chiúre e Montepuez, bem como Localidades de Salawe em Metoro e Nanjua e Namanhumbir, em Montepuez;

- Reiniciado o trabalho de construção civil na Subestação de Metoro para interligar com Namapa (Eráti), assim como os trabalhos de implantação de postes da linha de Montepuez após paragem das obras do projecto por parte do empreiteiro. Devido ao mau desempenho do empreiteiro, os trabalhos de electrificação das Sedes Distritais de Ancuabe e Chiúre foram interrompidos e passaram para 2008.

No que diz respeito a continuidades dos trabalhos de desmatação, picotagem e outros com vista à electrificação dos distritos de Mueda, Muidumbe, Macomia, Meluco, Nangade, Palma, Quissanga e Ibo, no âmbito do Projecto Cabo Delgado, Fase II, a ser concluido em 2009;

- Esta em preparação a elaboração do caderno de encargos para electrificação de Nangade, Palma, Mueda e Mocímboa da Praia (Lote 1 e 2 do projecto);
- Ainda neste âmbito, foi concluída a electrificação do Posto Administrativo de Murrébwè no Distrito de Mecufi, expandidos 3 km de rede para electrificação do Bairro Alto-Gingone, na Cidade de Pemba, expandidos 7 km de rede de MT para electrificação do Muxara, na Cidade de Pemba, e ligados 14.235 consumidores.

Niassa

Quanto ao prosseguimento dos trabalhos topográficos, projecto de execução e outros para a electrificação das Sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúa, Marrupa e Metarica e Localidade de Entre Lagos, em Mecanhelas, foi lançado o concurso de empreitada para o troço Cuamba-Marrupa e elaborado o relatório de avaliação.

Prosseguimento dos trabalhos de consultoria, desenho do projecto, topografia e outros para a electrificação da Localidade de Mepica, no distrito de Cuamba, povoado de Mecunica,no distrito de Metarica, Posto Administrativo de Namicundi, no distrito de Metarica, Povoado de Vahiua no distrito de Maúa e Localidade de Matucuta, no distrito de Majune; foi elaborado o relatório de avaliação do concurso de empreitada.

Nampula

Quanto a conclusão da electrificação de Namapa, Sede do Distrito de Eráti; Sedes Distritais de Muecate, Murrupula, Moma, e Nacarôa; PAs de Chalaua em Moma, Netia em Monapo, Geba em Memba e Mutivaze, em Nampula-Rapale e Localidades de Namaíta, no Distrito de Nampula-Rapale:

- Concluída a electrificação de Murrupula e do Posto Administrativo de Geba em Memba;
- Concluída a construção da linha de Alta Tensão para Topuito, no Distrito de Moma e iniciada a electrificação da Vila-Sede de Moma no âmbito do Projecto de Areias Pesadas de Moma, e interrompidos os trabalhos de electrificação em Muecate, Nacarôa, Chalaua, Netia e Namaíta, devido ao mau desempenho do empreiteiro.

No que diz respeito ao início de execução dos trabalhos de extensão das redes para Nampula-sede, Nacala Porto- sede, Memba-sede e Mecuburi-sede, Localidade de Namina e Centro de Refugiados de Marratana no Distrito de Nampula-Rapale, foi aprovado o contracto de empreitada e esta em em curso, atualização da delimitação das zonas por electrificar.

Quanto a electrificação do Posto Administrativo de Mutivaze, em Nampula-Rapale; foi reiníciado o trabalho de construção da linha de media tensão para Vila Sede de Murrupula.

Relactivamente a conclusão do Estudo de Viabilidade com vista a construção da Barragem Hidroeléctrica sobre o rio Lúrio, em curso a avaliação do relatório do estudo, e concluida a electrificação da Vila de Itoculo e Localidade de Muelege no Distrito de Monapo, e Iniciada a montagem de contadores Pré-pagos (CREDELEC) no Distrito da Ilha de Moçambique, tendo sido instalados 900 contadores dos 2.600 alocados.

Zambézia

Quanto a conclusão das obras de electrificação de Pebane-sede, no âmbito do Projecto de Electrificação de Namacurra – Extensão para Pebane, incluindo o Posto Administrativo de Mocubela; conclusão das obras de electrificação de sede distrital de Gilé, da Subestação de Uapé, extensão da Subestação de Alto Molòcué, linhas de alta e média tensão para a electrificação das localidades de Uapé, Naquissupa e Muiane, no distrito do Gilé, e de Morrua e Marropino, no distrito de Ile;

- Terminada a construção da rede de Média Tensão, resultando na electrificação do Distrito de Pebane, incluindo o Postos Administrativo de Mocubela e Povoados Nante e Mocubela tendo sido ligados 250 novos consumidores
- Feitas 148 fundações para torres e erguidas 86 (75%) torres, concluídas as obras de construção civil da Subestação de Uapé e decorre a regulação de condutores de linha de 110 KV;
- Efectuada a aquisição de todo o equipamento para as obras e paga a indeminizações às populações que residiam na área demarcada, e concluida a linha Maganja da Costa – Uapé faltando a sua energização.

Quanto ao início das obras de electrificação das Localidades de Magiga, Ratata, e Nante, em Maganja da Costa, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Namacurra – Extensão para Pebane, foram concluidas as baixadas aos consumidores anteriormente identificados nas Localidades de Ratata, Magiga e Impaca – Distrito de Pebane, e esta em curso a aquisição de mais transformadores para as restantes localidades projectadas.

Ainda no âmbito da electrificação na província da Zambézia,

- Foram electrificadas as Localidades de Mijalane, Recamba e Marunda, no Distrito de Inhassunge;
- Electrificados os Bairros Santagua (Município de Quelimane), Mucelo novo e Magodone (Nicoadala), Malinguine (Namacurra);
- Reabilitados 6 km de rede de 11 kV em Quelimane, nos Bairros Sangariveira, Coalane II, Catequistado e Chuabo Dembe;
- Reabilitados 17 km de rede de BT em Quelimane, nos Bairros Kansa (3km), Santagua (2.5km) e Torrone Velho (3.5km), Vila Pita (1.5km), Saguar (4.5km) e Chirangano (2km);
- Montados 135 novos pontos de iluminação pública nos Bairros Kansa, Torrone Velho, Chirangano, Saguar Piloto e Aeroporto;
- Montada a rede de iluminação pública com 16 pontos de luz de 250W cada, no Campo do Benfica de Quelimane, no âmbito do Festival de Jogos Desportivos Escolares.
- Concluído o estudo de viabilidade para a implementação do Projecto da Central Hidroeléctrica de Majawa e está em curso a elaboração do Plano de Desenvolvimento pelo consórcio, visando a implementação do Projecto.

Tete

No que diz respeito ao início das obras de expansão e melhoramento das redes de distribuição de energia na cidade de Tete e Vila de Moatize, no distrito de Moatize, em curso a substituição de postes de betão em péssimo estado de utilização e iniciada obras de construção civil para montagem de PT.

Quanto ao prosseguimento das obras de electrificação de Luenha (sede do distrito de Changara), Localidades de Missawa e Mazoe no distrito de Changara, Chicoa e Chipalapala, no distrito de Cahora Bassa, foi concluída a electrificação de Luenha (Changara) e concluída a avaliação do concurso de empreitada para a electrificação das restantes localidades.

Referente ao início das obras de electrificação das Sedes Distritais de Zumbo, Tsangano, Chifunde, Mágoè (Mphende), Chiúta (Manje), Marávia (Fíngoè) e Macanga (Furancungo), foi o aprovado o contrato de empreitada pelo Governo, assim como entre a EDM e empreiteiros, para a execução das obras de electrificação das Sedes Distritais de Mágoè (Mphende) e Tsangano, e restantes cinco Sedes Distritais (Zumbo, Chifunde, Manje, Fíngoè e Furancungo).

Quanto a contratação de empreiteiros do projecto de Interligação Moçambique – Malawi, foi concluído o desenho preliminar da linha pelo consultor do projecto e

lançado o concurso de pré-qualificação de empreiteiros, cujo relatório de avaliação está na fase conclusiva.

No que diz respeito a conclusão do Estudo de Viabilidade para implementação da Central Térmica de Moatize; foi assinado a 15 de Novembro passado o acordo de princípios entre o Ministério da Energia e o consórcio constituido pelas empresas AES Southern Africa, EDM-E.P. e a Rio Doce Moçambique (RDMZ),

Quanto ao início do estabelecimento da Companhia executora com vista a Implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa,

- Assinado em Dezembro de 2007 o acordo de princípios entre o Ministério da Energia e o consórcio estabelecido (EDM, Camargo Correa e Energia Capital) visando prosseguir com as acções necessárias com vista ao desenvolvimento do Projecto.

Ainda neste âmbito, quanto a Hidroeléctrica de Cahora Bassa,

- Concluído a 27 de Novembro de 2007 o processo de reversão do controle e gestão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano, com o pagamento dos 750 milhões de dólares americanos pagos ao Governo Português, passando o GdM a ser o maior accionista detendo 85% do capital social.

Manica

Referente a conclusão das obras de electrificação de Guro-sede, Localidades de Cruzamento de Macossa, Inhazónia, Nhassacara e Nhampassa em Báruè;

- Em fase de conclusão as obras de reabilitação e ampliação da Subestação de Catandica para alimentar os locais em referência, incluindo a montagem dos transformadores em todos os locais, e iniciada a implantação de postes de MT no troço Catandica - Guro.

Quanto ao início das obras de extensão de redes para Chimoio-sede, Gondola-sede, Sussundenga-sede, Manica-sede e Posto Administrativo de Messica em Manica, foi aprovada a empreitada e em curso a elaboração de cadernos de encargos.

Refente ao início das obras de electrificação da Sede do Distrito de Macossa, Posto Adminstração de Mandie em Guro, Sussundenga Farmas no distrito de Sussundenga, Chigondore irrigação de 300ha no distrito de Gondola e Catandica irrigação de 24 farmas no distrito de Báruè, foram implantados postes de Média Tensão para electrificação das Farmas em Catandica.

Quanto a preparação de cadernos de encargo com vista a reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba.

- Foi assinado um Memorando de Entendimento entre a EDM-E.P. e a SNPower da Noruega para o estabelecimento de uma parceria para reabilitação e exploração das Centrais de Mavúzi e Chicamba, prosseguindo as acções com vista à implementação dos trabalhos da sua reabilitação e optimização.

Sofala

No que diz respeito a conclusão das obras de electrificação da Vila Sede do Distrito de Marromeu e Fábrica de açúcar - “Companhia de Sena”;

- Concluídos os trabalhos de construção civil da Subestação de Marromeu, construídas 9 fundações totalizando 242 de um total de 259, e montadas 69 torres totalizando 241 de um total de 259 torres.
- Implantados 17 pontos em madeira para a linha provisória até a chegada dos 4 postes tubulares, concluídas fundações na travessia do rio Zambeze, e concluída a montagem dos perfis metálicos das 3 fundações, na Subestação de Chimuara (Caia).

Quanto à conclusão das obras de electrificação das sedes dos Distritos de Caia e Cheringoma, bem como a electrificação dos Postos Administrativos de Murraça em Caia, Inhamitanga em Cheringoma e as Localidades de Micane em Cheringoma e Missana em Marromeu, foi concluída a electrificação da Vila Sede de Caia a 30 de Dezembro último e em curso processo de aquisição de 7 PT´s.

No que diz respeito a preparação de cadernos de encargos visando a electrificação de Chibabava-sede, Machanga-sede, Maríngue-sede, Chemba-sede e Muanza-sede, P.A.s de Muxúnguè em Chibabava, Estaquinha em Búzi, Chupanga, Nensa e Cónduè no distrito de Marromeu e Localidades de Samanda e Goonda em Chibabava, Nhamapaza em Maríngue, Bândua, Nhango, Chironda, Casa Nova, Cherimone e Nova Sofala, bem como Missão São António e Missão São José, Internato e Hospital no distrito de Búzi, Missão Mangunde e Internato em Chibabava, foi lançado o concurso de empreitada para electrificação de Chibabava –Búzi e garantido financiamento adicional pela DANIDA e NORAD.

Referente a contratação de empreiteiros para execução das obras de reabilitação da rede de distribuição da Cidade da Beira e da Vila Sede do distrito de Dondo, esta em curso a conclusão da preparação dos cadernos de encargos para lançamento do concurso de empreitadas, e concluida a pré-qualificação do empreiteiro para o apuramento das empresas com capacidade de execução.

Inhambane

Quanto a conclusão do projecto para a electrificação de Morrumbene-sede, Massinga-sede, Morrungulo em Massinga e Posto Administrativo de Cambine em Morrumbene, Localidades de Mavila, Zandamela, Chissibuca e Banguza em Zavala;

- Assinados contratos de empreitada (Lote1 e Lotes 2 e 3):
    - Lote 1: construção de 80 km de linha de 33 kV Maxixe – Murrumbene – Massinga, incluindo uma derivação de 10 km para Cambine.
    - Lote 2: Construção de 20 km de Linha SWER de Massinga a Murrungulo, construção de 24 km de linha SWER Quissico – Mavila – Banguza
    - Lote 3: Instalação de 23 Transformadores trifásicos 33/0.4kV e 100 Transformadores Monofásicos 33/0.23kV

- Obras atrasadas, o contracto com o empreiteiro foi cancelado por este não honrar com o estabelecido.

Quanto ao início das obras de extensão de redes em Inhambane-sede, Massinga-sede e Morrumbene-sede, foram expandidos cerca de 10 km de rede de BT na Cidade de Inhambane e suspensos os trabalhos devido ao mau desempenho do empreiteiro.

No que diz respeito ao início dos trabalhos de electrificação de Panda-sede e Localidades de Helene, em Zavala, Urrene e Inhassune em Panda, Nhacoongo e Chacane em Inharrime, os trabalhos foram suspensos devido ao mau desempenho do empreiteiro e feita a rescisão do contrato com o mesmo.

Refente a realização do estudo de viabilidade para a construção da Central Térmica a Gás Natural de Temane, foi autorizada a constituiçaõ do consórcio constituido pelas empresas EDM-E.P., INTELEC, Holdings, Lda que seleccionou a SUEZ International como parceiro estratégico, realizado o estudo de viabilidade para construção de uma Central.

Gaza

Quanto a conclusão das obras de electrificação de Massingir-sede, Chibuto-sede, P.A. de Zongoene no distrito de Xai-Xai, P.A. de Chalala no distrito de Manjacaze, Localidades de Canhane, Banga Comercial, Banga Novo, Banga Velho, Chitar, Makhatine, Tchaúque, Vila Mapai, Aldeia 25 de Setembro, Mashoe, Djodjo e Mahanguene no Vale do Limpopo, Chivonguene em Guijá, Chinhacanine e Mavoze em Chókwè, Madendere, Macúacuà, Aldeia das Laranjeiras, Nwadjahane, Coolela no distrito de Manjacaze ;

- Foram electrificadas as Localidades de Aldeia 25 de Setembro, Djodjo, Machinhe, Mahanguene, Zollo, Banga e Vila de Massingir no Distrito de Chokwé – Massingir e os Bairros 2 e 3 da Aldeia Julyus Nyerere e Bairro Macamwine, em Xai-Xai.
- Esta em curso a electrificação do PA de Zongoene e Localidades de Macúacuà e Nwadjahane, e
- Foi elaborado caderno de encargos, pesquisa, aprovação dos fabricantes, aquisição e aprovisionamento de materiais e transporte para o local da obra, para construção da linha Chóckwè Massingir. Contudo, já foram implantados 572 postes.

Referente a realização de trabalhos topográficos para a extensão de redes de distribuição de energia em Manjacaze-sede, Chibuto-sede, Chokwé-sede, Guijá-sede, Macia-sede, Bilene-sede e Xai-Xai-sede e localidade de Chicumbane em Xai-Xai, foi aprovado o contrato pelo Governo, estando em curso o processo de mobilização do Empreiteiro para o início das obras.

Quanto ao estabelecimento da sociedade para a implementação do projecto de construção da Barragem Hidroeléctrica de Massingir~~;~~

- Foi autorizada empresa Hidroeléctrica de Massingir, Lda, um consórcio constituído pela ARA Sul, Bruno & Lopes Moçambique Bruno Lopes/ARA SUL, integrando privados nacionais, para prosseguir com as acções necessárias com vista ao desenvolvimento do Projecto.

Foram finalizadas as negociações do preço de gás para a Central Térmica no Distrito de Chókwè.

Província de Maputo

Quanto ao início das obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação da Sede do Distrito da Manhiça, Postos Administrativos de Xinavane e Maluana em Manhiça, Mapulanguene e Motaze em Magude, Catuane em Matutuíne, Mumemo, Cumbeza-Zona Eucaliptos e Gwava em Marracuene, P.A. de Changalane e Localidade de Mahelane em Namaacha, bairros Sikwama, Tsalala, Machava, Bunhiça, Machava- Baião, Singatela, São-Dâmaso, Ndlavela, 1º de Maio, Khongolote e Tchumene no Município da Matola, Mahangane, Rádio Técnica, Faixa Quartel e Mahau no distrito de Matutuine;

- Assinado o contracto de empreitada e iniciada a obra, tendo sido feita a actualização da delimitação das zonas por electrifcar e feito o levantamento detalhado, estando em curso a produção dos desenhos do projecto.

No que diz respeito a conclusão das obras de construção do Centro Nacional de Despacho,

- Concluidas as obras de construção civil do Centro Nacional de Despacho e iniciadas as ligações das RTU's – (Remote Terminal Unit (Unidade Remota de Telecontrole nas subestações).

Quanto a realização do estudo de viabilidade da Central Térmica a Gás Natural no Distrito da Moamba.

- Esta em fase de conclusão o estudo de viabilidade, cuja capacidade é estimada em 22 MW em regime de energia de ponta.

Cidade de Maputo

Referente ao início das obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação dos bairros de CMC/Grande Maputo, G. Dimitrov (engraxador e Z. Springer), Zimpeto Q1, Malhazine, Inhagoia, Bagamoio, FPLM, Chamanculo, Costa do Sol, Polana Caniço, Hulene, Mavalane Faixa1, Ferroviário-estação e Pescadores, esta em curso o levantamentos topográficos e desenho das redes de Média e Baixa Tensão. Construídas novas Subestações e instalados novos equipamentos para melhor a qualidade de energia em Laulane, Mahotas e Triunfo

Quanto a realização do estudo de viabilidade da Central Térmica a Gás Natural na Cidade de Maputo, iniciada a preparação dos termos de referência para contratação de serviços de consultoria para elaboração do estudo de viabilidade técnico-económico, com uma capacidade estimada em 22 MW.

Electrificação com base em grupos geradores:

Niassa

No que diz respeito a construção de rede eléctrica para electrificação da Localidade de Matchedge no distrito de Sanga, foi seleccionado o empreiteiro que irá executar as obras de electrificação da Localidade.

Cabo Delgado

- Concluída a electrificação dos Postos Administrativos de Mucojo em Macomia e Murrébuè em Mecufi;

Quanto a montagem de grupos geradores e as respectivas redes de distribuição nos Postos Administrativos de Mazeze e Chiúre Velho no Distrito de Chiúre, Muaguide no Distrito de Meluco, foi seleccionado o empreiteiro que irá executar as obras para electrificação de Mazeze, Chiúre Velho e Muaguide e iniciadas obras de electrificação.

Nampula

Electrificada a Vila Sede do Posto Administrativo de Namaponda no distrito de Angoche;

Zambézia

Quanto a reabilitação do sistema eléctrico para electrificação do P.A de Chire no Distrito de Morrumbala e da Vila do Chinde, foi assinado o respectivo contrato de empreitada e dado o Visto do Tribunal Administrativo;

Quanto a construção das centrais e redes de distribuição de energia eléctrica em Baixa tensão das Sedes dos Postos Administrativos de Derre no distrito de Morrumbala e Tacuane no Distrito de Lugela, foi seleccionado o empreiteiro que irá executar as obras para electrificação de Dere, Chire e Tacuane e iniciados os trabalhos de electrificação.

Tete

Concluída as obras de Electrificação dos Posto Administrativo administrativo de N'tengo wa Mbalame no Distrito de Tsangano;

Cancelado o contrado com o empreiteiro para a realização de obras de construção da rede eléctrica de Inhangoma (2ª fase) no Distrito de Mutarara devido ao mau desempenho.

Manica

Referente a conclusão das obras de electrificação do Posto Administrativo de Dacata no distrito de Mossurize, foi seleccionado o empreiteiro que irá executar as obras, e iniciados os trabalhos de electrificação.

Electrificação com Base em Fontes Alternativas

Sistemas Fotovoltaicos (Painéis Solares)

Tete

Electrificado o Posto Administrativo de Muze, no distrito de Zumbo;

Zambézia

Quanto a electrificação de 50 escolas rurais nos Distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Ile, Morrumbala, Manganja da Costa, Inhassunge, Lugela, Namarrói, Mopeia, Pebane e Milange, foi assinado o contrato com o empreiteiro para a realização das obras.

Quanto a electrificação de 50 centros de Saúde Rurais nos Distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Manganja da Costa, Ile, Inhassunge, Lugela,

Morrumbala, Milange, Mocuba, Nicoadala, Namacurra, Namarrói, Mopeia, Pebane e DSC Quelimane, foi assinado o contrato com o empreiteiro para a realização das obras.

Nampula

No que diz respeito a electrificação de 50 escolas rurais nos Distritos de Angoche, Nacarôa, Malema, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala Velha, Nampula, Ribáuè, Lalaua, Eráti e Ilha de Moçambique; foi lançado o concurso e seleccionado o empreiteiro para a realização das obras.

Electrificação de 50 centros de saúde rurais nos Distritos de Angoche, Erati, Lalaua, Malema, Meconha, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala-velha, Ribaué, Nacarôa e Nampula-Sede, foi lançado o concurso e seleccionado o empreiteiro para a realização das obras.

Sofala

Quanto a electrificação do Posto Administrativo de Muxúnguè, no Distrito de Chibabava,

- Foi electrificado com base em painéis solares o hospital rural de Muxúngue em Muxúngue – Distrito de Chibabava; e
- Electrificado o Posto Administrativo de Chupanga-Distrito de Marromeu com base em Sistemas Fotovoltáicos, incluindo o sistema de abastecimento de água abrangendo 3.500 beneficiários.

Niassa

Referente a electrificação dos Postos Administrativos de Lissete no Distrito de Mandimba, Ngaúma Velha no distrito de Ngaúma e Nacúmua no Distrito de Metarica, foi lançado o concurso e seleccionado o empreiteiro para a realização das obras.

Mini-Hídricas

Tete

Esta em curso a electrificação do Posto Administrativo de Kazula no Distrito de Chiúta.

Manica

Quanto a electrificação dos Postos Administrativos de Rotanda e Sembézia, no Distrito de Sussundenga, Mavonde, no Distrito de Manica, e a Localidade de Honde, no Distrito de Báruè,

- Foi lançado o concurso para selecção do consultor a realizar o estudo sócio económico com vista a construção de uma nova mini-hídrica em Mavonde e a reabilitação de um moínho hídrico e comercialização do equipamento EBAF no P.A. Rotanda;
- Esta em curso a realização de um estudo comparativo entre a instalação de uma mini-hídrica nova ou a ligação à Rede Nacional de Energia (RNE);

- Esta em fase de finalização os TOR`s para a contratação de um empreiteiro que vai encarregar-se pela construção de uma Mini-hídrica em Mavonde; e
- Concluídas as obras de reposição dos danos causados pelas chuvas intensas que se verificaram em Honde na noite de 31 de Dezembro a 01 de Janeiro de 2007.

Zambézia e Niassa

Submetido e aprovado o projecto de electrificação da comunidade do P.A. de Majaua, no Distrito de Milange na Zambézia pela Comissão Europeia no âmbito da Iniciativa de Facilidade de Energia da União Europeia.

Quanto a conclusão e divulgação dos resultados do levantamento do potencial hídrico de pequena escala, de modo a assegurar uma base de dados do potencial mini-hídrico, na Zambézia e Niassa, foi concluído o levantamento dos dados e chegado a conclusão da necessidade do seu melhoramento para a produção de uma informação fiável com base no sistema GIS (Geographic International System).

Promoção do Uso Sustentável de Recursos Energáticos Através da Diversificação de Fontes de Energia com Base na Biomassa

Zambézia

Tornou-se inviável a implementação do projecto de geração de energia eléctrica com base na casca de côco na Sede do Distrito de Chinde, no Posto Administrativo de Micaúne, e na Localidade de Bajone, no Distrito da Maganja da Costa, devido ao amarelecimento letal dos coqueiros, o que reduziu a disponibilidade de casca de côco.

Sofala e Maputo

No que diz respeito a implementação do projecto de fornos e fogões melhorados:

- Foram produzidos 800 fogões portáteis na Cidade da Beira e construídos 16 fogões institucionais em centros de saúde e educacionais, prisões e quartéis na Cidade da Beira e no Distrito de Dondo.
- Produzidos 1.000 fogões portáteis no Distrito de Magude e Marracuene e construídos 19 fogões fixos institucionais em centros de saúde e educacionais, quartéis e prisões, bem como 16 fogões fixos domésticos em residências nos Distritos de Magude, Moamba e Boane.

Restantes Províncias

Quanto a disseminação dos fornos e fogões melhorados pelas diversas Províncias do País,

- Foi realizado o curso de capacitação na produção de fogões melhorados portáteis e fixos, em Sofala, que envolveu todas as Províncias do País e que resultou na formação de 19 oleiros e 10 técnicos, sendo 1 de cada Direcção Provincial dos Recursos minerais e Energia;
- Realizados cursos da capacitação na produção de fornos melhorados em todas as províncias do país tendo resultado na formação de 28 carvoeiros em cada província;

- Capacitados formadores a nível nacional e iniciada a disseminação do projecto de fogões a nível provincial;
- Construídas Em todas as províncias infra-estruturas tais como: 1 forno para queima de peças cerâmicas o qual tem sido usado também para produção de vasos alguidares potes e outros, 2 bancadas, 1 a 2 tanques para a conservação de água, e Casa para arrumação das peças cerâmicas.

Niassa

- Foram montadas 10 fogões em 10 instituições: 1 fogão simples no Hospital Provincial, 1 fogão triplo de Cadeia Civil, 1 fogão simples no Lar do Centro de Formação de Utuculo, 1 fogão no Lar Feminino Josina Machel, 1 fogão duplo no Centro infantil Dom Luís Gonzaga e 1 fogão duplo no Lar de Estudantes da Escola Básica Agrária;

Cabo-Delgado e Nampula

- Formados oleiros em fabrico das peças cerâmicas e de tijolos.

Zambézia

- Produzidas e queimadas 350 peças cerâmicas e tijolos para montagem de fogões, e montados fogões nos seguintes estabelecimentos: Lar 25 de Setembro, IMAP, Lar dos Continuadores Cualane, Lar 1° de Julho Coalane, Lar 17 de Setembro, Cadeia Feminina de Sangariveira e Cadeia 5ª Girassol Centro.

Tete

- Produzidas e queimadas 350 peças cerâmicas e tijolos para montagem de fogões fixos. Foram montados 11 (1 fogão duplo por cada, no Hospital de Moatize, no Instituto Médio de Geologias e Minas de Moatize, Cadeia Distrital de Moatize, Orfanato São José e Centro de Apoio a Velhice, Quartel de Marinha de Guerra e Hotel Kaswende e 2 fogões por cada no Hospital Provincial de Tete e Cadeia Provincial de Tete).

Sofala

- Realizado o lançamento oficial do projecto e montados 16 fogões em 12 instituições:
    - Foram instituições beneficiárias - 1 fogão simples na Escola Especial n° 3, 1 fogão duplo por cada no Centro de Saúde de Chingussura e Centro de Apoio a Velhice; 2 fogões duplos na Brigada de Foguetes, 2 fogões de 4 bocas no centro de Instrução Militar; 3 fogões duplos na Base Aérea da Beira e 7 fogões triplo por cada no Instituto de Educação de Adultos, Instituto de Formação de Professores de Inhamizua, Centro Internato de Dondo, Instituto de Ciências de Saúde da Beira, Administração Militar e Unidade de Comandos.

Inhambane

- Produzidas e queimadas cerca de 800 peças cerâmicas para montagem de fogões fixos, beneficiadas 5 familias com fogões fixos domésticos:

- Foram instituições beneficiárias – 9 fogões duplo por cada no Hospital Rural de Chicuque, Lar de Chambone, Lar Emília Daússe, Centro de Professores Emília Daússe de Chicuque, 3 de Fevereiro, Comando da FIR, Hospital Rural de Cumbana, Hospital Rural de Jangamo, Lar Eduardo Mondlane, 2 fogões duplos e 1 fogão simples no quartel, 2 fogões triplo no Hospital de Inhambane e Cadeia Provincial de Inhambane.

Gaza

- Produzidas e queimadas 500 peças cerâmicas e cerca de 2500 tijolos de 10 e 1000 tijolos e 30 peças cerâmicas para montagem de fogões fixos, montados no total 11 fogões fixos em instituições sociais, beneficiaram-se ainda 4 famílias em fogões fixos:
    - Foram Instituições beneficiárias – 2 fogões duplos por cada no Hospital de Manjacaze e Hospital Provincial; 1 fogão duplo por cada na FIR, Escola de Artes Ofícios de Xai-Xai, Infantário Provincial e IMAP; 1 fogão triplo na Escola Secundaria Joaquim Chissano e 2 triplo na cadeia provincial.
- Foi lançado oficialmente o projecto.

Combustíveis

Quanto a divulgação e implementação do decreto que define o regime a que são sujeitas as actividades de produção, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos,

- Foi publicado o Decreto em Junho de 2007, realizados 3 seminários regionais cobrindo as zonas Norte, Centro e Sul para a divulgação do Decreto e esta em curso a nível nacional a implementação das regras atinentes ao Decreto 63/06 de 26 de Dezembro.

Esta na fase conclusiva a elaboração e adopção dos regulamentos técnicos sobre as normas de construção de infra-estruturas de armazenagem, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e gás natural, bem como sobre as normas de segurança no seu transporte.

Esta em fase de elaboração a conclusão do Estudo de Viabilidade para a produção de GPL a partir de componentes do gás natural.

Quanto a continuidade da implementação do Projecto de Expansão do Uso de Petróleo de Iluminação nas zonas rurais:

- Foram identificados os locais para a expansão do projecto na Província de Niassa (Mecula, Mavago, Nipepe e Mecanhelas) e esta em processo de identificação dos operadores locais a beneficiar do financiamento para implementação do projecto;
- Beneficiados dez vendedores de petróleo de iluminação através de empréstimos feito ao FUNAE no âmbito da expansão da rede de distribuição de combustíveis nas zonas recônditas dos Distritos de Chiúre, Montepuez, Namuno, Meluco, Muidumbe, Palma e Mecufi.

Quanto ao aumento ao acesso de combustíveis para as Vilas Sedes Distritais de Marrupa e Lago na Província de Niassa, foi assinado o acordo para financiar a comercialização de combustíveis no Posto de abastecimento situado em Majune Localidade de Luambalo, Província de Niassa.

Referente a conclusão do estudo do mercado do gás natural:

- Esta em fase conclusiva o estudo de viabilidade técnica e económica para construção da rede de distribuição do gás natural na Cidade de Maputo e Distrito de Marracuene e em processo a realização de acções com vista à construção do segundo projecto armazenagem de combustíveis no Porto da Beira.

C. PESCAS

A produção pesqueira registou um decrescimento de cerca de 3.3%, com a produção comercial e de aquacultura a contribuírem para o decréscimo.

O desempenho negativo da pesca industrial e semi-industrial é explicado em grande medida, pelo facto de cerca de 20% das unidades de pesca não terem entrado para a faina. Entre os factores que ditaram a não entrada para a faina destaca-se o agravamento do preço do combustível no mercado internacional, descapitalização de grande parte dos operadores e problemas de mercado.

Tabela 28: Produção Pesqueira Global (Taxas de crescimento em %)

	2007 PL	2007 BAL
TOTAL	**3.5**	**-3.3**
EMPRESARIAL	5.4	-6.2
FAMILIAR TOTAL	0.0	0.8
FAM. COMERCIALIZADO	0.0	-1.7
AUTOCONSUMO	0.0	2.4

Contribuíram para esta queda os decréscimos registados nas capturas de kapenta, que sofreu um forte decréscimo da produção 44.5%, e a Gamba que registou um decréscimo de 24%.

Tabela 29: Produção Pesqueira Empresarial

Pescaria	2007 PL	2007 BL	
	(Toneladas)	(Toneladas)	(Taxa de cresc. real)
Lagosta	2	8	0.0%
Caranguejo	160	125	16.8%
Gamba	1,850	1,366	-24.2%
Peixe	600	658	-1.1%
Camarão*	9,200	7,701	4.2%
Lagostim	100	153	62.8%
Lulas e Polvo	160	138	21.1%
Kapenta	13,500	8,882	-44.5%
F. Acomp.	1,500	873	-49.4%
Total	**27,072**	**19,904**	

*Iclui Aquacultura

As condições climatéricas desfavoráveis estão na origem do decréscimo da captura de Kapenta, enquanto que para a captura da Gamba aponta-se a redução voluntária da capacidade de produção de por parte dos armadores devido às difíceis condições de acesso ao mercado internacional, onde das 20 embarcações alocadas para a campanha de pesca da Gamba, somente 15 se mantiveram em faina durante o ano.

A captura do Camarão do sector empresarial, excluindo a produção de aquacultura, atingiu cerca de 7 008 Toneladas, que representa 88% da produção do PES de 2007, de cerca de 8 000 Toneladas.

No global o volume de pescado (excluindo aquacultura) atingiu 19,211 toneladas.

Tabela 30: Produção de Aquacultura

Aquacultura

Pescaria	2007 PL	2007 BL	
	(Toneladas)	(Toneladas)	(Taxa de cresc. real)
Camarão marinho	1,200	693	-30.4%
Algas marinhas	30	69	360.0%
Peixe	70	145	173.6%
Total	**1,300**	**907**	

A produção de camarão de aquacultura atingiu 693 Toneladas que representa 58% da produção do PES de 2007, de cerca de 1 200 Toneladas. A queda resulta, essencialmente, do encerramento de uma das três importantes unidades de aquacultura em Maio de 2007.

Tabela 31: Produção Pesqueira Artesanal

Pescaria	2007 PL	2007 BL	
	(Toneladas)	(Toneladas)	(Taxa de cresc. real)
Lagosta	5	33	560.0%
Caranguejo	170	105	-40.0%
Peixe	50,000	41,537	-27.7%
Peixe Águas Interiores*	7,000	14,425	
Camarão	2,000	781	-42.9%
Acetes	-	1,946	-3.6%
Cefalópodes	200	540	118.6%
Tubarão	600	720	-7.2%
Outros	1,500	2,176	12.9%
FAcomp.		5,522	
Total	**61,475**	**67,785**	

A Pesca Artesanal registou a produção de 67 785 Toneladas contra 61,475 Toneladas de volume de pescado de 2006. De referir que grande parte da informação do balanço da pesca artesanal reporta apenas até ao mês de Novembro de 2007.

Registou-se um elevado nível de captura do peixe de aguas interiores, de 14, 425 toneladas em relação a 7, 000 Toneladas planificadas. Este nível de recolha, deve-se ao aumento da área de amostragem, tendo sido incluído os dados de Massingir e Niassa.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector as acções desenvolvidas visavam fundamentalmente continuar a prosseguir o seu objectivo central que é de contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável das pescas com realce na melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras. Assim durante a ano de 2007 foram desenvolvidas as seguintes acções:

No Âmbito da Pesca Artesanal,

- Realizado o II Censo Nacional da pesca artesanal cobrindo águas marítimas e interiores, cujo processamento de dados foi concluído;
- Foram desenvolvidas actividades de extensão pesqueira que consistiram na pesca experimental e disseminação das técnicas e artes de pesca, na introdução experimental de motores de baixo custo, na capacitação em técnicas melhoradas de pesca, manuseamento, processamento e conservação de pescado e organização das comunidades pesqueiras;
- Realizada capacitação em técnicas melhoradas de pesca, processamento e manuseamento de pescado, envolvendo um total de 831 pescadores artesanais e processadores nas províncias de Cabo Delgado (173), Niassa (56), Nampula (115), Tete (114), Zambézia (174) e Inhambane (178);
- Capacitados, em matéria de Poupança e Crédito Rotativo, um total de 3,310 beneficiários, dos quais 44% são mulheres nas provincias de Cabo Delgado (36), Nampula (148), Zambézia (234).

No que se refere a Aquacultura, foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Ministros a Estratégia de Desenvolvimento de Aquacultura.

Na aquacultura comercial, destacou-se as seguintes accões:

- Monitoria das actividades nas três empresas de aquacultura comercial nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Sofala.
- Início de consultas à indústria para discussão e enriquecimento do Código de Conduta, com vista a uma produção de camarão sustentável,
- Actualização do inventário das potencialidades para desenvolvimento de aquacultura marinha na zona costeira das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

No dominio da piscicultura,

- Feita a promoção da prática de piscicultura nas zonas do interior, consistindo na implementação de técnicas melhoradas de aquacultura, apoio às iniciativas de desenvolvimento da piscicultura, capacitação dos piscicultores e extensionistas, e avaliação das potencialidades para o desenvolvimento de aquacultura de água doce;
- Concedida assistência técnica, que consistiu na avaliação da metodologia de construção e do estado de conservação dos tanques, do nível de desenvolvimento do peixe através de ensaios de pesca, e das técnicas de administração do alimento aos peixes;

- Treinados e capacitados piscicultores e extensionistas sobre as Metodologias de Poupança e Crédito Rotativo e promovidas acções que visam garantir o acesso ao micro-crédito para as comunidades pesqueiras nas zonas de intervenção.

No que diz respeito a Investigação Pesqueira,

- Feita a monitoria e avaliação do estado de exploração dos recursos pesqueiros tendo registado um crescimento significativo devido a realização no último trimestre de um Cruzeiro abrangente de Investigação ao longo de toda a costa maritima moçambicana até os 800 metros de profundidade onde foram colhidos dados dos principais recursos de valor comercial e informação ambiental;
- Dada continuidade a avaliação do estado de exploração do camarão no Banco de Sofala, da gamba e da pescaria a linha;
- Feita a monitoria e avaliação do estado do recurso tendo sido realizado um cruzeiro de avaliação do Manancial de Kapenta;
- Realizado um cruzeiro de investigação, no que diz respeito a pescaria de gamba, com o navio de investigação espanhol durante um mês, e elaborado e divulgado o relatório dentro e fora do sector;
- Realizados 15 estudos específicos, que incluem camarão branco, garoupa, robalo, tilápia, magumba e outros pequenos pelágicos, com alguns relatórios dos estudos já concluidos.

Na área de investigação de aquacultura, as actividades realizadas incluem a manutenção, renovação e limpeza da cultura de micro algas e a conclusão do trabalho de campo do estudo aquícola e hidro-biológico da Baía de Pemba, bem como a instalação do Laboratório de Produção de Alevinos de Tilápias em Marracuene.

Quanto a pesca desportiva, realizado o Censo de Pesca Desportiva e Recreativa para todas as 4 províncias da Zona Sul (Maputo Província, Maputo Cidade, Gaza e Inhambane); e está em curso o processamento dos dados.

No que concerne a Inspecção e Controle de Qualidade do Pescado,

As acções realizadas neste âmbito centraram-se na implantação institucional e autonomização do Instituto Nacional de Inspecção do Pescado (INIP) ao nível das províncias. Para o efeito,

- Foi criada a Delegação de Sofala e reabilitadas as instalações da Delegação do INIP na Província de Maputo,
- Iniciados os preparativos da instalação de uma Delegação e uma Representação do INIP na Província de Nampula nos Distritos de Angoche e Nacala respectivamente, estando num estágio avançado, tendo sido reabilitados os escritórios que irão albergar a Delegação e adquirida na mesma Cidade uma residência para o Delegado.
- Feita a revisão dos procedimentos para o Licenciamento e Certificação Sanitária, tendo sido publicado no Boletim da República e em brochuras disseminadas junto à indústria.

De forma a tornar mais eficaz o processo de licenciamento, e certificação sanitária,

- Foi consolidada a base de dados de licenciamento e desenvolvida a base de dados de Certificação Sanitária e Laboratórios.
- Foram adquiridos diversos equipamentos de laboratório para a realização de análises de metais pesados, representando uma mais valia para o sector dado que estas análises deixarão de ser feitas na África do Sul como era a prática.

Com vista a assegurar a qualidade dos produtos de pesca e de aquacultura e sua adequação às exigências do mercado internacional,

- Foi produzida e aprovada uma nova versão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Metais pesados;
- Intensificados os contactos com a indústria tendo sido realizadas acções de formação em análise de riscos de contaminação de produtos como medida tendente a assegurar qualidade desejável nos produtos pesqueiros por eles manuseados.

Por forma a reduzir a dependência dos produtos pesqueiros moçambicanos no mercado da União Europeia, o INIP em colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane, promoveu cursos tendentes a dotar a indústria e inspectores do sector pesqueiro de conhecimentos e requisitos sanitários necessários para a exportação de produtos pesqueiros para os Estados Unidos da América.

No âmbito higio-sanitário, foi possível assegurar o desenvolvimento das condições de produção e processamento, bem como da capacidade de inspecção, equiparáveis aos padrões internacionais o que permitiu assegurar os mercados de exportação dos produtos da pesca e de aquacultura.

No Âmbito da Gestão e Administração das Pescas,

- Foi concluída a primeira versão do ante-projecto do regulamento da Pesca em águas interiores, estando actualmente em curso o processo de auscultação interna;
- Concebida a estrutura do ante-projecto da nova Lei de Pescas, estando na fase de redacção do articulado;
- Aprovado por Diploma Ministerial o regime do processo de infracção de pesca e foi alterado por Diploma Ministerial o modelo de pedido de licença de pesca;
- Concluída a elaboração do Plano Nacional de Combate à pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada, e iniciada a elaboração dos planos de gestão para as pescarias de camarão do Banco de Sofala e de pesca à linha a Sul do paralelo 21ºS, bem como a demonstração na “cidade da Beira” do uso de TED´s e a supervisão do equipamento VMS a bordo das embarcações de pesca.

No que se refere ao reforço da capacidade de fiscalização, destaque vai para o afretamento por um período de dois anos de uma embarcação de fiscalização e a aquisição de duas embarcações insufláveis semi-rígidas para a realização das acções de fiscalização da actividade de pesca em águas marítimas, e foi igualmente

adquirido equipamentos para fiscalização, designadamente: 3 rádios de longo alcance, SSB HF e GPS para as províncias do interior, a saber: Niassa, Tete e Manica.

No âmbito de Infra-estruturas e Equipamento Pesqueiro,

- Reabilitado o Cais do Porto de Pesca de Angoche;
- Concluída a primeira fase do Projecto de Reabilitação do Porto de Pesca da Beira (de estudos) e lançado o concurso da empreitada;
- Foram oficialmente inauguradas as instalações do novo Laboratório de Inspecção de Pescado e de escritórios da Direcção Provincial de Pescas em Quelimane;

No âmbito dos projectos integrados de desenvolvimento comunitário, envolvendo as próprias comunidades beneficiárias destacam-se,

- Conclusão das obras de construção de quatro mercados em Nampula, Zambézia, Sofala e Cabo Delgado;
- Concluídas obras de construção de três escolas em Sofala; Construídas/reabilitadas na província de Nampula 24 fontes de água; Construídos 2 sistemas de captação de água nos Centros de Saúde em Angoche (1) e Mogincual (1);
- Fieta manutenção de vias de acesso aos centros de pesca, em Nampula: 92.5 km de estradas principais (52.5 km em Mogincual, 35 km em Angoche, 5km em Moma). Adicionalmente foram abertos 8.5 km de troços comunitários em Moma (3.5 km) e Angoche (5km). Zambezia: 166km de estrada nos distritos de Pebane (136 km), Maganja da Costa (14km) e Nicoadala (16km).

No âmbito do Fomento Pesqueiro,

- Feitas concessão de créditos aos pescadores artesanais com base nos fundos de crédito rotativo num valor total de 1,96 milhões de meticais a 239 beneficiários das províncias de Niassa (13); Nampula (13); Tete (65); Sofala (1); Manica (102); Inhambane (34); Gaza (10) e Maputo (1);
- Concedidos empréstimos a 3 Instituições Micro Financeiras no que diz respeito a linha de crédito dos projectos integrados, a: Fundo de Fomento de Pequena Indústria, AMODER e GAPI que desempenham um papel de retalhistas junto as comunidades beneficiárias;
- Concluída a construção 4 edifícios na província de Tete para o Parque de Chicôa;
- Instalada uma fábrica de produção de gelo no distrito de Machanga;
- Foram revitalizadas as actividades da empresa Mbuna Moçambique, vocacionada na exploração de peixe ornamental no Lago Niassa para exportação,
- Operacionalizado o complexo Pesqueiro de Inhambane e reinstalando a sua capacidade proditiva de 2.000 kg/dia.

Relativamente a Cooperação Internacional,

- Foi mantida a inserção de Moçambique na esfera internacional por via de participação, a nível técnico e político, em reuniões especializadas da FAO, Comissão SWIOFC, União Africana e SADC, que são espaços de diálogo para concertação da agenda de desenvolvimento das pescas e de aquicultura à escala global e regional.
- Expandida a colaboração bilateral tendo sido celebrados três novos Protocolos de Cooperação Pesqueira e de Aquicultura com Angola, Espanha e Vietname.
- Adoptados novos termos de relacionamento com a UE, por via da assinatura do Acordo de Parceria no domínio das pescas, e iniciada consultas com vista a adopção de instrumentos de cooperação com Brasil e Chile.

Recebidos donativos por 13 parceiros e empréstimos por 4 instituições finaceiras internacionais, resultando na execusão de 13 projectos nacionais e 3 no âmbito regional.

D. RECURSOS MINERAIS

A Produção de minerais registou um crescimento de 10,0% comparativamente ao ano de 2006. Este crescimento é fundamentado pelo aumento na produção de cálcario, Tantalite, Berilo, Granada Refugo, Brita, Mármores, Águas Marinha Refugo e Gás Natural.

Tabela 32: Produção de Minerais

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em (%)		
DESIGNAÇÃO	**2007 PL**	**2007 BAL**
Carvão	76.2	-42.4
Bauxite	10.2	-21.9
Grafite	0.0	0.0
Bentonite bruta	80.5	0.0
Bentonite tratada	16.7	10.2
Bentonite triada	66.7	176.1
Bentonite Activada	0.0	0.0
Mármore em chapas	20.2	29.8
Mármore em blocos	4.9	13.3
Granada facetável	26.1	55.1
Pedras lapidadas	0.0	0.0
Ouro	19.4	11.6
Agua Marinha Refugo	16.2	29.6
Turmalinas	26.4	-99.4
Tantalite	20.8	145.1
Berilo	28.3	86.6
Areia	9.1	4.7
Calcário	58.3	766.1
Riolitos	33.3	-1.6
Granitos	0.0	0.0
Dumortiorite	10.0	-90.5
Gás Natural	1.9	2.3
TOTAL	**11.0**	**10.0**

A Produção de Cálcario, registou uma evolução significativa, tendo atingido 1,350,000.0 Toneladas contra 155,870.0 Toneladas produzidas no ano de 2006, representando um crescimento de 766.1%.

A produção de tantalite tem estado a observar índices positivos nos últimos anos. Com efeito a produção registou crescimento na ordem de 145% comparativamente ao exercício de 2006, portanto acima das previsões. A produção de tantalite aumentou como resultado da melhoria da planta de processamento em Marropino que trará um maior aproveitamento dos recursos minerais.

As perspectivas de produção do carvão mineral apontavam para um crescimento de cerca de 76,2%. Contrariamente, apenas produziu-se 23.601,5 toneladas contra 40,952.6 produzidas em 2006, representando decréscimo de 42.4% devido ao encerramento temporário da mina subterrânea de Chipanga XI em Moatize por razões de segurança.

O crescimento negativo (-21.9%) da produção de Bauxite em Penha Longa, Distrito de Manica, deveu-se ao corte constante de fornecimento de energia e a dificultade de acesso.

A produção de Argila não se apresenta com índices satisfatórios, onde os constrangimentos observados durante o I Semestre afectaram sobremaneira o índice anual, com a produção de 22,000.0 toneladas contra 22,051.9 Toneladas produzidas em 2006.

O gás natural observou um crescimento de 2,3% continuando com o maior peso na estrutura global do sector, sendo a sua contribuição determinante para o nível global.

Teve início em Maio de 2007 a produção das areias pesadas de Moma. Para o ano foram produzidas 175.644 toneladas de concentrado. O processo de Separação do concentrado é feito por fases. Em 2007 apenas ocorreu a primeira fase onde o concentrado é extraído e mantido em stock, para posterior obtenção do zircão e o rutilo. Assim, registou-se a produção de 141 mil toneladas de ilmenite contra as 350 mil planificadas, 26 mil toneladas de zircão contra 30 mil planificadas e 8.8 mil toneladas de rutilo contra 9 mil toneladas planificadas.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector as políticas programadas preconizavam a promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados, de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, elaboração e publicação de cartas geológicas, reabilitação e expansão das estações sismográficas do país, exploração mineira em pequena escala e artesanal e, promoção da instalação de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais no país. Para este efeito, durante 2007 foram desenvolvidas as seguintes acções:

Área Geológica

No que se refere aos programas de promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias, nas áreas que vai de Quelimane a Quinga, na Províncias de Zambézia e Nampula, respectivamente, destaca-se o seguinte:

- Prossecução dos trabalhos de prospecção e pesquisa de minerais pesados nas áreas licenciadas ao longo da faixa costeira, que incluem as áreas acima programadas, que permitiram a identificação de mais reservas no jazigo de areias pesadas de Moma;
- Início da produção de concentrado de minerais pesados.

Quanto à prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias nomeadamente Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaúne, Deia, Pebane e o desenvolvimento dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Moebase:

- Concluídos os estudos aero-fotográficos e do modelo digital do terreno em Xai-Xai e Chongoene na Província de Gaza e Jangamo na Província de Inhambane.
- Feito o mapeamento geológico para a classificação dos solos com vista a selecção dos locais de sondagens mecânicas.
- Realizados estudos sobre o ambiente social das comunidades residentes nas áreas de pesquisa.
- Prosseguiram os trabalhos de prospecção e pesquisa nas áreas licenciadas em Micaúne, Deia e Pebane na província da Zambézia;
- No projecto de areias pesadas de Moebasse, foram realizados teste mineralógicos adicionais para o desenho da planta de processamento;
- Entregue e validado o Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Projecto das Areias Pesadas em Chibuto. E esta em processo a realização de testes laboratoriais para a caracterização dos minerais pesados.

No que diz respeito a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e de aguás minerais e terminais do país,

- Esta em processo a colheita de amostras de argilas para análises laboratoriais de aptidão para a produção de materiais de cerâmica pelas populações locais, e
- Realizados trabalhos de campo em Mutamba, Distrito de Jangamo; Inharrime; em Jofane, no Distrito de Govuro; Nova Mambone; Vilanculos e Panda, na província de Inhambane e elaborado o projecto de inventariação de águas minerais e termais, prevendo-se para segundo trimestre de 2008 o início de trabalhos de campo.

Referente a elaboração e publicação das cartas geológicas com base no mapeamento geológico de base,

- Concluídas e publicadas as cartas geológicas modernas e com padrão internacional na escala 1: 250 000, cobrindo todo o país, Cartas geológicas na escala 1 : 50 000 em algumas regiões potenciais em recursos minerais nas províncias de Niassa, Tete e Manica,
- Elaborados novos dados geofísicos cobrindo a parte ocidental de Moçambique, mais concretamente, as províncias de Manica, Maputo e uma parte das províncias de Tete, Inhambane e Gaza.

Quanto a garantia da continuidade da prospecção e pesquisa em áreas seleccionadas de Mocuba e de áreas designadas de senha mineira de Namunonono na Zambézia, Cuamba em Niassa, Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula

- Foram realizados trabalhos de reconhecimento nos distritos de Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula tendo sido recomendadas áreas para designação. Realizado também trabalho de campo Namunonono na província da Zambézia;
- Foi concluída a elaboração do projecto para a prospenção e pesquisa nas áreas seleccionadas de Mocuba e de áreas designadas de senha mineira de Namunonono na Zambézia, Cuamba em Niassa, Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula;

No âmbito da actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000;

- Foram realizados trabalhos de compilação (preparação dos mapas base e topográfico com rios, estradas, localidades) e edição da carta (junção e uniformização das simbologias das cartas geológicas na escala 1:250.000), estando em curso a correcção e integração de unidades geológicas, bem como a elaboração da Notícia Explicativa.
- Foram realizados trabalhos de compilação e edição da carta geológica na escala 1:250.000 de modo a garantir a actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000;

No que diz respeito ao mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000 e a elaboração da carta de Geologia de Engenharia de Maputo na escala 1:50.000;

- Realizados trabalhos de correcção da parte oriental da Carta Geológica da Catembe na escala de 1:50.000, bem como a elaboração da Notícia Explicativa;
- Estão em curso trabalhos para a produção da versão preliminar da Carta Geológica da Região da Grande Beira na escala de 1:50 000 e em curso trabalhos de correcção e elaboração da Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha de Bazaruto na escala 1: 25.000;
- Feita a recolha de informação tal como cartas de solos, dados sobre furos de água, poços, dados geotécnicos, em diferentes instituições que produzem a informação geocientífica;
- Procedeu-se a recolha de informação, inventariação e levantamentos para a produção da Carta Geo-Ambiental da Zona Metropolitana de Maputo na escala 1: 50.000.

Quanto ao trabalho de reabilitação e expansão das estações sismográficas do país, em Mueda, Mocuba e Massingir;

- Instalado um novo equipamento nas estações de Lichinga e Manica, o que permite a envio de dados de forma contínua ao Centro de Processamento e Análise de Dados Sísmicos em Maputo;

- Realizadas inspecções em Massingir, Mocuba e Mueda nas províncias de Gaza, Zambézia e de Cabo Delgado para a construção de estações sismográficas;

No concernente a promoção da realização de estudos geológicos, para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica:

- Início nas áreas adjacentes ao jazigo de Moatize, em Benga (1) e Norte do Rovubué (3), de trabalhos de mapeamento com base em dados aerogeofísicos e amostras recolhidas no local, (Mutarara, Cahora Bassa, Mucanha Vuzi e norte do Revubúe);
- Foram feitos trabalhos de recolha de amostras nos afloramentos de carvão no Distrito de Mandimba na Província de Niassa e na Bacia do Rio Lugenda na Província de Cabo Delgado e enviados para análises laboratoriais com vista a determinar a qualidade do carvão. Está em elaboração o programa de sondagens para determinação de reservas e as condições da jazida em Espungabera no Distrito de Mossurize, na Província de Manica.

Quanto a promoção da divulgação de informação geológica de base do país para identificação de novos depósitos com potencial para exploração

- Foi melhorada a base de dados geológicos através da produção de cartas geológicas na escala de 1 : 250 000 de todo o país, fazendo com que os dados aerogeofísicos existentes cubram cerca de 75% do território nacional,
- Produzidas brochuras contendo o resumo da informação geológica do país, disponíveis nas diversas instituições do MIREM e na sua página http://www.dng.gov.mz,

No que diz respeitoa a garantia da realização da XXVII reunião do Conselho Governamental do (Southern and Eastern African Mineral Centre) SEAMIC em Maio.

- Realizada de 29 a 31 de Maio, em Maputo, a 27ª Reunião do Conselho Governamental do Centro dos Recursos Minerais da África Austral e Oriental (SEAMIC), onde estiveram presentes delegados de Angola, Etiopia, Quenia, Moçambique, Tanzania e Uganda.

Quanto a a prosseguir com acções do projecto de implantação do Museu Nacional de Geologia,

- Foram concluídas as obras de reabilitação e remodelação do Museu Nacional de Geologia, aberta ao público uma nova exposição permanente sobre geologia e recursos minerais, e inaugurado o ACT/UIS Laboratórios de Moçambique, em Tete, para apoio a actividades geológico mineira, particularmente as realizadas na zona centro.

Área Mineira

Quanto a exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, pela via de assistência técnica e facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula;

- Foram realizadas acções de treinamento em Munhena, Sussundenga e Bandire, na Província de Manica tendo beneficiado as associações de mineiros artesanais locais, bem como de Muva e Jagoma dos distritos de Mogovolas e Moma, respectivamente, em técnicas de extracção e processamento de ouro.
- Concluída a construção da planta de processamento de ouro do projecto-piloto de Munhena em Manica, adquiridas bombas, mangueiras, pás, picaretas para as associações de Mimosa em Manica, Namunonono na Zambézia e Muva em Nampula, e realizadas nas Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia e Maputo acções com vista a mitigar os efeitos ambientais negativos resultantes da actividade mineira artesanal;
- Adquiridos e aluguer de equipamentos de produção a favor de duas empresas mineiras de pequena escala que se dedicam a produção de pedra para construção, sendo uma na Província da Zambézia e outra em Nampula, e adquirido equipamentos informáticos para apoiar a associação de Operadores Moçambicanos (Amomine);
- Estão em curso, na sequência de afectação de técnicos aos Distritos, as actividades de assistência técnica nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula bem como a monitoria da actividade mineira e gestão ambiental;
- Construídas quatro casa nos distritos de Lalaua (1), Nacala (1) e Moma (2) casas destinadas aos técnicos afectos.

No que diz respeito a continuidades de promoção da exploração de rochas ornamentais em Tete, Manica, Sofala e Cabo Delgado; realizou-se trabalhos de prospecção e pesquisa de rochas ornamentais nas áreas licenciadas nas províncias de Tete e Manica, e esta em processo promoção da exploração de rochas ornamentais;

Quanto a continuidade com a promoção da pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia;

- Em curso os trabalhos de prospecção e pesquisa de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia, e em curso a avaliação das reservas de minério de cobre da mina de Mundonguara, em Manica;
- Realizada a prospecção e pesquisa de ouro e metais básicos nas províncias de Manica ,Tete, Niassa, Cabo Delegado e Zambézia.
- Inaugurada a mina de ouro aluvionar na região de Mutambarico no distrito de Manica.

Quanto a promoção da instalação de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais no país, foram identificadas e reabilitadas instalações em Nampula com vista a instalação de um Centro de Gemologia e Lapidação de Gemas, estando em curso a identificação para posterior aquisição do respectivo equipamento, e realizada 1ª Feira-Bolsa Internacional de Minerais e Gemas de Moçambique nos dias 25 a 28 de Outubro onde participaram 14 expositores nacionais, e presentes cerca de 15 operadores internacionais.

Referente a promoção da exploração de jazigos de minerais industriais, tendo em vista a instalação no país de indústrias de fertilizantes;

- Foram realizados trabalhos de prospecção e pesquisa de guano em Búzi e Cheringoma na Província de Sofala, Inhassoro e Mabote na Província de Inhambane, diatomite em Manhiça, Província de Maputo e apatite em Monapo na Província de Nampula;
- Iniciado o projecto para a promoção do uso da diatomite na agricultura e pecuária na Província de Maputo e de calcário na agricultura na Província de Nampula, em coordenação com os Ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia e a Universidade Eduardo Mondlane;
- Iniciado ensaios de campo em Mafuiane, distrito de Boane, província de Maputo para o uso da diatomite na agricultura, envolvendo 13 camponeses da Associação de Regantes de Mafuiane, tendo eleitas o pepino, feijão verde, feijão nhemba e quiabo para os ensaios.
- Foi concluído o desenho do projecto para o uso da diatomite na pecuária;
- Iniciado o processo de recolha de solos para ensaios nas Províncias de Nampula, Zambézia e Niassa para o uso de calcário na agricultura.

Refente ao reforço da capacidade de fiscalização e controle da actividade mineira e divulgação da legislação mineira;

- Elaborado estudo sobre a Mineração e Comercialização de Ouro no País, e realizadas inspecções nas províncias de Maputo, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, tendo sido visitadas grande parte das áreas licenciadas.
- Apreendidos 6.300 Kg de corundo, no Distrito de Changara, Província de Tete; 113 Kg de pedras de diamante em Machipanda, Província de Manica; 8,5 Kg de turmalinas no Distrito de Bárue, Província de Manica; 24 Kg de turmalinas em Vandúzi, Província de Manaica; e 1 kg de quartzo fumado em Manica, em coordenação com a Polícia da República de Moçambique;
- Realizado em Junho último, em Nampula, um encontro com os fiscais afectos às diferentes Províncias, para o estudo e divulgação da Legislação Mineira, com enfoque para a Lei de Minas e seus Regulamentos (Regulamento da Lei de Minas e o Regulamento de Segurança Técnica e de Saúde nas Actividades Geológico-Mineiras);
- Prosseguiu-se com a afectação de fiscais nos Distritos de Murrupula, Nacala, Lalaua, Mecuburi e Nacaroa na província Nampula.
- Realizadas reuniões com os Titulares Mineiros, feita divulgação da Legislação Mineira e a troca de experiência entre os vários intervenientes sobre as formas mais sãs de desenvolver a actividade bem como permitir uma maior interacção entre os titulares,
- Revogadas 65 licenças mineiras por não cumprimento das disposições legais;

No âmbito da divulgação dos recursos minerais para atracção de investimentos e para a educação de novas gerações;

- Feita a disseminação das medidas a tomar antes, durante e depois da ocorrência de abalos sismos. Realizada uma exposição móvel nas escolas da cidade de Maputo, sobre os principais recursos minerais do país, abrangendo mais de 4 mil alunos do ensino secundário e técnico profissional;

Quanto a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semipreciosas no País como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos;

- Criadas associações de operadores mineiros artesanais de Jagoma (Nampula), Namunonono (Zambézia) e em formação as de Mulevala (Zambézia), Marilongue e Madzanidzani (Tete); e apoiada a formalização de oito associações de operadores mineiros artesanais, quatro na Província de Manica e outras quatro na Província de Niassa;

Quanto a realização da Feira de Gemas em Nampula e de Ouro em Nampula, esta em curso os preparativos para realização da 5ª Feira de gemas e ouro em Nampula, bem como a preparação e divulgação da 1ª Feira Internacional de minerais e Gemas de Moçambique.

Área de hidrocarbonetos

Referente a garantia da continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas Bacias de Moçambique e Rovuma, incluindo a aquisição sísmica, a realização de furos nos Blocos de Zambeze " onshore/offshore ", Blocos 16 e 19;

A. Bacia do Rovuma

- Aprovados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) na área 1,4 e "onshore", e tendo sido emitidas as respectivas Licenças Ambientais, e na Área "onshore" está ainda em curso o EIA para aquisição de dados sísmicos bidimensionais e implantação de furos de pesquisa.
- Adquiridos 3000 de km de dados sísmicos bidimensionais (2D) estando em curso o seu processamento bem como de duas linhas de dados antigos para comparação qualitativa, nas áreas 2,5.
- Concluídas as negociações do Contrato de Concessão de pesquisa de hidrocarbonetos para as Áreas 3 & 6 com a companhia vencedora.

Bacia de Moçambique

- Em curso a realização do estudos de avaliação dos resultados no Zambeze "offshore" do furo para definição da estratégia de pesquisa subsequente.
- Iniciados os Estudos de Impacto Ambiental para a aquisição de sísmica e abertura de furos de pesquisa nos Blocos de Sofala, M-10 e Zambeze,
- Efectuados trabalhos de amostragem geoquímica no Bloco de Inhaminga e a aquisição de 200 Kms de sísmica bidimensional (2D) cujos dados estão sendo processados e interpretados.
- Adquiridos nos blocos 16 & 19 localizados nas proximidades de Pande e Temane, os primeiros 2040 Km2 de sísmica 3D do país, os quais estão sendo processados e interpretados.

Quanto ao acompanhamento da finalização dos estudos de avaliação do Jazigo de Inhassoro que possibilitem a sua exploração comercial; foram actualizadas as reservas de todos jazigos de gás nos Blocos Pande-Temane. i.e, Campos de Gás de Pande, Temane, Temane-Este e Inhassoro.

No que diz respeito a conclusão dos estudos de uso e distribuição de Gás Natural nos cinco pontos de toma tendo em vista a implementação de projectos direccionados ao sector industrial e doméstico;

- Estão em curso diversos estudos de utilização de gás, a partir dos pontos de toma existentes para produção de electricidade e para consumo industrial e doméstico estando em consideração projectos como a Central a instalar em Temane, os projectos de produção de electricidade em Chókwe e Ressano Garcia, projecto de fábricas de cimento em Salamanga e outros projectos com base no gás natural.
- Convertidos os sistemas de produção por várias unidades industriais do complexo industrial da Matola, passando a utilizar o gás natural.

Quanto a finalização de estudos visando a expansão do Centro de Processamento do Gás e do Gasoduto,

Quanto a pesquisa adicional no Bloco de Pande-Temane, incluindo abertura de furos de pesquisa e produção de modo a incrementar as reservas e maximizar o aproveitamento dos recursos gasíferos desse bloco;

- Esta em curso uma campanha de abertura de furos de produção nas áreas de desenvolvimento de Pande e Temane onde já foram efectuados um total 11 furos, realizados trabalhos de selagem e abandono de 5 furos antigos e instalado equipamento de controle de pressão em furos seleccionados. Efectuados 6 furos de avaliação dos quais 5 em Inhassoro e 1 em Temane,
- Em curso a abertura de furos de pesquisas de gás natural área adjacente aos campos de Pande/Temane tendo em vista um melhor conhecimento do potencial de reservas de gás natural e de condensado tanto no campo de gás de Inhassoro bem como nas àreas objecto de furos de pesquisa.

Referente a finalização do estudo das opções de aproveitamento de condensado de Pande-Temane, incluindo a possibilidade do seu processamento no País, esta em análise estudos para o aproveitamento e processamento do condensado com vista a criação de valor acrescentado e maximizar benefícios para o país dado o produto ser vendido no mercado internacional após produção/estabilização.

No que diz respeito a expansão do Centro de Dados, de forma a torná-lo centro de referência nacional e internacional que providencie assistência as companhias interessadas em investir no sector de petróleos;

- Está em curso o projecto de transcrição de dados para cassetes de maior capacidade, adequando o seu funcionamento aos padrões internacionais.
- Adquiridos um Software (SMT Kingdom Suite) interactivo a ser usado na criação de projectos para avaliação do potencial em hidrocarbonetos das Bacias Sedimentares de Moçambique e instalação de um Sistema de Gestão de Dados de petróleos.

Referente a consolidação do quadro legal do sector, bem como a implementação do Instituto Nacional de Petróleos;

- Foi aprovado o regime fiscal aplicável ao sector petrolífero, instrumento definidor da forma de actuação dos investidores e para a captação de impostos gerados pelo sector, e concluída a elaboração do Regulamento de Licenciamento de Instalações Petrolíferas estando em elaboração a proposta de Regulamento ambiental específico.

Quanto a fiscalização e Monitoramento do transporte e venda de gás e condensado para utilizadores domésticos e industriais; está em curso a gestão das operações de transporte de gás natural com vista à observância das questões de ambiente, saúde e segurança bem como das quantidades transportadas/distribuídas pela empresa operadora.

Quanto a monitoramento das actividades produção e transporte de gás tendo em conta as questões de ambiente e de segurança incluindo a realização de auditorias técnicas;

- Foi efectuado o controlo e gestão de toda actividade petrolífera em especial, as questões de segurança tendo sido garantida a condução de auditorias técnicas ao empreendimento de gás natural incluindo auditorias ao sistema de medição de gás e condensado e a recepção e análise de relatórios de produção, sua integração com vista a melhor definição das reservas potenciais actuais e remanescentes.

Em relação a promoção do licenciamento de novas áreas para pesquisa de hidrocarbonetos, participou-se em diferentes eventos promocionais realizados a nível regional e internacional destacando-se: Eastern Africa Hydrocarbons Conference, Arusha – Tanzânia, Conferência de Petróleos em Águas profundas em Angola, Conferência de Petróleo e Gás organizado pelo UNCTAD no Kenya, Africa Upstream Conference, Cape Town – RAS, India Africa Hydrocarbons Conference, Nova Delhi – Índia. Lançado o 3º Concurso de Licenciamento das áreas de pesquisa da parte Central da Bacia de Moçambique.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Em 2007 a produção industrial registou um crescimento de 3,0%, a destacar a grande contribuição das empresas da divisão de indústrias alimentares e bebidas com um acumulado de 7.911,9 milhões de MT, com um peso de 15,8% na estrutura da produção industrial.

Tabela 33: Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividades

Unid/Med: 10^6MT

Descrição de Divisões	2006	2007	% Cresc	% Estrut.
Outras Indústrias Extrativas	16,1	11,2	-30,3	0,0
Indústrias Alimentares e Bebidas	7.047,9	7.911,9	12,3	15,8
Indústria do Tabaco	2.291,2	2.215,0	-3,3	4,4
Fabricação de Têxteis	84,1	86,3	2,7	0,2
Indústria de Vestuário	57,4	55,2	-3,8	0,1

Curtimenta e Fab.de Calçado	30,4	25,0	-18,0	0,0
Fabric. Papel, Cartão e seus Artigos	247,2	244,9	-1,0	0,5
Edição, Impressão e Reprod.	344,8	509,9	47,9	1,0
Fabricação de Prod. Químicos	456,1	497,5	9,1	1,0
Fab. Art. Borracha e Material Plástico	402,6	382,8	-4,9	0,8
Indústrias Metalúrgica de Base	37.054,0	37.360,5	0,8	74,5
Fab.Prod.Metálico/Maquinas e Equipamentos	163,1	162,9	-0,1	0,3
Fab. Maquinas e Equipamento N.E.	72,9	80,8	10,9	0,2
Fab. Máquina e Aparelhos Eléctrico	224,8	377,8	68,0	0,8
Fab. Veículos Auto. e Reboques	5,3	3,7	-30,1	0,0
Fab. Outro Material de Transporte	19,9	10,1	-49,3	0,0
Fab. Mobiliário; Outras Ind. Transformadoras	202,5	235,9	16,5	0,5
Total	48.720,5	50.171,4	3,0	100,0

As Indústrias Alimentares e das Bebidas teve um desempenho positivo em 2007 ao alcançar 7.911,9 milhões de MT, contra 7.047,9 milhões de MT, de 2006 o que corresponde a um crescimento de 12,3%.

O crescimento deste grupo foi influenciado positivamente pela campanha da promoção dos produtos nacionais “Made in Mozambique” e pela implementação do Diploma Ministerial nº. 99/2003 sobre o regime aduaneiro da Indústria Transformadora. Contribíram positivamente as empresas Fasorel com a instalação duma nova refinaria da produção de óleos. No que concerne às águas minerais, contribuíram positivamente a Vumba e a Alvor, A CDM-Maputo e as fábricas Coca-Cola de Chimoio e de Nampula, as quais realizaram investimentos com vista a aumentar a sua capacidade de produção.

A Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados, obteve um volume de produção na ordem de 509,9 milhões de MT em 2007, o correspondente a um crescimento de 47,9% comparativamente a 2006 que teve o seu volume de produção em 344,8 milhões de MT. As acções em curso no âmbito de promoção e consumo de produtos nacionais “Made in Mozambique” e a monitoria dos Memorandos de entendimento assinados com os vários sectores públicos que demandam produtos desta divisão (material gráfico, impressos, fichas, livro escolar) introduziram nova dinâmica no desempenho desta indústria.

As Indústrias Metalúrgicas de Base registaram um crescimento de 0.8%, onde a produção da Mozal cresceu 0,3% e mercê da participação positiva da Indústria Onda Lagoa com aumento de encomendas e produção de chapas de zinco, bem como o impacto do benefício do Diploma 99/2003 de 13 de Agosto que isenta os direitos aduaneiros à indústria transformadora.

A Indústria de Vestuário tem vindo a aumentar gradualmente os seus níveis de produção tendo alcançado 86,3 milhões de MT, contra os 84,1 milhões de MT, alcançados em 2006, crescimento este que corresponde a 2,7%. Contribuiu para o crescimento, o envolvimento das empresas nacionais no fornecimento de encomendas de vestuário no sector de Saúde, Educação, Defesa e Interior e em outros sectores públicos, espera-se melhor desempenho deste sector.

Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) registou-se um decrescimento de 30,3%. Este decrescimento deveu-se ao facto da empresa ter enfrentado problemas de avarias nas máquinas, para além das chuvas que afectaram a colheita bem como a mudança de gestão que culminou com o

redimensionamento da força de trabalho que tem maior peso nesta divisão bem como a fraca qualidade do sal produzido pela empresa facto que constitui um factor que restringe a sua exportação para o Malawi.

A Indústria do Tabaco decresceu 3.3%. A baixa produção deveu-se ao facto de prevalecer alguns constrangimentos relacionados com aprovisionamento da matéria prima pela empresa Mozambique Leaf que laborou por um período de 5 meses.

COMÉRCIO

Os resultados apurados apontam para o crescimento da actividade comercial em 9.0%, resultado do comportamento positivo do sector real, nomeadamente, o sector agrário, Indústria transformadora e Industria Extractiva, assim como o aumento líquido do fluxo comercial Internacional, reportado na balança de pagamento.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector as acções desenvolvidas em 2007, estavam orientadas para: criação de um ambiente regulamentar favorável para o desenvolvimento da industria nacional; a reactivação do sector Têxtil e Vestuário, Químico, gráfico, Metalo-mecânico; desenvolvimento sustentável de pequenas e médias empresa (PME`S); monitoria e acompanhamento as empresas privatizadas; promoção da comercialização agrícola; participação efectiva nos sistemas bilateral, multilateral e nos organismos internacionais afins, e ainda, disciplinar o exercício das actividades económicas do sector, neste âmbito, foram realizadas as seguintes actividades:

No âmbito da criação de um ambiente regulamentar favorável para o desenvolvimento da industria nacional, foi feita harmonização da Política e Estratégia Industrial, Estratégia para as PME's e Política de Concorrência;

No âmbito da reactivação do sector Têxtil e Vestuário, Químico, gráfico, Metalo-Mecanico, foram desenvolvidas no período em análise seguintes acções:

- Aprovada e publicada no BR a Política de Concorrência, iniciada a elaboração da lei da Concorrência, tendo sido produzida a proposta preliminar, a qual foi distribuida às várias instituições e Ministérios para recolha de subsídios e comentários,
- Foi aprovada a Política e Estratégia Industrial, tendo iniciado a sua implementação, e aprovada a Estratégia para as PME's,
- Aprovada a Estratégia do Sector Metalomecânico e esta em curso a elaboração da Estratégia para o sector Têxtil e Vestuário;
- Esta em processo de elaboração a Estratégia para o sector Químico e elaborados os Termos de Referência (ToR´s) para elaboração da Estratégia do sector Gráfico.

No âmbito do acompanhamento pós-privatização, foram visitadas 49 empresas nas Províncias de Maputo, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado, Sofala, Tete e Cidade de Maputo.

Quanto a prossecussão com as acções de assistência técnica aos salineiros, para garantir o consumo de sal iodato em todo o país,

- Foram realizadas acções de Supervisão que consistiram na recolha de amostras de sal iodado nos mercados formais e informais para análise, com objectivo de avaliar os procedimentos de iodização do sal nas salinas de Nampula;
- Foi introduzido um novo Programa de Assistência Técnica pela Organização *Micronutrient Initiative* (Organização Canadiana) que consistiu na distribuição de 5 máquinas de iodização de sal, cuja assistência técnica terá a duração de 2 anos;
- Foram importados 2000kg de iodato de potássio, e importado 10 laboratórios portáteis para análise do sal com o objectivo de distribuir as associações de produtores de sal;
- Foram distribuídas às associação de produtores de Nampula 5 caixas de kits de teste rápido, ao MISAU, Alfandegas e Inspecção Geral do MIC.
- Elaborados planos provinciais de acção em todo o país, que tomam em consideração as especificidades, no âmbito da monitoria da implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA) a nível nacional,

No que diz respeitoa divulgação dos mecanismos de acesso aos mercados e promoção da organização e participação das Feiras nacionais e internacionais:

- Foi feita a divulgação e monitoria dos mecanismos de acesso aos mercados preferenciais nas províncias de Nampula (Nacala), Manica, Tete e Cabo Delgado (Pemba), com maior destaque para o Protocolo Comercial da SADC e Acordos Bilaterais com Zimbabwe e Malawi;
- Contactadas diversas empresas de âmbito nacional, das quais a Premier Group prontificou-se a realizar feiras móveis em todas as províncias e numa primeira fase na zona sul;

No âmbito do cumprimento da actividade de apoio a organização dos produtores de milho, feijão e amendoim nas províncias de Niassa, Tete e Zambézia com potencial para a exportação para o Malawi destacam-se as seguintes actividades:

- Divulgada a informação de mercados e preços, através da rádio e em línguas locais de forma a alcançar os produtores em Niassa;
- Continuadas acções de compra de feijão e amendoim para exportação pelas as empresas Export Marketing, V&M e DECA
- Apoiado os produtores de Niassa e Zambézia pela Clusa em vários domínios, com destaque para a comercialização;
- Iniciada a implementação do Projecto de Apoio aos Produtores Virados ao Mercado nas províncias de Tete (Mutarara) e Zambézia (Morrumbala);

Promoção do Agro-Processamento.

- Foram desenvolvidas acções com um enfoque especial na promoção da industrialização rural através de instalação de unidades de processamento apropriada para a zona rural (em dimensão, de fácil manuseamento e manutenção, e que não exigem emprego de mão de obra especializada) com o envolvimento dos órgãos governamentais ao nível central, provincial e distrital, em parceria com o sector privado local com vista a garantir a manutenção e a disponibilidade de acessórios aos equipamentos instalados.

- Assegurada a instalação de diversos equipamentos para o agro-processamento para todas províncias,

Refente a monitoria da implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA) a nível nacional,

- Foram elaborados planos provinciais de acção em todo o país, que tomam em consideração as especificidades de cada provincia.
- Assegurada com sucesso a comercialização agrícola, campanha 2006/07, tendo-se envolvido vários operadores a nível nacional;
- Prorrogada a isenção do IVA no milho e oleaginosas destinados a agro-indústria. Esta medida visa contribuir para a redução dos custos de produção e atrair as indústrias nacionais para o consumo das matérias primas locais, reduzindo as importações.
- Disseminada a informação de mercados e preços domésticos e internacionais (através do boletim semanal do comércio, Sima, jornais e rádio) para os produtores e outros intervenientes da cadeia de valor ao nível nacional;
- Elaborado e distribuído a nível nacional o guião de feiras e mercados rurais, instrumento importante que define a metodologia sobre como organizar e realizar feiras;
- Elaborado e distribuído guia técnico de comercialização do milho para servir de instrumento de trabalho para os extensionistas, ONG's e associações económicas, sector privado, etc;
- Iniciada a elaboração da Estratégia do Desenvolvimento de Mandioca em toda a sua cadeia de valor (produção, comercialização, processamento e consumo);
- Criado um ambiente favorável que propiciou o surgimento de novas empresas de comercialização agrícola (DECA em Manica, Cereais do Zambeze em Tete, Chikira em Nampula) para além, de outros intervenientes do sector informal;
- Disponibilidos armazéns do ICM ao sector privado (exemplo: Consórcio Malonda em Niassa, Export Marketing em Cabo Delagdo, Nampula e Zambézia, V&M em Manica e Tete, DECA em Sofala e Manica, e Higest em Manica);
- Feita a monitoria do comércio fronteiriço;
- Adquiridos o milho (17.394 tons) e feijões (345 tons) no valor de US$ 3.836043, correspondentes a 99.737.118,00 MT pelo Programa Mundial de Alimentação nas Províncias de Sofala, Tete, Manica e Nampula, âmbito da promoção das compras locais de bens de consumo para a área de emergência;
- O FARE e outras instituições de micro- crédito (AMODER, GAPI, Projecto Malonda), continuaram a apoiar em financiamento os operadores comerciais nas zonas rurais, além da banca comercial para os agentes económicos interessados e elegíveis;

No âmbito dos esforços visando a elaboração do Plano Estratégico de Exportações e monitoria da implementação da estratégia de desenvolvimento das exportações de produtos de madeira, divulgação dos mecanismos de acesso aos mercados, promoção da organização e participação das Feiras nacionais e internacionais, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Feito a acompanhamento das oportunidades de negócio na área de madeiras, e lançada em parceria com o Centro de Estudos e Desenvolvimento (Cedarte) e Aid to Artisans, a iniciativa para a realização do primeiro encontro de parceria para a promoção do artesanato ao nível da província de Nampula;

Quanto a melhoria da participação do País no sistema comercial regional e multilateral, através da participação nas negociações económicas da SADC e da OMC, foram desenvolvidas as seguintes acções:

Processo de Integração Regional

- Foi elaborada e aprovada a Estratégia de Moçambique para Integração Regional da SADC;
- Está em curso em todo o país a divulgação das decisões da Cimeira dos Chefes do Estado e do Governo, sobre a Criação da Zona do Comércio Livre;
- Foram promovidos debates públicos sobre o processo de Integração Regional ao nível do sector público, privado e siciedade civil;

Negociação dos Acordos de Parceria Económica entre a SADC e a UE (APE's) e melhorar a participação do País no sistema comercial multilateral - OMC

- Foram promovidos debates públicos sobre os Acordos de Parceria Económica;
- Está em curso a negociação de Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia no grupo SADC/APE., acordo este que inclui, de entre outros assuntos, o acesso ao mercado de bens e serviços e fundos de assistência ao desenvolvimento;
- Assinado Acordo interino de modo a que as relações comerciais entre estes dois blocos sejam compatíveis com as regras da OMC e garantir o acesso ao mercado europeu nas condições preferenciais, à excepçao da RSA.
- Foi assegurada a participação e representação de Moçambique nas reuniões do âmbito da OMC;

No que diz respeito ao acesso preferencial dos produtores aos mercados dos principais parceiros de Moçambique, através da negociação dos acordos comerciais bilaterais, privilegiando os países da região de África, realizou-se o seguinte:

- Elaborado o texto final sobre o Acordo Comercial Bilateral com a Zâmbia, referente a relação as Regras de Origem, a Zâmbia propõem a aplicação das Regras de Origem da COMESA;
- Realização da comissão mista entre Moçambique e Malawi na qual foi analisada a implementação do acordo preferencial entre os dois países;

- Feita a avaliação técnica com a Suazilândia sobre o grau da implementação das decisões tomadas na segunda sessão da comissão mista entre os dois países;
- Realizada a cimeira económica bilateral entre Moçambique e a África do Sul, onde se analisou em relação a área da indústria e comercio os seguintes aspectos: (i) avaliação do memorando de cooperação económica; (ii) reflexão sobre a adesão de Moçambique à SACU, e (iii) projecto de instalação de um Complexo Metalúrgico na Matola.

Divulgação de Mecanismos de Acesso aos Mercados

- Feita a divulgação dos mecanismos de acesso aos mercados Preferenciais em coordenação com as Alfândegas de Moçambique, nas Províncias de Nampula, Sofala e Maputo – Cidade, tendo como objectivo municiar os agentes económicos nacionais, assim como agentes alfandegários, de conhecimentos necessários que permitirão sobretudo aos exportadores nacionais tirar vantagens proporcionadas pelos referidos mecanismos;
- Realizado o encontro de empresários para a Cooperação Económica entre a China e os Países da CPLP`s;
- Realizada a semana aberta sobre o sistema comercial multilateral, “Open Door’s Week” no âmbito do JITAP (Joint Integrated Techinical Assistence Programme);
- Promoção de acções que permitiram a criação de mecanismo de acesso ao mercado Malawiano para a exportação de sal, tendo-se acompanhado a visita da missão daquele país aos distritos da Ilha de Moçambique, Mossuril e Nacala, com o objectivo de divulgar a lei Malawiana sobre a importação do sal;
- Assinado um Memorando de entendimento com vista a monitoria conjunta da exportação/importação do sal iodado;
- Realizada reunião ordinária do Grupo Executivo Sectorial de Madeiras-GES-Madeiras, para análise do ponto de situação do cumprimento da Estratégia para o Desenvolvimento das Exportações de Produtos Processados de Madeira de Moçambique;
- Disseminada a informação sobre as feiras de artesanato que decorreram em Milão e Portugal, junto dos operadores desta área;
- Organizada a Feira Internacional de Maputo sob Lema Made in Mozambique –onde as Províncias estiveram representadas . A Feira contou com a participação de 15 Países (RSA, Alemanha, Angola, Botswana, Brasil, Canadá, Espanha, Macau, Portugal, Quénia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, e Vietname) e 192 expositores nacionais que obedeceram a seguinte distribuição: (20) Cabo Delgado, (6) Niassa, (13) Nampula, (17) Zambézia, (15) Tete, (51) Manica, (24) Sofala, (10) Inhambane, (14) Gaza, (8) Maputo-Província e (14) em Maputo-Cidade;
- Participação nas Feiras Internacionais do Zimbabwe, Malawi, Dar Es Salaam, Lisboa (artesanato), INTERZUM (madeiras) na Alemanha e no encontro de

compradores e vendedores em Johanesburgo, no âmbito do programa Trade África;

- Cooperação com diversas instituições nacionais e internacionais com vista a garantir o desenvolvimento integrado das exportações.

Normalização e Qualidade

- Está em curso a elaboração dos novos estatutos e do Projecto de Leis da Metrologia no contexto da criação de uma base legislativa e transparente para o desenvolvimento dos sistemas de normalização, metrologia, acreditação e ensaios no País.
- Realizados seminários de capacitação e sensibilização aos agentes económicos e a sociedade civil sobre a importância da certificação de produtos e serviços, no desenvolvimento da economia nacional.
- Aprovados 36 normas com vista a melhorar a qualidade e normalização para os seguintes sectores: alimentar: frutas, arroz, chá, castanha, banana, manga, farinha de mandioca e óleo, construção (blocos e solos), energia (símbolos gráficos para esquemas eléctricos), ambiente (sistemas de gestão ambiental - requisitos e linhas de orientação), trabalho (sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho – especificações, tipos de corrente e sistemas de distribuição);

Melhoria do Ambiente de Negócios

- Identificadas as actividades ao nível dos Ministérios que passarão a ser licenciadas de forma simplificada pelos Balcões Únicos e aprovado o Decreto que institucionaliza os BAU's;
- Desenvolvimento de acções com vista a melhoria do ambiente de negócios nos domínios da remoção de barreiras administrativas e obstrutivas ao negócio e ao investimento resultando na melhoria da posição de Moçambique no ranking do Doing Business (140º e 134º) e no reconhecimento oficial pelo Banco Mundial de Moçambique de ser um dos cinco países mais reformadores em África.
- Concluída a análise das sugestões resultantes da harmonização da primeira versão da Estratégia sobre a melhoria do Ambiente de Negócio com diversas instituições, e elaborada a Matriz e Plano de Acções da Estratégia,
- Feito o levantamento e cruzamento de informação, sobre os requisitos e procedimentos no âmbito de licenciamento de actividades económicas, onde foram descentralizadas grandes partes desta actividade para os Municípios efectuarem ao abrigo da Posturas Camarárias.
- Consolidação do diálogo permanente com o sector privado que culminou com a realização com sucesso da 10ª Conferência Anual do Sector Privado cujo tema principal foi "Desafio de Integração Regional da SADC para Moçambique".

No âmbito da promoção e incentivos no uso do sistema da Propriedade Industrial foram realizados vários seminários provinciais de divulgação do novo Código de Propriedade Industrial, de registo de marcas.

F. TURISMO

PRODUÇÃO DE RESTAURANTES E HOTEIS

O sector do Turismo tem registado nos ultimos anos crescimentos significativos. Estima-se que em 2007, tenham entrado no País cerca de 1.259.000 Visitantes, sendo o maior número as entradas para fins turisticos, tendo passado de 664.300 em 2006 para 771.000 em 2007.

A Taxa de ocupação das Instâncias Turísticas reportada no primeiro semestre de 2007, indica que as províncias de Maputo, Sofala e Cabo Delgado tiveram maior prestação. Outrossim, registou-se um incremento de número de camas licenciadas tendo passado de 15.740 em 2006 para 17.035 em 2007.

Com efeito, a produção de restaurantes, hotéis e similares, registou um crescimento de 12.8%, medido pelos indicadores de receita por turismo da balança de pagamentos, número de dormidas e movimento dos passageiros do tráfego aéreo.

Registou-se igualmente um incremento do volume de investimentos e do nº de projectos aprovados. O valor de investimentos em 2007 foi de 972 milhões de dólares americanos dos 133 projectos aprovados e em 2006 os investimentos foram de 607 milhões de dólares americanos dos 113 projectos aprovados, o que revela a tendência contínua de crescimento deste sector.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Neste sector, as acções para 2007 centraram - se na consolidação do quadro legal, requalificação dos alojamentos e estabelecimentos similares, implementação da estratégia de marketing e dos recursos humanos, melhoramento da gestão das áreas protegidas, elaboração da política de conservação, estratégia de implementação e prossecução do desenvolvimento das áreas de conservação, e intensificação do apoio financeiro ao empresariado nacional e comunidades locais. Assim, foram realizadas as seguintes acções:

No Domínio Institucional e de Recursos Humanos:

- Feita a disseminação da Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Sector do Turismo e Áreas de Conservação na zona norte em Niassa, Cabo Delgado e Nampula;
- Concluído o processo de revisão das carreiras dos profissionais do MITUR com inclusão das áreas de conservação;
- Realizados dois (2) seminários um na zona norte e outro na zona sul sobre o sistema de estatísticas do turismo;
- Realizados *workshops* sobre gestão hoteleira e turística, gestão em conservação, cursos de guias de turismo e cursos básicos de hotelaria sendo dee destacar, em Cabo- Delgado, no Municipio de Vilanculos, na provincia de Manica; em Sofala, Cidade e Provincia de Maputo, em Quelimane e em Tete.
- Divulgados os resultados do inquérito das despesas de turistas de Janeiro, Abril e Outubro de 2007 cobrindo 8 postos fronteiricos nomeadamente (Mavalane, Vilanculos, Pemba, Ponta de Ouro, Ressano Garcia, Machipanda, Giryondo e Goba).

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

- No âmbito da classificação dos Estabelecimentos de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas, de acordo com o novo sistema nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane:
    - Elaborado e descutido em Comissão técnica o projecto Estatuto Orgânico do Conselho Regulador do Turismo e,
    - Realizado o projecto-piloto nas Provincias de Inhambane, Gaza, Maputo- Cidade, com o objectivo de testar o sistema de classificação;
- Concluído e Montado o aplicativo informático de cadastro dos estabelecimentos turísticos similares e treinado o pessoal técnico no seu manuseamento;
- No prosseguimento com a regulamentação da Lei do Turismo, nomeadamente as actividades referentes ao Aluguer de Veículos para fins de Turismo e Eco turismo,
    - Elaborados, aprovados e publicados os Regulamentos de Alojamento Turistico, restauração e bebidas,e Salas de Danca, Direito de Habitacao Periodica, Transporte Turístico e Animação Turística em simultâneo
    - Elaboradas as propostas dos decretos de regulamento do Eco-Turismo e do Turismo Cinegetico;
- No que diz respeito a zoneamento da área prioritária de investimento turístico de Sussundenga e de Vilanculos, foram elaborados os termos de referência e feita a pré-selecção dos consultores.
- No âmbito do prosseguimento da simplificação dos procedimentos de aprovação de projectos turisticos, foi feita a desconcentração e descentralização atraves de tranferência de poderes para aprovação e licenciamento para o nível provincial, e para os Municípios respectivamente;
- Para consolidar o fórum de diálogo com o Sector Privado a nível regional (Sul, Centro e Norte) através do estabelecimento do código de conduta,
    - Estabelecida a comissão instaladora para criação da federação Nacional das Associações Hoteleiras de Moçambique e
    - Aprovado o código de conduta a ser divulgado e implementado em 2008.

No Domínio das Áreas de Conservação:

- Apresentado o “Relatório Preliminar de Incepção” da Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação e Elaborado o relatório de “Diagnóstico da situação actual da Conservação em Moçambique.”
- Referente ao melhoramento da gestão das áreas protegidas, através de reabilitação das infra-estruturas, fornecimento de equipamento necessário para o funcionamento dos Parques e Reservas Nacionais (Reserva Especial do Maputo, Reserva de Chimanimani, Parque Nacional do Banhine, Parque Nacional do Zinave) as acções incidiram em:

- Finalizada a reabilitação de uma casa e escritorio na Reserva Especial de Maputo;
- Reabilitada cerca de 1KM de extensão da pista de aterragem no Parque Nacional de Banhine e feita periodicamente a manutenção da pista de aterragem;
- Reabilitação e manutenção de 30KM de estradas e de 2 pontes na Reserva Nacional de Chimanimani e 37 KM de estrada no Parque Nacional de Zinave;
- Reabiltados 4 metros de ponte na Reserva de Chimanimani,

- Quanto a elaboração e implementação dos planos de maneio para a Reserva de Chimanimani e para o Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto, do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Parque Nacional das Quirimbas, e actualização e implementação do plano de maneio para a Reserva Especial do Maputo,
  - Elaborados os Termos de Referência e lançado o concurso de consultoria para a elaboração dos Planos de maneio da Reserva Nacional de Chimanimani;
  - Actualizado o plano de Maneio 2008- 2012 no Parque Nacional do Arquipelago do Bazaruto;
  - Esta em elaboração o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Parque Nacional das Quirimbas, e
  - Esta em processo de implementação o Plano de Maneio para a Reserva Especial do Maputo.
- Relativamente a melhoria do sistema de comunicação, instalando radios e repetidoras em todos os Parques e Reservas Nacionais,
- Adquiridos meios de transportes, o sistema V- SAT e computadores para os Parques Nacionais de Banhine e Zinave,
- Desenhado o sistema de Rádio nos Parques e Reservas das ACTF e Realizada a primeira fase do trabalho;
- Realizada a Implementação das medidas de mitigação do conflito Homem-animal nas áreas de conservação do país, reforçando a fiscalização, através do recrutamento, treinamento e equipamento de 20 fiscais para as Reservas de Marromeu e Gilé e para o Reserva de Pomene. Em coordenacao com a MINAG, MDN e MICOA, foi elaborado e implementado o plano de accao para mitigacao de conflitos Homem/ Fauna Bravia;
- Implementado o Sistema de Gestão, monitoria e avaliação mais adequado das actividades de caça desportiva com vista a colecta trimestral da informação relevante sobre as actividade.
- No que concerne ao estabelecimento de um “lodge” comunitário próximo a barragem de Massingir, junto ao Parque Nacional do Limpopo foi elaborado um Documento e plano conceptual para concessionamento turistico que vai viabilizar maior envolvimento do sector privado;

- Operacionalizado o posto fronteirco do Giriyondo, numa acção realizada em coordenaçãoo com Alfandegas e Migracao.

No Domínio da Promoção do Turismo:

- Divulgada estratégia de marketing no país, nas províncias de Cabo – Delgado, Niassa Nampula e Inhambane;
- No que diz respeito a Produção de uma base de dados de marketing e promoção, foi criada uma base de dados em imagem e texto sobre alguns pontos de interesse turistico do Pais;
- Para Prosseguir com a campanha de marketing, especialmente, direccionada para o mercado doméstico, a acção incidiu na:
    - Producao de brochuras, DVD´s sobre Moçambique, guias turísticos contendo informação da oferta de produtos turísticos existentes nas províncias e organizada a VI Edicao da Bolsa de Turismo de Maputo que contou com a participacao de 143 expositores, 33 expositores a mais que o ano passado.
- Produzido diverso material promocional e assegurada a respectiva distribuicao;
- Participação nas feiras de; Matka (Finlândia), ITB - Berlim (Alemanha), Indaba (Durban), BIT (Milao), BTL (Lisboa), VAKANTIBEUR(Holanda), BTM (Maputo), Expo- ZIT(Zimbabwe), CITM (China) e WTM (Londres).
- No âmbito do estabelecimento de representações do turismo nos principais mercados emissores para o país,
    - Estabelecida uma representação de Moçambique na Alemanha para os Paises de expressao Alema (Alemanha, Áustria e Suiça) e,
    - Selecionada uma empresa para promover o sector de Turismo na China.

No Domínio da Inspecção das Actividades Turísticas:

- Feitas fiscalizaçoes das actividades turisticas nas Pontas: D'Ouro, Malongane, Mamóli, Dobela, Milibangalala e no Bilene. Esta visaram o controle das ocupacoes de terra. E ainda, fiscalizados um total de 952 estabelecimento de alojamento turistico e de restauração e bebidas em todo pais, contra 491 fiscalizados no mesmo periodo do ano passado, o que corresponde ao crescimento na ordem de 194%.
- Auditadas as Direcções provinciais de Turismo de Sofala e Manica , incluindo a Reserva de Chimanimani.

No Domínio de Investimentos:

- No âmbito do projecto de construção de um estabelecimento de alojamento turístico em Mandimba, na Província de Niassa e Tsangano na provincia de Tete, foi lançado o concurso para a construção dos primeiros estabelecimentos em Mandimba, Alto Molocue, Guija e Moamba e iniciada tramitação do DUAT;

- Em curso o projecto para construção do edifício MITUR e do FUTUR, tendo sido Identificado o espaço de Construção e Concebido o anteprojecto que prevê o tipo de empreendimento a implantar.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O Sector dos transportes e Comunicações durante o exercício económico de 2007 registou um crescimento global de cerca de 20.7%. Contribuiu para este crescimento o Transporte rodoviário, Transporte Aéreo e os serviços de comunicação.

Tabela 34: Transportes e Comunicações – Taxas de Crescimento (%)

Designação	2007 PL	2007 BAL
Transporte Ferroviário	7.1	-3.0
Transporte Rodoviário	18.2	14.8
Transporte por Oleodutos	0.0	35.1
Transporte Marítimo e Cabotagem	8.0	19.7
Transporte Aéreo	10.7	28.0
Serviços relacionados com os Transportes	6.4	2.6
Servicos de Comunicações	13.1	28.4
TOTAL	**14.2**	**20.7**

No tráfego ferroviário verifica-se um decréscimo em cerca de 3% que se deve essencialmente ao facto da procura deste serviço no mercado estar partilhada com o ramo rodoviário que, com o reforço da sua frota, passou a explorar algumas rotas em que o público utente tinha também como alternativa o transporte ferroviário.

Importa, no entanto, referir que se verificou o aumento da frequência de comboios na Linha do Norte, destacando-se o troço Cuamba/Lichinga em que o número de comboios passou de 12 realizados no ano anterior para 30.

O crescimento em cerca de 35.1% no transporte de oleodutos, é reflexo da aplicação da tarifa contratual fixada em USD 1.808.000,00 para o transporte de quantidade igual ou inferior a 58.000 toneladas. O pagamento desta tarifa acordada é obrigatório quer o transporte se realize ou não.

Apesar do tráfego ter registado um crescimento significativo, se tiver em conta que a economia do Zimbabwe continua em declínio, pode-se concluir que dificilmente se poderia atingir a capacidade instalada do PIPELINE, situação agravada pelo uso de camiões no transporte de combustível da Beira para o Zimbabuè, embora a companhia goze de exclusividade desta actividade no Corredor da Beira.

O transporte Aéreo vem registando um desempenho positivo motivado pela entrada no mercado de novos operadores e à aderência do público utente às tarifas reduzidas praticadas pelas companhias aéreas.

As contribuições positivas registadas no tráfego aéreo de passageiros foram maioritariamente causadas pelo aumento do fluxo no segmento doméstico onde o número de passageiros transportados atingiu 1.102.338 contra 982.287 alcançado no ano anterior. Situação similar ocorreu no segmento regional onde o número de passageiros transportados atingiu 333.219 contra 304.339 alcançado no ano anterior.

Nas comunicações verifica-se um crescimento global de cerca de 28.4%. com o desempenho positivo da telefonia fixa e móvel.

A telefonia fixa registou um aumento de subscritores de 2,362.0 subscritores em 2006 para 3,595.0 subscritores em 2007. De igual modo, o número de subscritores de Telefonia móvel evolui de 5,412.9 subscritores em 2006 para 7,307.4 em 2007.

A destacar a cobertura pela rede fixa de 116 locais (capitais provinciais e distritos) e 85 pela rede móvel e a Conclusão de implementação do Backbone no troço Beira-Caia-Quelimane, activado à exploração comercial em 7 de Maio de 2007.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Para o ano 2007, o sector definiu como objectivos principais a continuação da melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais; participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças/exigências que ocorrem, e tornando-a, mais abrangente e dinâmica. Neste âmbito, durante o ano 2007, foram desenvolvidas as seguintes acções:

No Domínio do Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre

- Quanto ao inicio do processo de dragagem de emergência no Porto da Beira, foi feito o levantamento hidrográfico do canal e Porto Internacional da Beira, relançado em Junho o concurso para a dragagem de emergência e em negociações com as empresas adjudicicatárias para a realização das actividades em fases;
- Em relação a construção e reabilitação das infra-estruturas de acostagem para o tráfego local nas travessias de Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe:
    - Aprovado a proposta de adjudicação do contrato à empresa Teixeira Duarte para a travessia de Maputo/Catembe;
    - Em curso e na fase avançada a montagem do estaleiro na travessia de Inhambane/Maxixe, e, concluída a construção da nova laje da ponte do lado de Maxixe.
- No que diz respeito a aquisição das embarcações para as travessias de Maputo/Catembe, Inhambane/Maxixe, Beira/Búzi, Beira/Machanga e Quelimane/Recamba início-se a construção das embarcações

No Domínio dos transportes Rodoviários

- Referente a aquisição de 70 autocarros para os transportes públicos de Maputo, Beira e Nampula, foram distribuidos 65 autocarros distribuidos da seguinte maneira: Maputo (34), Beira (15), Nampula (06), Quelimane (04), Inhambane (03) e Pemba (03).

No Domínio da Segurança Rodoviário

- Quanto a campanha de troca de cartas de condução actual para cartas da SADC, iniciou a 1 de Novembro o processo de troca que se preve a sua conclusão em Dezembro de 2010;

- Como forma de aprofundar as medidas no âmbito da segurança rodoviária, priorizando a inspeção periódica dos transportes semi-colectivos de passageiros, a sinalização rodoviária e a reverificação dos critérios de acesso e emissão de cartas de condução para o serviço público, destaca-se:
    - Realização de inpecções periodicas dos transportes semi-colectivos de passageiros, com vista a certificar o estado técnico dos veículo, garantindo deste modo que só sejam licenciados veículos em bom estado técnico;
    - Elaboração do projecto de revisão e harmonização da sinalização Rodoviária no âmbito da SADC.
    - Aprovação do Regulamento de funcionamento das Escolas de Condução e o Regulamento de Exames de Condução;

No Domínio da Aviação Civil

- No âmbito da Certificação e Licenciamento dos Aeroportos de Maputo, Beira, Nampula, Pemba e Vilankulo, foi elaboração o Regulamento Específico para a Certificação e Licenciamento dos Aeroportos;

No Domínio das comunicações

- Relativamente a Expansão dos serviços de telefonia fixa, “backbone” (Linha Dorsal) para Chimoio, Tete, Quelimane, Mocuba, Gurué, Nampula, Nampula, Pemba, Cuamba, Lichinga e Caia, foi realizado o seguinte:
    - Concluída e activado a expansão dos serviços de telefonia fixa nos troços Beira-Caia-Quelimane (backbone) e Quelimane-Nampula e Nampula-Cuamba-Mocuba.
    - Em processo os trabalhos de infra-estruturação dos locais e instalação dos equipamentos de alimentação e de transmissão;
    - Em processo a mobilização de recursos para os troços Cuamba-Lichinga e Nampula-Pemba;
    - Implementado o sistema VSTA no Ile, Mopeia (Zambézia), Chemba, Chibabava, Maringue (Sofala) e em Machaze em Manica.
    - Concluida a instalação do sistema CDMA em todas as capitais provinciais assim como nos distritos e seus referidos municípios.
    - Concluida a instalação dos sistemas de telecomunicações rurais nos distritos de Massangena, Mabalane e Chicualacuala.
- Quanto a Expansão dos serviços de telefonia móvel celular para as províncias de Maputo (Catuane), Gaza (Mabalane e Maqueze), Sofala (Maringuè), Zambézia (Chinde), Tete (Ulonguè) e Nampula (Mongincual), foram acções:
    - Concluída a expansão de telefonia móvel para as províncias de Maputo (Cutuane), Sofala (Maríngué), Tete (Ulongué) e Nampula (Mogincual) e em curso a expansão da cobertura para as provincias de Gaza (Mabalane e maqueze) e Zambézia (Chinde).

No Domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

- No que diz respeito ao acompanhamento da reconstrução da linha de Sena e da reabilitação da Linha de Machipanda,
    - Foram construidos cerca de 161.2km de via no troço Dondo/Inhamitanga, e montados 45km de via no troço Inhamitanga/Marromeu e
    - Em curso trabalhos de reabiltação da Ponte Dona Ana, e
    - Feitas as seguintes actividades para a reabilitação da linha de Machipanda.
        - ✓ Troca de 16 kms de carris;
        - ✓ Troca de 23.500 unidades de Travessas de Madeira;
        - ✓ Troca de 24.000 unidades de elementos de Fixação;
        - ✓ Executados 150 km dos trabalhos de realinhamento e ataque da via; e
        - ✓ Executados 159 km dos trabalhos de depuração completa do balastro.
- No que diz respeito a reactivação das Linhas férreas de Ressano Garcia e de Goba, realizou-se o seguinte:

  Na Linha Férrea de Ressano Garcia
    - ✓ Substituídas 26.553 travessas;
    - ✓ Soldadas 350 barras longas;
    - ✓ Substituídas 450 travessas de madeira;
    - ✓ Depuração e ataque mecanizado;
    - ✓ Substituído 5 Jogos de travessas;
    - ✓ Balastragem de 44.310 Km;

  Na Linha Férrea de Goba
    - ✓ Aquisição de 1.100 toneladas de carris;
    - ✓ Realizados trabalhos de reabilitação de emergência com vista ao melhoramento do estado do troço;
    - ✓ Preparados os outros materiais para o arranque dos trabalhos de reabilitação.

No Domínio da Meteorologia

- Com vista a substituição dos sistemas de comunicação nas estações meteorológicas sinópticas por uma comunicação a base de GSM (telefonia móvel), foram substituídos os sistemas de comunicação por uma a base de GSM (Telefonia móvel), nas estações meteorológicas de Cabo Delgado (Pemba), Zambézia (Quelimane e Pebane), Tete (Tete), Niassa (Lichinga) e Manica (Chimoio).

Actividades suplementares:

- Terminado o processo de aquisição de 65 autocarros para os transportes públicos, com a recepção dos últimos 20 autocarros, tendo sido distribuídos para Maputo (34), Beira (15), Nampula (06), Quelimane (04), Inhambane (03) e Pemba (03).
- Foram identificados três projectos para criação de terminais rodoviários de passageiros, sendo um para Maputo e dois para Beira, onde decorre a mobilização de financiamento para o projecto de Maputo, enquanto que as duas terminais na cidade da Beira estão em construção;
- Concluída a instalação de equipamento de transmissão em Funhalouro (Inhambane); Machaze (Manica); Chemba, Chibabava (Sofala); Ile, Mopeia (Zambézia) e Moma (Nampula);
- Concluída a instalação da rede CDMA na zona centro (Beira), está em curso obras de construção civil e a análise da proposta submetida pelo empreiteiro à TDM nas zonas centro e sul respectivamente;
- Quanto a instalação de sistemas de telecomunicações rurais as acções incidiram na:
    - Conclusão da instalação de equipamentos em Chokwé, Macarretane, Chiambeze, Mabalane e Caniçado a norte da provincia de Gaza,
    - Conclusão da construção de maciços e âncoras em Chibuto, Camessua, Alto Changane, Nalazi, Valente Dindiza e Macuchene e em curso a construção de maciços de âncora em Chicualacuala, e Pafúri;

Em curso a conclusão da reabilitação do porto de Quelimane, reabilitação da Linha Férrea de de Ressano Garcia e em curso os trabalhos de manutenção preventiva da Linha Férrea de Goba.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

Quanto a criação de um ambiente favorável para a melhoria da competitividade, foram formados 70 empresários em matéria de Promoção da Pequena Indústria,

Está em negociação a segunda fase do Projecto PoDE que irá se basear em acções ligadas a "Competitividade e Desenvolvimento do Sector Privado", que contará com o financiamento do Banco Mundial.

Fundo de Fomento à Pequena Indústria (FFPI) aprovou 342 projectos que se espera a criação de 599 novos postos de emprego.

Fundo de Apoio á Reabilitação da Economia (FARE)

No âmbito do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE) estão em curso acções com vista a reabilitação da rede comercial rural, através de financiamento directo aos agentes económicos e/ou através de emissão de cartas de garantia.

Neste contexto, foram financiados 61 projectos, sendo (11) em Niassa, (6) Cabo Delgado, (4) Nampula, (8) Zambézia, (5) Tete, (16) Sofala, (5) Inhambane, (4) Gaza e (2) em Maputo.

No âmbito da nova filosofia do FARE, foram financiados 12 projectos de instituições financeiras rurais;

No âmbito do fomento da castanha de cajú foi estabelecido o acordo do Fundo de Garantia IV que define o limite máximo de crédito a conceder pelo BCI-Fomento SARL a cada empresa beneficiária e a quantidade de máxima de castanha de caju que se previa que fosse adquirida, a um preço estimado, por cada uma delas pelo respectivo crédito para a campanha de 2006/2007.

Está em fase de negociação com a cooperação italiana a implementação da 2ª fase do programa "Italian Commodity Aid"

No âmbito da implementação do Programa de Relançamento do Sector Privado, em 2007 foram aprovadas no âmbito deste Programa 23 novas Operações de Crédito Génerico e/ou Agrário em 4 Províncias: (2) Maputo, (18) Gaza, (2) Inhambane e (1) na Zambézia.

Valorização da Produção Nacional

No que diz respeito ao aumento da oferta de produtos nacionais e melhoria da sua qualidade e a continuidades com as acções estratégicas de Promoção da Produção, Consumo e Exportação de produtos e serviços moçambicanos, realizou-se o seguinte:

- Publicado na imprensa nacional, o regulamento sobre os critérios de concessão do direito de uso da marca "Orgulho Moçambicano. Made in Mozambique";
- Celebrados e assinados com o grupo TGV (órgão de comunicação social) e Profilmes - dois memorandos de entendimento no âmbito da promoção e divulgação do projecto "Made in Mozambique";
- Produzido e divulgado um disco e respectivo clip sobre o projecto "Made in Mozambique";
- Elaborados e implementados dois guiões sobre os procedimentos de concessão do direito de uso da marca "Orgulho Moçambicano. Made in Mozambique";
- Elaborados e divulgados 200 folhetos e 100 panfletos sobre a marca e o projecto ".... Made in Mozambique";
- Participação em sete feiras (comemorações do Nyau, VI edição da Bolsa de Turismo/2007, Feira Gastronómica, FACIM, Feira agro-processamento nas comemorações do Dia da SADC, Feira Gastronómica em Lisboa nas comemorações da semana de Moçambique e Portugal, Festival de Musica tradicional da Matola e Feira Internacional de Minerais) e nas comemorações de data nacionais festivas (7 de Abril, 1 de Maio e 25 de Junho);
- Concedidos um total de 82 entidades o direito de uso da marca "Orgulho Moçambicano Made in Mozambique";
- Realizada com sucesso a Gala das primeiras 50 entidades titulares do selo "Made in Mozambique";
- Celebrados 6 memorandos de Entendimento no âmbito da promoção e divulgação, com o sector privado e jovens, nomeadamente para a realização da 1ª Gala para as 57 primeiras entidades titulares do direito de uso do selo, para a realização do programa Televisivo denominado "TV Made in

Mozambique", a elaboração e disposição de um portal multimédia sobre o projecto "Made in Mozambique", realização de um programa ao vivo sobre o projecto "Made in Mozambique", a realização de um evento denominado "Clube do Artista Made in Mozambique" e a Câmara de Comércio de Moçambique.

Quanto ao apoio directo ao empresariado nacional por intermédio da FUTUR, através da concessão de incentivos finaceiros a 20 empreendiomentos turísticos,

- Financiada pelo FUTUR a construção de um Acampamento Turístico em Matchedge na Província de em Niassa;
- Assegurado pelo FUTUR a gestão directa e transitória do Hotel Escola Andalucia, na sequência da rescisão do contrato com a Watershed, e do Acampamento Turístico da Ponta de Ouro, na sequência da suspensão da eficácia do Despacho de Homologação do Primeiro Ministro pelo Tribunal Administrativo
- Lançados concursos para a alienação do Hotel Pomene, Casas da Praia de Zalala e um restauante e 1 casa na Chocas Mar nas Províncias de Inhambane, Zambézia e Nampula, respectivamente; e
- Em construção um Motel no Distrito de Caia, Província de Sofala.

No que diz respeito a programas de descentralização dos Micro-Créditos, para finaciar 60 projectos, através do FUTUR,

- Aprovados 36 projectos, no montante total de 10.986,50Mil MT, sendo 25 para Micro-créditos e 11 para Pós Cheias e Ciclone Fávio. Destes projectos aprovados foram desembolsados 5.077,25 Mil MT, correspondente a cerca de 60% do capital aprovado que foi de 8.586,50 Mil MT. Para o Projectos Pós Cheias e Ciclone 2007 foram desembolsados 2.050,00 Mil MT o que corresponde a 85% que foi aprovado de 2.400,00 Mts;
- Aprovados 30 projectos no valor de 750.000,00MTa nível do Projecto de Micro Créditos Descentralizados

Quanto ao financiamento das autoridades locais para construção de mercados de fruta e Cumnana, Pambara, Muxúnguè, Tica, Nicoadala e Angónia e Sanitários Públicos em Maputo, Sofala, Nampula e Cabo Delgado,

- Construído 1 mercado de fruta para 40 utilizadores, na Macia (Gaza) e outro de igual capacidade na Manhiça (Maputo) que serão entregues à gestão das autoridades municipais e distritais respectivamente.
- Realizado o levantamento sócio-económico e definido o pacote de compensação por família, para 144 famílias (pacote constituído por 1 casa, área para machamba e fruteiras sepultura e um valor monetário de estabelecimento e compensação de danos de translocação);
- Definidos os custos para reassentamento de uma família incluindo a construção de casa (240 a 350 mil Mts), e firmado contrato com a empresa vencedora (Huss construtora Lda).
- Construção e aprovação de 2 casas modelo.

- Em curso o processo de formação de uma estrutura conjunta entre Parque e Procana, para implementação do projecto de reassentamento;
- Reabilitados 5 sanitários na Ilha de Moçambique (Nampula), 2 Sanitários em Mentangula (Niassa), 1 Sanitário na Manhiça (Maputo) e 1 Sanitário na Macia (Gaza);

Quanto ao apoio na área de formação e concecção de todo o material promocional do país, entre outros, para o estabelecimento de Balções de informação turística em Vilankulos e Machipanda,

- Realizado o seminário Nacional de inspecção em Manica, e treinados no Parque Nacional da Gorongosa 46 fiscais sendo 12 para REM, 10 para PNBanhine, 17 para PNZinave e 7 para RNMarromeu.

IV.2. CAPITAL HUMANO

A. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, ao longo do ano de 2007 foi privilegiada a expansão do acesso, através de inscrição das crianças, jovens e adultos nas várias instituições de ensino e formação e recrutamento do corpo docente; a melhoria da qualidade do ensino com destaque para o desenvolvimento e consolidação dos curricula do ensino básico, introdução de novos modelos de formação de professores primários e secundários, formação em exercício de professores e o desenvolvimento institucional.

Educação Geral

No ensino geral, o número de alunos registou um crescimento de 10.4% comparativamente ao registado em 2006, mantendo-se assim a tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. Em relação ao planificado, este crescimento representa 98.1% de cumprimento do mesmo. Por níveis de ensino, registou-se um crescimento mais acentuado no ESG2 (33.7%) e no EP2 (24.2%).

Tabela 36: Evolução do Número de Alunos

Evolução do número de alunos. 2003 - 2007								
Nível	2003	2004	2005	2006	2007		% Realiz	% Cresc.
	Real	Real	Real	Real	Plano	Real	Plano	R07/R06
EP1	2,825,971	3,071,564	3,393,677	3,597,392	3,945,622	3,866,906	98.0	7.5
EP2	355,618	409,279	452,888	496,031	639,454	616,091	96.3	24.2
ESG1	141,795	168,798	210,128	257,729	307,806	313,692	101.9	21.7
ESG2	18,291	21,350	25,737	35,450	43,210	47,388	109.7	33.7
Total	3,341,675	3,670,991	4,082,430	4,386,602	4,936,092	4,844,077	98.1	10.4

A rede escolar registou um crescimento de 6.7% (+722 escolas) comparativamente ao registado em 2006, o que representa 99.7% de cumprimento do planificado.

Tabela 37: Evolução da Rede Escolar

Evolução da Rede Escolar. 2003 - 2007								
Nível	2003	2004	2005	2006	2007		% Realiz	% Cresc.
	Real	Real	Real	Real	Plano	Real	Plano	R07/R06
EP1	8,071	8,373	8,696	8,954	9,337	9,303	99.6	3.9
EP2	950	1,116	1,320	1,514	1,849	1,842	99.6	21.7
ESG1	125	140	156	216	252	252	100.0	16.7
ESG2	29	30	35	49	56	58	103.6	18.4
Total	9,175	9,659	10,207	10,733	11,494	11,455	99.7	6.7

Por províncias, o aumento registado em + 722 escolas no ensino geral, foi distribuido segundo ilustra a tabela a seguir.

Tabela 38: Número de escolas abriram e/ou introduziram níveis de ensino

Número de escolas que em 2007 abriram e/ou introduziram níveis de ensino										
	EP1		EP2		ESG1		ESG2		Total	
Província	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real
Cabo Delgado	15	14	21	26	2	2	0	0	38	42
Niassa	30	23	22	23	4	3	0	0	56	49
Nampula	99	97	47	44	7	7	3	4	156	152
Zambézia	96	96	78	78	5	7	0	0	179	181
Tete	41	32	21	21	1	0	0	0	63	53
Manica	36	24	34	31	1	1	2	2	73	58
Sofala	31	32	22	23	4	4	1	1	58	60
Inhambane	19	18	22	21	3	3	0	0	44	42
Gaza	8	2	30	19	6	6	0	0	44	27
Maputo Prov.	7	7	34	33	1	1	0	0	42	41
Maputo Cid.	1	5	4	8	2	2	1	2	8	17
Total	383	350	335	327	36	36	7	9	761	722

Educação Especial

Foram elaborados os instrumentos de recolha de informação sobre crianças com necessidades educativas especiais e teve início a sua testagem em 11 escolas (uma em cada província). A aplicação efectiva destes instrumentos está prevista para o 1º trimestre de 2008.

Em relação ao processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, importa destacar a inclusão de 62.357 crianças em todo o país, das quais 9.874 portadoras de deficiência visual, 13.157 com deficiência auditiva, 6.440 com deficiências físico-motoras, 11.859 com deficiência de aprendizagem, 6.007 com problemas de atraso mental, 4.426 com problemas de comportamento, 7.421 com problemas de fala e 3,173 com deficiências múltiplas.

Foi feita a integração de estratégias e abordagens da educação inclusiva nos novos modelos de formação inicial de professores para o ensino primário (10ª+1) e para o ensino secundário (12ª+1), através da disciplina de psico-pedagogia. Para a formação em exercício de professores a abordagem foi feita através do Programa CRESCER (Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos).

Teve início a reabilitação das 2 escolas especiais na Cidade de Maputo, concretamente para crianças surdas e portadoras de deficiência mental.

Foi lançado o concurso para a construção de 3 Centros Regionais de Recursos para pessoas com deficiência em Tete, Nampula e Gaza. As obras irão iniciar em 2008.

Ensino Primário

Um total de 3.866.906 alunos frequentaram o EP1, o que corresponde a um crescimento de 7.5% comparativamente ao ano de 2006. Estes alunos foram matriculados em 9.303 escolas, o que representa um crescimento de 3.9%.

Em termos de indicadores de cobertura educativa, a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (EP1+EP2) foi de 94.1% sendo 90.9% para raparigas. A taxa de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe foi de 70.0% em 2007, tendo

ultrapassado a meta em 3.0%. A taxa de conclusão das raparigas no EP2 foi de 28.8% em 2006.

No Ensino Primário do 2º Grau, o número de alunos cresceu em 24.2% comparativamente ao ano de 2006, isto é, um acréscimo de mais 120 mil alunos em relação ao número registado em 2006. O número de escolas que leccionaram o EP2 aumentou em mais 327 unidades em 2007, passando de 1.514 escolas em 2006 para 1.842 escolas.

Quanto aos novos ingressos, 349.248 alunos frequentaram a 6ª classe pela primeira vez, o que representa um crescimento de 32,6% em relação ao valor observado em 2006. A taxa bruta de admissão aumentou de 52.5% em 2006 para 70.7% em 2007, superando o planificado (67.3%) em 3.4%.

Em termos de infra-estruturas para o ensino básico, comulativamente, foi concluida a construção de 1.600 salas, esperando-se que cerca de 900 sejam concluidas até ao primeiro trimestre de 2008.

Ensino Secundário

O Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1) foi frequentado por 313.692 alunos em 2007. Este número representa um crescimento de 21.7% em relação aos valores observados em 2006.

Estes alunos frequentaram um total de 252 escolas, o que representa um incremento de mais 36 escolas comparativamente às 216 que leccionaram este nível em 2006.

O Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2) foi frequentado por um total de 47.388 alunos, representando um crescimento de 33,7% relativamente a 2006 (35.450 alunos). Este nível foi leccionado em 58 instituições de ensino, o que representa um acréscimo de 9 escolas em relação a 2006.

Em 2007, foram reabilitadas e ampliadas as seguintes instituições do ensino secundário: Escola Secundária de Xai-Xai, na Província de Gaza, Escola Secundária da Ilha de Moçambique, na Província de Nampula e Escola Secundária de Massinga, na Província de Inhambane. Foi também concluida a construção da Escola Secundária de Espungabera.

Estão em curso os trabalhos de reabilitação e extensão da Escola Secundária de Ulóngue, na Província de Tete.

Foram concluídos os projectos e lançados os concursos para a construção da Escola Secundária de Macia, em Gaza e Escola Secundária de Chidzolomondo, na Provincia de Tete.

Também em 2007, deu-se início à contratação de consultores para a implantação e elaboração de documentos de concurso para a construção das Escolas Secundárias de Tsangano em Tete, de Lichinga e de Macalodje, na Província de Niassa, assim como a requalificação e conclusão da Escola Secundária de Salamanga, na Província de Maputo.

Ainda no âmbito da construção de infra-estruturas escolares, foram preparados os documentos de concurso para a construção de 2 escolas secundárias, uma em Chiúre, Cabo Delgado e outra em Marrupa, Niassa, bem como para a reabilitação

de 3 escolas secundárias: de Nacala em Nampula, de Dondo na província de Sofala e de Maxixe em Inhambane.

Foram assinados os contratos de construção das Escolas Secundárias de Ribáuè em Nampula, de Mocuba na Zambézia, de Montepuez em Cabo Delgado, bem como de reabilitação das Escolas Secundárias de Cuamba e P.S. Kankhomba em Niassa, de Angoche em Nampula e de Pemba em Cabo Delgado. As obras iniciam em Janeiro de 2008.

Educação à Distância

No âmbito da ampliação do Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD), a decorrer na província de Nampula, está em curso a elaboração, reprodução e distribuição dos materiais auto-instrucionais e a redefinição da estratégia de implementação do programa tendo em vista a expansão do programa para todo o país em 2008. Nisto, o destaque vai para as seguintes realizações.

- Elaboração do manual de implementação do PESD-ESG1;
- Elaboração dos módulos da 8ª classe;
- Capacitação de 165 tutores, 22 coordenadores e 11 supervisores;
- Levantamento de dados estatísticos dos candidatos da 8ª classe a inscrever no PESD;
- Sensibilização das províncias para a expansão do PESD em 2008,
- Realização do diagnóstico para a instalação de 6 Centros de Apoio e Aprendizagem (CAA's) em cada província;
- Reprodução e distribuição de 7.200 brochuras dos primeiros três módulos de todas as disciplinas da 8ªclasse para os 3.300 alunos a inscrever em todas províncias do país.

Para a introdução da 9ª classe, foram realizadas as actividades seguintes:

- Elaboração de módulos da 9ª classe do PESD-ESG1;
- Reprodução e distribuição para Nampula de 6.300 brochuras de 21 módulos da 9ªclasse para 300 alunos;
- Apetrechamento de 22 CAA's com equipamento informático e 10 com equipamento de reprografia (fotocopiadoras e duplicadoras).

Para o reforço da gestão do Ensino à distância foram construídas instalações para o funcionamento do Instituto de Educação Aberta e à Distância (IEDA) em Marracuene, província de Maputo e construídas 6 residências para funcionários.

Para o Curso Médio de Formação de Professores à distância, abrangendo todas as províncias do país, foram realizadas as actividades seguintes:

- Na formação inicial de professores foram inscritos um total acumulado de 6.395 professores, frequentando o curso Médio em 161 Núcleos Pedagógicos. Dos professores inscritos, 3.875 correspondem ao planificado para 2007.

- Capacitados 275 tutores, 22 coordenadores e 11 supervisores em matéria de Gestão das Práticas Pedagógicas e Estágio Supervisionado;
- Reproduzidos e distribuídos 66.000 brochuras dos 65 módulos para a inscrição de 300 professores por cada província;
- Produzidos 22 CD-ROM contendo 65 módulos auto-instrucionais e três guiões de orientação do curso;
- Apetrechados 11 NUFORPE's com equipamento informático e consumíveis para o seu funcionamento.

Formação do Corpo Docente

Em 2007 foram introduzidos novos cursos com base nos novos modelos de formação de professores para o ensino primário (10ª+1) e para o ensino secundário (12ª+1). Frequentaram o curso de 10ª+1 um total de 2.869 formandos, enquanto que para o de 12ª+1 foram inscritos 1.086 formandos. Com a introdução do modelo de 10ª+1 para a formação de professores do ensino primário, os modelos anteriores 7ª+3 e 10ª+2 entraram na fase de extinção.

Relativamente ao desenvolvimento dos curricula para os cursos de formação inicial de professores para o ensino primário, destaca-se a realização de acções de capacitação dos instrutores dos Institutos de Formação de Professores em diversas matérias do novo Plano Curricular e dos programas, assim como a implantação do curso de formação de professores para o ensino secundário em algumas delegações da Universidade Pedagógica.

Frequentaram os cursos terminais de Formação de Professores Primários de 7ª+3 (CFPPs) um total de 4.019 alunos, o que corresponde a uma redução de 34.6% em relação a 2006 e o de 10ª+2 foi frequentado por 2.530 formandos, representando uma redução de 56.8% comparativamente aos 5.852 alunos registados em 2006.

Nos cursos médios de formação de professores de inglês de 10ª+1, e de 10ª+2 foram matriculados 68 e 69 professores, respectivamente.

Todas as Províncias implementam o Curso Médio de Formação de Professores via Educação à Distância. A província de Sofala e a Cidade de Maputo graduaram os primeiros cursistas do nível médio, sendo 71 e 106, respectivamente.

Foram recrutados 9.186 professores do ensino básico, totalizando 82.037 professores de um universo de 108.750 funcionários.

No que se refere a percentagem de professores a leccionar dois turnos no EP1, atingiu-se a taxa de 41.5% e em relação a professoras contratadas, 44.98%.

Em termos de gestores de escolas, foram formados 760 gestores.

No que se refere as infra-estruturas de formação de professores, importa referir o seguinte:

- Foram concluídas as obras de construção dos Institutos de Formação de Professores (IFPs) de Alto Molócuè, Morrumbala, Xai-Xai e Chimoio; foi concluída a reabilitação e ampliação dos IFPs de Namaacha e Inhaminga; estão em curso as obras de reabilitação e ampliação do IFP de Homoíne prevendo-se a sua conclusão para Maio de 2008.

- Teve início a reabilitação do Instituto de Línguas de Maputo.

Educação Técnico-Profissional

No âmbito do reforço da componente formativa e administrativa, deu-se continuidade ao programa de apetrechamento dos laboratórios e escritórios das escolas do ensino técnico abrangidas pelo PIREP.

Foi consolidado o funcionamento da Escola de Fauna e Eco-Turismo de Marrupa, na Província de Niassa e está em processo de introdução o nível médio na Escola Comercial de Lhanguene.

Em relação as infra-estruturas para o ETP, foram concluídas as obras de construção do Lar da Escola Profissional da Moamba; entrou em funcionamento o Instituto Superior Dom Bosco (ISDB) com cursos à distância para 113 discentes; está em curso a reabilitação da Escola Básica Agrária de Chókwè; estão em fase conclusiva as obras de reabilitação da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai.

No que diz respeito aos efectivos escolares, um total de 2.213 alunos frequentaram o nível elementar nas 13 escolas públicas existentes, o que corresponde a 113% de cumprimento do planificado e representa um crescimento de 38% em relação ao ano anterior.

No nível básico diúrno foram matriculados 24.197 alunos o que corresponde a 98% de cumprimento do planificado e 1.0% de crescimento comparativamente a 2006.

No nível médio diúrno o número de efectivos matriculados foi de 4.797 alunos, o que corresponde a 97.2% do planificado e um crescimento de 8% comparativamente ao ano anterior.

Alfabetização e Educação de Adultos

Foi cumprida a expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, visando o equilíbrio de género, através da implementação de programas envolvendo jovens estudantes numa iniciativa designada “Família Sem Analfabetismo”, programa de alfabetização regular actualmente de 2 anos. Todos os programas privilegiaram mulheres, cuja participação se situa em 70%.

A implementação e consolidação do programa de Alfabetização via Rádio e Televisão, promovendo a alfabetização de 500 mil pessoas pela rádio e 50 mil pela televisão abrangeu cerca de 140.000 participantes.

Quanto à implementação piloto do novo currículo de alfabetização nas províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado, ainda se está na etapa de preparação das condições, nomeadamente, elaboração de materiais e capacitação de quadros, processo que se prevê termine em 2008.

Em 2007, funcionaram um total de 3.352 unidades de alfabetização e educação de adultos, o que representa um acréscimo de 115 unidades em relação a 2006. O grau de realização da meta foi de 89%.

Em termos de alunos, foram inscritos 599.114 alfabetizandos (1º e 2º anos), dos quais 345.941 são mulheres. Na educação de adultos inscreveram-se 142.433 educandos, o que corresponde a 2.6% de crescimento comparativamente a 2006.

Na modalidade de Alfa-Rádio foram capacitados 3.200 alfabetizadores, 320 orientadores e 30 formadores de alfabetizadores da zona sul.

No Instituto Nacional de Educação de Adultos em Sofala, foram reabilitados 2 pavilhões de dormitórios, construídos um refeitório, um alpendre e um bloco administrativo.

O projecto de construção dos Centros de Formação de Quadros de AEA de Cabo Delgado, Gaza e Manica foi revisto, tendo-se reprogramado a construção faseada dos 3 Centros.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Ao longo de 2007 foi feita a divulgação das inovações constantes do Currículo do Ensino Básico, com destaque para a promoção por ciclos de aprendizagem. Foram disseminados materiais produzidos e as formas de implementação do currículo local nas Instituições de Formação de Professores, assim como a monitoria e a capacitação de técnicos em produção de instrumentos e monitoria.

Em relação ao livro escolar, foram distribuidos 12.104.036 livros de distribuição gratuita.

No concernente ao ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário, foram produzidos o protolivro, o livro do aluno e do professor para a 6ª classe. Foram capacitados formadores dos Institutos de Formação de Professores (IFPs), técnicos pedagógicos e professores de escolas em metodologias de educação bilingue. Ainda neste âmbito merece destaque a realização de acções de monitoria e acompanhamento a 48 escolas primárias das províncias de Maputo, Sofala, Manica, Zambézia, Inhambane, Tete e Nampula, e a produção de livrinhos de literatura complementar.

Relativamente à reforma do Ensino Secundário Geral, foi produzido o Plano Curricular, bem como os programas de ensino para todas as disciplinas. Estes documentos foram submetidos à consulta e validação através de fóruns nacionais realizados. Foram capacitados formadores que por sua vez irão orientar seminários junto aos professores sobre a filosofia do novo currículo do ESG. Foi produzida a proposta do novo regulamento de avaliação que ainda se encontra em fase de consulta.

Em relação ao processo de revisão da Estratégia do Ensino Secundário, destaca-se a realização de um diagnóstico e o início da definição de acções de impacto imediato a serem consideradas em 2008. Tais acções compreendem o livro escolar, os materiais e equipamento laboratorial.

No que se refere à implementação do Programa de Ensino não Formal (ENF), em 2007 expandiram-se os cursos de horta orgânica, gestão de pequenos negócios e construção a baixo custo passando-se das províncias de Inhambane, Manica e Sofala para Maputo, Tete e Niassa.

Os Núcleos Pedagógicos de Base (NPBs) foram revitalizados a nível das províncias. Os centros reorganizaram-se em grupos de 4 ou 5 centros por distrito liderados por um coordenador.

Desporto Escolar

Foram executados os trabalhos de construção e reabilitação de infra-estruturas escolares para acolherem o VIII Festival dos Jogos Desportivos Escolares que se realizaram em Quelimane. Este Festival envolveu cerca de 2.000 pessoas, entre atletas idos de todas as províncias, organizadores e acompanhantes.

Em Quelimane foram formados 132 agentes desportivos em matérias de treinamento e 60 em matéria de arbitragem e ajuizamento nas modalidades de Andebol, Voleibol, Xadrez e Atletismo.

Como complemento do sistema de ensino e aprendizagem e em coordenação com os parceiros, foram realizadas várias actividades desportivas e culturais nas escolas primárias, sendo de destacar o Basquet-Show, Campeonato de Mini-Basquet e a Copa Coca-Cola de Futebol.

Saúde Escolar

A reactivação do Programa de Saúde Escolar está em curso em coordenação com o MISAU e comunidades. Existe um manual sobre saúde escolar para professores, que serve de orientação nas Instituições de Formação de Professores (IFPs).

Foi elaborada a Estratégia de Prevenção ao Consumo Abusivo de Álcool e outras Drogas na Comunidade Escolar.

O Programa Pacote Básico de Saúde Escolar foi implementado em 2.172 escolas do EP1 e 659 do EP2. Ainda neste âmbito, foram capacitados 100 professores do Ensino Primário em matérias de saúde oral na Cidade de Maputo, e 240 professores sobre todas as componentes do Pacote Básico na Saúde Escolar, das províncias de Maputo, Cabo Delgado, Tete, Manica e Inhambane.

Foram Distribuídas, por província, 2.200 exemplares do Guião de orientação para a implementação do Programa de Saúde Escolar e a Estratégia de Promoção da Saúde da População em idade Escolar.

Foram desparasitados alunos de todas as Escolas Primária da Cidade de Maputo e interrompida a desparasitação dos alunos da Província de Maputo por fragilidades na difusão de informação aos encarregados de educação. Prosseguiu-se com a desparasitação dos alunos das escolas primárias da Província de Tete.

Produção e Alimentação Escolar

Teve início o levantamento e recenseamento de infra-estruturas de produção escolar existentes nas instituições educacionais de todo o país. Importa também referir que está em curso a demarcação e titularização de áreas escolares, em colaboração com o MINAG a nível provincial e distrital. Foram realizadas acções de capacitação de gestores em matéria de produção escolar, planificação alimentar, nutrição, gestão e limpeza dos alimentos.

ENSINO SUPERIOR

Neste âmbito, nas acções realizadas destaque vai para o seguinte:

- Conclusão e avaliação da fase piloto do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQUES) e do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA);

- Produção de estatísticas e indicadores do ensino superior de 2006;
- Aprovação do documento que cria o Fundo Nacional de Bolsas de Estudos;
- Início das actividades preparatórias para a construção de raiz dos três Institutos Politécnicos (Gaza, Manica e Tete);
- Início do ano académico na Universidade Lúrio, uma nova instituição de ensino criada no âmbito dos esforços em curso visando o alargamento da capacidade de oferta das instituições de ensino superior no país;
- Em curso o processo para a criação de um Instituto Nacional de Ensino à Distância em Lichinga.

CULTURA

Na área da Cultura, os esforços continuaram concentrados na promoção da cultura, preservação e divulgação do património cultural nacional e no desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas culturais. Assim, tendo em vista a realização destas prioridades foram desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Preservação e Valorização do Património Cultural

Foi actualizada a lista contendo bens imóveis do património cultural e seleccionados 2 a serem candidatados para a Lista do Património Mundial. A Ilha do Ibo e as Pinturas Rupestres da Serra Vumba em Manica, constituem as obras seleccionadas.

A elaboração da Política dos Museus e Monumentos foi concluida.

No quadro da preservação do património imaterial, foi iniciada a implementação do programa de preservação da timbila através de acções de pesquisa documental com vista a criação de um banco de dados e um directório sobre a timbila. Em relação ao Nyau, destaque foi para a pesquisa e recolha de dados, arrolamento dos grupos existentes em Chifunde e realização de uma exposição em Angónia sobre o Nyau.

Foram realizadas campanhas de sensibilização para a preservação do património cultural. Assim, foram realizadas acções de esclarecimento da Lei de Protecção do Património Cultural abrangendo órgãos municipais, polícia camarária e utentes do património edificado na cidade de Maputo. Para as escolas do país, foi emitido um instrumento orientador (uma circular) sobre o uso dos recursos culturais no processo de ensino aprendizagem, e foi feito um trabalho de explicação do uso da legislação para a protecção de estações arqueológicas (Distrito de Massingir) e na preparação de placas de protecção de bens imóveis (províncias de Niassa e Maputo).

Sobre a elaboração da estratégia de implementação da Política Nacional do livro, preparou-se a proposta base da estratégia de implementação que servirá de suporte para o trabalho de consultoria a ter lugar em 2008.

Como forma de estabelecer um grande contributo para a racionalização do mercado livreiro e as facilidades na troca de informações ao nível do sector, foi planificada a introdução da praticabilidade de um sistema internacional de numeração para livros, útil para aquisição, processamento e verificação bibliográfica pelas bibliotecas e

para a racionalização na encomenda e contabilidade pelas empresas editoras e pelo mercado retalhista do livro.

A elaboração da Política do Cinema em Moçambique foi iniciada em 2007.

Foi feita a divulgação do Património Cultural através da produção de meios didácticos de ensino e imprensa, no âmbito da promoção da participação da comunidade na conservação do património cultural.

Na Ilha de Moçambique foi concluida a reabilitação da Casa Girassol, obra monumental e exemplo de restauro.

Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas Culturais

Teve início a reabilitação da Biblioteca Nacional de Moçambique e do Museu Nacional de Etnologia de Nampula, e foi concluida e está em funcionamento a Casa de Cultura de Nampula.

Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes

Foi elaborado o Regulamento para a realização da 1ª edição das Jornadas Científico-Culturais, esperando-se que a sua efectivação aconteça a partir de Maio de 2008.

Com vista à participação de Moçambique na 3ª edição do Festival do Cinema da CPLP, decorrem acções de angariação de fundos. Preparou-se a realização da 1ª Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP para o mesmo objectivo a ter lugar em 2008.

Procedeu-se a promoção do conhecimento da realidade cultural através da pesquisa e divulgação de estudos etnológicos, linguísticos, sociológicos e históricos.

Decorrem acções preparatórias para a realização da II Conferência Nacional de Cultura a ter lugar em Setembro de 2008.

No âmbito de eventos sócio-culturais, merece destaque a realização nas províncias, de feiras locais de arte e artesanato com envolvimento dos artesãos e comunidade em geral.

Foram promovidos intercâmbios/digressões culturais inter-provinciais para a divulgação da Timbila e do Nyau, como patrimónios mundiais imateriais proclamados pela UNESCO:

- O Nyau percorreu as províncias de Niassa, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Cidade e Província, e
- A Timbila foi exibida nas províncias de Gaza, Maputo Cidade e Província.

Foi instalado o Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique (GACIM). Dois técnicos do GACIM beneficiaram de um curso de 30 dias sobre preservação do Património Cultural Mundial na República da China.

A elaboração do plano para a protecção do Património Subaquático da Ilha de Moçambique foi concluído.

A divulgação do património cultural sobre as áreas protegidas, sítios e locais históricos foi feita através de órgãos de comunicação social, manuais, brochuras,

palestras, festivais (locais, provinciais), comemoração de datas histórico-culturais e outros meios que permitem o seu conhecimento público. Ainda neste âmbito, foi organizado um campo de férias na Ilha de Moçambique, o qual contou com a participação de 100 alunos provenientes das provincias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula.

Desenvolvimento Institucional

No âmbito do Desenvolvimento Institucional, destaque vai para o inicío do processo de revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação e para a continuação do programa de elaboração da Carta Escolar, onde se destaca a conclusão do levantamento de dados sobre as instituições escolares existentes em todas as províncias do país.

B. SAÚDE

Na área da Saúde, os esforços continuaram concentrados na melhoria do estado de saúde da população moçambicana através de intervenções que contribuam para a redução da morbi-mortalidade e para o aumento do acesso da população à rede e serviços de saúde.

Estado de Saúde da População

De uma forma geral, o período em análise foi caracterizado pela diminuição do número de casos de doenças de notificação obrigatória (exceptuando a raiva e a disenteria) quando comparado com igual período de 2006. A cólera foi a que registou decréscimo mais acentuado, tendo passado dos 5.431 casos em 2006 para 1.454 casos em 2007. Apesar da redução do número de casos de cólera notificados, a taxa de letalidade teve um ligeiro aumento, tendo passado de 0.41% para 0.64%.

No período em análise, foram notificados 254 casos suspeitos de Sarampo, com um óbito, contra 184 casos notificados em igual período de 2006. Apesar destes dados mostrarem um aumento do número de casos, isto representa um aumento aparente pois do total de casos notificados, 183 foram investigados tendo apenas 1 sido positivo para o sarampo.

Os indicadores de vigilância nutricional de 2003 à 2007 indicam que o estado nutricional da população moçambicana continua a preocupar e a merecer uma atenção especial, principalmente o Baixo Peso ao Nascer cuja taxa de 11.1%, média nacional, coloca o país numa situação de alarme porque ultrapassou o limite que está situado em 7%.

Em relação ao indicador Crescimento Insuficiente, todas as províncias apresentaram taxas aceitáveis, perfazendo a média Nacional de 4.6% que se encontra dentro dos parâmetros aceitáveis.

As Províncias que apresentaram as taxas mais elevadas de Crescimento insuficiente e Baixo Peso ao Nascer são Niassa (5,6%) e Nampula (15,8%) respectivamente.

Prestação de Cuidados de Saúde a População

O volume e consumo de serviços medido pelas consultas externas e unidades de atendimento cresceu em 6.9% e 15.9%, respectivamente, comparativamente a

2006. O aumento do volume e consumo de serviços reflecte o aumento do acesso aos serviços de saúde, quer pela expansão, ampliação e/ou refuncionalização da rede sanitária e apetrechamento das US, como pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Como em 2006, a província da Zambézia é a que apresenta o menor índice de consultas por habitante (0.70), duas vezes inferior ao de Maputo província (1.38).

Tabela 39: Evolução da Actividade Global de Saúde

Evolução da Actividade Global de Saúde

	2006	2007		Evol.(%)
Indicadores	Real	Plano	Real	R07/R06
Consultas Externas	18,907,920	19,385,000	20,211,763	6.9
Consultas Externas/hab	0.95	0.95	0.99	
Unidades de atendimento	72,908,863	85,752,940	84,535,901	15.9

Programa de Saúde Materno Infantil

Com vista a **redução da mortalidade materna**, os esforços foram concentrados na expansão dos Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos (COEB) e dos serviços integrados de PTV. Em relação a expansão dos COEB houve uma queda do número de unidades sanitárias que oferecem os mesmos, tendo passado de 55 US (Junho de 2007) para 46 US (em finais de 2007). Como resultado, a cobertura dos COEB baixou de 1.35 US/500.000hab para 1.13 US/500.000hab ficando a 60% da meta de 2007 (1.9 US/500000 hab) e distanciando-se mais ainda da meta de 2009. Concorreram para esta situação os constrangimentos financeiros que não permitiram a capacitação de mais Enfermeiras de Saúde Materno-Infantil (ESMI) para o COEB, conjugado com a transferência de ESMI treinadas das US creditadas para cobrir outras US, sendo estas substituidas em algumas US por enfermeiros do sexo masculino ou por pessoal não capacitado para COEB, o que afecta o decurso destas actividades .

Quanto aos Cuidados Obstétricos Essenciais Completos (COEC) que são prestados apenas nas US com capacidade cirúrgica, em 2007 não se abriu nenhuma US com cirurgia mantendo-se deste modo a cobertura do ano transacto. A falta de pessoal qualificado ditou a não expansão dos COEC, dado que para que uma US seja acreditada para o COEC, ela deve preencher dentre outros requisitos os seguintes: (i) equipamento diferenciado; e (ii) pessoal qualificado, no mínimo técnico de cirurgia e de anestesia.

No período em análise a cobertura Nacional foi de 0.91 US/500.000hab COEC.

Em relação a casa de espera para a mulher grávida, a cobertura actual é de 64% nas sedes distritais com casas de espera para a mulher grávida, ultrapassando a meta de 60% para 2007 e 71% da meta de 2009. De referir que a cobertura é apenas em relação às sedes distritais, existindo distritos com mais de uma casa de espera, significando maior acesso das mulheres grávidas aos serviços de maternidade segura. Constitui maior desafio do sector em relação a esta estratégia, a melhoria da gestão das casas tornando-as mais funcionais.

Com vista a proteger as mulheres grávidas contra a malária, o Tratamento Intermitente Preventivo da Malária na gravidez (TIP) está incorporado nas consultas pré-natais. A percentagem de mulheres grávidas que fizeram pelo menos 2 doses de TIP foi de 37.2% em 2007, cobertura que está aquém da meta de 60% para 2007. Desde o início do programa TIP (cobertura de 9%) que se verifica uma evolução significativa no número de grávidas a beneficiarem deste tratamento.

Ainda no período em análise foram elaborados (i) guiões de orientação para a PTV; (ii) Política de Saúde Sexual e Reprodutiva; (iii) Linhas de Base para o controle da qualidade dos serviços de SSRNI iniciada a implementação dos padrões para a melhoria da qualidade; (iv) proposta de alteração da legislação sobre o aborto; (v) proposta de plano de actividades da Parceria Internacional para a saúde materna e neonatal; (vi) Estratégia para despiste precoce do Carcinoma do Colo Uterino.

Merece também destaque o início do estudo sobre a *Avaliação das Necessidades em Saúde Materna e Neonatal* envolvendo 450 unidades sanitárias. O mesmo constitui uma importante ferramenta na identificação dos principais constrangimentos e da melhor maneira de responder as reais necessidades da população.

Analisando os indicadores de Saúde Sexual e Reprodutiva, constata-se que todos cresceram quando comparados com igual período do ano passado. A cobertura de partos institucionais cresceu, tendo atingido a meta programada segundo ilustra a tabela a seguir.

Tabela 40: Evolução das Taxas de Cobertura Saúde Materna e Neonatal

Evolução das Taxas de Cobertura SMI			
	2006	2007	
Indicadores	Real	Plano	Real
Consultas Pré-Natais	99.4%	98.0%	100.0%
Partos Institucionais	48.9%	52.0%	51.9%
Consultas Pós-Partos	59.0%	64.0%	69.9%

A taxa de mortalidade materna intra-hospitalar tende a crescer nos últimos anos. De Janeiro à Dezembro de 2007 a taxa foi de 198/100.000 Nados Vivos, contra 191/100.000 NV em 2006. Como em 2006, as taxas mais elevadas foram registadas nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Nampula (valores acima da média nacional) e as mais baixas na Província de Maputo e Maputo cidade. A tendência crescente da taxa de mortalidade materna intra-hospitalar tem a ver com a chegada de mais mulheres às US devido a melhoria dos serviços prestados (COEB) e a melhoria do sistema de registo.

No âmbito da **redução da taxa de mortalidade infantil**, destaca-se a elaboração de documentos de Política sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e Saúde Neonatal e Infantil (SNI), o Roteiro para a Redução da Mortalidade Materna e Neonatal (Road Map), o Plano à Parceria Global para a Saúde Materna Neonatal e Infantil (PMNCH), o Plano Estratégico de Saúde Neonatal e Infantil (2008-2010), e a definição de critérios e padrões para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde reprodutiva, neonatal e infantil, o Manual de Formação sobre os Cuidados ao Recém-nascido na Comunidade (AIDI-C) para formação dos Agentes Polivalentes Elementares (APE's) e os materiais de Informação e Educação para a Saúde (IEC) para o RN na Comunidade.

Ainda no âmbito da melhoria da qualidade dos serviços, foi realizada uma reunião de orientação sobre os Cuidados Pediátricos nos Hospitais de Referência, seguido de Avaliação no Hospital José Macamo, no Centro de Saúde da Manhiça, no Hospital Rural de Xinavane e no Hospital Provincial de Xai Xai.

A estratégia de Atenção Integrada à Doenças de Infância (AIDI) está sendo implementada em todas as US da rede primária e de referência por pessoal treinado. Durante o período em análise foram ministrados cursos de AIDI em

Maputo cidade, Sofala, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado, Tete e Inhambane, tendo sido formados no total 301 profissionais de saúde. Foram igualmente realizados Cursos de AIDI Comunitário em Gaza e Inhambane, tendo sido formados no total 56 participantes.

As consultas de crianças dos 0-11 meses não registaram alteração comparativamente a 2006 enquanto que as das crianças dos 0-4 anos decresceram, tendo passado de 69,1% em 2006 para cerca de 59.2% em 2007. O fraco afluxo das mães ou acompanhantes às consultas de controle de crescimento após a vacinação dos 9 meses contribuiu negativamente para esta situação.

Tabela 41: Evolução das Taxas de Cobertura de Consultas de crianças de 0-11 meses e de 0-4 anos

Evolução das Taxas de Cobertura SMI			
	2006	2007	
Indicadores	Real	Plano	Real
1ªs Cons. Crianças (0-11 Meses)	100.0%	98.0%	100.0%
1ªs Cons. Crianças (0-4 Anos)	69.1%	74.0%	59.6%

No âmbito da **redução da taxa de prevalência e impacto da malnutrição**, contrariamente ao planificado não se iniciou com a implementação dos Postos Sentinela de Vigilância Nutricional devido a necessidade de revisão da metodologia proposta.

Na área de suplementação com micronutrientes foram enviadas para todas as províncias cápsulas de Vitamina A para as crianças dos 6-59 meses e mulheres no pós-parto e cápsulas de Iodo destinadas às crianças dos 0 a 14 anos, mulheres em idade fértil (15 – 49 anos) e mulheres grávidas.

A cobertura da suplementação com Vitamina A tanto em mulheres pós-parto como em crianças dos 6 a 59 meses decresceu de 45% em 2006 para 43% em 2007 (mulheres pós – parto) e de 62% em 2006, para 32% em 2007 (crianças 6-59 meses). Para ambos os grupos-alvo, as coberturas de suplementação com Vitamina A apresentaram-se abaixo da meta de 60% estabelecida para 2007.

Na suplementação das mulheres pós-parto, apenas a Província de Inhambane atingiu e ultrapassou a meta programada. Em relação às crianças dos 0-59 meses, nenhuma Província conseguiu atingir a meta proposta.

No âmbito do Controlo da deficiência de Iodo, teve início a implementação do Programa de Suplementação com Óleo Iodado nas 4 Províncias-alvo (Nampula, Tete, Zambézia e Niassa). No mesmo âmbito, de um total de 57.930 toneladas de sal produzidas, 53.724 toneladas foram iodizadas (93%), o que representa um aumento em relação a 2006, cuja iodização foi de 74%.

A suplementação com Ferro e Ácido Fólico nas mulheres grávidas e lactantes foi intensificada através da implementação do Pacote Nutricional Básico nas Unidades Sanitárias.

De referir que as acções nutricionais anteriormente descritas têm sido realizadas através da implementação do Pacote Nutricional Básico (PNB) a nível dos cuidados de saúde primários. Ainda em relação a implementação do PBN foram formados 1.150 trabalhadores de saúde, perfazendo um total de 2.813 trabalhadores capacitados em todas as Províncias do País.

No âmbito do Programa de Reabilitação Nutricional (PRN), foi realizada formação a nível nacional sobre a Implementação dos Centros de Reabilitação Nutricional beneficiando 110 Trabalhadores de Saúde.

Em relação as formações sobre o Manejo da Desnutrição Aguda Grave, foram contemplados em 2007, 426 trabalhadores de saúde perfazendo um total de 1.483 formados até ao momento. Ainda no âmbito da Desnutrição Aguda Grave na Comunidade (Suplementação com Plympy'Nut) foram treinados em 2007, 850 trabalhadores de saúde, totalizando 878 formados até o momento.

Em relação ao Tratamento da Desnutrição Aguda Grave, a taxa de letalidade para o País que se situa em 11,5%, está acima dos limites considerados aceitáveis (<10%). As Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Maputo Cidade apresentaram taxas de letalidade aceitáveis, enquanto que as Províncias de Niassa, Inhambane e Gaza, apresentaram taxas de letalidade acima de 15%, indicativo de situação alarmante. Estes dados indicam uma situação grave e preocupante, em relação ao manejo da desnutrição Aguda Grave no Internamento.

Ainda no âmbito do Programa de Reabilitação Nutricional nas Províncias, em relação ao Tratamento da Desnutrição na Comunidade, os dados de 2007 indicam que 110 Unidades Sanitárias num total de 87 Distritos que abrangem todas as Províncias do País, já implementam o actual protocolo estabelecido para o tratamento da Desnutrição Aguda Grave sem complicações (Suplementação com Plumpy'Nut).

Programa Alargado de Vacinação

No período em análise, 1.051 US possuíam postos fixos de vacinação em funcionamento, perfazendo 87% do programado (1.205 US com postos fixos). As metas previstas foram ultrapassadas em termos de coberturas vacinais, apesar do decréscimo das coberturas vacinais para a VAS e DPT/Anti-polio e HB3ª quando comparado com igual período do ano passado .

Em relação a cobertura do BCG não houve grandes alterações nos dois últimos anos, o que significa que apesar da taxa de partos institucionais não ser elevada a maior parte das crianças são vacinadas.

No concernente ao VAS houve uma diminuição em 2007 na ordem de 7.6%, embora a meta tenha sido ultrapassada. Igual tendência foi verificada em relação ao DPT/Anti-Pólio e HB(3ª), onde a cobertura decresceu de 100% em 2006, para 95% em 2007.

O decrescimento das coberturas vacinais comparativamente a 2006, tem a ver com problemas de planificação e gestão, constrangimentos financeiros e escassez de recursos humanos.

Tabela 42: Evolução das Taxas de Cobertura do PAV

Evolução das Taxas de Cobertura do PAV			
	2006	2007	
Indicadores	Real	Plano	Real
BCG [0-11 Meses]	100.0%	90.0%	100.0%
VAS [9-23 Meses]	100.0%	75.0%	93.4%
DPT/Anti-Pólio e HB (3ª dose)	100.0%	75.0%	95.0%

Programa de Saúde Escolar e do Adolescente

As actividades da componente de Saúde Escolar incidiram na expansão da implementação do Pacote Básico de Saúde para as sedes distritais.

Em matéria de saúde escolar foram capacitados 502 professores contra os 2.340 professores planificados. A capacitação dos professores em matéria de saúde escolar tem como finalidade dinamizar a realização das actividades do Pacote Básico de forma a melhorar o acompanhamento e seguimento da criança em idade escolar nas escolas.

Em relação ao VAT nas escolas, esta foi administrada a 554.604 crianças (1ª dose) e a 287.507 crianças (2ª dose).

No âmbito da desparasitação dos alunos nas escolas, a Cidade de Maputo iniciou com o processo de capacitação de 335 professores e desparasitou 25.391 crianças, de um total de 206.641, o que corresponde a 12.2 %. O incumprimento da meta deve-se a problemas de articulação com algumas escolas da Cidade e Província de Maputo.

Em relação a suplementação com a Vitamina A, foi feito um ensaio nas escolas de EP1 e EP2 da Província de Gaza, e desenhado um plano para o ano de 2008. Por outro lado, foram comprados 66 Kits de Primeiros Socorros para professores do distrito de Mossourize, Província de Manica.

Saúde Mental

Neste âmbito, destaque vai para a contratação de 2 Psicólogos para abertura do Centro de Reabilitação Psicológica Infantil e Juvenil (CERPIJ) do Hospital Central da Beira e a consulta infantil no Hospital Psiquiátrico do Infulene, e 4 Psicólogos para o Centro de Psicologia Aplicada e Exames Psicotécnicos (CEPAEP), para além de realização de cursos de capacitação do pessoal existente.

Grandes endemias

Neste âmbito foi privilegiada a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população.

Malária

O número de casos de malário diminuiu ligeiramente em 2007. Foram notificados 6.318.764 “casos de malária” e 3.360 óbitos, contra 6.335.757 casos e 5.042 óbitos notificados em 2006. As províncias de Nampula, Sofala e Zambézia foram as que tiveram maior proporção de casos (20, 11 e 10%), respectivamente. Na Província e Cidade de Maputo, o número de casos notificados reduziu.

Com vista a reduzir o peso e impacto da malária, continuou-se a priorizar a implementação do programa de controlo vectorial através das Pulverizações Intra-domiciliárias (PIDOM), controlo larval e distribuição de redes mosquiteiras. Foi dada especial atenção ao diagnóstico, fornecimento de medicamentos e manejo de casos, reforço da capacidade institucional, colaboração e coordenação com os parceiros de implementação com vista à expansão das intervenções.

Foram elaboradas e aprovadas as novas normas de manejo de casos de malária (mudança das 1ª e 2ª linhas de tratamento), introduzidos os Testes de Diagnóstico Rápidos (TDR´s) e distribuídos 2.000.000 de testes. Também foram capacitados supervisores provinciais de laboratório, 1 técnico do laboratório para cada um dos

hospitais provinciais no âmbito da introdução do uso dos TDR's da malária e realizado um curso de actualização dos técnicos de laboratório a nível nacional.

Foi igualmente feita a formação de formadores para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS's) para o tratamento correcto e atempado da malária na comunidade, nomeadamente: coordenadores provinciais de saúde e os responsáveis dos depósitos provinciais de farmácia de todo o país. De salientar que, estes formadores têm a responsabilidade de formar todos os ACS's a nível provincial.

No âmbito do controlo vectorial, houve expansão do PIDOM para os distritos de Milange (Zambézia), Caia (Sofala), Guijá e Massingir (Gaza) e introduzido o DDT na região sul do país (nas província de Inhambane e Gaza).

A pulverização domiciliária decorreu em 45 distritos, abrangendo 1.537.825 casas. Como resultado deste esforço assegurou-se a protecção de 35% da população.

Foram distribuídas de Janeiro a Dezembro de 2007 cerca de 938.950 redes mosquiteiras de longa duração a todas as províncias do País.

Tuberculose e Lepra

No âmbito da redução do peso e do impacto da tuberculose (TB), de Janeiro a Setembro de 2007 a taxa de cura foi de 82.0% contra 78.9% em igual período de 2005, o que mostra uma evolução positiva na ordem de 3.1%, atribuída a melhoria da implementação da directa observação do tratamento (DOT), o que garante a toma regular e maior adesão ao tratamento. A taxa de abandono foi de 4.6% contra 5.4% do mesmo período de 2005, o que também revela uma melhoria das actividades de sensibilização com vista ao não abandono do tratamento. De recordar que para esta taxa, o máximo aceite pela OMS é 5%.

A taxa de óbitos foi de 10.2% contra 11.7% do mesmo período de 2005. A taxa de resultados desfavoráveis (somatório dos abandonos, falências e transferidos) que avalia o desempenho do programa no global, foi de 6,6% contra 8,2% do mesmo período de 2005, o que revela a melhoria, apesar dos vários constrangimentos, no desempenho do Programa.

No âmbito da implementação da estratégia para o controlo da Tuberculose, o DOTS continua em fase de expansão a todos os níveis. Ao longo de 2007 muitas províncias expandiram o DOTS para mais unidades sanitárias periféricas; isto é, para os centros de saúde periféricos, o que totaliza 261 unidades sanitárias periféricas que passaram a realizar o DOTS, essencialmente o tratamento dos pacientes sob directa observação por um profissional de saúde – DOT na fase inicial bem como o seguimento dos doentes, o que aumenta a cobertura do DOTS institucional (acesso real a estes serviços) para 76.6%.

Em todo o país 92% dos doentes TB/HIV iniciaram ao longo do período em análise o tratamento preventivo com o cotrimoxazol, que tem como objectivo reduzir o surgimento de outras infecções oportunistas, bem como a mortalidade dos doentes.

Para redução do peso e impacto da lepra, continuou-se a privilegiar o envolvimento comunitário, assim como foi feita a Revisão e Actualização dos casos de Lepra em tratamento nos distritos mais endémicos do país. Todos os distritos da província de Sofala foram abrangidos.

Foram treinados na cidade de Nampula 12 profissionais oriundos das províncias de Nampula, Cabo-Delgado, Manica e Zambézia, para levarem a cabo pesquisas operacionais relacionadas com a Lepra nas respectivas províncias.

Expansão da Rede Sanitária

No âmbito do aumento do acesso aos serviços de saúde através da expansão da rede sanitária, durante o período em análise decorreram obras de expansão e de melhoria das condições da rede sanitária, dos sistemas de apoio e das instituições de formação. Assim, foram concluídos 19 CSR tipo II , concluídos o bloco operatório do HR Cuamba e a 1ª fase de reabilitação, e ampliado o HR Massinga. Em termos de instituições de formação foram iniciadas as obras de construção dos Centros de Formação da Mocímboa da Praia e Quelimane.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Foram graduados 48 bacharéis em Cirurgia no ISCISA. No mesmo período, 1.667 profissionais de saúde de outros níveis foram graduados, sendo 150 em cursos de promoção, 353 em cursos médios iniciais e 1.164 em cursos do nível básico, totalizando 1.715 graduados, o que corresponde a 99% do número de graduações previstas até ao final do ano de 2007. Comparativamente ao ano de 2006, o número de graduados cresceu em 28.9%.

Área Farmacêutica

No âmbito das reformas no sector público e da aceleração das mudanças no sector em geral e da Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) em particular, decorre desde Janeiro de 2007 a implementação do Plano Operacional de Transição (POT) das actividades executadas pela Medimoc para a CMAM que visa a melhoria do fluxo de medicamentos no SNS.

No concernente as actividades de gestão de stock, aviamentos e distribuição de medicamentos e suprimentos médicos ao SNS, foram distribuídos medicamentos de via clássica e de kits de PME, de acordo com os critérios e normas em vigor.

Com vista a melhoria do fluxo de medicamentos, foram elaboradas listas de medicamentos e/ou artigos médicos para diferentes programas e sectores específicos do MISAU(Tuberculose, Malária, HIV, Laboratório, Banco de sangue) e realizadas consultas regulares à especialistas para a definição da lista de prioridades mediante a aplicação dos respectivos critérios de priorização das aquisições.

Em relação aos serviços de inspecção farmacêutica, foram realizadas inspecções em dois distritos, duas empresas e oito farmácias privadas na Cidade de Maputo. Os Hospitais Gerais de Chamanculo, José Macamo e de Mavalane, receberam igualmente visitas de inspecção. No mesmo período foi autorizada a abertura de mais 6 farmácias nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Nampula.

C. TRABALHO

Na área do Trabalho, continuou-se a privilegiar o desenvolvimento de programas que assegurem o aumento das oportunidades de emprego, a prevenção de conflitos laborais nas empresas e a expansão dos serviços do sistema de segurança social.

Assim, entre outras acções desenvolvidas para a realização dos objectivos definidos, merecem destaque as seguintes:

Acção Normativa

- Foi aprovada a Lei do Trabalho e da Protecção Social;
- Foram aprovados os regulamentos de Segurança Obrigatória, do Trabalho Doméstico e os Critérios de fixação de salários mínimos;
- Foram adquiridas instalações para a implantação do Centro de Mediação e Arbitragem Laboral da Matola (província de Maputo);
- Foi criada uma comissão para regulamentar os centros de mediação;
- Foram divulgadas as normas internacionais do trabalho no País, estando já disponíveis no *WEB* do Sector as convenções ratificadas e não ratificadas.

Trabalho, Emprego e Formação Profissional

No âmbito da expansão progressiva e sustentada da oferta de infra-estruturas de emprego e formação profissional no País, foi concluida a primeira fase do edifício oficinal dos Centros de Formação Profissional de Pemba e Quelimane, e iniciado o seu apetrechamento.

No que se refere a formação Profissional de desempregados e candidatos ao 1ºemprego, destaca-se o seguinte:

- Formados em diversas especialidades 11.258 candidatos a emprego nos Centros de Formação Profissional (Públicos e Privados), dos quais 39 Pessoas Portadores de Deficiência, o que corresponde a superação da meta estabelecida em cerca de 445.9%. Este aumento tem a ver com a melhoria de recolha de dados que passou a abarcar outros Centros de Formação além dos pertencentes ao INEFP. Comparativamente a 2006 (formados 7.980 candidatos), o número de formados aumentou em 41.7%. Por províncias a distribuição dos desempregados formados está ilustrada na tabela a seguir;

Tabela 43: Formação Profissional de Desempregados

Formação Profissional de Desempregados

	Planificado	Realizado	% Realiz.
Niassa	200	524	262
Cabo Delgado	304	948	311.8
Nampula	328	1,511	460.7
Zambézia	-	115	-
Tete	-	992	-
Manica	104	239	229.8
Sofala	672	1,400	208.3
Inhambane	188	1,165	619.7
Gaza	80	339	423.8
Maputo cid.	433	3,802	878.1
Maputo Prov.	216	223	103.2
Total	2,525	11,258	445.9

- Formados através de unidades móveis 139 candidatos, dos quais 32 empregados de mesa (16 em Xai-Xai e 16 em Inhambane), 65 cozinheiros (36 em Xai-Xai e 29 em Inhambane), 42 candidatos no curso misto (25 em Xai-Xai e 17 em Inhambane);

- Formados 1.283 candidatos em gestão de pequenos negócios, dos quais 344 em Maputo Cidade, 212 em Sofala, 65 em Nampula, 150 em Niassa, 37 em Cabo Delgado, 39 em Inhambane, 20 em Gaza e 316 em Maputo-Provincia, o que representa 72% do planificado (1.790 candidatos). Comparativamente ao ano de 2006 tinham sido formados 161 candidatos;
- Promovidos estágios profissionais para 1.894 candidatos a emprego e auto-emprego, dos quais 735 em Niassa, 40 em Nampula, 25 em Zambézia, 305 em Sofala, 251 em Maputo província e 538 em Maputo cidade, contra os 1.000 planificados;
- Formadas 62 pessoas nas especialidades de cozinheiro, empregado de mesa e curso misto na Escola Superior de Hotelaria e Turismo (UEM) de Inhambane.

No Âmbito da Colocação de Candidatos a Emprego

Em relação aos candidatos a emprego foram registados em todo o país 163.594 desempregados, dos quais 32.910 são mulheres. Comparativamente a 2006 isto representa um crescimento de 4,8%. Do total dos candidatos acima referidos, 81.065 procuram primeiro emprego e 82.529 procuram novo emprego. As províncias de Nampula, Sofala e Maputo-Província são as que concentram o maior número de desempregados registados. Por províncias a distribuição dos desempregados registados está ilustrada na tabela a seguir.

Tabela 44: Desempregados Regionais

Desempregados Registados			
Províncias	1º Emprego	Novo Emprego	Total
Niassa	2,162	2,804	4,966
Cabo Delgado	5,839	6,558	12,397
Nampula	26,715	21,612	48,327
Zambézia	7,482	2,727	10,209
Tete	5,133	3,361	8,494
Manica	3,294	8,627	11,921
Sofala	11,657	16,975	28,632
Inhambane	3,615	6,188	9,803
Gaza	2,979	519	3,498
Maputo Prov.	4,268	10,518	14,786
Maputo Cidade	7,921	2,640	10,561
Total	81,065	82,529	163,594

Os centros de emprego inscreveram 12.957 desempregados, dos quais 2.115 são do sexo feminino, contra 16.118 desempregados inscritos em igual período de 2006. A procura de oportunidades de emprego via centros de emprego decresceu em cerca de 20% em relação à 2006 A procura de emprego via centros de emprego decresceu em 20% em relação à 2006 porque os empregadores podem recrutar directamente.

Até ao final de 2007 foram comunicadas nos centros de emprego 5.626 ofertas de emprego, sendo que 741 se destinaram as mulheres. Em igual período de 2006 foram comunicadas 6.477 ofertas, das quais 899 foram para as mulheres. Através dos centros de emprego foram colocados em diversas empresas 5.653 desempregados contra 4.867 desempregados colocados em 2006.

Tabela 45: Colocações dos Desempregados

Províncias	Desempregados Inscritos	Ofertas Recebidas	Colocações Efectuadas
Niassa	56	34	39
Cabo Delgado	393	71	107
Nampula	4,499	507	375
Zambézia	1,665	68	116
Tete	478	134	280
Manica	620	283	263
Sofala	2,870	2,193	1,610
Inhambane	1,053	88	537
Gaza	196	10	88
Maputo Prov.	625	2,066	2,066
Maputo Cidade	502	172	172
Total	12,957	5,626	5,653

Através de admissões directas conseguiram emprego 16.592 candidatos, assim distribuidos por províncias: Niassa (1.743); Cabo Delgado (359); Nampula (4.454); Zambézia (51); Tete (1.393); Manica (817); Sofala (871); Inhambane (931); Gaza (140); Maputo Prov.(621) e Maputo Cidade (5.212). Em relação ao ano de 2006 em que foram empregues 9.611, registou-se um aumento de 73%.

Cerca de 23.121 cidadãos encontraram actividades de auto emprego através de associações nos distritos e iniciativas individuais assim distribuidos pelas províncias: Niassa (130); Cabo Delgado(2376); Nampula (40); Zambézia (461); Tete (2716); Manica (1733); Sofala (11386); Inhambane (2044);Gaza (64); Maputo-Prov.(2032); Maputo-Cidade (139).

No âmbito do Trabalho Migratório

Foram recrutados 45.036 trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul, contra 47.748 do ano passado. De igual modo, foram legalizados e renovados contratos de 6.714 trabalhadores moçambicanos em actividades no sector agrícola. Comparativamente ao ano de 2006 em que foram renovados e legalizados contratos de 6.954 trabalhadores moçambicanos, regista-se uma diminuição na ordem de 3.4%.

Inspecção do Trabalho

No âmbito da Inspecção e relações de Trabalho é de destacar o seguinte:

- Formados 78 agentes de inspecção do trabalho em todo o país, contra os 45 planificados;
- Capacitados 124 agentes da inspecção contra os 98 programados. Na Zona Sul foram abrangidos 64 agentes, na Zona Centro 30 agentes e na Zona Norte, também 30 agentes;
- Inspeccionados 4.998 estabelecimentos de diversos ramos de actividade contra os 4.378 planificados. Comparativamente a 2006 em que foram fiscalizados 3.529 estabelecimentos, regista-se um crescimento na ordem de 41.6%.
- Durante as inspecções foram verificadas 4.946 infracções às diversas normas laborais, das quais 1.691 originaram o levantamento de autos de notícias (multas) e as restantes 3.255 mereceram autos de advertência;

- Sensibilizadas as partes sobre a importância e oportunidade de celebração dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva do Trabalho (IRCT), como forma de estabilização das relações laborais e da criação e manutenção da paz social;
- Divulgada a legislação laboral em matéria de direitos e deveres, negociação colectiva, salários, segurança e higiene no trabalho, trabalho de mulheres, menores e deficientes;
- Acompanhamento dos processos de negociação colectiva nas empresas;
- Mediados e conciliados 383 conflitos, sendo 168 conflitos colectivos e 214 individuais, abrangendo um total de 13.631 trabalhadores. Em igual período de 2006 foram mediados 199 conflitos laborais;
- Produzido material informativo sobre negociação colectiva, papel da Administração do Trabalho na prevenção de conflitos laborais e o Perfil do Mediador.

Segurança Social

No âmbito da segurança social, foram inscritos 1.860 contribuintes e 42.752 beneficiários, o que representa uma realização das metas planificadas na ordem de 132,8% e 106,8%, respectivamente. Comparativamente ao ano de 2006 em que foram inscritos 1.788 contribuintes e 33.995 beneficiários regista-se um aumento na ordem de 4.02% e 25.7%, respectivamente.

Comissão Consultiva do Trabalho

No âmbito do diálogo social tripartido envolvendo o Governo, os Empregadores e os Sindicatos, foram realizadas duas sessões ordinárias e uma extraordinária nas quais foram apreciados entre outros pontos a proposta do critério a ser utilizado, a partir de 2008, para a fixação dos salários mínimos nacionais; o Regulamento da Lei da Protecção Social; o Regulamento do Trabalho Doméstico.

D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e Acção Social continuou a ser priorizado o desenvolvimento de acções de protecção e de assistência social às pessoas vivendo em estado de extrema pobreza, particularmente mulheres chefes de agregado familiar, crianças, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência, garantindo-as o acesso às oportunidades de desenvolvimento, à expressão das suas capacidades e ao exercício dos seus direitos cívicos.

Assim, tendo em vista a realização dos objectivos definidos, foram desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Capacitadas 29 associações de mulheres, em matéria de Gestão de Projectos, Direitos da Mulher, Lei da Família, Género e HIV/SIDA, sendo 3 na Província de Niassa, 16 em Cabo Delgado e 10 na Província de Maputo;
- Distribuido material de costura e moageiras a 5 associações de mulheres, beneficiando cerca de 66 associados, sendo 45 na Província de Niassa e 21 em Cabo Delgado;

- Capacitadas 30 mulheres em matéria de Gestão de Projectos e Marketing, na Cidade de Lichinga;
- Capacitados 32 Conselheiros Distritais dos Gabinetes Jurídicos em matérias de aplicabilidade da Lei da Família, resolução de conflitos matrimoniais e associativismo;
- Formadas 390 Mulheres em matérias de corte e costura, bordados, dactilografia, informática, pintura e tecelagem na Província de Inhambane;
- Integradas 73 Mulheres Chefes de Agregados Familiares no projecto de cultivo da mandioca, na Província de Maputo.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar foram documentadas 10.335 crianças e reunificadas 3.121 crianças, o que corresponde a 861% e 1.248% do planificado, respectivamente.

Tabela 46: Programa de Localização e Reunificação Familiar

Programa de Localização e Reunificação Familiar					
	2006	2007		% Realiz	% Cresc.
Indicadores	Real	Plano	Real	Plano	R07/R06
Crianças documentadas	4,053	1,200	10,335	861	155
Crianças reunificadas	1,111	250	3,121	1,248	181

Âmbito do Programa de Educação Pré-Escolar

Os três tipos de estabelecimentos de educação Pré-Escolar atenderam um total de 56.017 crianças, o que corresponde a mais de 100% do planificado. Do total de crianças atendidas, 1.608 crianças foram em centros infantís públicos, 11.962 em centros infantís privados e 42.447 em escolinhas comunitárias.

Com vista a revisão e harmonização do material pedagógico em uso nos Centros Infantis, foi iniciado o processo de recolha dos materiais usados nos programas de ensino pré-escolar, tendo sido visitados alguns centros infantis nas Províncias de Sofala, Zambézia, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo.

Tabela 47: Educação Pré-Escolar

Educação Pré-Escolar					
	2006	2007		% Realiz	% Cresc.
Indicadores	Real	Plano	Real	Plano	R07/R06
Centros Infantís (Estatais)	15	15	15	100.0	-
Crianças Atendidas	1,823	1,500	1,608	107.2	-11.8
Centros Infantis (Privados)	147	120	157	130.8	6.8
Crianças Atendidas	12,722	7,500	11,962	159.5	-6.0
Escolinhas Comunitárias	611	550	629	114.4	2.9
Crianças Atendidas	42,151	30,000	42,447	141.5	0.7

Âmbito da Criança em Situação Difícil

O atendimento as crianças em situação difícil é feito fundamentalmente através dos centros de acolhimento e infantários, sendo que a maioria destes estabelecimentos são mantidos pelas instituições privadas, das quais se destacam as confissões religiosas.

Assim, ao longo do período em análise os centros de acolhimento atenderam 23.875 crianças da/na rua. Igualmente, foram atendidas 1.729 crianças nos 25 infantários que funcionam em todo o país, sendo 683 nos 7 infantários públicos e 1.046 nos 18 infantários privados.

Tabela 48: Atendimento a Criança em Situação Difícil

Atendimento a Criança em Situação Difícil

Indicadores	2006 Real	2007 Plano	2007 Real	% Realiz Plano	% Cresc. R07/R06
Centros da/na Rua	131	72	171	237.5	30.5
Crianças Atendidas	20,895	8,000	23,875	298.4	14.3
Infantários Estatais	8	8	7	87.5	-12.5
Crianças Atendidas	446	400	683	170.8	53.1
Infantários Privados	17	25	18	72.0	5.9
Crianças Atendidas	734	1,400	1,046	74.7	42.5

Ainda no âmbito da Protecção e Assistência a Criança, em coordenação com os parceiros que apoiam a área da criança, foram realizadas as seguintes actividades:

- Capacitados 120 formadores e 15 técnicos de várias instituições do Governo que trabalham com as Crianças Órfãs e Vulneráveis, em matéria de violência, abuso sexual e tráfico de menores, no Distrito da Maganja da Costa, Província da Zambézia;
- Capacitados 38 representantes do Governo e da Sociedade Civil em matéria de prevenção, combate a violência e abuso sexual de menores, na Província de Manica;
- Realizadas acções de divulgação dos Direitos da Criança através dos Órgãos Públicos de Comunicação Social;
- Divulgada na Província de Sofala, a Lei Reguladora do acesso de menores à recintos públicos de diversão nocturna e sobre o consumo de álcool e tabaco (6/99), envolvendo membros do Governo e representantes das instituições responsáveis pelos recintos públicos de diversão nocturna.

Âmbito da Pessoa Idosa

No período em análise foram atendidas 624 pessoas idosas nos 24 Centros de Apoio à Velhice (CAV´s) em funcionamento no País. Igualmente, 2.721 pessoas idosas foram atendidas nos 19 Centros Comunitários Abertos existentes em todo o país.

Foram construídas 3 casas para igual número de pessoas idosas, sendo 2 no Distrito de Marracuene e 1 no Distrito da Matola.

Tabela 49: Atendimento ao Idoso

Atendimento ao Idoso

Indicadores	2006 Real	2007 Plano	2007 Real	% Realiz Plano	% Cresc. R07/R06
Centros de Apoio Estatais	9	9	10	111.1	11.1
Idosos Atendidos	200	250	312	124.8	56.0
Centros de Apoio Privados	13	15	14	93.3	7.7
Idosos Atendidos	310	350	312	89.1	0.6

Âmbito da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD´s)

Durante o período em análise foram identificadas 10.386 pessoas portadoras de deficiência, acompanhadas 4.911, integradas nas escolas 45.200, atendidos nos centros de trânsito 257, nas escolas especiais 350, e 56 no Instituto de Deficientes Visuais.

Tabela 50: Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Indicadores	2006 Real	2007 Plano	2007 Real	% Realiz Plano	% Cresc. R07/R06
Deficientes Identificados		7,000	10,386	148.4	-
Deficientes Acompanhados	9,339	2,500	4,911	196.4	-47.4
Crianças Deficientes Integradas	2,472	2,000	**45,200**	2,260.0	1728.5
Número de Centros de trânsito	6	6	6	100.0	0.0
Deficientes Atendidos	281	380	257	67.6	-8.5
Escolas Especiais	3	3	3	100.0	0.0
Número de Alunos	326	330	350	106.1	7.4
Instituto de Deficientes Visuais	1	1	1	100.0	0.0
Número de Alunos	150	140	56	40.0	-62.7

Importa também realçar que foi feita a divulgação do Plano Nacional de Acção da Área da Deficiência nas províncias de Sofala, Inhambane e Maputo, com envolvimento das instituições públicas e da sociedade civil, assim como foram distribuídos 964 meios de compensação, beneficiando igual número de Pessoas Portadoras de Deficiência, sendo: 226 em Niassa, 130 em Cabo Delgado, 110 em Nampula, 195 em Zambézia, 48 em Tete, 27 em Manica, 140 em Gaza, 63 em Maputo e 25 Maputo Cidade.

Foram formados 24 intérpetres de língua de sinais e traduzidos spots publicitários em língua de sinais, no âmbito da divulgação da informação sobre o recenseamento geral da população e habitação.

Em Cabo Delgado foram capacitados 71 professores em matéria de ensino a crianças com necessidades educativas especiais.

Foram capacitados em matérias de línguas de sinais 31 funcionários do sector na Província de Maputo.

Foram formadas 101 pessoas em línguas de sinais das quais 76 pessoas portadoras de deficiência auditiva e 25 mães sociais da Aldeia de Crianç SOS na cidade de Pemba.

No âmbito do Atendimento aos Toxicodependentes foi privilegiado a realização palestras de sensibilização contra o consumo e venda ilícita de drogas.

De igual modo, foram capacitados 34 activistas comunitários, 29 professores e 10 educadores sociais em matéria de apoio psicossocial às crianças, no âmbito das explosões do Paiol de Malhazine.

Programas e Projectos de Assistência Social

Neste âmbito, continuou a ser privilegiado a assistência social e económica directa aos indivíduos incapacitados para o trabalho e a promoção do desenvolvimento sócio-económico dos indivíduos ou grupo de indivíduos capacitados para o trabalho.

Assim, através dos programas de assistência foram assistidas 143.305 pessoas contra as 120.437 planificadas. Face a 2006, o Programa Subsídio de Alimentos cresceu 20%, o Programa Benefício Social pelo Trabalho 44%, o Programa Geração de Rendimentos 43% e o Programa Apoio Social Directo 11%.

Em relação ao Programa de Desenvolvimento Comunitário, foram implementados 280 projectos beneficiando 561.335 pessoas.

Tabela 51: Programa de Assistncia Social – Distribuição por Província

Programas de Assistência Social								
Distribuição dos Beneficiários por Província								
Províncias	Programa de Subsídios de Alimentos		Programa Benefício Social pelo Trabalho		Programa de Geração de Rendimentos		Programa de Apoio Social Directo	
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real
Niassa	5,800	6,669	757	1,762	330	989	1,757	2,366
C.Delgado	6,500	7,842	220	203	358	149	710	1,958
Nampula	20,900	23,298	523	627	955	761	1,708	2,678
Zambézia	10,300	11,907	490	580	958	761	1,655	3,665
Tete	4,800	6,640	220	258	458	346	1,000	619
Manica	10,200	11,192	343	470	278	188	793	697
Sofala	7,770	8,459	389	425	1,025	1,010	1,200	2,186
Inhambane	7,900	10,979	239	291	458	138	793	715
Gaza	13,900	16,933	644	863	1,178	439	1,093	1,550
Maputo P.	4,730	5,091	120	193	158	182	672	1,008
Maputo C.	4,200	3,967	435	387	568	321	952	1,543
Total	97,000	112,977	4,380	6,059	6,724	5,284	12,333	18,985

E. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude e Desportos, continuou-se a privilegiar o enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do País, o fortalecimento do associativismo juvenil e desportivo, a massificação da prática da actividade física e desportiva e o desenvolvimento do desporto de alta competição.

Área da Juventude

Com o objectivo de potenciar o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) para assegurar o exercício efectivo do seu papel como órgão interlocutor entre a Juventude e o Estado, foram realizadas as seguintes actividades:

- Prestada assistência técnica, metodológica e financeira ao CNJ;
- Aprovado o Regulamento do Associativismo Juvenil;
- Prestada assistência técnica na legalização de 96 associações juvenís contra as 110 planificadas;
- Aprovado na generalidade o Comité Intersectorial de Apoio aos Adolescentes e Jovens – CIADAJ;
- Reabilitado parcialmente o Centro Juvenil da Manga.

Com o objectivo de garantir a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego e auto-emprego, destaque nas acções realizadas vai para o seguinte:

- Financiados 103 micro-projectos juvenis de geração de rendimento contra os 110 planificados, e capacitados em matérias de gestão de pequenos negócios 266 jovens;
- Formados 416 jovens em matéria de liderança, gestão associativa, elaboração de projectos de geração de rendimento e empreendedorismo;
- Capacitados 108 formadores nacionais em matérias de liderança, gestão de projectos e em matérias de habilidades para vida, contra os 165 programados.

No âmbito do desenvolvimento de programas sobre habilidades para a vida direccionados à juventude, foram realizadas as seguintes actividades:

- Feito o lançamento do Programa Geração Biz nas Províncias de Nampula e Manica e alargado para 19 novos distritos em Zambézia (4 distritos), Inhambane (3 distritos), Sofala (3 distritos), Nampula (3 distritos), Tete (2 distritos), Cabo Delgado (2 distritos), Maputo cidade (1 distrito) e Maputo província (1 distrito);
- Formados 126 líderes comunitários e 97 pais e encarregados de educação em matéria de prevenção e combate ao HIV/SIDA;
- Criados 8 núcleos e formados 108 activistas para trabalharem nas matérias de prevenção do consumo e tráfico de drogas;
- Realizado o I Encontro Nacional da Juventude sobre o HIV/SIDA, o qual aprovou o Compromisso dos Jovens no Combate ao SIDA e contou com a participação de 580 jovens provenientes de todo o país, incluindo representantes de Angola e Cabo Verde.

Com vista a fomentar no seio da juventude o interesse pela prática do desporto, do turismo e da arte e cultura como forma de ocupação dos tempos livres, foi realizado o seguinte:

- Organizado o acampamento Provincial e Regional no distrito de Boane que contou com a participação de 352 jovens;
- Reabilitadas parcialmente as infra-estruturas localizadas na Praia do Tofo, em Inhambane, que servirão de pousada da juventude;
- Realizados os Festivais Regionais de *Music Crossroads* na zona Norte, Centro, Sul, e os Festivais Móveis de Gaza e Cabo-Delgado, tendo participado 60 grupos musicais e 374 jovens artistas.

Visando garantir oportunidades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação para a juventude, foram realizadas as seguintes actividades:

- Criado 1 Centro juvenil em Chiúre (Cabo Delgado);
- Formados 30 jovens em pacotes básicos de informática em Gaza.

Área do Desporto

No âmbito da massificação do desporto e do programa “Moçambique em Movimento”, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Formados 105 formadores de animadores desportivos comunitários;
- Realizados torneios desportivos de férias escolares envolvendo 64.198 crianças participantes;
- Realizadas léguas envolvendo 6.675 participantes;
- Promovidos diversos torneios desportivos envolvendo 18.510 atletas e mais de 134 equipas no âmbito das comemorações da Semana Nacional do Desporto;
- Realizados torneios desportivos femininos movimentando 3.263 atletas no futebol, 631 atletas no andebol, e 189 atletas no atletismos.

No âmbito da formação de agentes desportivos, foi realizado o seguinte:

- Formados 119 agentes desportivos (dirigentes, gestores, treinadores) para pessoas portadoras de deficiência, contra os 18 planificados;
- Realizadas acções de formação e capacitação de agentes desportivos de nível Básico e I nas modalidades de atletismo, andebol, basquetebol, futebol, voleibol e ginástica totalizando 779 agentes desportivos dos 705 planificados.

No âmbito do Desporto de Alta Competição:

- Realizados torneios desportivos envolvendo 25.360 atletas e criados 33 núcleos no âmbito do Projecto Fut-21;
- Criadas condições para a construção do Estádio Nacional;
- Iniciadas as obras de construção do estádio Municipal de Pemba;
- Construida a base para a colocação da relva sintética nos campos de futebol de Costa do Sol e no Estádio da Machava em Maputo;
- Prestado apoio na participação de Equipas Moçambicanas nas afro-taças nas modalidades de futebol (Desportivo de Maputo e Têxtil de Púnguè) e basquetebol feminino (Desportivo de Maputo e ISPU), basquetebol masculino (Ferroviário da Beira e Ferroviário de Maputo);
- Aprovado o Regulamento do Seguro Desportivo e o Regulamento de Controlo Anti-Doping;
- Prestado apoio à participação de Moçambique na XI edição dos Jogos Pan Africanos. O País fez-se representar por uma delegação de 69 pessoas entre atletas, oficiais federativos e superiores e convidados tendo conquistado 1 medalha de ouro nos 800 m femininos através da atleta Leonor Piúza.

IV.3. GOVERNAÇÃO

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de combate a pobreza. O PARPA inclui políticas para promover a boa governação tais como: descentralização e desconcentração, reforma das Administrações Públicas para melhor responderem as necessidades dos cidadãos, reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, melhoramento da segurança pública e desenvolvimento dum programa focalizado na redução da corrupção a todos níveis.

A. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e desconcentração; racionalização das estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do Sector Público, melhoria da gestão financeira e prestação de contas e o combate à corrupção.

As actividades desta sub-componente se subdividiram em três âmbitos principais, nomeadamente: descentralização e desconcentração; racionalização de estruturas e processo de prestação de serviços. No geral e tendo em conta estes âmbitos, para o ano de 2007 foram desenvolvidas as seguintes actividades:

No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como principal objectivo a dotação dos Órgãos Locais do Estado ao nível Distrital e Provincial de maior dinamismo e capacidade. Para o efeito, dentre outras actividades, durante o ano de 2007, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Nomeados 512 directores de Serviços Distritais nos 128 Distritos, no âmbito da reestruturação e descentralização dos Governos Distritais e elaboradas as estruturas orgânicas de cada um dos Serviços Distritais e respectivos quadros de pessoal;
- No que se refere a definição das competências dos Órgãos Estatais e Municipais:
    - Elaborada e aprovada a proposta sobre a descentralização de fundos dos sectores de estradas, água, agricultura, educação e saúde para os Governos Locais;
    - Foram sistematizadas as propostas provenientes dos Ministérios, sobre competências a serem descentralizadas para os órgãos locais do Estado.
- Em relação ao processo de capacitação da Administração Local do Estado:
    - Capacitados todos os Administradores Distritais e representantes do Estado nas Autarquias,
    - Foram formados os directores dos Serviços Distritais da zona Sul (83), os chefes de departamentos das Secretarias Provinciais (28);
    - Realizada assistência técnica aos Órgãos Locais do Estado;
    - Contratados 162 técnicos de nível médio e superior das áreas de Planeamento e Ordenamento Territorial e Planificação e Desenvolvimento Local que serão colocados em 54 distritos seleccionados.
- Foram reconhecidas 4.998 autoridades comunitárias do II escalão e assegurado o pagamento de subsídios às Autoridades Comunitárias do I e II escalões já reconhecidas (5.087 do **I** e 4.998 do **II**) e legitimadas (7.509);
- Adquiridos 1.500 pares de fardamento para as Autoridades Comunitárias, 1.500 camisas de mangas compridas, 200 blusas de mangas compridas, 1.500 boinas, 1.500 meias, 4.542 crachás, 4.463 emblemas, 6791 faixas, 6.661 bandeiras, 1.453 calçados e 2.475 cintos;

- Elaborada a proposta sobre a estrutura orgânica dos Governos Provinciais;
- Foi Elaborada a proposta de critérios e parâmetros de avaliação de desempenho dos Administradores Distritais.
- Visando a consolidação do funcionamento dos Conselhos de Consulta Local, no âmbito do processo de desconcentração, que abrange os Órgãos Locais do Estado a nível provincial, distrital, posto administrativo localidade e povoação, foi revisto o Regulamento da Organização e Funcionamento dos Conselhos Locais (CL`s);
- Elaborada a proposta de currículo modular de formação e capacitação dos membros dos Conselhos Locais e das Autoridades Comunitárias;
- Foi realizada a reunião nacional dos Administradores Distritais e a reunião Nacional dos Municípios;
- Foi realizado um estudo e, avaliadas as condições de algumas vilas de sedes distritais e de Posto Administrativos para alargar a autarcização à novas unidades territoriais;
- Foi aprovada a lei das Assembleias Provinciais (Lei 5/2007) e respectiva lei Eleitoral; Iniciado o processo de identificação e/ou reabilitação de instalações para o funcionamento das Assembleias Provinciais (AP´s) e, elaborado o guião para a instalação das mesmas;
- Foi feita a recolha de informações para a reestruturação dos Postos Administrativos, localidades e estruturação da representação do Estado nas Autarquias;
- Elaborado o Diagnóstico sobre a delimitação das cidades não integradas em território do Distrito num total de 14, incluindo as cidades capitais provinciais e de Nacala-Porto, Ilha de Moçambique e Maxixe;
- Foi realizada a revisão da Lei das Finanças e Património Autárquico, estando ainda, em curso o estudo visando a revisão do código Tributário Autárquico;
- Foram ractificados os Quadros de Pessoal Municipal de Angoche e Matola e revistos os estatutos orgânicos dos Conselhos Municipais de Nampula, Nacala, Milange, Maxixe e Matola;
- Revista a legislação sobre o Planeamento e Ordenamento do território dos Municípios;
- Iniciado o estudo para a revisão dos critérios de alocação dos Fundos de Compensação Autárquica (FCA) e de Investimento de Iniciativa Local;

Outras Actividades realizadas:

- Foi concluída a elaboração da proposta do ajustamento da Divisão Político-Administrativa do País;
- Elaborado o Regulamento do Uniforme da Polícia Municipal à luz do Decreto 35/2006, de 06 de Setembro e outra legislação aprovada no âmbito da revisão do Pacote Autárquico e elaboração de legislação complementar.
- Realizadas assistências às visitas de trabalho de Sua Excelência o Presidente da República às províncias no âmbito da Governação Aberta;

- Realizadas missões de inspecção às unidades orgânicas do MAE, às províncias de Inhambane e Gaza; ao Gabinete de Apoio e Reconstrução (GAR) e ao INGC e ao distrito de Chemba,

No âmbito de Planificação e Finanças Descentralizadas:

- Capacitados 175 técnicos no âmbito da preparação do PES e OE na provincia de Nampula
- Realizadas acções de assistência técnica na elaboração de 20 PESODs para o ano 2008;
- Realizada a capacitação em Gestão Financeira (SF) e Sistema de Registo e Controlo da Receita (SISRECORE) nos seguintes distritos: Mogovolas, Moma, Angoche, Mogincual, Monapo, Nampula-Rapale e Mecubúri;
- Foram treinados 20 técnicos de obras públicas, que fazem parte das ETDs, na preparação dos processos administrativos de concurso, incluindo o desenho de um projecto executivo;
- Foi concluida a elaboração de 11 16 PEDDs, aguardando a respectiva homoloção por parte das autoridades locais;
- Foram elaborados 11 planos de ordenamento territorial sendo: Em Nhamatanda, Sofala; 3 na província de Tete: Manje e Mavuzi ponte, distrito de Chiuta e Mocumbura distrito de Magoe; 7 na província da Zambézia, nos distritos de Namacurra, Mocuba, Ile, Mopeia, Gile, Gurue e Morrumbala;
- Realizadas acções de capacitação aos membros das EPAPs e das ETD's sobre metodologias de elaboração do PEDD, nas provincias de Tete, Zambézia, Manica e Sofala;
- Foi concluído o processo de elaboração dos manuais de formação para a elaboração dos Planos Distritais de Desenvolvimento, que consiste num conjunto de dois manuais por módulo de formação a saber;

Função Pública

No âmbito de formação de funcionários públicos, foram graduados 719 funcionários nos IFAPAs de Lichinga, Beira e Maputo, dos quais 409 são do sexo feminino e 310 do sexo masculino; formados 95 formadores dos cursos modulares para a zona sul; arrancaram 33 cursos do nível médio com um total de 985 formandos; elaborados e revistos os Módulos das Áreas Comum e de Especialização em Recursos Humanos (RH), Gestão Orçamental e Patrimonial (GOP) e, Gestão Autárquica (GA); Graduados 412 estudantes no regime de Ensino Regular pelos IFAPAs, dos quais, 215 do sexo masculino e 197 do sexo feminino;

No âmbito do processo de descentralização e desconcentração, e da implementação do Decreto nº 5/2006, de 12 de Abril, foram capacitados gestores de recursos humanos do nível central e local e elaborados e aprovados os Quadros de Pessoal e Estatutos Orgânicos de diferentes instituições;

No quadro de formação e capitação dos dirigentes, foram e alizadas quatro acções de formação aos Ministros, Vice-Ministros, e Secretários Permanentes dos Ministérios, Governadores e Secretários Permanentes Provinciais e Chefes de Postos Administrativos e, ainda capacitados dirigentes e quadros executivos

(gestores do Ministério da Juventude e Desportos, Assessores e Assistentes de Ministros);

Foram capacitados os inspectores do Sector da Administração Estatal e realizada a assistência técnica a todos os Municípios, em matérias de atendimento ao público e procedimentos administrativos;

- Na Área de Gestão de Recursos Humanos da Função Pública, há a destacar o seguinte:
    - Foram graduados 46 funcionários que integram o primeiro grupo de gestores da função pública;
    - Institucionalizado o Fórum de Gestores de Recursos Humanos a nível Central, Provincial e distrital (distritos das províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, e Maputo), permindo assim, a capacitação permanente de cerca de 1.410 gestores de recursos humanos;
    - Reactivado o Grupo Interministerial de Formação em Administração Pública (GIFAP) que passa a integrar 12 instituições;
    - Capacitados e integrados os chefes de Repartição de Formação de todas as Secretarias Provinciais;
- Finalizados os Manuais de Estatística da Área Geral do nível Básico e da Áreas Comum e de Especialização do nível básico para Cursos de formação aos Funcionários dos Distritos em Regime de Ensino à Distância e adquiridas 5 viaturas para o ensino à distância;
- Foram capacitados os Administradores e Secretários Permanentes Distritais de todos os Distritos das Províncias de Cabo-Delgado e Manica, em matéria de Liderança e Gestão de Relacionamentos;
- No âmbito de construção e reabilitação das infra-estruturas:
    - Foi adjudicado o Contrato de Empreitada para o primeiro lote das obras de reabilitação e expansão à Empresa ECOB, para ampliação e reabilitação de infra-estruturas do IFAPA da Beira;
    - Foi concluída a construção do dormitório feminino, no IFAPA-Lichinga, passando o Internato a contar com 150 lugares, beneficiando também cerca de 85 estudantes provenientes das províncias de Cabo-Delgado, Nampula e de alguns distritos de Niassa;
- Foi realizado o 1º Seminário de capacitação aos Inspectores Gerais dos Ministérios, com a participação do Tribunal Administrativo;
- Concluído o Anteprojecto de Estatuto Orgânico da IGAE, bem como o Manual e o Guião de Inspecção;
- Foi realizado o recenseamento de todos os Funcionários e Agentes do Estado;
- Criado o Sub-sistema Electrónico de Informação de Pessoal (e-SIP);
- Elaborados os Parâmetros da Política Salarial;

- Foi elaborado o Modelo Conceptual do Sistema de Gestão de Desempenho, por resultado, na Função Pública;
- Foi depositada a Proposta de Lei do EGFE na Assembleia da República (AR) para sua aprovação;
- Foi elaborado e harmonizado o Plano de Acção da Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado;
- Elaborados e divulgados (nos Órgãos Centrais e Locais do Estado), o Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE) e respectivos Instrumentos de operacionalização;
- Formados 46 formadores de Gestão de Documentos e Arquivos do Estado e 591 Gestores de Documentos e Arquivos do Estado;
- Formados 2.201 funcionários e agentes do Estado, entre Lideranças, gestores e técnicos.

Outras Actividades realizadas:

- Iniciada a construção do Centro de Excelência em Administração Pública, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no recinto do IFAPA Maputo;
- Capacitados 16 servidores do Estado, a nível internacional, através da participação nas seguintes acções de formação: Curso de Gestão de Recursos Humanos (4); Curso sobre Feitura de Leis (6); Curso sobre e-Learning (1); Concepção e Implementação de Políticas de Gestão de Recursos Humanos (2); Gestão de Informação e Computação (2); Curso sobre Effective Project Cycle Management (1);
- Foi criado o sítio de internet (website) do ISAP;
- Produzidos Módulos para os cursos de Bacharelato Profissional em Administração Pública (BPAP) e para a Licenciatura Profissional em Administração Pública (LPAP);
- Em elaboração a Carta da Função Pública;
- Foi aprovado pelo governo, o Código de Conduta dos Titulares de Cargos Governativos e Dirigentes Superiores do Estado;
- Foi revisto o Decreto e o papel da Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público, que resultou na aprovação do Decreto Presidencial n.º 2/2007, de 8 de Março.
- Foram realizadas acções de divulgação do Decreto nº 14/2007, 10 de Abril.
- Foram elaboradas as seguintes projectos de legislação, tendentes a produção de nova legislação:
    - Iniciada a revisão do Decreto nº 4/81, de 10 de Junho;
    - Código de Procedimentos Administrativos (Termos de Referência elaborados);
    - Princípios Gerais para a Criação, Composição e Funcionamento das Comissões Interministeriais do Conselho de Ministros;

- Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo e os Parceiros do Fundo Comum da Reforma do Sector Público, para o financiamento da II fase do RSP;

Foram realizadas visitas de monitoria a todas as Províncias;

B. JUSTIÇA

No **âmbito da Justiça**, em 2007, foram realizadas, entre outras, as seguintes acções:

- Julgados 103.287 processos nos Tribunais Judiciais em 2007. A proporção da população reclusória aguardando julgamento, situa-se em 39% contra 42% registados em 2006;
- Em relação ao Registo Civil foram registados 1.626. 411 cidadãos contra 1.530.109 do ano passado;
- Prosseguiu-se com a divulgação da Lei da Família em todas as províncias, tendo tido um enfoque particular nos direitos e deveres dos cônjuges;
- Revitalizados 1.646Tribunais Comunitários, concorrendo para à resolução dos conflitos nas comunidades;
- Institucionalizadas as Delegações Provinciais do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ). Neste âmbito, foram implantadas 38 delegações distritais do IPAJ;
- Criadas clínicas jurídicas nas penitenciárias da Cidade e Província de Maputo, para assistência aos reclusos, tendo sido providenciada assistência jurídica a 165 reclusos;
- Desenvolvido um programa de disseminação do material sobre os direitos fundamentais do cidadão e o estabelecidas parcerias com outras organizações, para desenvolverem programas de informação sobre os direitos das mulheres;
- No que se refere a reforma do sistema prisional e como parte de reeducação dos reclusos foram reactivadas as actividades produtivas em todos os estabelecimentos prisionais: actividades agrícolas em Mabalane, Hanhane, Bela-Vista, Tete e Manica; oficinais na Machava e Mabalane; pecuária em Mabalane, Ndlavela e Mieze e piscicultura em Mabalane, Tete, Manica, Zambézia e Niassa. No mesmo âmbito foram criadas padarias nas Cadeias da Beira, Dondo, Nhamatanda, Quelimane, Nampula e Niassa;
- Implementado um programa de formação técnico-profissional em áreas gráficas na Cadeia Central de Maputo, carpintaria em Maputo e Nampula e serralharia em Maputo.

No âmbito de formação e recursos humanos:

- Formados 23 gestores para os Tribunais e Procuradorias Provinciais;
- Formados 75 Magistrados judiciais, do Ministério Público e dos Tribunais Fiscais;
- Formados 350 agentes prisionais;

- Formados 53 funcionários entre Magistrados judiciais e do Ministério Público, Administradores Distritais, Comandantes da PRM a nível distrital e Directores dos Serviços Distritais de Actividades Económicas, em legislação relativa aos Recursos Naturais e Desenvolvimento;
- Foi realizado um curso para 26 Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça para as secções comerciais das províncias de Nampula e Sofala;
- Formados Líderes Comunitários em Direitos Humanos, envolvendo 44 em Nampula, 19 em Sofala e 25 em Inhambane.

No quadro da Reforma Legal:

- No que concerne a Lei da Familia foram elaborados os Termos de Referência no que respeita a regulamentação da união de facto;
- Foi elaborada a proposta do Estatuto do Corpo da Guarda Prisional;
- Criado o Regulamento da Inspecção dos Serviços Nacionais das Prisões;
- Criada a legislação sobre conflito de interesses e em curso a elaboração específica sobre o conflito de interesses;
- Elaborados os anteprojectos de revisão da Lei 5/92, Lei Orgânica do TA, das Leis 13/97 e 14/97 de 10 de Julho e da Lei do Conselho Superior da Magistratura Administrativa;
- Iniciado o projecto de lei sobre as Medidas Privativas da Liberdade;
- Concluída a reformulação do projecto da Lei de Defesa do Consumidor;
- Adoptados, pelo Conselho de Ministros, as propostas da Lei sobre o Tráfico de Pessoas em particular Mulheres e Crianças, Direito da Criança e Lei sobre a Organização Tutelar de Menores;

No âmbito de construção e reabilitação de Infra-estruturas e Equipamento:

- No que diz respeito a Construção e apetrechamento dos palácios de Justiça das Províncias de Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia Nampula e Niassa, foram:
    - Concluídos os projectos executivos e visados pelo Tribunal Administrativo para a construção dos palácios provinciais de justiça nas províncias de Maputo e Inhambane;
    - Iniciada a conclusão dos projectos executivos dos palácios de Justiça para as províncias de Niassa e cidade de Maputo;
    - Iniciada a construção dos palácios de justiça distritais e residências para os magistrados Judiciais e do Ministério Público nos distritos de Moma, Cheringoma, Morrumbene e Massinga;
    - Iniciadas as obras de construção da Cadeia de Xai-Xai, em regime combinado de contratação, envolvendo directo da população reclusória;

No âmbito do Controlo da Legalidade:

- Elaborado o projecto de reabilitação do edifício da PGR e residência oficial do Procurador Geral da República;

- Iniciada a Construção e reabilitação de unidades prisionais:
    - Reabilitada a Cadeia de Moma;
    - Em curso a reabilitação do estabelecimento de reclusão sob tutela da polícia em Cheringoma;
    - Em curso a reabilitação da Cadeia distrital de Marromeu bem com a reabilitação das instalações da polícia e construção do palácio da justiça;
    - Em fase conclusiva a reabilitação e adaptação da Penitenciária Industrial de Nampula, incluindo a criação de uma secção juvenil;
    - Concluída a reabilitação da cadeia de Savane;
    - Iniciada a reabilitação a Cadeia Central da Beira;
    - Apetrechadas as Procuradorias e residências nos distritos de Nacala, Monapo, Angoche, Meconta e Ilha de Moçambique;
- Adquirido um sistema de gestão documental para PGR de modo a melhorar o sistema de controlo interno e de acesso aos documentos;
- Adquiridos diversos códigos para a biblioteca do Tribunal Supremo.

No âmbito do Controlo da Legalidade:

- Foram realizadas acções visando a reforma do quadro de procedimentos dos Tribunais com o recrutamento e formação de Administradores Judiciais;

No ambito de modernização e informatização:

- Foi concluída a ligação dos serviços por Gov-net em todas as capitais provinciais, tendo sido contemplados, os serviços de registo criminal e comercial;
- Iniciado o desenvolvimento do software sobre a gestão processual no âmbito do Sistema Integrado de Monitoria e Avaliação da Justiça, prevendo-se a conclusão para meados de 2008;
- Concluída a ligação do Tribunal Supremo à rede e-government;
- Adquirido diverso equipamento informático e repográfico para a PGR;
- Iniciado o estabelecimento da rede intranet nos Tribunais e ligação a rede e-governement;

C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

No domínio da **Ordem Pública, Identificação Civil, Migração e Bombeiros**, constitui um dos objectivos prioritários, a elevação do nível de desempenho das forças policiais na prevenção e combate à criminalidade. Há a destacar a realização, em 2007, das seguintes acções:

- Reforçada e garantida a protecção de pessoas e bens, tendo se registado uma operatividade policial de cerca de 69% contra 70% do planificado o que representa uma redução em 2% em relação a 2006.
- Nos crimes “contra a propriedade” a operatividade policial registou um incremento de 5% em relação aos 62% do período anterior; nos crimes “contra

pessoas" e "contra a ordem e tranquilidade públicas", a operatividade foi de 86% e 98%, o que corresponde a um aumento de 1% e 3% respectivamente;

- Formados 218 dos 582 elementos planificados nos domínios da investigação criminal e forças especiais e de reserva;
- Criados 7 postos policiais, entre mistos e especializados contra 22 planificados, o que corresponde a 32% de cumprimento;
- Em curso a formação de 1.162 instruendos para PRM, 350 para guarda prisional e 475 para Guarda Fronteira;
- Garantida a continuidade dos cursos superiores em ciências policiais na ACIPOL (licenciatura, bacharelato e executivo), onde foi concluída a formação de 203 oficiais da polícia;
- Elaborado e depositado no Conselho de Ministros o Ante-Projecto da Lei Orgânica da Polícia de Moçambique e Regulamentos conexos;
- Elaborado o Ante-Projecto da Estratégia da Ordem e Tranquilidade Públicas;
- Emitidos 534.054 bilhetes de identidade, contra os 600.000 planificados o que representa um cumprimento na ordem de 89%;

Outras Realizações

- Concluída a construção do edifício do Comando Distrital de Nicoadala – Zambézia;
- Concluída a construção do edifício do Comando Distrital de Muembe – Niassa;
- Concluída a construção do edifício do Comando Distrital de Mossuril – Nampula;
- Concluída a obra dos Serviços Provinciais de Identificação Civil de Inhambane.

D. COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social contribui para o desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de Direito.

Neste sentido, em 2007 foi reforçada a capacidade dos órgãos do sector da imprensa e a sua regulamentação, onde foram implementadas as seguintes acções:

- Montada a torre da TVM em Nampula;
- Em curso a expansão da antena Nacional em Chicualacuala, Vilankulo e Chumuara;
- Em curso a instalação de um emissor da Televisão de Moçambique (TVM) de 1kiloWatt na Cidade de Maxixe e aumento de cobertura até 80 km;

Outras Realizações

- Produzidos documentários em vídeo: Moamba em marcha (agricultura); Mapai hoje (aspectos sócio-económicos) e o Despertar (produção de arroz-Chókwè);
- Produzidas 12 edições do jornal "O CAMPO";

- Concluída a substituição do emissor de onda média em Inhambane;

E. RELAÇÕES EXTERNAS

Na área das Relações Exteriores e da Cooperacao Internacional, O Governo continuou a incrementar um relacionamento privilegiado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique com vista à operacionalização dos seus planos e programas, para a erradicação da pobreza absoluta, reforçando o prestígio e reputação de Moçambique na arena internacional.

Assim, no âmbito do Reforco da cooperacao Bilateral e Multilateral destaca-se:

- Realização à nivel Presidencial de visitas a vários países, bem como a participação em eventos de indole diversa em que foram firmados importantes acordos de cooperação e estreitado o relacionamento bilateral e multilateral. Salienta-se:
    - As visitas para Alemanha, Brasil, Noruega, Itália, Japão, Vietname, Zâmbia e Tanzania, e
    - A participação na 62ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (Nova Iorque), na Cimeira África-Europa (Portugal), na 24ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de África e França, no XVII fórum Económico Mundial (Africa do Sul) e na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Commonwealth (Uganda).
- Realizadas visitas de nivel Ministerial em (Argélia, Dinamarca, Egipto, Suécia, Rússia e Noruega) durante as quais foram reforçadas as relações de amizade e cooperação;
- Participação na reunião Ordinária do Conselho de Ministros da SADC, no 8º Fórum da Parceria para África (APF) (Berlim), na reunião do Comité Integrado de Ministros da SADC (Namíbia), na 34ª Conferência Islâmica dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (Paquistão);
- Realizadas visitas no âmbito da Cooperação dos PALOP-CE, para concertação e reforço dos mecanismos de implementação do PIR PALOP;
- Recebidas visitas de Ministros, Vice Ministros e Secretários de Estado dos Negócios estrangeiros de (Angola, Áustria, Cuba, República Checa, Etiópia, Itália e Portugal), visita do Ministro Presidente de Flandres, e 2 Vice - Ministros da China (Saúde e Construção);
- Acreditados 29 novos Embaixadores e/ou Altos Comissários no contexto do estreitamento das relações político-diplomáticas e de cooperacao;

Com vista a prossecussao da actividade diplomática visando a mobilização de recursos materiais e financeiros para apoiar a implementação de programas e projectos de erradicação da pobreza e assegurar o crescimento económico no âmbito da implementação do PARPA (II) foram acções de destaque as seguintes:

- Visitas oficiais de sexa o Presidente da República, à Alemanha, Brasil, Noruega, Italia, Japão e Vietname, com vista ao reforço da cooperação já existente com aqueles paises;
- Visita de Sexa o Presidente da Republica a Washington DC, para tomar parte na cerimonia da assinatura do Compacto, no âmbito do Fundo do

Desafio do Milenio- MCA, no valor de 506,9 milhoes de Dolares para os proximos cinco (5) anos, para o financiamento de programas de desenvolvimento nas areas de agua e saneamento, estradas e sector privado, nas provincias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambezia;

- Participação na 12ª Cimeira Económica Bilateral com África do Sul (Pretória);
- Visita do Presidente da Republica Popular da China, que resultou na concessao de um crédito destinado para diversas acções;
- Visita do Presidente da República de Angola, que resultou na assinatura de 9 acordos e estabelecimento de parcerias económico-empresarial;
- Visita da sua Alteza o Aga Khan, que resultou na disponibilidade da sua Alteza em continuar a desenvolver actividades da Rede em Mocambique;
- Visita da Ministra do Investimento Estrangeiro e Cooperacao da República de Cuba em Novembro, visando avaliar a cooperacao e dar seguimento das acções acordadas nos termos dos compromissos assumidos aquando da XVI Sessao da Comissao Mista, realizada em Maputo;
- Realização de duas (2) Reuniões Tripartidas de Avaliação dos Programas ou Projectos Financiados pelo PNUD que resultaram na, aprovação do relatório anual do projecto das financas descentralizadas, definição de acções para preparação do programa nacional de planificacao e financas descentralizadas;
- Realizadas as comissões Moçambique/Malawi, Moçambique/Cuba, Moçambique/China, Moçambique/Indonésia e Moçambique/Brasil;
- Realizadas consultas Bilaterais entre Mocambique e Alemanha resultando na assinatura do programa bilateral 2007-2008, com alocacao de 92,5 milhoes de euros e na contribuicao para o Orcamento de Estado em 20 milhoes de euros;
- Estabelecidos contactos com a Republica da Angola, Argélia, China e India para o perdão da divida de Mocambique;
- Perdoada a divida com a China cerca de 11 milhoes de dolares americanos.
- Participação do pais em Toquio no “African festa 2007” e realização da IV Reunião dos empresários dos paises do Fórum Macau, para promoção de investimentos;

Com vista ao estabelecimento de um sistema de gestão de ajuda externa que reflicta as prioridades definidas, numa parceria coerente e abrangente com os vários parceiros de desenvolvimento; foi destaque:

- Concluído do processo de análise das estratégias individuais dos parceiros de cooperação no contexto da declaração de paris sobre a efectividade da ajuda, num processo que envolveu o Governo e os Parceiros de Apoio Programático;
- Participação em seminário dos países da África Oriental e Austral sobre a implementacao da Declaração de Paris e sobre os sistemas de gestão da assistência externa;

Para Promover e assegurar a implementação dos programas e projectos prioritários de desenvolvimento nacional, sub-regional e regional no âmbito da NEPAD, SADC e outros organismos de que Moçambique faz parte foram realizacoes:

- A participação do Presidente da Republica na 27ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC sob o o tema: "Desenvolvimento de Infra-estruturas em Apoio à Integração Regional.
- Participação da Primeira Ministra em Argel na Cimeira de Reflexão sobre a implementação do Programa NEPAD, onde foi abordada a integração da NEPAD nos processos e estruturas da União Africana, que resultaram em recomendações posteriormente endossadas pelo Comité de Implementação da NEPAD;
- Participação de Sexa. MNEC na Zâmbia, na Reunião Ordinária do CM da SADC;
- Participação em Berlim, no 8º Fórum da Parceria para África (APF), durante o qual foram discutidas questões políticas estratégicas e sócio-económicas relacionadas com o desenvolvimento de África e com a implementação de programas da NEPAD;
- Aprovado no âmbito do 10º FED (Fundo do desenvolvimento Europeu) o montante de € 135 milhões para o Programa Indicativo Regional (PIR) da SADC, para o período 2008-2013;
- Participação na Conferência da TICAD sobre o Meio Ambiente, no âmbito da preparação do TICAD IV, com vista a promover a cooperação regional e aprofundar a cooperação entre os sectores público e privado;
- Efectuadas visitas de avaliação e monitoria na província da Zambézia aos projectos de reabilitação da estrada Namacurra-Rio Ligonha, as obras de reabilitação de unidades sanitárias financiadas no âmbito do projecto de reabilitação do sistema de saúde rural e do programa de apoio a saúde e a componente Pontes, do Programa de Desenvolvimento Rural (PRD);
- Feita a avaliação do grau de execução das obras de instalação de sistemas de telecomunicações rurais em Inhambane e do Projecto Integrado de Desenvolvimento dos Recursos Hidricos e de Abastecimento de àgua no Vale do Zambeze (ZAMWAT), em Tete, onde se concluíu que os projectos estão a decorrer normalmente e dentro do calendário estipulado;
- Conclusão da Avaliação de Fim de Percurso do Programa de Cooperação entre Moçambique e a União Europeia financiado pelo 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e a concessão de um montante adicional de € 50 milhões para o Apoio ao Orçamento do Estado para ano de 2008;
- Participação na África do Sul, na 37ª Reunião do Comité Directivo da NEPAD que discutiu aspectos relacionados com o funcionamento do Secretariado da NEPAD bem como formas para o seu melhoramento;
- Inicio do processo de auto-avaliação no quadro do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) com a contratação de três (3) instituições de pesquisa.

Quanto a Participação nas negociações comerciais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), Associação dos Países da Orla Marítima do Oceano Índico, “African Growth Opportunity Act” (AGOA), Tudo Menos Armas (EBA), entre outras oportunidades comerciais postas à disposição de Moçambique foi destaque:

- Participação nos trabalhos da 85ª Sessão do Conselho de Ministros ACP e da 32ª Sessão do Conselho de Ministros Conjunto ACP-UE, com vista a avaliar a implementação das decisões do 84º CM-ACP e adoptar mecanismos para o reforço da parceria ACP-UE respectivamente;
- Participação do pais em várias reuniões de negociações e da *Regional Preparatory Task Force* (RPTF). Este processo de negociações resultou na assinatura do Acordo de Parceria Económica (APE) SADC-EPA/UE Provisório;
- Participação na 54.ª Sessão do Conselho para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na qual foi estabelecido o PrepCom da Conferência de Accra 2008 (UNCTAD-XII); adoptados os relatórios da UNCTAD de 2007, sobre os Países Menos Avançados e sobre o Desenvolvimento Económico em África.

No que concerne a participacao activa no processo do fortalecimento do sistema das Nações Unidas no âmbito do reforço do multilateralismo e do direito internacional, de modo a promover uma cultura politica de paz, assegurar a defesa e preservar a estabilidade e segurança nacional foram realizacoes de destaque a:

- Visita do Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), durante a qual foi reiterado o cometimento do Governo no processo de implementação da Iniciativa *Delivering as One UN* em Moçambique e igualmente o compromisso das Nações Unidas de continuar a dar apoio a Moçambique;
- Participação na 38ª Sessão do Comité das Nações Unidas sobre a Eliminação da discriminação contra a Mulher;
- Participação na 15ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, na ocasião, Moçambique deu a conhecer o vasto potencial energético de que dispõe, capaz de produzir energia limpa para responder à demanda interna e reduzir o déficit de energia que a África Austral enfrenta;
- Participação na 4ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos, onde foram adoptadas 9 Resoluções e 2 decisões;
- Participação na Sessão Anual do Conselho Executivo do UNICEF, onde foi reiterado o apoio ao trabalho do UNICEF no contexto do Plano Estratégico de Médio Prazo e aprovada a Estratégia para a Educação em apoio a este Plano; aprovada a participação do UNICEF na Iniciativa para acabar com a fome e subnutrição na criança;
- Participação na reunião Regional de África sobre a Violência Armada e o Desenvolvimento;
- Participação na 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGONU);

- Participação na Reunião Regional da SADC sobre o terrorismo Internacional no quadro da resolução 1373;
- Participação na II ª Sessão Regular do Fundo das Nações Unidas para a Infância, na qual foi reiterado apoio aos países em particular na área da Educação;

Com vista a Promover o ingresso de quadros nacionais nas organizações sub-regionais, regionais e internacionais de que Moçambique faz parte, foram reconduzidos e empossados quadros para ocupar os cargos de:

- Comissária na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e de
- Oficial Científico Sénior para a Prevenção e Mitigação de Desastres na Organização Mundial para a Meteorologia.

Para desenvolver actividades nas áreas de negociação, conclusão, ratificação de Convenções e Tratados internacionais e acordos bilaterais de interesse nacional, garantindo a sua efectiva implementação e devido seguimento, ha a destacar a:

- Participação do pais nas negociações da Convenção Global das NU sobre o Terrorismo Internacional em Nova Iorque;

Com vista ao processo de formação, treinamento e capacitação técnica e profissional dos funcionários tendo em conta as inovações científicas e tecnológicas da actualidade e as oportunidades de cooperação internacional, destaca-se:

- Submissão de diversos técnicos a diferentes cursos de formação, sendo (5) em língua Francesa, (14) Secretarias Executivas; (4) em Gestão de Recursos Humanos; (2) em Relações Internacionais e Diplomacia (Paquistão), (1) no Curso das Nações Unidas para Pessoal Civil (Suécia), (1) no curso de capacitação sobre incorporação das questões do HIV/SIDA nos sectores e programas, (1) no Curso de capacitação de Juristas em Legislação sobre Petróleo e Contratos Internacionais de Concessão e Exploração de Hidrocarbonetos e (1) no Curso Avançado para os Países Lusófonos;
- Participação de técnicos em seminários sendo (1) no seminário sobre a gestão dos projectos e creditos chineses nos países em desenvolvimento, (1) no Seminário Nacional sobre a Estratégia da Dívida e os novos financiamentos em Moçambique, (1) no Seminário Regional sobre o Direito Internacional Humanitário, (2) no seminário sobre Diplomacia de Conferências e Negociações Multilaterais;

Quanto a continuação de negociações de acordos de supressão de vistos com restantes países da região da África Austral e outros de interesse para com Moçambique por forma a facilitar a movimentação de pessoas com aqueles países, destaca-se:

- Conclusão do Acordo de Supressão de Vistos com o Zimbabwe, em Outubro;
- Conclusão do processo negocial do projecto de Acordo entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da Federação Rússia sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Serviço, aguardando pela assinatura do mesmo;

- Assinatura do Acordo de Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados membros da CPLP;

Com vista a reforçar a Parceria e Articulação com as organizações não governamentais estrangeiras no ãmbito da implementação dos programas e prioridades do Programa Quinquenal do Governo, foi realizado o seguinte:

- Prorrogadas 41 autorizações. Foram encerradas actividades de 2 ONGs e autorizadas a operar em Moçambique 13 novas, totalizando 295 ONGs a operar em Moçambique;
- Realizada uma reunião entre ONGs e o Instituto Nacional de Estatísticas no âmbito do III Censo Geral da População, tendo sido solicitado o apoio das ONGs estrangeiras no processo de recenseamento da população e para estabelecer ao pessoal estrangeiro da necessidade de se recensearem.

No âmbito do apoio aos refugiados

No âmbito da saúde, foram melhorados os serviços de atendimento com a ampliação das instalações do Centro de Saúde. Com o objectivo de melhorar os serviços de Saúde Materno Infantil (SMI), foram concluídas as obras de reabilitação e ampliação da Maternidade do Centro de Saúde de Maratane;

No âmbito do repatriamento de refugiados de Região dos Grandes Lagos, iniciado o repatriamento dos primeiros grupos numerosos de refugiados. No mesmo âmbito foram repatriados para a República Democrática do Congo (RDC) 329 refugiados;

- Submetidos à Comissão Consultiva para os Refugiados (CCR), 993 casos, destes, (618) casos foram rejeitados, (87) ficaram pendentes e (288) foram considerados elegíveis;

No ambito do Reforço do relacionamento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a União Africana (UA), destaca-se a:

- Participacao na 38ª Sessão do Comité Permanente do ACNUR, na ocasião Moçambique fez questão de submeter os assuntos de refugiados a serem incluídos no orçamento de ACNUR 2008-2009;

No âmbito das relações com o ACNUR, o país recebeu as visitas do:

- Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, tendo visitado o centro de refugiado de Maratane;
- Directora do Bureau para a África do ACNUR, tendo discutido com as autoridades moçambicanas aspectos inerentes à implementação do Plano Estratégico de Moçambique 2006-2009;
- Representante Regional do ACNUR, onde teve a oportunidade de conhecer a realidade em vivem os refugiados acolhidos em Moçambique e avaliar o apoio a direccionar para este grupo populacinal, e
- Participação na 58ª Sessão do Comité Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (EXCOM), onde foi reiterado o compromisso do Governo em relação a questão dos refugiados; apresentada a posição do País sobre a regionalização do ACNUR; assegurado o apoio de Moçambique para a implementação do Plano Estratégico do ACNUR 2007-2009 e encetados contactos com vista à mobilização de fundos de apoio.

No âmbito das Comunidades Moçambicanas no Exterior:

- Foram Realizadas visitas de trabalho às comunidades moçambicanas no Malawi, Swazilandia, e Botsawana. Nos três países visitados as comunidades foram informadas sobre as eleições provinciais e sobre formas de participação no desenvolvimento do País;
- Foi realizado o encontro com os Estudantes Moçambicanos no Exterior, o encontro serviu para a troca de experiência e interacção entre os estudantes no país e os do exterior, e ainda;
- Divulgação do Estatuto Orgânico do INACE, em alguns países como é o caso de Itália, Botswana e Suazilândia.

No âmbito de Mar e Fronteiras:

- Em curso acções de conclusão da delimitação da fronteira marítima com a República da África do Sul, e reafirmação da Fronteira Continental entre a República de Moçambique, república do Zimbabwe, Malawi, Tanzania, Zâmbia e Suazilândia.

F. DEFESA

No domínio da Defesa foram realizadas as seguintes actividades em 2007:

- No âmbito do estabelecimento das bases jurídico-legais que definem os princípios orientadores do funcionamento da defesa, foram realizadas as seguintes acções:
  - Foi elaborado e harmonizado com o Ministério da Justiça, o Decreto sobre o enquadramento e destino dos Recursos Humanos e Materiais dos extintos Tribunais Militares, encontrando-se entretanto, na sua fase conclusiva;
  - Apreciado, pelo Governo, o Projecto Lei sobre o Serviço Cívico;
  - Iniciado o processo de elaboração do Código de Justiça Militar e do Regulamento de Disciplina Militar;
  - Aprovada, pelo Governo, a Política do Armamento e Equipamento das Forças de Defesa e Segurança;
  - Em curso a elaboração dos Projectos de Conceito Estratégico Militar, Sistema de Forças e respectivo Dispositivo e da Lei de Programação Militar;
  - Aprovado o Regulamento das Representações do Ministério da Defesa Nacional junto das Missões Diplomáticas do país.
- No âmbito da formação e reciclagem de militares:
  - Foram continuadas as actividades de formação de 285 cadetes na Academia Militar Samora Machel. Este número representa a formação dos cadetes admitidos em 2005 e em 2006, bem como a inclusão dos 103 cadetes, admitidos em 2007;
  - Continuadas actividades de formação, reciclagem e capacitação de militares na Escola Militar de Nampula, envolvendo 277 militares;
  - Foram formados 140 instruendos, no Centro de Instrução Logística;

  - Alfabetizados 233 militares sendo: 23 na 6ª classe, 78 na 7ª classe, 38 na 5ª classes; 58 no 3º ano e 36 no 2º ano;
  - Concluída a formação básica militar de 1.957 jovens de ambos sexos;
  - Concluída a formação de 87 militares na especialidade de sapadores;
  - Capacitados 12 militares na especialidade de desminagem humanitária.
- Formados no exterior 87 estudantes nas diversas áreas de especialidade, sendo, Portugal 44, China 15, África do Sul 3, Espanha 2, EUA 5, Gana 1, CUBA 3, Grécia 7 e Rússia 7;
- Foram formados Observadores militares nos EUA (3), Ucrânia (1) e Mali (1);
- Em curso a formação de 40 Paraquedistas em Nacala;

No âmbito do Serviço Militar

- Foram recenseados 266.693 jovens de ambos sexos, sendo 173.379 de sexo masculino e 93.314 do sexo feminino;
- Realizadas as Provas de Classificação e Selecção de 30.000 mancebos;
- Foram incorporados 1.975 recrutas em dois turnos;
- Passaram à disponibilidade 2.302 militares, sendo 2.251 do sexo masculino e 51 feminino.

No âmbito de elevação da capacidade militar organizacional e operacional das FADM:

- Foi instalada a cabelagem estruturada para a revitalização da Cartografia das FADM, faltando a montagem de alguns acessórios;
- Iniciado o processo de conversão do Centro de Formação de Sargentos (Boane) em Escola de Formação de Sargentos das FADM de Boane;
- Realizados Estudos e Projectos para Operacionalização das Escolas Práticas dos Ramos e Especialidades;
- Montado o Posto de Observação Costeira na Ilha de Xefina;
- Foi concluído o Projecto de informatização da Gestão do Pessoal do MDN;
- Foi aprovada a Estrutura Orgânica do Batalhão de Paraquedistas com efectivo de 510 homens;
- Foi elaborada e aprovada a Estrutura Orgânica do Batalhão de *Artilharia Costeira*;

No âmbito do programa de reabilitação de infra-estruturas, aquisição, reparação e/ou manutenção de equipamento diverso:

- **No quadro das Obras Nominalizadas:**
  - Foi concluída a reabilitação física do edifício dos órgãos centrais de comando e serviços;
  - Foi concluida a reabilitação do Centro Provincial de Recrutamento e Mobilização de Manica;

- Em curso as obras no Centro Provincial de Recrutamento e Mobilização de Sofala;
- Foram reabilitadas casernas da 1ª 2ª 3ª e 4ª Companhias, balneários, sanitários, cozinha geral e de emergência, armazéns de víveres e refeitório no Batalhão de Boane;
- Foram reabilitadas as casernas 1 e 2 de praças e estão em curso trabalhos de reabilitação das casernas de fuzileiros e de Marinheiros na Base Naval de Metangula;
- Em curso o processo de adjudicação das obras de reabilitação de 4 casernas, 2 balneários, Posto de Saúde, refeitório e sistema de água, na brigada de Cuamba;
- Em curso o processo de adjudicação das obras de reabilitação do Hospital Militar de Maputo;
- Em curso as obras de reabilitação no Batalhão de Fuzileiros Navais, da Machava;
- Foi concluída a reabilitação do edifício do comando, edifício administrativo, cozinha geral, caserna, refeitório e abertura do furo de água do Batalhão de Rádio Técnica;
- Foram concluídas as obras de reabilitação no Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez;
- Em construção um refeitório no Centro de Instrução Básica Militar da Manhiça;

No quadro das obras de capacidade própria:

- Reabilitadas as pocilgas do projecto agro-pecuário do Chókwe;
- Em curso as obras de reabilitação do edifício do comando e casernas de instruendos, na Escola Militar de Nampula;
- Foi concluída a 1.ª fase da reabilitação na Escola de Sargentos de Boane;
- Concluída a 1ª fase de reabilitação de 5 blocos sanitários, no Centro de Instrução Básica Militar da Manhiça;
- Em curso obras de reabilitação da caserna de soldados, balneários e o sistema de abastecimento de água no Centro de Formação de Comunicações da Machava-Maputo;
- Concluída a 1ª fase de obras de reabilitação do edifício de comando de Exército;
- Reabilitados 3 pavilhões do Projecto Pecuário da Matola;
- Foi feita a pintura geral do edifício de três pisos do Grupo de Escolas da Marinha;

No âmbito de criação de condições para um maior envolvimento do sector da defesa nacional nos esforços do desenvolvimento económico, social e humano do país.

- Participação na realização de acções de busca, salvamento e reassentamento das vítimas das cheias no Vale do rio Zambeze e na mitigação dos efeitos do

ciclone "FÁVIO, onde foram resgatadas 5.803 pessoas e transportadas 13 toneladas de diversos bens da população e mais de 20 toneladas de alimentos do INGC para os afectados;

- Destacar igualmente, a participação no transporte e montagem de tendas nos centros de acomodação, abertura e construção de latrinas, bem como no corte e transporte de lenha, entre outras actividades de apoio às populações vítimas das calamidades;
- **Participação em Acções de Desminagem:**
  - Foram desminados por militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique 1.025.361 m^2 de superfície;
  - Foram destruídas 6.289 minas de diversos tipos ao longo do território nacional;
- **No âmbito da actividade de logística de produção**
  - Prosseguem actividades de produção agro-pecuária em Chókwe, pecuária em Chitima/Tete, agrícola em Angónia, Niassa/Unango e avícola em Hanhane/Matola;
- No âmbito de desenvolvimento das acções de cooperação bilateral e multilateral, no contexto da SADC, NEPAD, UA, CPLP E ONU e promovendo a estabilidade nacional, regional e internacional, foram realizadas as seguintes acções:
  - Participação em missões de manutenção da paz tanto sob a égide das Nações Unidas, da União Africana e da SADC;
  - As FADM participaram no exercício da série FELINO/2007, na República de São Tomé e Príncipe;
  - Formado um pelotão constituido por 32 homens que participou nas cerimónias de lançamento da Brigada da SADC, na Zâmbia;
  - Foi realizado o mapeamento no país e elaborado o relatório sobre a participação em actividades do Comité Interministerial para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte (COPRECAL);

No concernente à prossecução de actividades relativas a Diplomacia de Defesa e de cooperação a nível bilateral e multilateral:

- A nível da cooperação bilateral e multilateral:
  - Reforço e consolidação das relações já estabelecidas com os principais parceiros de cooperação bem como a identificação de novos parceiros de cooperação, visando contribuir para a mitigação dos actuais problemas da instituição militar, no que diz respeito à logística, equipamento e formação;
  - Participação no Workshop sobre a implementação do Plano Estratégico Indicativo do Órgão (SIPO), realizado em Dar-Es-Salaam, República Unida da Tanzania, de 23 a 27 de Fevereiro de 2007;
  - Participação na 28ª Sessão do CIEDS de 09 a 12 de Julho de 2007, realizado em em Dar-es-Salaam, Tanzania;

- Participação na IX Reunião do Comité Ministerial do Órgão da SADC para Questões Políticas, de Defesa e Segurança, realizada em Julho de 2007, em Dar-es-Salaam, Tanzania;
- Participação na 9ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos países da CPLP em Luanda, de 10 a 12 de Abril de 2007.

OUTRAS ACTIVIDADES REALIZADAS

- Aprovada, pelo Governo, a criação da empresa Monte Binga S.A.
- Foi realizado o recenseamento de funcionários do MDN, numa operação que envolveu 2.991 funcionários de um efectivo total de 3.096;
- Foi realizado um exercicio conjunto denominado "XENON-MERCURY/2007", no Distrito da Moamba, envolvendo as FADM e membros das Forças Armadas britânicas;
- Desenvolvidas acções, no âmbito do Programa de Emergência decretado pelo Governo, após as trágicas explosões ocorridas no Paiol de Mahlazine.

G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA

Nesta área, ao longo de 2007 continuou-se a privilegiar a assistência e inserção social dos combatentes da Luta de Libertação Nacional, a valorização e divulgação da história de libertação nacional.

Assim, para a realização dos objectivos definidos foram realizadas as seguintes acções:

- Emitidos 15.000 cartões de combatentes da luta de libertação nacional, o que corresponde a 100% de realização do planificado;
- Tramitados 10.530 novos pedidos de fixação de pensões e fixadas 8.277 novas pensões de combatentes da Luta de Libertação Nacional;
- Atribuídas 42 bolsas de estudos para o ensino superior aos filhos de Antigos Combatentes;
- Criado o Fundo Nacional de Bolsas de Estudos para os Combatentes, tendo beneficiado 85 filhos destes;
- Financiados 84 projectos nas áreas de comércio, agricultura, pecuária, pesca, carpintaria e pequena indústria, superando a meta em 14 novos projectos;
- Em curso a construção do Centro-escola de Formação de Combatentes em Manica.

No âmbito de História e Património da Luta de Libertação Nacional, durante o ano de 2007, foram realizadas as seguintes acções:

- Adquirido material bibliográfico para o Centro de Pesquisa e Documentação da História da Luta de Libertação Nacional;
- Realizadas acções de pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional, tendo-se:

- Continuado a elaboração do Livro da História denominado “História da Luta de Libertação de Moçambique 1960-1975”;
- Recolhido 3.375 depoimentos e dados biográficos de combatentes.

- Foram desenvolvidas acções de divulgação da História da Luta de Libertação Nacional (palestras, debates televisivos e radiofónicos);
- Procedeu-se a sinalização e demarcação dos locais de importância histórica no âmbito do Programa de Mapeamento das bases da Luta de Libertação Nacional, tendo-se:
  - Concluída a identificação de 167 locais de importância histórica na província de Tete;
  - Realizados trabalhos de preservação dos monumentos das bases de Mandue, Matiguimu, Chivunguevungue, Nhamindimu e Inhamita em Sofala e nas bases de Chicondomoio e Kassuende em Tete;
  - Identificados 67 locais de importância histórica nos distritos de Nangade, Palma, Mueda, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Meluco, Ancuabe, Ibo e Montepuez na província de Cabo Delgado;

Iniciado o trabalho de preservação da Base Ngungunhana em Niassa.

IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

A. GÉNERO

Nesta área o Governo prosseguiu com esforços visando promover a igualdade e equidade de género a todos os níveis e fortalecer o poder da mulher elevando a sua participação nos órgãos de tomada de decisão, tendo recorrido à descriminação positiva sempre que se afigurou necessário. Para a concretização destes objectivos foram realizadas as seguintes acções

No âmbito das políticas de género

- Criadas as Unidades de Género em 5 Ministérios, designadamente, Mulher e Acção Social, Juventude e Desportos, Ciência e Tecnologia, Pescas e Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- divulgada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação junto dos membros do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher, do Conselho Técnico do CNAM, Grupo de Coordenação de Género, beneficiando 100 pessoas, sendo 75 mulheres e 25 homens;
- divulgada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação junto dos membros dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher, sociedade civil e confissões religiosas, nas Províncias de Niassa, Sofala, Zambézia, Inhambane e Gaza, beneficiando 50 pessoas em cada província;
- consolidado o funcionamento dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher, nas Províncias de Niassa, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo;
- criados Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher nos Distritos de Angoche, Erati e Murrupula, na Província de Nampula, e nos Distritos de Changara e Chiuta, na Província de Tete, e

- realizado em Maputo o seminário da apresentação da proposta de Pano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM 2007-2009).

Elevação da consciência da sociedade sobre os direitos da mulher

- Participação de Moçambique na reunião de Nova Iorque, na sessão de defesa do Relatório sobre Implementação da Convenção para Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra Mulheres;
- lançada a Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares
- participação de Moçambique na Reunião de Ministras de Mulher e Género da Commonwealth na República de Uganda, tendo o país apresentado as experiências e progressos alcançados na promoção do desenvolvimento da mulher;
- divulgados os instrumentos nacionais, regionais e internacionais relativos ao género e direitos humanos da mulher, nas Províncias de Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza, benefiando 175 pessoas, sendo 120 mulheres e 55 homens, na razão de 35 pessoas em cada Prov'incia;

Formação/Capacitação

- Capacitados 25 membros do Conselho Provincial para o Avanço da Mulher, sendo 11 de sexo feminino e 14 de sexo masculino, em matéria de Género, Desenvolvimento e HIV/SIDA, na Provincia de Cabo Delgado;
- capacitadas 175 pessoas, sendo 120 mulheres e 55 homens, em matéria de planificação e orçamentação na óptica de género, nas Províncias de Niassa, Zambézia, Inhambane e Gaza, sendo 35 pessoas em cada Província;
- capacitadas 29 associações de mulheres, em matéria de Gestão de Projectos, Direitos da Mulher, Lei da Família, Género e HIV/SIDA, sendo 3 na Província de Niassa, 16 em Cabo Delgado e 10 na Província de Maputo;
- capacitadas 30 mulheres em matéria de Gestão de Projectos e Marketing, na Cidade de Lichinga, Província de Niassa;
- capacitadas 32 Conselheiros Distritais dos Gabinetes Jurídicos em matérias de aplicabilidade da Lei da Família, na resolução de conflitos matrimoniais e associativismo;
- formadas 390 Mulheres em matérias de corte e costura, bordados, dactilografia, informática, pintura e tecelagem, na Província de Inhambane;

Promoção da igualdade de género e empoderamento da mulher

- integradas 73 Mulheres Chefes de Agregados Familiares no projecto de cultivo da mandioca, na Província de Maputo;
- distribuido material de costura e moageiras a 5 associações de mulheres, beneficiando cerca de 66 associados, sendo 45 na Província de Niassa e 21 em Cabo Delgado;

Resposta multisectorial

Na área de **Educação** foi aumentado em 2.6% o número de inscritos na educação e alfabetização de adultos, atingindo 599.114 alfabetizandos (1º e 2º anos), dos quais 345.941 (58%) são mulheres.

- alcançada a a taxa líquida de escolarização das raparigas de 90.9% no Ensino Primário (EP1+EP2), contra o global de 94.1%.
- alcançada a taxa de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe foi de 70.0% em 2007, tendo ultrapassado a meta em 3.0%.
- sensibilizados os Conselhos de Escolas e finalistas da 7ª e 10 ª classes, nos centros internatos, sobre a necessidade de candidaturas das meninas para os cursos de formação de professores.
- sensibilizados os Conselhos de Escolas, Lideres Comunitários e pessoas influentes nas comunidades para maior acesso e retenção das raparigas na escola nos 51 Distritos que apresentavam a percentagem da presença da rapariga no ensino básico inferior a 45%;
- orientados os Institutos de Formação de Professores para o cumprimento com rigor da quota de 60% das vagas para as mulheres.
- formados em matérias do género, 1.985 membros dos Conselhos de Escolas e 102 membros das Unidades de Género; e
- elaborados diversos materiais para formação dos membros das Unidades de Género

Na área de **Segurança e Ordem Pública** foram abertas 10 secções de atendimento às vítimas de violência doméstica em todo o país e capacitados 120 agentes da PRM em Tete, Manica, Sofala e Zambézia em matérias de atendimento das vítimas de violência domésticas.

- elaborada na área da Saúde a Estratégia Sectorial de Inclusão da Igualdade de Género, com atenção nas áreas de gestão dos serviços e provisão de cuidados sanitários, destacando a necessidade de integração do homem como cliente dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e assistência integral às vítimas de violência, e
- preparados esboços de protocolos de atendimento das vítimas de violência de género e da pesquisa operacional com vista ao envolvimento do homem como cliente nos serviços de saúde sexual e reprodutiva

Na **Função Pública** foi lançado o concurso para Manifestação de Interesse para a elaboração da Estratégia de Género do sector público, tendo iniciada o processo de análise das candidaturas.

Na **Justiça** foi realizado o estudo sobre o equilíbrio do género nas instituições da justiça; e iniciado o estudo visando a promoção da mulher no acesso à instituições da justiça.

Na área de **Juventude e Desportos**, foram realizados torneios desportivos femininos em diversas modalidades, envolvendo 51 Equipas de futebol,

movimentando 3.263 raparigas; 631 atletas na modalidade de Andebol e 189 atletas na modalidade de Atletismo.

Na área do **Trabalho** foram formados 139 candidatos, dos quais 95 mulheres, em Turismo e Hotelaria nas províncias de Gaza e Inhambane

Realizado em Maputo pela área dos **Negócios Estrangeiros**, a Reunião dos Ministros da SADC Responsáveis pelos Assuntos da Mulher e Género, visando a adopção da proposta do Protocolo da SADC Sobre Género e Desenvolvimento.

B. HIV/SIDA

A problemática do HIV/SIDA constituiu umas das grandes prioridades do Governo nos seus esforços de combate à pobreza.

- A V Ronda de Vigilância Epidemiológica do HIV/SIDA, realizada em 2007 apurou uma redução da prevalência nacional para 16%, contra os 16.2% observados em 2004, o que mostra que a situação ainda continua preocupante.
- Em termos regionais houve uma inversão da prevalência entre as regiões centro e sul, passando a região a ser a região mais infectada, com uma seroprevalência de 21%, seguindo-se a zona centro (região mais infectada em 2004), com 18%. A região norte mantém os mesmos níveis de prevalência observados em 2004, à volta de 9%.
- O combate a esta epidemia é de natureza transversal e multisectorial e manteve-se centrada nas 7 áreas do Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIVSIDA (PEN II), nomeadamente, prevenção, advocacia, estigma e descriminação, tratamento, mitigação, investigação e coordenação da resposta nacional.

Prevenção

A prevenção, combinada com o tratamento e a mitigação, continuou a constituir a actividade central da estratégia de combate do HIV/SIDA, com maior foco nas seguintes acções:

- divulgação através de actividades interactivas de mensagens com enfoque na protecção das crianças e realização de torneios infantis, no âmbito da divulgação da Lei 6/99;
- abertos pela Geração BIZ, mais 86 cantos de aconselhamento para jovens e adolescentes, elevando para 411 cantos de aconselhamento, cobrindo 68 distritos prioritários e 676,017 adolescentes e Jovens dentro e fora da escola,
- em funcionamento 183 SAAJ's oferecendo serviços aos adolescentes e jovens em saúde sexual e reprodutiva, cobrindo 66,6% do território.
- abertos 42 ATS integrados nos SAAJ's nas províncias de Manica (7), Maputo Província (7), Cabo Delgado(6), Tete, Inhambane e Maputo Cidade (5 em cada província), Gaza(4), Niassa (1) , Sofala (1) e Zambézia (1).
- produzidos e difundidos pelas rádios e jornais locais, de programas em línguas locais que abordam temas relacionados com o HIV e SIDA, tendo

como referência ás questões sócio culturais de cada região, no âmbito da moçambicanização das mensagens;

- produzidos e divulgados pelos jornais e canais televisivos de programas relativos ao HIV e SIDA;
- apoiada a realização da Conferência Nacional da Juventude e Conferência Subregional das trabalhadoras de sexo, visando a dinamização e maior envolvimento destes grupos mais vulneráveis em acções de combate ao HIV e SIDA;
- distribuídos cerca de 55.404.388 preservativos em todo o país.
- realizadas 1610 sessões e distribuídas brochuras, jornal do CNCS, projectados filmes e vídeos sobre o HIV e SIDA nas empresas.
- realizadas sessões de aconselhamento e testagem em saúde, que alcançaram cerca de 6682 trabalhadores.
- realizadas 242 sessões de formação de educadores de pares que culminaram na formação de 1610 educadores de pares nas empresas tendo sido distribuídos 586.000 preservativos masculinos e 4830 preservativos femininos.

Advocacia

- divulgada, em todos os níveis territoriais, mensagem a responsabilidade de todos no combate a epidemia, no âmbito da continuidade da Iniciativa Presidencial, tendo os líderes comunitários como os principais vectores de comunicação.
- formados 250 pontos focais dos sectores de planificação, visando a inclusão do HIV e SIDA no ciclo de planificação sectorial.
- elaboradas por 150 empresas, na sua maioria grandes empresas, as respectivas políticas de HIV e SIDA no local de trabalho.
- divulgada a Lei 5/2000 em 120 empresas em todo o país

Estigma e descriminação

- realizados 12 encontros regionais entre as várias redes de organizações de PVHS que tinham como principal enfoque a troca de experiências.

Tratamento

- Atendidos em Tratamento Antiretriviral (TARV), 86000 doentes, representando um crescimento de 51% face aos 44000 assistidos em 2006.
- assistidas em TARV 6.320 crianças contra 3.416 representado um crescimento de 54% comparativamente a 2006, conforme a tabela abaixo.

Tabela 52: Indicadores do TARV

Indicador	2005	2006	2007	Meta 2007*	Meta 2009
Nº sítios do TARV	40	150	210		
Doentes em Tratamento	19,095	44,100	86,000	96,000	132
Crianças <15 anos	1,668	3,416	6,320	11,820	

Fonte: MISAU

- elevado para 386 o número de Unidades Sanitárias (US) oferecendo Prevenção da Transmissão Vertical (PTV), contra as 222 US existentes em 2006, o que representa um crescimento de 74%.
- 44.795 mulheres grávidas e 26.708 recém-nascidos receberam a profilaxia antiretroviral, tendo 3.647 mulheres iniciado o TARV, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 53: Indicadores do PTV

Tabela: Indicadores do PTV 2005-2007

Indicadores	2005	2006	2007	Meta 2007
US com PTV	82	222	350	250
Mulheres HIV+	14.193	28.516	43968	164.971
Mulheres HIV+ que receberam profilaxia ARV	7.69	12.15		57.74
Mulheres que iniciaram TARV	554	950	3647	5.774
Crianças em profilaxia ARV	5.439	12.042	26708	49.656
Crianças testadas aos 18 meses	581	1.026		-
Crianças com resultado Positivo	86	211		-

Fonte: MISAU

- assistidas em apoio nutricional 113,000 pessoas infectadas e afectadas pelo HIV/Sida,
- realizados 1.180 sessões de educação nutricional e aprovados 295 subprojectos beneficiando directamente 24 mil pessoas e 142 mil pessoas
- assistidos em todo o país 52.000 beneficiários dos cuidados domiciliares

Mitigação

- abrangidas 12.000 seropositivos nas iniciativas de suporte, designadamente, o fortalecimento das suas capacidades para a integração social, formação vocacional em auto-emprego e apoio habitacional;
- disponíveis em todo o país, 1200 voluntários a prestar cuidados e apoios domiciliários aos doentes de SIDA;
- envolvimento das organizações religiosas e associações lideradas por mulheres no acolhimento as Pessoas Vivendo com o HIV/SIDA e Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV´s) por forma reduzir a sua vulnerabilidade,

disponibilizando cuidados básicos de higiene, confecção de alimentos e no apoio moral;

Investigação

- realizada a revisão metodológica e de mobilização de parcerias técnicas do estudo de "Prevalência, Riscos Comportamentais em relação ao HIV/SIDA";
- apoiada o levantamento bibliográfico de todos os estudos na área do HIV e SIDA realizados pelos diversos actores;e
- concluída a elaboração do protocolo do estudo sobre "Álcool e HIV e SIDA" a ser realizado na província de Nampula

Coordenação da Resposta Nacional

- financiados 569 projectos em todo o país dos quais 528 (93%) nas províncias e os restantes 7% ao nível central. Do total dos projectos financiados, 89% pertencem à Sociedade Civil e 11% ao sector público, conforme a tabela abaixo.

Tabela 54: Financiamento dos projectos de HIV/SIDA

Províncias	Projectos financiados		Total
	Sociedade Civil	Sector Publico	
Niassa	42		42
Cabo-Delgado	24		24
Nampula	29		29
Zambézia	113	1	114
Tete	25		25
Manica	46	1	47
Sofala	31	10	41
Inhambane	36	6	42
Gaza	82	6	88
Maputo Provincia	28		28
Maputo Cidade	42	6	48
Total Provincias	**498**	**30**	**528**
Nivel Central	9	32	41
Total	**507**	**62**	**569**

- capacitados 78 representantes do sector público (36), sector privado e instituições do ensino superior (23) e organizações da Sociedade Civil (19) sobre nos conceitos e mecanismos operacionais de Monitoria e avaliação;
- capacitados todos os técnicos dos Núcleos Provinciais de Combate ao SIDA (NPCS) membros das comissões de análise de projectos sobre os requisitos para a elaboração das propostas em função da reais necessidades dos locais de implementação e utilização dos recursos;
- distribuído aos administradores distritais, o kit da Estratégia de Comunicação e constituídos os núcleos provinciais responsáveis pela operacionalização da estratégia ao nível provincial, sendo compostos por jornalistas, jovens, mulheres.

Resposta multisectorial

Na área da Saúde foram notificados 69.003 casos de seroprevalência no sistema de colheita de dados de rotina contra 30.332 casos registados em 2006, o que

representa uma duplicação (127%) do número de casos, sendo as mulheres (56%) as mais infectadas.

- abertos 91 novos serviços, totalizando 211 sítios, dado que ultrapassa a meta do PEN/SIDA para 2007.
- treinados 158 médicos e mais de 100 técnicos de medicina e assegurado o aprovisionamento de Anti Retrovirais (ARVs).
- realizados 2 cursos de capacitação específica para médicos e técnicos de medicina para atendimento aos Recém-nascidos e para HIV Pediátrico nas cidades da Beira, Nampula e Maputo.

Os extensionistas da **Agricultura**, assistiram em 80 distritos, as comunidades envolvidas na produção agro-pecuária e famílias envolvidas na produção de animais para o comércio bem como o desenvolvimento das hortas escolares, como mecanismo de aprendizagem e ocupação dos alunos nas horas livres; e

- reforçada, em 80 distritos, a capacidade de geração de rendimentos, de segurança alimentar, através de sistemas de produção agro-pecuários com culturas de alto valor nutritivo para as PVHS, órfãos vulneráveis, famílias e comunidades afectadas.

Na área da **Mulher e Acção Social** foram realizados 3 seminários regionais de capacitação em matéria de Cuidados e Visitas Domiciliárias, beneficiando 105 representantes das Direcções Provinciais da Mulher e da Acção Social e dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social;

- realizado 1 Seminário Nacional do Núcleo Multisectorial das Crianças Órfãs e Vulneráveis, beneficiando 100 representantes das Instituições do Governo e parceiros;
- criados 18 Comités Comunitários de Protecções às Crianças Órfãs e Vulneráveis, nos distritos de Palma, Nangade, Muindumbe e Macomia, em Cabo Delgado;
- assistidas 120 pessoas vivendo com HIV/SIDA em cesta básica alimentar mensal, dos quais 30 são mulheres e 90 homens, no Distrito da Matola, na Província de Maputo;
- formados 25 activistas em matéria de Cuidados Domiciliários a pessoas vivendo com HIV/SIDA, no Distrito de Chiúre, na Província de Cabo Delgado;
- capacitados 43 membros do Núcleo Provincial Multisectorial para as Crianças Órfãs e Vulneráveis, em matéria de apoio psicossocial, na Província da Zambézia.

Nos **Antigos Combatentes** foram formados 25 activistas de educadores de pares em Gaza, a realizadas 10 palestras em Inhambane, 15 em Zambézia e de 1 seminário na Cidade de Maputo;

- distribuídos 10500 preservativos e 1650 brochuras e 1000 livretes sobre a Lei 5/2002, nas Províncias de Gaza, Zambézia, Niassa e Cidade de Maputo

- financiados 2 projectos de geração de rendimento em Marávia e na Maputo Cidade.

Na área de **Educação** foram integrados aspectos do HIV/SIDA na Política Nacional da Educação e nos currículos da educação básica;

- implementado e avaliado e expandido para as províncias de o programa radiofónico nacional de prevenção "Mundo Sem Segredos" e Pacote Básico "Habilidades para a Vida", tendo iniciado a sua expansão para as províncias de Manica, Sofala e Maputo;
- expandido a implementação do programa nacional de prevenção "Geração Biz" para Sofala, e seu lançamento em Nampula e Manica abrangendo 343 escolas em 64 distritos, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade;
- assistidas 135.000 crianças órfãos e vulneráveis do EP1 em 4 distritos através do Programa Apoio Directo às Escolas;

A área dos **Negócios Estrangeiros**, representou o país no Workshop de Formação Regional de Formadores de Instituições Públicas Sobre a Integração do HIV e SIDA em Políticas e Programas de Desenvolvimento, realizado na Swazilândia, e

- auditado o Plano Sectorial de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA (2006-2007), com vista a avaliar o grau de cumprimento dos regulamentos financeiros na gestão dos fundos alocados ao sector.

Na **Função Pública** foi finalizado o contrato de Consultoria para desenho da respectiva Estratégia Combate ao HIV/SIDA

Na área da **Indústria e Comércio** foi distribuido preservativo masculino e material IEC e brochuras informativas e educativas para todas as unidades orgânicas incluído as instituições subordinadas;

- disponibilizado apoio nutricional a 14 famílias, correspondendo a 50 pessoas, sendo 31 adultos e 19 crianças.

Na área da **Justiça** foi elaborado o plano do combate do HIV e SIDA nos tribunais judiciais e em curso o tratamento e assistência alimentar dos reclusos infectados pela pandemia

Na área da **Juventude e Desportos**, foi realizado o I Encontro Nacional da Juventude sobre o HIV/SIDA, com a participação de 575 jovens provenientes de todas as províncias, incluindo representantes de Angola, Cabo-Verde, o qual aprovou o Compromisso dos Jovens no Combate ao SIDA;

- capacitados 108 formadores nacionais, em matérias de liderança, gestão de projectos e em matérias de Habilidades para Vida com HIV/SIDA;
- formados e capacitados de 474 activistas que trabalham na sensibilização das comunidades em matérias de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA;
- formados 126 Líderes Comunitário e 97 pais e encarregados de educação em matérias de prevenção e combate ao HIV/SIDA;

- realizadas 1.401 sessões de sensibilização, entre palestras, sessões de vídeo e teatro, aconselhamento face-a-face, abrangendo um total de 112.917 pessoas

No âmbito do combate ao HIV SIDA no local trabalho foram capacitados pelo sector do **Trabalho**, 30 educadores de pares provenientes de 27 mercados da cidade de Maputo;

- formados 107 educadores de pares nas cooperativas, PME´s e OBC em Maputo e Sofala;
- formação 20 educadores de pares, dos quais 10 pertencentes ao Centro Mães de Mavalane e 10 da Associação MUKHERO sobre Estratégias de Combate a Exclusão Social e HIV/SIDA;
- disponibilizado apoio técnico e financeiro a 70 organizações para o desenvolvimento de actividades sobre HIV/SIDA nas cooperativas, PME´s e OBC, em Maputo e Sofala;
- treinados 181 educadores de pares nas empresas Caminhos de Ferro e Linhas Aéreas de Moçambique.

Na área dos **Transportes e Comunicações**, foi elaborada a Estratégia do Sector sobre o combate ao HIV/SIDA. Foram ainda realizados seminários de formação sobre elaboração de projectos, prevenção e combate HIV/SIDA; e

- acompanhada a prestação dos cuidados domiciliares de 25 funcionários e suas famílias vivendo com HIV/SIDA.

Na área das **Pescas** prosseguiu a distribuição de preservativos e divulgação de informação com vista a prevenção e mitigação dos impactos, tendo resultado numa maior aderência dos funcionários do sector ao teste de HIV/SIDA;

- realizadas sessões de sensibilização contra a estigmatização e discriminação de pessoas vivendo com HIV/SIDA, usando palestras e projecção de vídeos para 273 funcionários do sector;
- divulgado o documentário sobre HIV e SIDA em 15 Comunidades Pesqueiras do litoral das províncias de Nampula (7), Zambézia (7) e Sofala (3), incluindo 2 da Cidade da Beira; e
- assistidos, no âmbito da mitigação dos efeitos do HIV/SIDA, 33 funcionários do sector e/ou seus dependentes através da ministração de Regras de Vida Positiva; apoio nutricional; assistência hospitalar, aconselhamento e encaminhamento aos serviços de saúde

Na **Defesa Nacional**, foram abertos 6 ATS nas unidades sanitárias militares, distribuídas pelas regiões Norte (2), Centro (3) e Sul (1) e

- instalados 3 Hospitais-Dia em cada uma das três regiões do pais, onde 80% dos assistidos são civis

Na área de **Energia** foi disseminada a estratégia sectorial de combate ao HIV/SIDA;

- lançado concurso para elaboração do Estudo sectorial de Conhecimentos Atitudes e Práticas (CAP)

- realizados seminários de sensibilização para prevenção do HIV/SIDA em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula e Niassa; e um nacional com a participação dos pontos focais a nível central e provincial

C. AMBIENTE

Na área do Ambiente, continuou a constituir prioridade o desenvolvimento sustentável do país, baseado numa contínua coordenação intersectorial, gestão e educação ambiental e no planeamento e ordenamento territorial. Assim, com vista a realização do objectivo definido, foram desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Coordenação Intersectorial

No domínio de coordenação intersectorial foi iniciado o trabalho de diagnóstico do funcionamento das 5 unidades ambientais existentes, bem como as oportunidades para a criação de mais unidades.

Foi aprovada a Estratégia Ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

No tocante a divulgação de estatísticas ambientais, foram reproduzidos 50 exemplares do compêndio de estatística ambiental para distribuição.

Gestão Ambiental

Com o objectivo de contribuir para a prevenção da degradação ambiental foram realizadas as seguintes acções:

- No tocante a divulgação e implementação da Estratégia de Combate as queimadas descontroladas, foram elaborados manuais para a prevenção e controlo da erosão dos solos e queimadas descontroladas;
- Quanto a divulgação da Estratégia Nacional de Controle e Combate a Erosão de Solos, foi aprovado o Plano de Acção para Prevenção e controle da erosão dos solos;
- No que toca a continuação da implementação do projecto-piloto de combate a erosão em Changara, foram plantadas 1.600 árvores (pinheiros, eucaliptos, alga ribeira e casuarinas);
- Foram elaborados os planos ambientais integrados da Zona Costeira de Sofala e Zambézia;
- Foi elaborada a proposta da directiva técnica para a implementação e operacionalização de aterros sanitários em Moçambique;
- Foi feita a disseminação de boas práticas em gestão do ambiente urbano, através da capacitação de técnicos e dirigentes Municipais e implementação de projectos demonstrativos no domínio de áreas verdes e gestão de resíduos sólidos.

Avaliação do Impacto Ambiental

Neste âmbito, foram pré-avaliados mais de 200 projectos, contra os 160 projectos previstos no plano. Por outro lado, foi concluída a remoção de pesticidas obsoletos em Nampula (130ton), Cabo Delgado (53ton), Niassa (20ton), Zambézia (120ton) e

Manica (90ton) e está em curso a preparação da III Fase que compreende a destruição e exportação. De igual modo, foi concluída a avaliação ambiental estratégica de Govuro.

Em termos de auditorias ambientais nas industriais em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Nampula foram realizadas 11 auditorias, contra as 15 previstas no plano.

Planeamento e Ordenamento Territorial

O Planeamento e Ordenamento Territorial constitui uma das grandes prioridades ambientais no país. Assim, destaque vai para as seguintes acções:

- Foi elaborado o plano de urbanização de Mecuburi em Nampula;
- Foram concluídos e entregues os mapas da situação actual e temáticos dos planos de uso da terra de Chifunde, Macanga, Mutarara e Changara em Tete, Namacurra, Nicoadala, Chinde e Gilé na Zambézia, Machanga, Maríngue e Chemba em Sofala, Manica e Macossa em Manica, Cahora Bassa, Moatize, Chiúta, Marávia e Zumbo- Província de Tete e concluídos os mapas temáticos de Manica, Sussundenga e Gondola (Província de Manica) e Chemba (Sofala), Gilé, Namacurra, Nicoadala e Chinde (Zambézia);
- Realizado o curso de capacitação em Ordenamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais aos decisores da província de Nampula para 20 Adminstradores distritais e 22 Chefes de Postos Admnistrativos;
- Foram capacitados 20 técnicos distritais das províncias de Cabo Delgado, 21 de Maputo e 55 líderes comunitários da Província de Manica e 78 da Manhiça (Maputo), em ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais;
- Foram capacitados 24 líderes comunitários do distrito de Nipepe- Niassa e 27 técnicos distritais da província de Manica em ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais;
- No âmbito da emergência, foram identificadas áreas seguras para reassentamento de 26.000 famílias afectadas, sendo 11.150 em Mutarara (Tete), 1.351 em Tambara (Manica), 4.000 em Caia, Marromeu, Chemba e Buzi (Sofala) e 10.000 nos Distritos de Mopeia, Nicoadala, Morrumbala e Chinde (Zambézia).

Promoção Ambiental

Neste âmbito, continuou a ser priorizado o desenvolvimento de acções de educação, sensibilização e consciencialização da sociedade sobre questões ambientais, tendo em vista o uso sustentável de recursos naturais. Assim, em 2007 foi privilegiado o seguinte:

- No que toca a assistência técnica e material aos núcleos e clubes ambientais em todo o país, foram criados 64 e revitalizados 4 Clubes. Foram também criados 99 e revitalizados 11 Núcleos e Associações;
- No concernente a produção e disseminação de material de sensibilização e promoção ambiental, foram produzidos dois números da revista Moçambiente.

No que toca a **Legislação Ambiental** e com vista ao fortalecimento do quadro institucional e legal para o uso sustentável dos recursos naturais foi lançada a base de dados (www.legisambiente.gov.mz)

Inspecção Ambiental

Com vista a assegurar a implementação e o cumprimento da legislação ambiental foram levadas a cabo as seguintes realizações:

- Inspeccionados emprendimento turísticos em Maputo (08), Gaza (23), Inhambane (16), Cabo-Delgado (1), Sofala (4), Tete (2), e Nampula (4);
- Inspeccionadas 18 actividades de categoria A em Maputo (07), Sofala (03), Manica (02), Tete (02) Nampula (04);
- Inspeccionadas 73 actividades de categoria B e C em número de 15 em Nampula, 2 em Tete, 3 em Sofala, 6 em Gaza, 13 em Maputo Província, 15 em Maputo Cidade, 8 em Inhambane, 8 em Manica e 3 em Cabo-Delgado.

Resposta multisectorial

Na área da **Saúde**, foram divulgadas as directrizes da Campanha Nacional de Saneamento do meio e promoção de higiene em todas as Províncias, Municípios, e organizações da Sociedade Civil

- realizadas a avaliação da qualidade higiénica da água engarrafada comercializada; a avaliação da qualidade microbiológica da água dos furos e poços consumidos nos hospitais nacionais, bem como da água e solos contaminados pela explosão do paiol de Mahlazine;
- criado o Comité Nacional do Codex Alimentares de Moçambique, organismo responsável pela elaboração e implementação de normas sobre a qualidade dos alimentos no país;
- realizada avaliação rápida sobre resíduos bio-médicos em 56 unidades sanitárias das províncias de Maputo cidade e província, Gaza, Sofala, Nampula e Zambézia, tendo culminado com a elaboração da proposta do plano de acção sobre resíduos hospitalares do Hospital Central de Maputo e gestão de lixo bio-médico dos Hospitais Geral José Macamo e Rural de Angoche.
- instituída a obrigatoriedade da vacina contra a febre amarela a todos os passageiros provenientes de países onde esta doença é endémica,
    - realizado seminário de divulgação e estudo do Regulamento Sanitário Nacional e Internacional

Na área da **Defesa Nacional** prosseguiu o patrulhamento e fiscalização da costa marítima em posições fixas e móveis na Ponta D'Ouro, Inhaca, Inhassoro, Angoche, Arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas, e os centros dos faróis marítimos

Na área do **Saneamento Peri-urbano e Rural** foram construídas 20.997 novas latrinas nas áreas peri-urbanas e rurais, beneficiando a 104.985 pessoas

Na área do **Ambiente**, foi aprovada a Lei 19/2007 sobre Ordenamento do Território, tendo sido divulgada em Manica, onde foram capacitados 30 técnicos metodologias

para elaboração de planos de estrutura urbana, planos de pormenor e validação do manual de técnicas básicas de planeamento físico

Na componente de **Gestão de Terras**, foram tramitados 3003 processos, correspondentes a 1.976.121,56 ha, na sua maioria em Niassa, Sofala e Zambézia, tendo sido diferidos 1502, totalizando uma área de 591.532,2 ha

Na componente de gestão de recursos florestais e faunísticos, na **Agricultura** foram aprovadas 12 concessões florestais em Cabo Delgado (1), Nampula (1), Zambézia (1), Tete (4), Sofala (1), Inhambane (3),Gaza (1);

- aprovados 18 planos de maneio, Cabo Delegado (1), Nampula (4), Zambézia (3), Tete (5), Sofala (1), Inhambane (3) e Gaza (1)
- envolvidas 22 explorações em iniciativas de maneio comunitário;
- fiscalizadas 533 parcelas de terra com DUAT em todo o país. Deste número, 132 parcelas estão aproveitadas integralmente, 80 parcialmente aproveitadas, 137 parcelas não aproveitadas e 51 foram canceladas
- realizadas 28 sessões de treinamento contra queimadas florestais.
- No âmbito da construção de infraestruturas turísticas foi reabilitado 1 km de extensão da pista de aterragem no Parque Nacional de Banhine;
- mantidos 30 Km de estrada, 2 pontões na Reserva Nacional de Chimanimani
- reabilitados e mantidos 37 Km de estrada no Parque Nacional de Zinave
- finalizada a avaliação técnica dos concorrentes ao concurso para elaboração dos planos de maneio. Plano de Maneio da Reserva Nacional de Chimanimani
- concluído o 1º draft do Plano Desenvolvimento do Turismo Parque Nacional das Quirimbas;
- contratada uma empresa para actualização e implementação do plano de maneio para a Reserva Especial do Maputo;
- actualizado o Plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto para o período 2008-2012;
- finalizada a avaliação técnica dos concorrentes ao concurso para elaboração do Plano de Maneio da Reserva Nacional de Chimanimani;
- reabilitados 9 públicos sanitários na Ilha de Moçambique, Nampula (5) Mentangula, Niassa (2), Manhiça, Maputo (1) e Macia, Gaza (1)

Na área dos **Recursos Minerais** foi realizada educação ambiental e monitoria da actividade mineira artesanal nas províncias de Manica, Zambézia e Nampula, e aprovados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) nas áreas 1, 2,4 e 5 da Bacia do Rovuma.

Na área de **Energia**, foram foi elaborada a estratégia sectorial de gestão ambiental e respectivas directivas ambientais para as linhas de transmissão, tendo sido

organizados seminários de auscultação nas províncias de Nampula, Sofala e Maputo;

- adquirida licença ambiental para o Projecto do Estudo do Potencial Eólico em Moçambique
- realizado estudo do Potencial Energético para projectos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- treinados técnicos do sector sobre a implementação das Directivas Ambientais.

D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Neste áreas prosseguiram acções visando assegurar a transversalidade da segurança Alimentar e Nutrição bem como a resposta nacional concertada para a mitigação de situações de insegurança alimentar (InSAN) na população em geral e da desnutrição nas crianças menores de 5 anos.

Em termos institucionais, das principais realizações destaca-se:

- elaboração e aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II);
- elaboração e aprovação do Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN);
- realização da Avaliação e Monitoria da Vulnerabilidade Aguda em todo País em Fevereiro, Maio e Outubro

Como resultado destas monitoriais, constatou-se que entre Março e Outubro de 2007 a situação de Segurança Alimentar era estável, tendo se mantido em 520.000, o número de pessoas em situação de extrema insegurança alimentar aguda até a próxima colheita, em Março de 2008.

- De referir que contribuiram para esta situação as cheias que afectaram as províncias no Vale do Zambeze, o ciclone Favio e as secas no Sul e Centro do país, que cumulativamente concorreram para a perda de 369.000 ha de culturas diversas.

Disponibilidade de Alimentos

A disponibilidade de alimentos ao nível dos agregados familiares é crucial para a a redução do número de pessoas em estado de vulnerabilidade, desempenhando importância capital a produção agrícola e pecuária bem como a a produção pesqueira, sobretudo artesanal. Com efeito foram:

- produzidos 2.2 milhões de toneladas, de cereais na campanha agrícola 2006/07 , um crescimento de 3.4% face aos 2.1 milhões de toneladas produzidos em 2005/06;
- produzidas 367.000 toneladas de leguminosas, representando um crescimento de 0.6% face a 2005/06;
- produzidos 8.1 milhões de toneladas de mandioca, correspondentes a aumento de 8.1% em comparação com a campanha 2005/06;

- alcançada na Pecuária, a cifra global de 1.425.884 cabeças de gado bovino;
- produzidas 19.829.5 toneladas de carnes bovina, suína e de frango, representando um incremento de 41% face as 14.106.2 toneladas produzidas na campanha anterior;
- produzidos 1.352.405 litros de leite e 2.557.415 dúzias de ovos de consumo;
- produzidas nas Pescas, 87,902 toneladas de pescado, das quais 67,784 toneladas (77%) de Pesca Artesanal e restantes 20.118 toneladas (23%) repartidas entre os a pesca comercial e aquacultura.

Com os níveis de produção alcançados, como reflexo dos efeitos das cheias, ciclone e secas, em Outubro de 2007 ao reservas alimentares ao nível dos AFs estavam praticamente esgotadas na região sul e consideravelmente reduzidas no centro e norte do país, comparativamente a Maio do ano em referência.

Acesso

O acesso dos agregados familiares (AF's) aos alimentos, reduziu com particular destaque para os cereais , sobretudo na região sul, devido entre outros: ao agravamento dos preços, o reduzido poder de compra da população rural e a baixa disponibilidade física de alimentos;

- As fontes de rendimento dos AFs mais vulneráveis são bastante reduzidas, devido a queda da produção agrária, tendo afectado o seu poder de compra de alimentos. Contudo, de uma forma geral, a disponibilidade dos produtos nos principais mercados do país manteve-se razoável.

Em relação ao aumento dos preços dos produtos alimentares foi observado que:

- nos mercados da região sul os preços, especialmente do milho, aumentaram desde Maio de 2007 seguindo a curva normal de sazonalidade, mas com níveis acima dos preços praticados em 2006 e da média dos últimos cinco anos.
- Nas regiões norte e centro do País, os preços mantiveram-se abaixo da dos praticados em 2006 e da média dos últimos 5 anos

Utilização de alimentos

Mesmo com o impacto das calamidades, até Outubro de 2007, a situação de nutrição é considerada normal tendo em conta o indicador da taxa de Crescimento Insuficiente (CI) e não havia sinais de alarme.

- Esta normalidade é resultado das intervenções realizadas em todo o país visando apoio nutricional às populações afectadas bem da implementação de programas de vigilância nutricional e suplementação de vitamina A nas crianças de menos de 5 anos de idade.
- Preocupante foi a situação do indicador de Baixo Peso à Nascença (BPN), manteve uma situação estacionária com menos de 0,2% a 0,3% face as 11.5% observados em 2006, uma cifra superior ao limite aceitável de 7%. Terá contribuido para a manutenção destes níveis, a ocorrência de doenças endêmicas como Malária e diarreias.

Assistência alimentar, nutricional e protecção social

Com vista a minimizar as carências alimentares e deficiências nutricionais, foram:

- assistidas em bens alimentares 259.500 pessoas das zonas afectadas pelas cheias e ciclone Fávio;
- assistidas 400,000 crianças de escolas primárias; 40,000 pessoas de centros internatos e 4,800 refugiados do Campo de Marretane em Nampula;
- desparasitadas 9.779 crianças e suplementada vitamina A para outras 9.142 das 46369 crianças atendidas pelo Programa de Suplementação Alimentar de Rotina nas províncias de Maputo, Gaza, Manica, Sofala e Tete.
- atendidos 112.977 beneficiários do Programa de Subsídio de Alimentos, sendo 72.274 mulheres (64%) e 40.703 homens (36%).

E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área de Ciência e Tecnologia (C&T), em 2007 os esforços incidiram no Desenvolvimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para permitir que a actividade de C&T seja feita de uma forma coordenada e eficiente. Assim, entre outras acções desenvolvidas para a realização dos objectivos definidos, merecem destaque as seguintes:

Investigação Científica

- Em curso as obras de reabilitação do edifício para o estabelecimento de um Centro de Investigação em Etnobotânica na cidade ou província de Maputo, estando em curso a discussão da proposta do respectivo estatuto;
- Produzido e publicado o relatório bienal de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (2005-2006), que permite avaliar o desempenho do Sistema de Ciência e Tecnologia e aumentar a eficiência das políticas de C&T formuladas no Sistema;
- Realizadas 15 expedições multidisciplinares em 15 distritos do país, para resolução de problemas identificados nas expedições anteriores no âmbito da identificação de constrangimentos e soluções práticas em 30 distritos de Moçambique
- Desenhados cursos para a posterior capacitação dos técnicos no âmbito da diusão, inovação e transferência tecnológica através dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia.

Transferência de Tecnologias e Inovação

- Criada e actualizada a base de dados dos inovadores nas Províncias, tendo sido registados 43 inovadores a nível nacional e 11 inovações no Instituto de Propriedade Industrial (IPI);
- Realizados seminários nas províncias de Cabo Delgado, Sofala e Inhambane e 5 demonstrações tecnológicas nas Provincias de Cabo Delgado (Pemba), Nampula (Cidade de Nampula), Manica (Chimoio), Inhambane e Maputo, no âmbito da realização de demonstrações tecnológicas inovadoras nas Províncias

- Legalizado o terreno para a implantacão da incubadora tecnológica em Chókwè, avaliados os custos de reabilitação de residências para os técnicos e elaborado o concurso para a reabilitação das futuras instalações da Incubadora Tecnológica.

Tecnologias de Informação e Comunicação

- Em curso a finalização dos TORs de aquisição do equipamento e reabilitação do centro de gestão, no âmbito da criação da Rede de Internet ligando pelo menos 6 Instituições de Investigação e de Ensino Superior.
- Informatizada a Biblioteca Nacional e está em processo a informatização do Arquivo Histórico.
- Criado o Museu Virtual do algodão, tendo se destacado a recolha e sistematização de conteúdos em diversas instituições e concepção da estrutura e Desenvolvimento do Museu Virtual do Algodão.
- Em fase conclusiva a criação de uma base de dados e Portal de Ciência e Tecnologia com informação sobre Agro-pecuária (conservação e processamento de produtos agrícolas no pais);
- Treinados 311 professores dos 290 previstos em todas as províncias do país excepto cabo Delgado, no âmbito da formação de formadores de professores em Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Criada a Biblioteca (MzBusiness) destacando-se que a mesma contou com a recolha de Informação de Estudos sobre Pobreza, existentes nas Instituições de Investigação, Ensino Superior e organizações afins;

Divulgação e Promoção da Ciência

- Produzidos vídeos, no campo de ensaio de Umbeluzi, tendo se destacado os vídeos de batata doce de polpa alaranjada, de milho melhorado em Umbeluzi e de xigutsa bomba manual de irrigação, no âmbito da produção de materiais audiovisuais e digitais contendo técnicas e conhecimentos adequados para a solução de problemas específicos de cada região, como forma de divulgar os conhecimentos disponíveis para as comunidades rurais,.
- Realizada a V Mostra de Ciência e Tecnologia em Maputo com 60 expositores.
- Realizadas palestras e cursos científicos no país e ainda 8 demonstrações científicas nas escolas da Cidade e Província do Maputo no ambito âmbito da divulgação de tecnologias de ponta para as comunidades académicas de Maputo

Resposta multisectorial

Na área da **Juventude e Desportos** foi criado 1 Centro de divulgação de Tecnologias de Informação em Chiúre e 2 em fase de conclusão nos distritos de Ancuabe e Montepuez na Província de Cabo Delgado, e.

- formados 30 jovens em pacotes básicos de informática na Província de Gaza e seleccionados os candidatos a monitores nas províncias de Nampula, Sofala e Cabo Delgado.

Na área das **Comunicações** foi concluída a cobertura 116 locais (capitais provinciais e distritos) pela rede fixa e 85 pela rede móvel;

- concluída a implementação do de telefonia fixa “backbone” no troço Beira-Caia-Quelimane; Quelimane-Nampula e Nampula-Cuamba-Mocuba; e
- modernizados os sistemas de comunicações à base de GSM (telefonia móvel), nas estações meteorológicas de Pemba, Quelimane e Pebane, Tete, Lichinga, Chimoio

Na área da **Saúde** foi preparado o processo para o lançamento do concurso público para a expansão da rede de dados e Internet/ e-mail para o Hospital Geral de José Macamo, ISCISA e Hospital Geral da Machava (Cidade de Maputo), Hospital Central da Beira, Hospital Central de Nampula, Direcções Provinciais de Tete e Niassa.

- elaborado o primeiro rascunho do relatório do ensaio do Projecto da Vacina de cólera de origem cubana
- concluído o trabalho de campo do estudo de avaliação do padrão do consumo dos serviços de saúde e dos factores relacionados
- elaborado o relatório final sobre o mapeamento de Parasitoses Intestinais e Bilharziose nas escolas da zona norte do país
- concluído trabalho de campo do estudo sobre “Comportamentos, Atitudes, Conhecimentos e Normas sobre HIV/SIDA em trabalhadores de Saúde em Moçambique”
- traduzida a cassete vídeo de Práticas Tradicionais e a Transmissão do HIV/SIDA para as línguas locais Nhungué, Xichangana e Emakua e distribuidas por todas Unidades Sanitárias do País
- actulizada a informacao sobre o nível de prevalência do HIV/ SIDA em Mocambique, à volta de 16%, sendo as mulheres as mais infectadas (56%).
- implementada a consulta do doente crónico em 12 unidades sanitárias da Cidade do Maputo em 12 unidades sanitárias, no âmbito do estudo para avaliar o impacto de doenças crónicas nos agregados familiares, nomeadamente, diabetes, hipertensão arterial, obesidade e AVC

Na **Agricultura**, no âmbito da disseminação e divulgação de tecnologias agrárias, foram libertos 3 novos pacotes tecnológicos para o controlo de pragas e doenças; e 3 novos pacotes tecnológicos para o melhoramento e processamento por espécie animal

Na área de **Energia,** no âmbito dos resultados do projecto de biogás está em fase de carregamento do primeiro biodigestor para a testagem da produção do biogás, esperando-se resultados favoráveis

Na **Função Pública** foi criado o Subsistema Electrónico de Informação de Pessoal (e-SIP), mediante a transformação do Subsistema de Informação de Pessoal (SIP).

Na área da **Justiça** foi concluída a interligação dos serviços por Gov-net em todas as capitais provinciais, abrangendo os serviços de registo criminal e comercial, e

- concluída a ligação do Tribunal Supremo à rede *e-government e e*m curso o estabelecimento da rede intranet nos tribunais e ligação a rede e-governement.

F. DESENVOLVIMENTO RURAL

O Governo prosseguiu com os esforços visando assegurar que as políticas e programas nacionais assumam uma natureza explicitamente pró-rural e gerar uma

mudança no actual padrão de acumulação de capital na economia nacional bem como iniciou a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR).

Competitividade e Acumulação Rural

- Realizado seminário sobre "A Experiência do PAMA e Opções de Um Programa de Oportunidades de Mercado para as Comunidades Rurais, com vista a debater a experiência adquirida com a sua implementação e recolher subsídios para a formulação de um novo programa de mercados rurais.

O PAMA é implementado nas províncias de Cabo Delgado (Montepuez, Balama, Namuno, Chiure e Ancuabe), Niassa (Cuamba, Maua e Marrupa) e Maputo (Boane, Moamba e Magude).Como resultado, foram reabilitadas pelo programa 446 kms de estradas e construídas 149 pontes e pontecas e 300 aquedutos;

- quadruplicado o número de contratos entre os produtores e o mercado;
- 30% das associações tiveram acesso ao crédito e pagamentos antecipados;
- melhorados em 20-25% os preços dos produtos vendidos pelos podutores através das associações;
- aumentada produtividade das principais culturas de rendimento, nomeadamente, Tomate (12 para 30 tons/ha), Repolho (10 para 20 ton/ha), feijão verde (4 para 8 ton/ha) e pimento (3 para 4 ton/ha).
- Realizados a 1ª Sessão da Comissão Intersectorial sobre o Programa de Desenvolvimento Económico Local e o Seminário Nacional sobre o Desenvolvimento Económico Local em Moçambique e o Papel das Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADELs) no Desenvolvimento dos Distritos;
    - Criada a ADEL de Inhambane e preparada a criação das ADELs de Niassa, Tete e Cabo Delgado;
- Realizado em Roma, Encontro Internacional do Programa Art Gold Moçambique para financiamento dos Programas e projectos das ADELS de Cabo Delgado, Nampula, Gaza e Maputo;
    - analisados os procedimentos metodológico e estratégicos das propostas de projectos das Províncias de Nampula e Cabo Delgado e Município de Maputo, no âmbito do seguimento das recomendações do Encontro de Roma;
    - disponibilizados os Fundos do Governo Espanhol para a implementação do Programa;
- Iniciada a instalação da Rádio Comunitária de Ntantha no distrito de Chifunde em Tete no âmbito da Comunicação Rural;
- Concluída na área do Associativismo, a elaboração da Proposta do Plano de Acções Estratégicas do Governo para Apoio ao Movimento Associativo Rural
- Registadas cerca de 437 novas associações ao abrigo do Decreto-Lei nº 2/2006 que facilita o registo de Associações Agro-pecuárias, totalizando 3.237 associações registadas em todo o país.

Actividade Financeira Rural

- Em funcionamento 59 agências micro-financeiras que assistiram no total 157.000 clientes
- Realizada a Reunião Nacional sobre os Fundos de Fomento subordinada ao lema ‘’O papel dos Fundos de Fomento no Desenvolvimento Sócio-Económico do país e o Desafio de Uma Maior Coordenação de Esforços para o Aumento do Impacto Junto das Comunidades”. Como resultado, elaboradas as matrizes de acções prioritárias para os 14 Fundos de Fomento a operar no país.
- Elaborado o programa de apoio às microfinanças/finanças rurais, com vista a complementar as actividades de finanças rurais
- Concedidos créditos a 12.000 produtores, e atingida uma taxa de reembolso de 98.5%, no âmbito da implementação do Projecto de Crédito Descentralizado para o Sector Familiar. Este projecto opera nas províncias de Maputo e Cabo Delgado (Montepuez, Ancuabe, Namuno e Balama) e concede crédito aos produtores rurais e vendedores do sector informal nas zonas peri-urbanas através das Caixas Comunitárias auto-geridas e;
- Aprovados o esquema de institucionalização do projecto das 5 Caixas Comunitárias de Base (3 em Maputo e 2 em C. Delgado), geridas por uma União Nacional de Associação das Caixas Comunitárias de poupança e empréstimo e respectivo sistema central de gestão financeira da União das Caixas Comunitárias
- Lançados concursos para a contratação de uma empresa ou instituição para assistência técnica sobre HIV/SIDA no local de trabalho, e para a formação de formadores na área de microfinanças em parceria com a Organização Internacional de Trabalho e;
- Assinado um protocolo de entendimento para formação dos operadores de microfinanças em matéria de finanças inclusivas, no âmbito do projecto “Construindo um Sector Financeiro Inclusivo em Moçambique”
- Financiados dois microprojectos da categoria I (valor máximo de 90.000, 00 MT) visando criação de galinhas de mato e fornecimento de insumos de produção agrícola em Mocuba, no âmbito do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia (PRODEZA). Foi ainda ainda financiada a reabilitação de infraestruturas de produção e processamento de arroz pertencentes no distrito da Maganja da Costa;
    - Financiadas as acções da Kukumbi visando o fortalecimento da governação local,.
- Adquiridos equipamentos informáticos, mobiliário de escritório e sala de reuniões e 20 motorizadas para os distritos de Mutarara e Morrumbala, no âmbito do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados Para o Mercado.

Produção Rural

- Concluído o desenho do Programa de Desenvolvimento Integrado da Mulher Rural a ser implementado numa primeira fase em 6 distritos,

designadamente, Magude (Maputo), Chókwè, Xai-Xai (Gaza), Zavala, Homoíne e Inharrime (Inhambane), visando a promoção do associativismo; actividades de geração de rendimentos; alfabetização e educação social da mulher e abastecimento de água.

Infraestruturas e Empresariado Rurais

- Concluído o desenho do Programa de Promoção de Infraestruturas e Empresariado Rurais a ser implementado numa fase piloto no distrito do Bilene em Gaza

Coordenação, Supervião e Apoio Institucional

- Capacitados nos módulos sobre Desenvolvimento Económico Local a 27 técnicos superiores a serem afectos nos distritos da Província de Cabo Delgado; e
- Capacitada a Equipa Provincial de Apoio à Planificação (EPAP) da Província de Gaza sobre coordenação e promoção de desenvolvimento rural com ênfase nos Programas e projectos, Agências de Desenvolvimento Económico Local e outras iniciativas de desenvolvimento rural

Resposta multisectorial

a) Financiamento Rural

Na área da **Indústria e Comércio** foram financiados pelo FARE, 61 projectos visando a reabilitação da rede comercial rural, e 12 projectos de instituições financeiras rurais e;

- Concedido crédito a 8 empresas das províncias de Nampula (3), Zambézia (1), Inhambane (2) e Gaza (2) no âmbito do Fundo de Garantia IV do crédito do BCI-Fomento SARL às empresas produtoras/processadoras de castanha de caju

Na área das Pescas foram concedidos créditos a 239 pescadores artesanais das províncias de Niassa (13); Nampula (13); Tete (65); Sofala (1); Manica (102); Inhambane (34); Gaza (10) e Maputo (1), com base nos fundos de crédito rotativo, e

- concedidos empréstimos a 3 Instituições de Micro Financeiras (IMF´s), nomeadamente o Fundo de Fomento da Pequena Indústria (FFPI), AMODER e GAPI que desempenham o papel de retalhistas junto das comunidades beneficiárias

b) Infraestruturas sociais e produtivas

Na área da **Agricultura** foram reabilitados 3. 470 ha de regadio nas províncias de Niassa (94), Nampula (70), Tete (20), Zambézia (45), Sofala (110), Inhambane (821), Gaza (2.300) e Maputo (60), e concluída a reabilitação do sistema de drenagem do baixo Limpopo (em Xai-Xai), viabilizando 1.300 ha

Na área das **Pescas,** no âmbito dos projectos integrados de desenvolvimento comunitário foi concluída a construção de três escolas em Sofala (Buzi e Machanga) e em conclusão outras 2 em Nampula (Moma);

- concluída construção de 5 unidades sanitárias na sendo duas na Zambézia, (2) Sofala (3);

- construídas 19 casas para o pessoal da Saúde nas províncias de Nampula (13), Zambézia (2) e Sofala (4);
- construídas/reabilitadas 62 de fontes de águas nas províncias de Nampula (16), Zambézia (25), e Safala (21) bem como 2 sistemas de captação de água nos Centros de Saúde em Angoche e Mogincual em Nampula; e
- feita manutenção de 92.5 Km de vias de acesso aos centros de pesca, em Nampulabem como a abertura de 264.5 Km de estradas e acessos cumumitários em Nampula (8.5 Km de acessos comunitários) e Zambézia (256 km de estradas) e em reabilitação 57 km de estradas em Sofala
- instalada uma fábrica de gelo em Machanga;

Na área do **Turismo**, foram construídos 2 mercados de fruta com capacidade para 40 utilizadores cada nos distritos de Macia (Gaza) e Manhiça (Maputo).

c) Acesso a Tecnologia e Inovação nas zonas rurais

Na área das **Telecomunicações** foi concluída a instalação de equipamento de transmissão nos distritos de Ile, Mopeia (Zambézia), Chemba, Chibabava, Maringue (Sofala), Machaze (Manica) no âmbito da implementação da segunda fase do sistema VSAT em Massangena, Mabalane e Chicualacuala no âmbito da Instalação dos Sistemas de Telecomunicações Rurais na Província de Gaza

Na área de **Ciência e Tecnologia** foi legalizado o terreno onde será implantada a Incubadora Tecnológica, tendo sido lançado concurso para a reabilitação das instalações da Incubadora Tecnológica; e

- realizadas 15 expedições multidisciplinares em 15 distritos distribuidos nas 3 regiões do país para resolução de problemas concretos identificados nas expedições anteriores, e

Na área da **Agricultura** foram realizadas campanhas de sensibilização aos produtores sobre a doença de amarelecimento letal do coqueiro nas províncias afectadas (Cabo Delgado, Zambézia, Inhambane), usando vários meios de comunicação e colocados dísticos na entrada províncias de Inhambane e Zambézia no âmbito do reforço da quarentena doméstica à doença do amarelecimento letal do coqueiro naquelas províncias e

- realizadas 191 horas de rádio na disseminação de mensagens técnicas

G. CALAMIDADES

O Governo prosseguiu com os esforços visando reduzir a vulnerabilidade do país às calamidades bem como minimizar os seus efeitos sobre a economia nacional e no nível de vida das populações, tendo constituído instrumento de acção o Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades. Por outro lado, foi implementado o Plano de Contingência para assistência à população vítimas de calamidades. Em termos globais, constituíram principais áreas de acção, a prevenção e aviso prévio, a resposta e a mitigação.

Prevenção e aviso prévio

A previsão climática da SARCOF e do INAM, indicava para Moçambique, um regime precipitação similar ao de 2006, onde se previa a ocorrência de chuvas dentro da normalidade, mas com tendência para acima do normal para o período de Janeiro a Março de 2007, o que podia resultar em cheias nas principais bacias e ocorrência de secas nas regiões Sul e Centro, impunha o fortalecimento de medidas de prevenção e de aviso prévio, tendo sido:

- Montados pluviómetros nos distritos de Matutuine, Moamba (Maputo), Chokwe, Guijá, Chibuto (Gaza), Angoche, Memba, Nacala-a-Velha, Nacala-Porto, Mussoril, Nampula (Nampula), Quissanga, Ibo, Mocimboa da Praia e Mecufi (Cabo Delgado), Lichinga e Lago (Niassa).
- Divulgado sistema de aviso prévio para as cheias do Zambeze, do Ciclone FAVIO e dos ciclones que ameaçaram a costa moçambicana.

Como resultado das previsões avançadas, 515.710 pessoas foram afectadas por diversas calamidades, designadamente,

- Cheias na Bacia do Zambeze, afectando as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala;
- Ciclone Fávio que afectou as províncias de Inhambane, Sofala e Manica,
- Ventos fortes acompanhadas de chuvas e inundações nas em todo o país, excepto nas províncias de Tete e Cabo Delgado
- Secas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica, que afectaram no total a, sem perdas humanas, como resultado das retirada atempada e busca e salvamento das populações afectadas.

Tabela 55: População em risco de Calamidades e afectada na época 2006/07

Província	Populacao* (INE)	2006/2007					
		Cheias/Inind.		Ciclones/V.Fortes		Seca	
		PC	Afectado	PC	Afectados	PC	Afectados
Maputo	2,208,000	29,903		10,850	3,053	35,551	48,597
Gaza	1,277,000	40,077		61,158	1,835	137,878	28,856
Inhambane	1,350,000	52,332		77,596	141,059	77,495	28,774
Manica	1,281,000		4,370		16,375	20,000	8,200
Sofala	1,601,000	62,973	58,961	11,754	24,815	40,000	5,151
Zambezia	3,627,000	41,773	36,489	87,850	1,786	45,000	
Tete	1,473,000	47,451	71,299			91,950	
Nampula	3,588,000	25,479		524,131	15,314	50,000	
Cabo Delgado	1,585,000	6,299	5,000	22,530		44,938	
Niassa	972,000		410		15,366	0	
TOTAL	**18,962,000**	**306,287**	**176,529**	**795,869**	**219,603**	**542,812**	**119,578**

Fonte: Províncias

- explosão do Paiol de Mahlazine que causaram a morte de 104 pessoas e 515 feridos, e destruição total de 126 casas e parcial de outras 5.434.

Resposta

Para garantir uma resposta célere, eficaz e atempada aos efeitos das calamidades, foram realizadas as seguintes acções:

- mapeados 4 distritos localizados nas zonas áridas e semi-áridas, nomeadamente, Mabote, Funhalouro, Massangena e Chigubo.
- concluído o geo-referenciamento de 731 infraestruturas de água (furos, poços, represas, regadios, lagoas, rios), escolas e unidades sanitárias, nos distritos Funhalouro (424) e Mabote (307).
- criados 118 Comités de Gestão de Risco em todo o País, constituídos por 1415 membros tendo sido capacitados 101 e equipados 45, conforme mostra a tabela.

Tabela 56: Distribuição dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades

Província	Qtd de comités Criados	Qtd de comités Capacitados	N de Membros	Comités Equipados	Comités por Equipar
Maputo	0	0	0	0	
Map. Cidade	6	6	61	0	6
Gaza	6	2	40	0	40
Inahambane	50	48	590	20	30
Manica	6	6	60	0	6
Sofala	30	27	440	25	5
Tete	0	0	0		
Zambézia	7	4	48	0	
Nampula	4	4	56	0	
C. Delgado	7	2	56	0	
Niassa	2	2	64	0	
Total	**118**	**101**	**1415**	**45**	**87**

Fonte: INGC/Províncias

- pré-posicionados meios de socorro e salvamento nas Direcções Regionais Sul (Vilankulos), Centro (Caia) e no Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE, em Maputo);
- capacitadas 275 pessoas de 57 distritos em gestão de risco de calamidades, sendo 115 técnicos, 41 Secretários Permanentes distritais e 115 jovens voluntários;
- realizados contactos com a Protecção Civil Italiana visando a institucionalização da Unidade Nacional e Protecção Civil em Moçambique; e
- implementados o Projecto Gestão de Risco de Calamidades (Pro-GRC), visando institucionalizar os Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades nas províncias de Manica, Sofala e Inhambane e o Projecto de Capacitação Institucional em Gestão de Risco de Calamidades na zona Norte do País.

Mitigação

Com vista a mitigar os efeitos ou manifestação das diversas calamidades, foram:

- reabilitadas ou construídas 28 fontes de água nos distritos áridos e semi-áridos de Funhalouro, Mabote, Chigubo, Massangena, beneficiando a 1400 famílias;
- construída uma represa no distrito de Chigubo com a capacidade de 2.000 m3 no vale do rio Changana para fins de irrigação e captação de água para o consumo da população;
- reabilitada uma cisterna beneficiando 500 famílias no distrito de Mabote;
- em curso a construção de 40 cisternas nos distritos de Chigubo e Massangena; um tanque em Saúte (Chigubo) e a montagem de um sistema de abastecimento de água em Dindiza (Chigubo), no âmbito da reformulação do projecto de construção de uma cisterna comunitária de grande capacidade no distrito de Chigubo
- capacitados técnicos extensionistas dos distritos de Mabote, Funhalouro, Chigubo e Massangena em técnicas de captação e conservação da água das chuvas, na agricultura de conservação;
- instalado um campo de demonstração usando técnicas de captação e conservação de água das chuvas em conjugação com os princípios de agricultura de conservação;
- capacitados 15 camponeses/promotores em técnicas de captação e conservação da água das chuvas, na agricultura de conservação e, na metodologia de formação/extensão camponês a camponês, visando transformar os camponeses em formadores e promotores dentro das suas localidades;
- semeados cerca de 700kg de diversa semente de ciclo curto beneficiando 274 pessoas e plantados 274 ha de mandioca beneficiando 150 famílias; e
- elaborado programa para o desenvolvimento do distrito de Chigubo e regiões adjacentes, constituido por 4 projectos prioritários, nomeadamente, artesanato, industrialização do canhú, criação de gado e indústria respectiva de carne e peles (artesanato) e edificação de uma loja para comercialização e sustentação dos projectos a nível local e abastecimento aos residentes em géneros essenciais.

No âmbito da mitigação dos efeitos das diversas calamidades que afectaram o país, foram:

- assistidas 265 814 pessoas vítimas das calamidades naturais em bens alimentares, tendas, utensílios domésticos, materiais de construção, água e saneamento nos 73 centros de acomodação em Quelimane (9), Nicoadala (1), Vale do Zambeze (54), Bacia do Búzi (9) e pelo ciclone FAVIO (ver tabela abaixo).

Tabela 57: Assistência alimentar em base de socorro às vítimas das Calamidades

Local	beneficiáfios	Alimen. (ton)	Bens de Socorro							
			Tenda	Lonas	Oleado (m)	Colchões	Mantas	Kits Cozinha	Redes Mosq	Chapas zinco
V. fortes e inund.	46,533	144	12		12,710		2,586	4,787	753	722
Ciclone Favio	54,818	206	233	10,589	5,577		4,247	5,735	6,456	14,050
Cheias no Zambeze*	163,000									
Expl do Paiol	1,463	135	198	21		26	203	37	83	296
Total	**265,814**	**485**	**443**	**10,610**	**18,287**	**26**	**7,036**	**10,559**	**7,292**	**15,068**

Fonte: CENOE, Províncias

- concluída a demarcação e atribuição de talhões para o reassentamento das 30 mil famílias afectadas pelas cheias na Zambézia, Tete, Manica e Sofala, conforme a tabela abaixo

Tabela 58: Talhões demarcados e atribuídos até 09 de Junho

Provincia	Talhoes Nec.	Demarcados	Atribuidos	Nível de realiz. demarc. (%)	Nível de real. atribuições (%)
Sofala	4.000	6.374	4.540	159,4	71,2
Zambezia	8.200	10.304	3.894	125,7	37,8
Tete	13.703	11.154	11.154	81,4	100,0
Manica	1.020	1.351	1.204	132,5	89,1
Total	**26.923**	**29.183**	**20.792**	**108,4**	**71,2**

Fonte: Províncias

- elaborados os documentos de gestão do próprio processo, designadamente, guiões de monitoria, actividades ocupacionais nos centros de reassentamento, plano da II Fase do reassentamento;
- monitorada a construção das casas e infraestruturas sociais nos centros de reassentamento, conforme mostrado na tabela abaixo

Tabela 59: Construção de Casas por províncias até 09 de Novembro

Provinc	Construção de Casas				
	Plano para 2007	Fundacao	Alvenaria	Cobertura	% Execucao
TETE	500	120	126	42	**8**
ZAMBEZIA	305	356	198	37	**12**
MANICA	300	67	21	14	**5**
SOFALA	1,012	218	70	39	**4**
Total	**2,117**	**420**	**168**	**44**	**2**

- concluídas 3.743 obras, o correspondente a 69% das 5.459 casas afectadas pelas explosões do Paiol de Mahlazine, na Cidade e Província de Maputo, conforme mostra a tabela a seguir

Tabela 60: Situação de reconstrução das casas na Cidade de Maputo

Bairros	Total de Casas Afectadas	Obras em Curso	Obras Acabadas	Total de Intervenções	Nível de cobertura
Malhazine	434	656	121	777	179%
25 de Junho A	28		28	28	100%
25 de Junho B	4	4		4	100%
Bagamoyo	32	70	95	165	516%
Magoanine A	69	39	87	126	183%
Magoanine B	51	6	53	59	116%
Magoanine C	1120	113	258	371	33%
Malanga	6		6	6	100%
Chamanculo A	2		2	2	100%
Polana Canico B	3		3	3	100%
Zimpeto	1300	227	616	843	65%
Mahotas	219	131	155	286	131%
G.Dimitrov	744	400	227	627	84%
Laulane	64	12	48	60	94%
B. Ferroviario	8		12	12	150%
3 de Fevereiro	130	20	80	100	77%
Hulene B	50	10	28	38	76%
Albazine	23		37	37	161%
Mavalane B	6		6	6	100%
Mavalane A	5		5	5	100%
Jardim	1			0	0%
Costa do sol	6		6	6	100%
TOTAL	**4.305**	**1.688**	**1.873**	**3.561**	**83%**

Tabela 60: Situação de reconstrução das casas na Província de Maputo

Bairros	Total de Casas Afectadas	Obras em Curso	Obras Acabadas	Total de Intervenções	Nível de cobertura
Zona Verde	559	25	746	771	138%
Kongolote	393	17	832	849	216%
1. de Maio	79		143	143	181%
Ndlavela	55		81	81	147%
Cumbeza	20		12	12	60%
Infulene D	6		6	6	100%
Trevo	1		1	1	100%
São Dâmaso	3		5	5	167%
Intaka	7		7	7	100%
T 3	31		37	37	119%
Total	**1.154**	**42**	**1870**	**1.912**	**166%**

No mesmo âmbito, foram apoiadas todas as famílias enlutadas em urnas, roupa de luto, produtos alimentares para as cerimónias fúnebres, velório, oitavo dia e sexto mês de eterna saudade;

- assistidos durante três meses e hoje com a situação de saúde melhorada, 70 doentes encaminhados para diferentes especialidades do Hospital Central de Maputo;
- distribuídos entre Julho a Dezembro, 310 kits alimentares beneficiando a 84 famílias;

- distribuído 123 kits escolares e vestuário beneficiando 54 crianças vulneráveis e 69 órfãs;
- identificadas 111 crianças órfãs e 30 viúvas, bem como famílias em situação de extrema pobreza, resultante deste incidente, tendo já sido fixada as respectivos subsídios de morte e pensões e comunicados os procedimentos para o seu acesso.

Resposta multisectorial

Na área do **Turismo** foram desembolsados 7.127,25 mil meticais, o correspondente a 65% dos 10.986,50 Mil MT provados para o financiamento de 36 projectos, sendo 25 para micro-créditos e 11 para pós-Cheias e ciclone Fávio.

Na área do **Comércio** adquiridas pelo PMA, 17.739 toneladas de alimentos (17.394 de milho e 345 de feijões), nas Províncias de Sofala, Tete e Nampula, no âmbito das compras locais das organizações humanitárias para socorrer as populações vítimas das calamidades naturais

- desparasitadas pelo sector da Saúde nas 4 províncias de afectadas por cheias (Zambézia, Tete, Manica e Sofala), 17.376 crianças e suplementadas com vitamina A outras 16.115 crianças.

- distribuídas, pela área de **Ciência e Tecnologia** 10 máquinas para produção de blocos nos centros de reassentamento nas províncias da Zambézia (6), Sofala (3) e Manica (1).

- reabilitadas pelo sector de Águas, 62 estações hidroclimatológicas, sendo 24 hidrológicas e 38 pluviométricas;

- Ainda no sector de Águas, foram finalizados os projectos executivos e documentos do concurso, para a construção de 50 pequenas barragens e represas nos distritos áridos das províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Manica e por reavaliar as condições para as fundações das represas em Tete

No âmbito da reabilitação e construção de barragens, no sector de **Águas** foi concluída a reabilitação da Barragem de Massingir e em substituição equipamentos hidromecânicos da Barragem de Macarretane;

- assegurado financiamento para a reabilitação das Barragens de Nacala e Corumana; e

- iniciados contactos com o Banco Comercial e de Investimentos para intermediar a angariação de financiador para a construção da Barragem de Bue Maria sobre o Rio Púngue

No âmbito da emergência, a **Defesa Nacional** participou nas acções de assistência humanitária às populações afectadas pelos desastres com destaque nas operações de busca e salvamento das vítimas das cheias no Vale do Zambeze e na mitigação dos efeitos do ciclone "FÁVIO" nas Províncias de Inhambane, Manica e Sofala;

- Participação no transporte e montagem de tendas nos centros de acomodação, abertura e construção de latrinas, bem como no corte e transporte de lenha, em apoio às populações vítimas das calamidades

No âmbito do Programa de Emergência, decretado para a área da **Defesa Nacional**, após as explosões do Paiol de Mahlazine, foram recolhidos e destruídos, nos paióis, em todo o País, mais de 95% do material e engenhos explosivos obsoletos, projectado. Os restantes 5% correspondem a um acumulado de restos de obuses e cantoneiras. Em termos globais, ao nível dos quartéis, foi destruído todo material projectado.

- Em termos de acções foram recolhidas e removidas 323 toneladas de engenhos espalhados nos bairros circunvizinhos do Paiol de Mahlazine
- destruídas 1.908 ton de engenhos obsoletos
- realizada a selecção e reclassificação das munições até então depositadas nos paióis militares das três regiões do país
- construídos 20 depósitos de munições e armas em Maputo (10), Sofala (5) e Nampula (5) e transferidas munições activas para os novos depósitos

realizados e em curso as campanhas de sensibilização das populações e o público em geral sobre o perigo das minas e outros materiais explosivos de uso militar.

H. DESMINAGEM

Em Moçambique o Programa da Acção sobre Minas tem em vista a redução do impacto da presença de minas anti-pessoal nas comunidades, e assegurar a estrita observância do articulado na Convenção de Ottawa sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Anti-Pessoal e sobre a sua destruição. Os resultados atingidos no ano de 2007, foram os seguintes:

Actividade de Desminagem

- Clarificados pouco mais de 2 milhões de m^2 e pesquisados 1,4 milhões de m^2, localizadas;
- Removidas e destruídas 855 minas e 934 engenhos não explodidos;
- Reduzido o número de aldeias afectadas, passando de 91 no final de 2006 para 27 em finais de 2007,
- Reduzido o número de áreas afectadas de 237 áreas para 32, e de 60 milhões de m^2 suspeitos de estarem minados para 420 mil m^2;
- Como resultado destas acções, foram aumentadas as áreas livres de minas, colocando-as à disposição das populações e dos sectores económicos, para a condução de actividades económicas e sociais com destaque para terras agrícolas e infra-estruturas, designadamente, estradas, pontes, linhas-férreas, linhas de transporte de energia, linhas de telecomunicações.
- Envolvidos nas operações de desminagem 3 operadores humanitários: APOPO (Gaza), Handicap Internacional (Inhambane, Sofala e Manica) e The Halo Trust (Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo)

- Acreditados 6 e reacreditados outros 17 ratos detectores de minas e realizadas cerimónias de entrega de 32 campos clarificados, sendo 2 em Tete, 3 em Sofala, 24 em Inhambane e 3 em Maputo.

Impactos Prevalescentes de Minas

- Os resultados alcançados no ano transacto mostram, embora reduzida ainda há ameaça da presença de minas no país, havendo 27 aldeias afectadas, abrangendo 46.5 mil pessoas directamente afectadas, numa extensão de 420 mil m².
- A redução substancial das áreas remanescentes deve-se ao cancelamento das áreas consideradas remanescentes pela pesquisa de impacto realizada em 2000/2001, por se ter concluído que as mesmas não constituem perigo, tendo as restantes sido confirmadas e incorporadas no conjunto de áreas actualmente conhecidas com presença de minas.

Contudo, uma nova pesquisa, a **"Pesquisa Exaustiva e Estudo de Base**" realizada em 2007, nas zonas Centro e Sul do país, concretamente, nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, determinaram:

- a existência de novas 484 áreas confirmadas como minadas numa extensão de cerca de 9 milhões de m^2, conforme mostra a tabela a seguir

Tabela 61: Novas áreas confirmadas de estarem minadas (2007)

Província	Distritos	Áreas Minadas	Área Estimada em m^2
TETE	8	19	918,589
MANICA	4	47	945,406
SOFALA	12	104	2,532,846
INHAMBANE	13	251	3,720,474
GAZA	3	13	275,216
MAPUTO	6	50	602,248
Total Geral	**46**	**484**	**8,994,779**

- existência de 375 áreas suspeitas de estarem minadas, nomeadamente:
  - 33 estradas perfazendo 688 km de extensão suspeita de estar minada;
  - 69 tarefas de demolição de engenhos não explodidos (EOD);
  - 6 áreas de batalha;
  - 267 áreas suspeitas de estarem minadas, numa extensão de cerca de 16 milhões de m^2.
- Identificados como parte do problema de minas no país:
  - as fronteiras com África do Sul, Zimbabué, Zâmbia, Malawi e Suazilândia;

- as Linhas de Transporte de Energia da Beira (Linha I e II), Barragem de Chicamba na província de Manica, Linha-férrea Beira-Machipanda e linha-férrea do Limpopo na província de Gaza

Ainda no ***contexto internacional*** destaca-se a:

- Participação de Moçambique na Reunião dos Estados Partes da Convenção de Ottawa na Jordânia, onde foram analisados os progressos na implementação da Convenção pelos Estados Parte e apelados os países afectados em condições de não cumprirem a meta para submeterem os seus pedidos de extensão.
- Realização em Maputo de um Workshop Internacional sobre o Programa de Acção sobre Minas em Moçambique, onde foi debatida a experiência de Moçambique na implementação do programa de Acção sobre minas, e
  - Colhidos subsídios para a conclusão do PNAM 2008-2012 para a formulação do pedido de extensão do prazo de 2009 para Moçambique concluir a desminagem, no âmbito da Convenção de Ottawa.

Acidentes e assistência às vítimas com minas

- Redução significativa do número de vítimas e respectivos óbitos face a 2006, tendo sido
- Reportados 11 acidentes com minas e outros engenhos explodidos, contra 18 observados em 2006
- Registados 24 vítimas, das quais 14 óbitos e 10 feridos, contra 36 vítimas, com 19 óbitos e 16 feridos
  - as crianças foram as mais atingidas com 10 vítimas (42%) do total das vítimas, seguidas pelos homens (33%), sendo estes dois grupos que registaram mais óbitos (36%)
- Fortalecido o mecanismo de coordenação intersectorial e criado um grupo de trabalho para disseminar a informação sobre os mecanismos de apoio às vítimas e sobreviventes de minas no país

Área de Educação Cívica sobre o Perigo de minas

- Realizadas 140 palestras de sensibilização sobre o perigo de minas abrangendo 36.281 pessoas nos distritos de Matutuíne e Boane (província de Maputo), Beira, Caía, Chemba, Cheringoma, Gorongosa, Marromeu e Muanza (Sofala), Gondola e Sussundenga (Manica), Mutarara (Tete), Alto Molocué e Mocuba (Zambézia), Namialo e Nampula (Nampula).

Resposta multisectorial

Na área da **Defesa Nacional** foram desminados 1.025.361 m^2 de superfície e destruídas 6.289 minas de diversos tipos ao longo do território nacional e em volta de objectos económicos, designadamente, linhas de transporte de energia eléctrica e caminhos de ferro

- Na área de Energia foram desminados 229 km para linhas electrificação rural no âmbito do projecto de electrificação rural da Zambézia.

V. FINANÇAS PÚBLICAS

Prosseguindo os objectivos estabelecidos no Plano Económico e Social e no Orçamento do Estado de 2007, a Política Orçamental visou assegurar o financiamento das actividades dos sectores prioritários com vista ao combate da pobreza absoluta e ao desenvolvimento socio-económico, bem como garantir a elevação da racionalidade do uso dos recursos públicos e a sustentabilidade orçamental a médio prazo. Por outro lado, em 2007 registou-se um esforço na gestão das Finanças Públicas que incluiu a descentralização da execução orçamental; o alargamento da operacionalidade do e-SISTAFE para todos os Sectores e alguns Órgãos do Estado; e a operacionalização do funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique tendo em vista o alargamento da base tributária e o incremento da cobrança da receita do Estado.

Equilíbrio Orçamental

A realização da despesa, programada para 2007 em 72.915,2 milhões de MT, situou-se em 60.025,00 milhões de MT, o que corresponde a um nível de execução orçamental de 82.3%, repartido em 99,0% em Despesas de Funcionamento, 64.1 % em Despesas de Investimento e 54.0% em Operações Financeiras. Este nível global de execução orçamental, comparado com o de 2006, foi superior em termos nominais em 18,1% e 15,3% em termos reais.

Tabela 62: Mapa de Equilíbrio Orçamental 2007

MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2007

	Orçamento do Estado (10^6 MT)	2006	2007		% do PIB	Taxa de Execução (%)		variação (%) 2006/2007	
		CGE	Lei revista	Realização		2006	2007	*Nom*	*Real*
1	Receitas do Estado	27.794,08	33.261,13	34.263,00	16,2	102,9	103,0	23,3	16,5
2	Donativos	18.188,30	26.845,42	19.074,00	9,0	108,5	71,1	4,9	44,5
3	Crédito Externo	9.200,41	12.809,00	6.688,00	3,2	101,0	52,2	-27,3	-45,4
4	Crédito Interno	71,85	0,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS		**55.254,65**	**72.915,16**	**60.025,00**	**28,4**	**104,5**	**82,3**	**8,6**	**6,0**
5	Despesas de Funcionamento	25.819,60	32.173,54	31.838,00	15,1	96,5	99,0	23,4	14,5
6	Despesas de Investimento	19.000,40	34.971,72	22.406,00	10,6	87,2	64,1	17,9	12,6
7	Operações Financeiras	3.756,28	5.769,90	3.115,00	1,5	86,2	54,0	-17,1	-31,1
TOTAL DAS DESPESAS		**48.566,07**	**72.915,16**	**57.359,00**	**27,2**	**91,9**	**78,7**	**18,1**	**15,3**
8	Outras Aplicações	6.689,00	0,00	2.666,00	1,3			-60,1	
TOTAL DE APLICAÇÕES		**55.254,60**	**72.915,20**	**60.025,00**	**28,4**	**104,5**	**82,3**	**8,6**	**6,0**

O baixo nível de realização dos recursos da componente externa, que acabou influenciando o nível de realização dos recursos totais, deveu-se, fundamentalmente, ao facto de:

- ter-se verificado atrasos na disponibilização de fundos externos no I semestre, em particular para a área da saúde;
- alguns projectos inscritos no Orçamento do Estado de 2007, como o projecto da ARA-SUL para reabilitação das Barragens de Massingir e Macarretane, com financiamento do BAD, não terem obtido desembolso durante o ano; e

- os acordos de financiamento de outros projectos, também inscritos para 2007, só terem sido assinados nos meados de 2007, e, portanto, a sua implementação sido adiada para 2008, nomeadamente os projectos: (i) EDU-2007-0021 – Educação III; e (ii) Reabilitação da Estrada Nacional nº 1, financiado pelo Banco Mundial, nos troços Milange – Mocuba, Jardim-Benfica, Xai-Xai – Chissibuca, Massinga - Nhachengue e, financiado pela União Europeia, nos troços Beira – Inchope e Beira – Machipanda

Estas situações, que ditaram o baixo nível de realização de recursos externos, decorreram de constrangimentos no cumprimento de certas condicionalidades requeridas para a efectividade dos créditos e desembolsos.

Do total dos recursos de 72.915,2 milhões de MT programados para 2007, a realização situou-se em 60.025,0 milhões de MT, o que corresponde a um nível de execução de 82,3%, no qual as Receitas do Estado atingiram 103%, os Donativos 71,1%, e o Crédito Externo 52,2%, contra os níveis de 102,9%, 108,5% e 101% respectivamente, verificados em 2006. É de ressaltar o esforço de cobrança da receita do Estado que superou o programado, não se tendo, por isso, recorrido ao endividamento interno para o financiamento da despesa orçamental.

No que concerne ao equilíbrio orçamental atingido no período em análise, do total de recursos mobilizados, foram efectuadas e financiadas despesas no valor de 57.359,0 milhões de MT, ou seja 78,7% da dotação anual prevista.

Do lado das aplicações, a Despesa de Funcionamento absorveu 31.838,0 milhões de MT, a Despesa de Investimento 22.406,0 milhões de MT e as Operações Financeiras 3.115,0 milhões de MT, valores que representam 99,0%, 64,1% e 54,0% da dotação prevista respectivamente.

Receitas do Estado

Para 2007 a Lei do Orçamento revisto programou a arrecadação de Receitas do Estado em 33.261,1 milhões de MT, repartidos em 26.532,3 milhões de MT de Receitas Fiscais, 2.539,9 milhões de MT de Receitas Não Fiscais, 2.328,5 milhões de MT de Receitas Consignadas e 1.860,3 milhões de MT de Receitas de Capital.

Tabela 63: Receitas Do Estado 2007

RECEITAS DO ESTADO - 2007								
RECEITAS DO ESTADO (10^6 MT)	2006	2007		% do PIB	Taxa de Execução (%)		variação 2006/2007	
	CGE	Lei revista	Realização		2006	2007	*(nominal)*	*(real)*
RECEITAS DO ESTADO	**27.794,1**	**33.261,1**	**34.263,0**	**16,2**	**101,9**	**103,0**	**23,3**	**16,5**
Receitas Fiscais	**22.142,1**	**26.532,3**	**27.764,9**	**13,1**	**101,1**	**104,6**	**25,4**	**19,1**
Imposto sobre Rendimento	*6.351,4*	*7.555,4*	*9.266,9*	*4,4*	*109,7*	*122,7*	*45,9*	*34,9*
Imposto sobre Bens e Serviços	*14.490,1*	*17.221,9*	*17.029,0*	*8,1*	*99,8*	*98,9*	*17,5*	*13,5*
Outros Impostos	*1.300,6*	*1.755,0*	*1.469,0*	*0,7*	*81,3*	*83,7*	*12,9*	*4,7*
Receitas Não Fiscais (Incl. Rec. Próp.)	**2.670,0**	**2.539,9**	**2.454,2**	**1,2**	**119,1**	**96,6**	**-8,1**	**15,0**
Receitas Consignadas	**1.767,4**	**2.328,5**	**2.194,2**	**1,0**	**79,8**	**94,2**	**24,1**	**14,9**
Receitas de Capital	**1.214,5**	**1.860,3**	**1.849,6**	**0,9**	**142,9**	**99,4**	**52,3**	**40,8**

A realização efectiva das Receitas do Estado cifrou-se em 34.263,0 milhões de MT, o que corresponde a uma execução de 103,0%, tendo contribuído para este nível de realização as Receitas Fiscais com 104,6% mercê fundamentalmente à conjugação

do crescimento das actividades económicas com a melhoria da eficiência da máquina fiscal na cobrança de receitas.

Contribuiu igualmente para este feito, a atribuição de 190.006 NUIT`s, contra os 150.000 previstos, o que significa uma realização em mais de 100% de contribuintes registados ao nível de todo o país, dos quais 186.368 foram atribuidos a pessoas singulares e 3.651 a pessoas colectivas.

Nos Impostos sobre o Rendimento, superaram-se as metas previstas em 22,7%. Com efeito, o IRPC alcançou 133,9% de realização em relação à respectiva meta, o IRPS 114,2% e o Imposto Especial sobre o Jogo 102,3%.

A cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços registou um incumprimento de 1,1% face à meta programada, tendo porém crescido 13,5% em termos reais relativamente a 2006, influenciado pela maior cobrança do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) em 1,3 pontos percentuais (pp).

Nos Outros Impostos foram cobrados 1.469,0 milhões de MT, da meta fixada em 1.755,0 milhões de MT, representando uma realização de 86,2%. Ainda assim, houve um crescimento nominal de 4,7% se comparado com a cobrança do ano transacto.

As Receitas não Fiscais, face à meta de 2.539,9 milhões de MT, atingiram a realização de 96,6%.

A compensação de aposentação e pensão de sobrevivência e rendas de casa tiveram fraca realização, situando-se aquém da meta programada em 6,6 pp. e 11,4 pp., respectivamente. Realça-se que relativamente à rubrica de rendas de casa, houve uma redução dos níveis de cobrança devido à contínua redução do parque imobiliário do Estado.

Os níveis de cobrança das receitas próprias foram significativos a nível central e inferiores a nível distrital, sendo que, no período em análise, do programa fixado em 995,7 milhões de MT se cobrou 1.110,3 milhões de MT, correspondendo a um nível de realização de 111,5%.

Do objectivo de 1.860,3 milhões de MT em Receitas de Capital, foram cobrados 1.849,6 milhões de MT, ou seja com um grau de realização de 99,4%, influenciado sobremaneira pelas receitas provenientes do contrato de concessão mineira atribuída à Companhia Vale do Rio Doce.

Despesas do Estado

Despesas Correntes

Da respectiva dotação anual de 32.174,0 milhões de MT, atingiu-se a realização de 99,0%, ou seja, 31.845,0 milhões de MT, representando, comparativamente a igual período do ano passado, um crescimento de 14,5 % em termos reais e 23,4% em termos nominais.

Nas Despesas Correntes atingiu-se a realização de 99,0%, ou seja, 31.651,0 milhões de MT, representando, comparativamente a 2006, um crescimento de 13,7% em termos reais e 23,1% em termos nominais.

Nas Despesas de Capital executou-se 88,5% da respectiva dotação anual, ou seja 194,0 milhões de MT, com um crescimento, em termos reais, de 74,0% em relação a 2006.

Tabela 64: Despesas de Funcionamento

Despesas de Funcionamento (10^6 MT)	2006	2007		% do PIB	Taxa de Execução (%)		variação 2006/2007	
	CGE	Lei revista	Realização ate 29/12/07		2006	2007	*Nom.*	*Real*
Despesa Corrente	**25.706,3**	**31.970,0**	**31.651,0**	**14,9**	**96,6**	**99,0**	**23,1**	**13,7**
Despesas com Pessoal	12.983,0	16.091,0	16.091,0	7,6	97,4	100,0	23,9	14,6
Bens e Serviços	5.773,7	6.607,0	6.568,0	3,1	99,6	99,0	13,8	5,7
Encargos da Dívida	1.391,0	1.326,0	1.277,0	0,6	88,7	97,0	-7,7	-12,3
Transferências Correntes	4.555,0	5.983,0	5.782,1	2,7	96,3	97,0	26,9	18,9
Subsídios às Empresas	312,5	378,0	344,6	0,2	96,0	91,2	10,5	2,0
Outras Despesas Correntes	698,0	1.573,0	1.573,0	0,7	80,5	100,0	125,4	108,4
Exercícios Findos	4,0	12,0	9,0	0,0	39,0	73,6	125,0	112,6
Despesas de Capital	102,9	203,0	194,0	0,1	91,9	96,0	88,5	74,0
TOTAL	**25.819,6**	**32.174,0**	**31.845,0**	**15,1**	**96,6**	**99,0**	**23,4**	**14,5**

As Despesas com Pessoal atingiram a realização de 100%, ou seja, 16.091,0 milhões de MT, dos quais 14.714,0 milhões de MT no pagamento de Salários e Remunerações e 1.377,3 milhões de MT em Outras Despesas com Pessoal. Esta rubrica registou um crescimento de 23,9% em termos nominais e 14,6% em termos reais relativamente a 2006.

As despesas com Bens e Serviços foram executadas em 99,0%, isto é, 6.568,0 milhões de MT, representando um crescimento em termos nominais de 13,8% em relação a 2006.

Nos Encargos da Dívida, a realização foi de 1.277,0 milhões de MT, isto é 97,0% da dotação orçamental anual, correspondendo, em relação a 2006, a um decréscimo em termos reais de 12,3%, devido à redução do pagamento de juros externos em consequência do alívio da dívida externa de que Moçambique se tem beneficiado.

As Transferências Correntes alcançaram a realização de 97,0%, no valor de 5.782,1 milhões de MT, denotando, em relação a 2006, um crescimento de 12,3% em termos reais. Deste montante, 1.088,0 milhões de MT foram Transferências a Administrações Públicas, 744,0 milhões de MT Transferências a Administrações Privadas, 4.308,0 milhões de MT Transferências a Famílias e 128,0 milhões de MT Transferências ao Exterior.

A quantia de 344,6 milhões de MT correspondeu à realização dos Subsídios, ou seja 91,2% da respectiva dotação orçamental, e a um crescimento de 2,0% em termos reais em relação a 2006.

As Outras Despesas Correntes tiveram a realização de 1.573,0 milhões de MT, isto é, 100,0% da dotação orçamental anual e, em relação a 2006, registaram um crescimento de 108,4% em termos reais.

As despesas relativas a Exercícios Findos cifraram-se, no período em apreço, em 9,0 milhões de MT, isto é, 73,6% da respectiva dotação orçamental anual, sendo o crescimento em termos reais de 112,6%, face à realização de 2006.

Despesas de Investimento

Da meta de 34.971,7 milhões de MT, a Despesa de Investimento alcançou a realização de 64,1%, ou seja, 22.406,0 milhões de MT com um crescimento em termos nominais de 17,9 % em relação a 2006.

A despesa de investimento da componente interna atingiu 9.147,0 milhões de MT, o que representa 98,9% da dotação orçamental anual e um crescimento em termos reais, de 29,3% relativamente a 2006.

Tabela 65: Despesas de Investimento

DESPESAS DE INVESTIMENTO - 2007								
DESPESAS DE INVESTIMENTO (10^6 MT)	2006	2007		% do PIB	Taxa de Execução		variação 2005/2006	
	CGE	Lei revista	Realização		2006	2007	*Nom.*	*Real*
Componente Interna	6.542,0	2.249,0	9.147,0	4,3	100,0%	98,9%	39,8%	29,3
Componente Externa	12.458,0	25.723,0	13.259,0	6,3	76,5%	51,5%	6,4%	7,2
Donativos	7.623,0	18.563,0	10.636,0	5,0	72,4%	57,3%	39,5%	40,5
Creditos	4.836,0	7.562,4	2.622,0	1,2	85,1%	36,6%	-45,8%	-45,4
TOTAL	**19.000,0**	**34.971,7**	**22.406,0**	**10,4**	**83,6%**	**64,1%**	**17,9%**	**14,8**

Como consequência do que foi já referido em relação à receita da componente externa, ocorreu um baixo nível na execução da despesa de investimento também da componente externa (de apenas 51,5%) deveu-se, fundamentalmente, às seguintes razões:

- Alguns projectos inscritos no Orçamento do Estado de 2007, como o projecto da ARA-SUL para reabilitação das Barragens de Massingir e Macarretane, com financiamento do BAD, não tiveram desembolsos durante o ano.
- Os acordos de financiamento para outros projectos, igualmente inscritos para 2007, só foram assinados nos meados de 2007, tendo, por isso, a sua implementação sido arrastada para o ano de 2008, nomeadamente os projectos: (i) EDU-2007-0021 – Educação III; e (ii) Reabilitação da Estrada Nacional nº 1, financiado pelo Banco Mundial, nos troços Milange – Mocuba, Jardim- Benfica, Xai-Xai – Chissibuca, Massinga - Nhachengue e, com financiamento da União Europeia, nos troços Beira – Inchope e Beira – Machipanda.

Execução da Despesa nos Sectores Prioritários do PARPA

Pelos dados até agora disponíveis, e excluindo os Encargos da Dívida, os recursos aplicados nos sectores prioritários do PARPA representam 61,1% da despesa total efectuada, tendo os sectores da Educação e da Saúde absorvido em conjunto 18.851,0 milhões de MT, isto é, 58,3% da despesa total realizada nos sectores prioritários do PARPA.

Da dotação anual de 41.411,4 milhões de MT programada para aplicação nos sectores prioritários do PARPA, foram efectivamente alocados 32.337,0 milhões de MT, isto é, 78,1% da dotação anual prevista, observando-se um crescimento em termos reais de 9,9 pontos percentuais face a execução de 2006.

Tabela 66: Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA

DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS DO PARPA - 2007								
Valores em Milhões de MTn	2006	2007		% do PIB	Taxa de Execução		variação 2006/2007	
	CGE	Lei (Revista)	Realização		2006	2007	*(nominal)*	*(real)*
Despesa total (excluindo juros de dívida)	**43.429,00**	**65.819,00**	**52.968,00**	**25,1**	**90,5**	**80,5**	**22,0**	**16,2**
Total da despesa nos sectores prioritarios	***28.078,00***	***41.411,00***	***32.337,00***	**15,3**	**89,9**	**78,1**	**15,2**	**9,9**
							-	
Educação	8.797,0	13.635,0	11.781,0	**5,6**	97,1	86,4	33,9	26,7
Saúde	6.048,0	8.941,0	7.070,0	**3,4**	90,6	79,1	16,9	13,3
Infra-estruturas	7.298,0	10.886,0	6.955,0	**3,3**	83,1	63,9	-4,7	-8,2
Agricultura e Desenvolvimento Rural	1.989,0	2.746,6	1.854,0	**0,9**	81,3	67,5	-6,8	-9,0
Governação, segurança e sistema judicial	3.534,0	4.678,0	4.171,0	**1,9**	90,0	89,2	18,0	9,9
Outros sectores prioritários	412,0	524,0	506,0	**0,2**	87,5	96,5	22,8	13,7

A execução provisória dos sectores de infra-estruturas e agricultura registaram um decréscimo em relação a 2006 na ordem de 8,2% e 9,0% respectivamente. Os restantes sectores prioritários registaram crescimento relativamente a 2006, destacando-se o sector da educação com um crescimento em termos reais de 26,7%.

Tabela 67: Distribuição Percentual das Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA

Valores em Milhões de MTn	2006	2007		variação 2006/2007
	CGE	Lei Revista	Realização	
Como percentagem da despesa total excluindo juros da dívida				
Total da despesa nos sectores prioritarios	64,7%	62,9%	61,1%	-3,6%
Educação	20,3%	20,7%	22,2%	2,0%
Saúde	13,9%	13,6%	13,3%	-0,6%
Infra-estruturas	16,8%	16,5%	13,1%	-3,7%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4,6%	4,2%	3,5%	-1,1%
Governação, segurança e sistema judicial	8,1%	7,1%	7,9%	-0,3%
Outros sectores prioritários	0,9%	0,8%	1,0%	0,0%

Medidas de Política Implementadas

a) No Âmbito do Sistema Tributário

- Avaliação do actual sistema tributário, em particular no que se refere ao IVA-1999 e IRPS e IRPC-2003, de que resultou a aprovação pela Assembleia da República das Leis que aprovaram os novos Códigos do IVA, do IRPC e do IRPS;
- Reformulação e aprovação do novo Código do Imposto sobre Sucessões e Doações, adoptando-se taxas moderadas e simplificando-se os procedimentos para a determinação e pagamento deste imposto;
- Adopção da estratégia de divulgação dos impostos, com relevância especial para a educação fiscal e a formação dos funcionários da Administração Tributária e dos contribuintes;
- Reformulação e aprovação da Lei de Finanças e Património das Autarquias, que introduziu alterações à anterior Lei das Finanças Autárquicas;

- Continuidade do registo de contribuintes, com apoio da informatização, visando o alargamento da base tributária, tendo-se atribuído 190.019 NUIT's, contra os 150.000 programados, totalizando 581.493 contribuintes, contra os 391.487 registados até ao final de 2006.
- Consolidação das estruturas da Autoridade Tributária e aprovação dos seus Planos Estratégico e de Gestão e do seu Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informáticas para todos os impostos, incluindo os aduaneiros, bem como a concepção e aprovação do projecto do sistema informático para a rede de cobrança (e-tributação) e início de acções para a bancarização dos impostos.
- Abertura de um posto fiscal em Vamize, Cabo Delgado.
- Construção de postos fiscais e residências para os funcionários em: Ponta de Ouro (Maputo), Mpengo, Machipanda, Inchope e Macossa (Manica), Cassacatiza e Mucumbura (Tete), Mambucha e Solidja (Zambézia), Ibo, Palma, Quionga, Nangade (Cabo Delgado), Mandimba e Nova Madeira (Niassa), e ainda vedações em Namaacha (Maputo), Changara e Cuchamano (Tete).
- Continuidade do alinhamento da legislação nacional às Convenções Internacionais, em particular a Convenção de Kyoto, na simplificação de procedimentos aduaneiros, e a Convenção sobre o Sistema Harmonizado de Codificação de Mercadorias.
- Implementação do desarmamento pautal de 25 para 20% nas relações comerciais com países terceiros, e, para a SADC, de 20 para 10%, de 7,5 para 4,0% e de 5,0 para 3,0%.
- Revisão e aprovação do Código do Imposto sobre Consumo Específico (ICE).
- Continuidade do fortalecimento da Rede Nacional da Autoridade Tributária de Moçambique, no domínio da informática.
- Realização do estudo de viabilidade técnico-económica e concepção do respectivo projecto de implementação do Porto Seco de Ressano-Garcia e assinatura, com a África do Sul, de um Acordo para o estabelecimento de Fronteiras de Paragem Única entre os dois Países.
- Intensificação de acções de auditoria pós-desembaraço, no quadro da implementação do acordo de avaliação de mercadorias da Organização Mundial do Comércio, para desencorajamento de fraude aduaneira e recuperação da receita;

b) No Âmbito da Despesa Pública

- Fixação de 17.951 pensões, sendo 3.675 da área civil e 14.276 da área militar.
- Conclusão da elaboração do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos.

c) No Âmbito do Alargamento do e-SISTAFE

- A descentralização do poder e capacidade de execução orçamental através do e-SISTAFE, implementando-o em mais sectores, todos os Ministérios e alguns Órgãos a nível central e provincial.
- A implementação a partir de Setembro de 2007, da modalidade de pagamento de despesas directamente para a conta do credor, o que permitiu que, até final de Novembro de 2007, 94,87% da execução orçamental fosse realizada através desta modalidade.
- O desenho e implementação da Conta Única do Tesouro Multi-Moeda, com vista a incentivar a integração no orçamento e na Conta Única do Tesouro dos fundos externos actualmente executados fora do orçamento do Estado e da CUT, tendo a instituição piloto da sua implementação sido a UTRAFE,
- O desenvolvimento do Módulo do e-SISTAFE para Elaboração Orçamental (MEO). Com este módulo, completamente integrado no e-SISTAFE, os Departamentos de Administração e Finanças sectoriais elaboraram o orçamento de 2008 directamente no ambiente e-SISTAFE.

VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II

Os indicadores da Matriz Estratégica foram desenvolvidos no processo de elaboração do PARPA II (2006 - 2009), com base no Programa do Governo (2005 - 2009), para a monitoria e avaliação das acções chave para a redução da pobreza e a promoção do crescimento económico no médio prazo. Portanto, apresenta-se aqui as acções, indicadores e metas da Matriz Estratégica para 2007, bem como os objectivos e metas quinquenais associados. Nota-se que os quarenta indicadores sombreados foram seleccionados como indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) para informar as decisões dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) sobre os seus compromissos no âmbito do Apoio Directo ao Orçamento do Estado. De referir que a versão completa da Matriz Estratégica, incluindo uma lista de acrónimos e abreviaturas poderá ser consultada no sitio: http://www.mpd.gov.mz/

INDICADORES GLOBAIS*

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Projecção / Meta 2009
G.1. Reduzir a Pobreza (par. 109)	G.1.1. Taxa de incidência da pobreza (par. 1) [Pobreza e Bem Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional]	54% (2003)	45%
	G.1.2. % de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade (par. 215) [Inquérito Demográfico e da Saúde]	24% (2003)	18%
	G.1.3. Índice de Desenvolvimento do Género segundo as metas estabelecidas [Indicador Global do Desenvolvimento do Género e outros relatórios, MPD]	0.3 (2003)	0.4
G.2. Promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente (par. 109)	G.2.1. Crescimento médio anual no PIB real (Tabela 8) [Quadro Macro, MPD]	7.8% (2002 - 2005)	7.0% (2006 - 2009)
	G.2.2. Crescimento médio anual no PIB real per capita [INE - Anuário Estatístico]	5.3% (2002 - 2005)	4.0% (2006 - 2009)
	G.2.3. Desigualdade (coeficiente de GINI) [IAF]	0.42 (2003)	0.44
G.3. Garantir uma gestão macroeconómica rigorosa (par. 488)	G.3.1. Taxa de inflação, médio anual (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	12.3% (2002 - 2005)	< 10% (2006 - 2009)
G.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos ao cidadão (par. 282)	G.4.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%
	G.4.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe – Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	70%
	G.4.3. Grau da "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através do levantamento, conduzido pela UTRESP, com base nas percepções do cidadão)** [UTRESP]	n/d	70%

G.5. Travar a propagação do HIV/SIDA (par. 199)	G.5.1. Nº de novos casos de HIV/SIDA por dia (par. 200) [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	500	350

Nota: *os Indicadores Globais sumarizam os objectivos fundamentais do PARPA II, reconhecendo-se entretanto, que o seu alcance depende dum esforço conjugado entre o Governo, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.
**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

MACROECONOMIA E POBREZA – ANÁLISE DA POBREZA E SISTEMAS DE MONITORIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
1. Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA (pars. 621 & 622)	1.1. Intervenientes chave bem informados sobre a implementação do PARPA [RAI]	RAI do PARPA I não elaborado	RAI elaborado e publicado com uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do PARPA II	Realização de pelo menos um Observatório da Pobreza Provincial (OPP) em cada província	MPD	1.a. Nº de Províncias com OPP`s realizados [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	11	11
				Aprovação e Implementação da Estratégia de Comunicação do PARPA II	MPD	1.b. Elaborado e implementado o Plano de Acção [Plano de Acção]	X	
				Realização do programa de pesquisa da DNEAP orientado para a análise do impacto do PARPA	MPD - DNEAP	1.c. Estudos que avaliam o impacto das acções do PARPA na redução da pobreza, realizados e disseminados [Programa da Pesquisa e documentos associados publicados]	X	X
2. Harmonizar os instrumentos de planeamento, orçamentação e monitoria de curto e médio prazo (par. 621)	2.1. Grau de alinhamento entre os documentos de planeamento, orçamentação e monitoria (PES, BdPES, OE, REO, CGE, CFMP, PARPA II) [Estudo de Avaliação Independente]	Falta de alinhamento	PES, BdPES, OE, PARPA e CFMP julgados alinhados	Anexo da Matriz Estratégica ao PES e BdPES ao nível central e provincial e a garantia da consistência com o texto	MPD / DPPFs	2.b. % de indicadores estratégicos integrados no PES e reportados no BdPES [PES e BdPES]	100%	
				Capacitação dos quadros do Governo em todos os níveis de modo a facilitar a produção do PES/OE e do BdPES de uma maneira consistente com as guiões (i.e. orientações e metodologia unificada) divulgada	MPD	2.c. PES/OE e BdPES (central) produzidos de acordo com o guião [PES/OE Nacional]	X	X

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
3. Melhorar a eficiência e eficácia da gestão das finanças publicas (pars. 289 & 494)	3.1. Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	90%	≥ 95% e ≤105% (As mesmas	Alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II, tomando como referência a alocação para sectores prioritários como indicado no PARPA (Tabela 17)	MF - DNO / MPD - DNP	3.a. Alocação orcamental no CFMP em linha com PARPA II [CFMP e PARPA II]	X	X

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
			metas para 2007 e 2008)			3.b. Alocação no OE em linha com o CFMP [CFMP e OE]	X	X
				Melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria	MF - DNO / DNCP / DNT	3.c. Taxas de execução orçamental da despesa corrente nas áreas de Educação e Saúde ≥ taxas de execução geral [REO]	X	Os sectores da Educação e da Saúde absorveram 58,6% da despesa total realizada nos sectores prioritários do PARPA
						3.d. Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial e distrital no ano nº > Taxas no ano n-1 [REO]	X	
				Reforço da orçamentação orientada pelos objectivos do Governo	MPD / MF	3.e. Inicio da orçamentação por programas para inclusão no OE 2009 [MPD e MF]	OE 2008 com alguns pilotos de OP	Iniciada a orçamentação por programas em 2008 para os sectores da Agricultura, Obras Públicas e Educação

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
						3.f. Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS") executado numa base bianual [MF e MPD]	Iniciada e realizada efectivamente ao nivel do MEC	
				Execução directa do orçamento através do e-SISTAFE.	MF/ Ministérios	3.g. Nº de Ministérios, órgãos do Estado e UGE`s [MF]	25 Ministérios, órgãos e pelo menos 291 UGE`s	Todos os Ministérios e alguns Órgãos a nível central e provincial
				Desenvolvimento, ligação ao e-SISTAFE e implementação dos módulos para apoiar a execução eficiente do orçamento	UTRAFE	3.h. Módulos desenvolvidos e implementados [SISTAFE ABP06-09, revisão anual e-SISTAFE CF e Revisão Conjunta]	CUF (Payroll), Receitas	
4. Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado (pars. 133 & 179)	4.1. % de receitas próprias e consignadas no OE, sobre o total da receita inicial [OE, REO e CGE]	N/d		Inclusão das receitas próprias e consignadas no OE	MF - ATM (DGI)	4.a. Valor de cobrança de receitas do ano presente maior que do ano anterior [OE]	X	X
	4.2. % de recursos externos executados pela CUT [Nota técnica do QAD dos PAPs]	N/d	60% (2007: 45%; 2008: 55%)	Inclusão da grande maioria dos fundos externos no OE.	MF - DNCP/ DNO	4.b. % de fundos externos incluídos no OE [OE e Matriz do QAD dos PAPs]	82%	
5. Aumentar progressivamente as receitas internas e alargar a base tributária (pars. 487, 489 & 609)	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0%	16.2% (2007: 15.3%; 2008: 15.8%)	Racionalização da concessão e melhoria da gestão de benefícios fiscais	MF - ATM / MPD	5.a. Dados usados para melhoria da gestão dos benefícios concedidos [MF - ATM e MPD]	Estatísticas publicadas	

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
				Integração da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado	MF - ATM	5.b. Sistema integrado da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado [ATM]	Desenvolvimento do núcleo do sistema integrado da ATM, incluindo da integração da infra-estrutura de TI	Aprovado o PDTI para todos os impostos, incluindo os aduaneiros, concepção e aprovação do documento de projecto de rede de cobrança (*e-tributação*) e início de acções para a bancarização dos impostos
				Intensificação das auditorias	MF - ATM	5.c. Aumentado o nº de auditorias e melhorada a qualidade (receita anual recuperada de 0.2% do PIB) [ATM]		Intensificadas acções de auditorias pós-desembaraço
6. Tornar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado (par. 494)	6.1. % de redução de custo de procurement. [Avaliação de impacto]	N/d		Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital	MF - DNPE	6.b. Sistema de Procurement operacional [MF - DNPE]	X	

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
7. Aumentar a cobertura e eficiência dos órgãos de auditoria interna e externa (pars. 290 & 494)	7.1. % das despesas públicas auditadas pelo SCI. [Relatório Anual de Actividades do SCI]	N/d		Aumento do nº de órgãos a nível central e provincial com unidade de controlo interno em funcionamento	IGF	7.a. % de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório Anual de Actividades do Subsistema de Controlo Interno, SCI]	30	
	7.2. % das despesas públicas auditadas pelo TA [Relatório Anual de Atividades]	N/d		Aumento do nº de auditorias financeiras	TA	7.b. Nº de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	90	

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
8. Reestruturar e descentralizar as estruturas do Governo para promover eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos (par. 283)	8.1 % do orçamento gerida pelos províncias, distritos e autarquias [UTRESP]	N/d		Término da realização da análise funcional e a preparação dos planos de reestruturação de todos os ministérios, governos provinciais e distritais	CIRESP - UTRESP / ANFP / Instituições Públicas	8.a. Nº de Ministérios com Planos de reestruturação em implementação [Ministérios]	7 Ministérios: *MIC, MINAG, MISAU, MEC, MAE, MF, MPD*	
9. Fortalecer a capacidade institucional dos governos locais (par. 284)	9.1 % de execução orçamental nos distritos e nas autarquias [MPD-MAE]	N/d		Implementação da estratégia nacional de planificação e finanças descentralizadas	MPD / MF / MAE	9.a. % do orçamento transferido para: - províncias, - distritos -e autarquias* [OE]	37.70% 3.36% 0.84%	
	9.2 % de técnicos médios e superiores a nível dos distritos e autarquias	N/d			MPD / MAE	9.b. % de distritos com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamentos Distritais (PESOD) [Distritos]	70%	

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
	[MAE-MPD]				MAE	9.c. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (**mínimo 3 reuniões por ano**) com prestação de contas do Governo [MAE]	60%	
					MPD / MAE	9.d. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (**mínimo 2 reuniões por ano**) com prestação de contas do Governo [MPD/MAE]	100%	
				Desenvolvimento da capacidade municipal para recolher receitas	MAE	9.e. % de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categoria dos 33 municípios: - Vilas - Outras cidades - Capitais [Municípios]	30% 40% 45%	
10. Reformular os processos de prestação de serviços para que sejam mais simples, acessíveis e satisfaçam as necessidades do cliente (par. 285)	10.1. Grau de satisfação dos cidadãos com serviços públicos chave [Inquérito anual implementado pela sociedade civil]	N/d		Ligação à rede electrónica do Governo de todas as instituições públicas até o distrito	MAE / MFP / MCT	10.a. Províncias e distritos ligados à rede do Governo** [MAE]	X	
11. Melhorar os sistemas de gestão de recursos humanos (par. 288)	11.1. % de funcionários seniores (categoria >7) com nível de formação requerida para a função [ANFP]	N/d		Expansão da cobertura do SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	MFP	11.a. Nº de graduados nos cursos básicos, médios e superiores por ano desagregados por sexo [MFP]	básicos :180 médios: 1197 superior: 352	Medio: 719 (409 mulheres e 310 homens) Superior: 46
				Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Pessoal unificado (ANFP, MF e TA)	MFP	11.b. Anuário Estatístico sobre funcionários públicos publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da MFP, dos Ministérios e províncias]	Censo e CUF	Censo
				Aprovação e implementação da política salarial e de incentivos em todas as instituições públicas	MFP / CM	11.e. % de funcionários integrados na nova politica salarial [MFP/CM]	25%	
12. Fortalecer os processos de gestão das políticas públicas (par. 286)	12.1. Aprovação atempada de políticas e planos cruciais[UTRESP - MAE]	N/d		Aprovação da Política de Descentralização	UTRESP / CM / MAE	12.b. Política de Descentralização aprovada [MAE / UTRESP]	X	
				Aumento do n° de autarquias	MAE	12.c. Proposta para aumentar o número de autarquias depositada na AR [MAE]	Legislação dos critérios aprovada pelo CM e	Procedeu-se ao estudo e avaliação das condições de algumas vilas sedes distritais e de Posto Administrativos

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
							deposit ada na AR	

Nota: *Não inclui operações financeiras no calculo das metas.
**Metas relevantes e desagregadas poderão ser encontradas na secção dos Assuntos Transversais no domínio da ciência e tecnologia.

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
13. Melhorar o acesso à justiça (par.292)	13.1. % de casos atendidos pelo serviço da assistência jurídica e judiciária em função do n° dos assistentes jurídicos disponíveis [MINJ]	N/d		Reforma do sistema da assistência jurídica e patrocínio judiciário	MINJ	13.b. N° cumulativo de novos Assistentes jurídicos formados [MINJ]	174	26 Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça para as secções comerciais das províncias de Nampula e Sofala (não cumulativo)
					MINJ	13.c. N° cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento [MINJ]	75	38 (não cumulativo)
				Melhoria do funcionamento dos tribunais comunitários	MINJ	13.e. N° cumulativo de juízes presidentes dos tribunais comunitários capacitados [MINJ]	812	
					MINJ / TS	13.f. N° cumulativo de novos tribunais comunitários a entrar em funcionamento [MINJ]	1587	1646 (não cumulativo)
14. Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça (par.294)	14.1. Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios [Instituições da administração de justiça]	Concepção do plano director	10 subsistemas implementados	Aumento da produtividade dos Tribunais	TS	14.a. Nº de casos julgados por ano [Estatísticas oficiais do TS]	150 (meta definida em função do numero de julgamentos por juiz por ano)	103287
	14.2. Grau de "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através	N/d	70%		MINJ	14.b. % de detidos que aguardam julgamento na prisão [MINJ]	35%	39%
				Expansão física dos tribunais e reforço institucional	TS	14.d. Nº de tribunais provinciais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	3	

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
	de inquéritos independentes)** [UTRESP]					14.e. Nº de tribunais distritais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	9	
						14.f. Nº cumulativo de magistrados nomeados [Relatório Anual do TS]	220	
						14.g. Nº cumulativo de oficiais de justiça [Relatório Anual do TS]	757	
					PGR	14.h. Nº cumulativo de oficiais de justiça [PGR]	281	
					TS / PGR / MINJ	14.i. Programa de informatização dos cartórios e gestão dos processos [Relatório Anual do TS/BdPES]	X	
					CSMJ	14.j. N° cumulativo de juízes nomeados [Relatório Anual do TS]	220	
				Modernização de serviços do registo e notariado.	MINJ	14.k. Serviços de registos e notariado informatizados - Registo comercial, civil e criminal - Registo predial e automóvel [BdPES Sectorial]	 X X	
				Reforço da capacidade dos serviços de inspecção judicial	CSMJ	14.l. Nº de inspecções efectuadas [CSMJ]	5	
				Aumento da capacidade de monitoria de modo a monitorizar as actividades, orçamentos, resultados	MINJ	14.m. Nº de subsistemas (software) de monitoria estabelecidos nas instituições do Sector [MINJ]	3	
				Expansão física da Procuradoria e reforço institucional	PGR	14.n. Nº de Procuradorias províncias [Relatório Anual da PGR]	3	
						14.o. Nº de Procuradorias distritais [Relatório Anual da PGR]	8	
						14.p. Nº cumulativo de Procuradores nomeados [Relatório Anual da PGR]	200	
15. Reformar o sistema correccional de forma a garantir ao recluso um tratamento consistente com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos (par.296)	15.1. Eficiência do sistema correccional melhorada	N/d		Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados [MINJ]	X	
				Melhoria das condições habitacionais do sistema prisional		15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]	X	
16. Tornar a legislação	16.1. Por definir	Por definir		Aumento da	MINJ	16.c. Nº cumulativo de quadros	30	

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça (par.293)				capacidade institucional na iniciativa de leis		Recrutados [MINJ]		
17. Reforçar o combate à corrupção (par. 297)	17.1 % de cidadãos que afirmam ter sido vitimas de corrupção nas instituições da justiça (Pesquisa UTRESP)	N/d		Aprovação e implementação da estratégia nacional de combate à corrupção no sector da justiça	TS / PGR	17.a. Plano Nacional de reforço da capacidade e Integridade do Judiciário [TS,PGR]	X	
				Investigação e desfecho de casos de corrupção	PGR	17.b. Nº de casos de corrupção: A) Denunciados B) Em investigação C) a- Acusados b- Não acusados (que aguardam produção de melhores provas) c- Arquivados D) Julgados [PGR]	Estatísticas publicadas	
				Elaboração dos relatórios e pareceres sobre a Conta Geral do Estado (CGE)	TA	17.c. Emitidos os relatórios e o pareceres sobre a CGE [Relatório da CGE]	1	1
18. Reforçar a prevenção e o combate à criminalidade (par. 299)	Tempo médio entre detenção e a acusação	N/d		Prosseguimento da reforma da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.a. PIC reformada [MINT]	X	
				Melhoria da qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.b. % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória [MINT/PGR]	50%	
				Procedimento do Registo sistematizado das ocorrências	MINT / PGR	18.c. Registo sistematizado das ocorrências [MINT]	X	X
19. Elevar o nível de desempenho das forcas policiais (par.301)	19.1. % de cidadãos que afirma confiar na policia	N/d		Elevação da operatividade da PRM	MINT	19.a. % de processos crimes esclarecidos [MINT]	74%	

Nota: *A meta deste indicador obtem-se dividindo o numero total de sentenças de todos os tribunais judiciais de província pelo numero de magistrados afectos nestas instancias.
**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
20. Reduzir a mortalidade infanto-juvenil	20.1. Taxa de mortalidade infanto juvenil [IDS]	178 por mil (2003)	140 por mil	Reforço das actividades do PAV, e principalmente a componente das brigadas móveis	MISAU - DNS	20.a. Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses [SIMP]	95%	95%

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
(par. 428)						20.b. % de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas [PAV]	65%	
				Reforço e Expansão da Vigilância Nutricional	MISAU - DNS	20.c. N° de postos sentinelas estabelecidos e em funcionamento [Programa de Nutrição]	42	
				Expansão do n° de US`s que implementam a estratégia AIDI (Atenção Integrada às Doenças da Infância) ao nível primário e secundário	MISAU - DNS	20.d. % de US de nível primário em que a estratégia AIDI está implementada [Saúde Infantil]	70%	
					MISAU - DNS	20.e. % de crianças menores de 5 anos com malária não complicada tratadas de acordo com as normas de tratamento da malária vigentes nas Unidades Sanitárias do país (1) [Programa da Malária]	80%	
21. Reduzir a taxa de mortalidade materna (par. 426)	21.1. Taxa de mortalidade materna [IDS]	408 por 100000 (2003)	340 por 100000	Realização de campanhas de educação, disseminação da informação, sensibilização dos líderes comunitários e outras pessoas com poder de decisão, de maneira a aumentar a procura de cuidados obstétricos	MISAU - DNS	21.a. Taxa de cobertura de partos institucionais [SIMP]	52%	51.9%
				Sensibilização e colaboração com a comunidade e ONG`s para a construção de casas de mãe espera em todas as US de referência das sedes distritais, e para gestão de bicicletas-ambulâncias	MISAU - DNS	21.b. % das US de referência localizadas nas sedes distritais em que existe uma casa de mãe espera [Saúde reprodutiva]	60%	64%
				Aumento do nº de US`s que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos	MISAU - DNS	21.c. Nº de US por 500 000 habitantes que prestam Serviços Obstétricos Essenciais Básicos (3) [Saúde reprodutiva]	1.9	
22. Reduzir o peso da malária, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (par. 432)	22.1. Taxa de incidência de malária em crianças menores de 5 anos de idade [Gabinete de Epidemiologia]	55 por 10000 (2001)	44 por 10000	Aumento do uso de redes mosquiteiras e insecticidas	MISAU - DNS	22.a. % da população que beneficia de pulverizações intra-domiciliárias [Programa de Malária]	40%	
					MISAU - DNS	22.b. % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização [Programa da Malária]	≥95%	
	22.2. Taxa de prevalência da parasitémia malárica em mulheres grávidas [MISAU-DNS]	20% (2001)	Por definir (4)	Administração do Tratamento Intermitente Preventivo nas consultas pré-natais e brigadas móveis	MISAU - DNS	22.c. % de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma dose de TIP dentre as utentes da consulta pré-natal [Programa da Malária]	60%	37.2%
23. Reduzir o risco de transmissão vertical do HIV de mãe para a criança	23.1. % de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses	5%	22%	Aumento do n° de US`s que prestam serviços de PTV	MISAU - DNS	23.a. Nº de US's com PTV expandido [Programa PTV]	250	386 (cumulativo)

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
(pars. 427 & 449)	[Programa PTV]							
24. Reduzir o impacto do HIV/SIDA na população (par. 451)	24.1. % de pessoas elegíveis para o tratamento que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais [Programa HIV/SIDA]	1.5%	39%	Aumento da capacidade Nacional para o diagnóstico e tratamento da SIDA	MISAU - DNS	24.a. Nº de US com capacidade para administrar o TARV [Programa HIV/SIDA]	112	210
					MISAU - DNS	24.b. Nº total de pessoas que beneficiam de TARV (5) [Programa HIV/SIDA]	96420	86000
					MISAU - DNS	24.c. Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico [Programa HIV/SIDA]	11820	
25. Reduzir a taxa de incidência de HIV nos jovens 15 - 24 (6) (par. 449)	25.1 Taxa de prevalência nos jovens de 15-19 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	5.4%	4.2%	Expansão da rede de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) para as US mais periféricas	MISAU - DNS	25.a. Nº de US com SAAJ [Programa SEA]	250	183
	25.2. Taxa de prevalência nos jovens de 20-24 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	13.9%	10.4%	Expansão do número de SAAJ`s com capacidade para oferecer serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde	MISAU - DNS	25.b. Nº de SAAJ`s com serviços ATS [Programa SEA]	90	42
26. Reduzir a iniquidade no acesso e consumo de serviços de saúde de qualidade (par. 103)	26.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%	Reabilitação, refuncionalização e construção das novas US`s na rede primária e secundária	MISAU - GACOPI	26.a. Nº das US`s da rede primária e secundária reabilitadas, refuncionalizadas, promovidas ou construídas [Programa SEA]	105	
	26.2. Rácio de consultas externas por habitante entre os distritos rurais e urbanos (10) [MISAU-DPC]	1; 1,64	1; 1,2	Expansão do acesso aos cuidados de saúde	MISAU - DPC	26.b. Consultas externas por habitante [Balanço do PES]	1.1	
	26.3. % das US`s de nível I e II que funcionam com recursos básicos [Relatório DAM/DPC 2007]	Por definir (11)	Por definir (11)	Formação, colocação e manutenção do pessoal nas US`s de nível I e II, de acordo com o quadro tipo	MISAU - DRH	26.c. % de US`s de nível I e II que funcionam com o quadro tipo de pessoal [Relatório Anual DAM/DPC]	(11)	
				Equipamento das US`s de nível I e II, de acordo com a carga tipo	MISAU - DNS	26.d. % das US`s de nível I e II que obedecem a carga tipo [Relatório Anual DAM/DPC]	(11)	
				Equipamento das US`s de nível I e II com serviços básicos (em particular água e energia)	MISAU - DNS	26.e. % das US`s de nível I e II equipadas com serviços básicos (esp. água e energia) [Relatório Anual DAM/DPC]	30%	

Nota: (1) Uma das grandes preocupações do sector em relação a malária tem sido o facto de que muitas crianças não são tratadas de acordos com as normas de tratamento estabelecidas ao nível nacional, e por isso um dos objectivos do programa da malária é reverter. (2) Taxa de cobertura de partos institucionais em 2005 no texto (par. 426) = 48% o que é o dado disponível na altura em que foi elaborado o texto. O valor actualizado e correcto é 49%. (3) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante

de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS. (4) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector. (5) Esse indicador agrega também o numero de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo. (6) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para para medir a taxa de incidência. (7) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar. (8) Sub-entende-se que são 30 minutos a pé. (9) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados. (10) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007. (11) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
27. Reduzir a taxa de analfabetismo (par. 398)	27.1. Taxa de Analfabetismo [Censo e Inquéritos]	53% (2004)	43%	Implementação da Estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	27.a. N° de adultos que concluem o curso de Alfabetização [MEC]	220000	
28. Garantir a escolarização universal de qualidade (par. 400)	28.1. Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total [Estatísticas MEC]	83%	93%	Construção de escolas a nas comunidades	MEC	28.a. Nº de novas salas construídas para escolas [Estatísticas MEC]	1425 (761 actuliazada)	1600
	28.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	80% (2007: 67%; 2008: 73%)	Recrutamento de professoras	MEC	28.b. % de professoras contratadas anualmente [Estatísticas MEC]	37%	44.98%
	28.3. Taxa de conclusão EP2 - Raparigas [Estatísticas MEC]	28%	50% (2007: 27%; 2008: 40%)	Distribuição do livro escolar EP	MEC	28.c. Livros por aluno e por disciplina [Estatísticas MEC]	1	
				Aumento da proporção de professores com formação pedagógica	MEC	28.d. % de novos professores contratados com formação inicial [Estatísticas MEC]	65%	9186 (numero absoluto)
	28.4. Rácio alunos por professor no EP1 [Estatísticas MEC]	74	67 (2007: 71; 2008: 69)	Contratação de novos professores	MEC	28.e. Nº de novos professores contratados [Estatísticas MEC]	10000	
				Redução de professores a leccionar 2 turnos no EP1	MEC	28.f. % de professores a leccionar 2 turnos no EP1 [Estatísticas MEC]	42%	
	28.5. Taxa bruta de escolarização no ES1 profissionalizante [Estatísticas MEC]	21%	30%	Revisão e implementação da Estratégia do Ensino Secundário	MEC	28.g. Estratégia revista e implementada a partir de 2007 [Estratégia do Ensino Secundário e Balanço do PES sectorial]	X	Foi feito um diagnóstico, envolvendo uma consultoria nacional (UEM) e estão em definição acções de impacto imediato a serem consideradas em 2008

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ÁGUA E SANEAMENTO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
29. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais (par. 455)	29.1. % da população com acesso à água potável (zonas rurais) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	41%	53% ***(48,5% em 2007)***	Construção de novas fontes dispersas	DNA / DPOPH´s	29.a. Nº de novas fontes dispersas construídas [Relatórios anuais das DPOPH]	1055	1529
				Reabilitação das fontes dispersas	DNA / DPOPH´s	29.b. Nº de fontes reabilitadas [Relatórios anuais das DPOPH]	805	913
				Reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's)	DNA / DPOPH´s	29.c. Nº cumulativo de PSAA´s reabilitados [Relatórios anuais das DPOPH]	15	18 e estão em curso obras para reposição/reparação de sistemas que poderão beneficiar 12720 pessoas
30. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas urbanas (par. 455)	30.1. % da população com acesso à água potável (zonas urbanas) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	37%	53% ***(40% em 2007)***	Estabelecimento de novas ligações domésticas	DNA / FIPAG	30.a. Nº de ligações domiciliárias estabelecidas [Relatórios anuais do FIPAG]	2500	8502
				Reabilitação dos fontanários existentes	DNA / FIPAG	30.b. Nº de fontanários públicos reabilitados [Relatórios anuais do FIPAG]	45	47
				Construção de novos fontanários	DNA / FIPAG	30.c. Nº de fontanários públicos construídos [Relatórios anuais do FIPAG]	105	169
31. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas urbanas (par. 455)	31.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas urbanas) [IDS]	38%	40%	Reabilitação do sistema de saneamento nas zonas peri-urbanas	DNA / Municípios	31.b. Nº de latrinas melhoradas [Relatórios anuais da DNA]	10200	9645
32. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas rurais (par. 455)	32.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas rurais) [Inquéritos realizados pelo INE]	35%	37% ***(39% em 2007)***	Elaboração e implementação dos guiões técnico, social e institucional	DNA	32.b. Nº cumulativo de províncias com unidades de demonstração [Unidades de demonstração]	3	

PILAR II – CAPITAL HUMANO – HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
33. Assegurar o acesso a terra e infra-estruturas para habitação através da implementação de programas de urbanização	33.1. Nº de agregados sem talhão para habitação [IAF/QUIBB]	20%	18%	Apoio técnico aos órgãos locais na implementação de planos parciais de ordenamento do solo	MOPH	33.a. Nº de órgãos locais assistidos em acções de ordenamento do solo [Relatórios Anuais da DNHU]	22	
						33.b. Nº de talhões demarcados [Relatórios Anuais da DNHU]	13482 (29207 actualizada)	29587

PILAR II – CAPITAL HUMANO – HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
(par. 477)								
34. Garantir a durabilidade da habitação através da implementação de programas de melhoramento habitacional (Par.479)	34.1. % de famílias com acesso a habitação adequada [IAF/QUIBB]	40%	50%	Apoio da instalação de centros de recursos para construção habitacional, incluindo formação de extensionistas rurais	DNHU / DPOPHs	34.a. Nº de centros instalados [Relatórios Anuais da DNHU]	2	2 (Inhambane e Nampula)
						34.b. Nº de extensionistas formados [Relatórios Anuais DNHU]	24	

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
35. Proteger e atender os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) (pars. 463, 465, 467 e 469)	35.1. Nº de pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiando dos programas de Protecção Social [Relatórios periódicos do PES/OE com dados desagregados por Programa e Grupo Alvo]	N/d	851337 (Cumulativo, 2006 - 2009)	Implementação e expansão dos programas de Protecção Social (Apoio Social Directo, Subsidio de Alimentos, Beneficio Social Pelo Trabalho, Programa de Geração de Rendimentos, Programa de assistência institucional à Criança, pessoa Idosa e Pessoa portadora de deficiência)	DPMAS / INAS	35.a. Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social [Relatórios periódicos do PES com dados desagregados por programa e grupo alvo]	120437	166232
	35.2. Nº de crianças vulneráveis recebendo assistência [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	1784	Localização e integração das crianças em situação de vulnerabilidade junto das suas famílias ou em famílias substitutas	DPMAS / INAS / OSCs	35.b. Nº de crianças reintegradas em famílias [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	250	3121
		10%	30%	Prestação de assistência às crianças e famílias que integram crianças em situação de vulnerabilidade.	DPMAS / INAS	35.c. % de Crianças recebendo assistência: Saúde, Educação, Apoio Legal (registo de nascimento), Apoio Financeiro, Apoio psicossocial, Apoio Alimentar e Nutricional [Relatórios anuais de MMAS]	20%	
	35.3. Nº de pessoas portadoras de deficiência vulneráveis recebendo assistência em meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	8485	Atribuição de meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência sem recursos próprios para adquiri-los	DPMAS / INAS / OSCs	35.d. Nº de pessoas portadoras de deficiência que foram atribuídas meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1650	
	35.4. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Periódicos do PES/OE - MMAS]	597	2127	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em centros de transito.	MMAS / INAS	35.e. Nº pessoas portadoras de deficiência atendidas em centros de trânsito [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	380	188
		242	2172	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em instituições de ensino especial.	DPMAS / INAS / DPEC	35.f. Nº de pessoas portadoras de deficiência atendidas em instituições de ensino especial	470	350

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
						[Relatórios periódicos do PES - MMAS]		
		858	3178	Atendimento às pessoas idosas em centros de apoio à velhice	DPMAS / INAS / OSCs	35.g. Nº de pessoas idosas atendidas em centros de apoio à velhice [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	600	
		2190	9290	Atendimento às crianças desamparadas em infantários	DPMAS / INAS / OSCs	35.h. Nº de crianças desamparadas atendidas em infantários [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1800	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR FINANCEIRO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
36. Reforçar a regulamentação e supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras e crimes financeiros (par. 500)	36.1 Credito ao sector privado como % do PIB [BM]	13,9%		Inspecção on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM	BM	36.a. % dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS [BM]	100%	100%
	36.2. Evitado o uso do sistema bancário para transacções ilícitas; um sistema bancário transparente com elevada responsabilidade e deontologia [BM]	Existência da Lei 7/2002 - sobre a lavagem de dinheiro	Ocorrência de transacções ilegais através do sistema financeiro minimizada	Controlo eficaz dos limites reguladores (cf. Lei Cambial) bem como o propósito e objectivo dos fundos a serem transferidos nas transacções	BM	36.b. Controlo dos limites e finalidades das transacções financeiras conforme fixado na Lei [BM]	X	
				Elaboração dos procedimentos de inspecção virados para lavagem de dinheiro e medidas adequadas tomadas com base nos relatórios de inspecção	BM	36.c. Aprovação e implementação dos procedimentos [BM]	Aprovação de procedimentos	
37. Melhorar o sector de seguros e protecção social (par. 503)	37.1. Sector de seguros competitivo, transparente e que cumpra com os padrões internacionais [IGS]	Diplomas legais a serem aprovados	Aprovados todos os diplomas legais previstos na Matriz	Elaboração de: Regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas (Particulares), propostas de lei de contrato de seguro; Revisão do regime de garantias financeiras e elaboração de um plano de transição para os IRFS.	IGS	37.a. Submissão ao Conselho de Ministros / Parlamento [Publicações em BR]	Revisão do regime de garantias financeiras. Regulamento sobre os fundos de pensõe	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR FINANCEIRO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realiza do
							s privado s	
	37.2. Sustentabilidade do sistema de segurança social garantida [INSS]	Concurso para a selecção dos consultore s para a realização do estudo actuarial e fortalecime nto do sistema	Lei de protecção social implementada	Realização do estudo actuarial e desenho da estratégia de investimentos e elaboração de diplomas regulamentares	INSS	37.b. Estudo concluído estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas. Relatório do estudo actuarial periódicos e de avaliação do grau de implementação. [INSS]	Realiza ção do estudo actuaria l e elabora ção da estratég ia de investim ento	
				Alargamento da Cobertura a outras categorias de trabalhadores (âmbito pessoal) e do leque de benefícios (âmbito material)	INSS / MITRAB	37.c. % de crescimento em termos de nº de novos trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança do leque de benefícios [Relatório Anual do INSS]	14.20%	42752 novos benefici arios (núme ro absolut o)

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respo n -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realiza do
38. Melhorar o ambiente de negócios (par. 495)	38.1. Doing Business Ranking [Relatório Anual do Banco Mundial]	110	70	Simplificação dos procedimentos para se começar um negócio	MINJ / MIC	38.a. Nº de dias para se começar um negócio [Relatório Anual do Banco Mundial "Doing Business Annual Report"]	60	
				Simplificação do sistema de procedimentos de licenciamento de actividades económicas nos Ministérios	MIC (Grupo Inter-Minister ial)	38.b. % de procedimentos simplificados [MIC - GASP e Grupo Interministerial]	50%	
				Adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com a s necessidades do sector privado	INNOQ / Sector Privado	38.d. Normas aprovadas [INNOQ]	48	36
				Simplificação dos procedimentos para fazer uma importação e exportação	CSTA / Banca /	38.e. Nº de dias [Doing Business]	25	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
					Ministérios / IPEX			
39. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	39.1. Nº de empregados no sector formal [MITRAB]	570000	900000	Aprovação e implementação duma Lei de trabalho flexível	MITRAB	39.a. Custo da contratação e despedimento dos trabalhadores* [Doing Business Posição]	80	
40. Aumentar a participação do empresariado nacional no sector de Recursos Minerais (par. 550)	40.1. Nº de operadores privados nacionais no sector mineiro [MIREM]	390	1000	Realização de estudos geológicos	MIREM	40.a. Nº de estudos [MIREM]		Realizados estudos em Tete, Manica, Niassa e Cabo Delgado
				Formação de operadores mineiros nacionais	MIREM	40.b. Nº cumulativo de operadores mineiros nacionais treinados [MIREM]	17	Treinadas associações em técnicas de extracção e processamento de ouro de Manica e Nampula
				Aumento do numero de contratos	MIREM	40.c. Nº cumulativo de contratos negociados de novos blocos [MIREM]	8	3 (não cumulativo)
41. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial (par. 547)	41.1. Nº de noites passadas em Moçambique [MITUR]	N/d		Promoção de negócios locais através de concessão de fundos locais, demarcação de terras comunitárias, estabelecimentos de infra-estruturas mínimas e mecanismos de gestão	MITUR	41.a. % de empresas locais nas principais áreas do turismo	Estabelecimento de infra-estruturas nas ACTF's. (30%). Demarcação (5%)	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
				Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do pais	MITUR / MICOA	41.b. Reabilitada e reorganizadas [MITUR/MICOA]	X	Em processo
42. Pesca Artesanal: Melhorar o nível de vida das comunidades pesqueiras e gerir a exploração sustentável dos recursos (par. 542)	42.1. Nível de abastecimento do mercado interno com o pescado nacional em toneladas [IDPPE]	100 mil	115 mil	Criação e/ou reabilitação das infra-estruturas de apoio	IDPPE	42.a. Nº de fábricas de gelo construídas [IDPPE]	1	1
					IDPPE	42.b. Nº de desembarcadouros construídos [IDPPE]	1	
43. Pesca Comercial: Melhorar a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial (par. 544)	43.1. Valor das exportações em milhões de USD [IDPPE]	90	115	Experiência e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	43.a. Centros de pesca cobertos com a rede de extensão pesqueira [IDPPE]	25	
				Incentivo a distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.b. Mercados de peixe construídos /reabilitados [IDPPE]	1	
				Disseminação de informação sobre os mercados de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.c. Divulgada informação comercial expandida dos actuais 13 distritos para 25 [IDPPE]	19	
				Expansão das áreas de aquacultura (camarão e algas)	MP - DAQ / Sector privado	43.d. O volume das exportações de aquacultura comercial crescendo das actuais 630 para 2,000 toneladas anuais [IDPPE]	1000	
44. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Formações viradas para o auto-emprego	MITRAB	44.a. Nº de formados cada ano [MITRAB]	2500	

Nota: *Depende da aprovação da lei.

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
45. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão (par. 531)	45.1. % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG - Extensão Agrária	45.a. N° cumulativo total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL]	222300	285361
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecologicas	MINAG - IIAM (Investigação)	45.b. N° de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	4
46. Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas	46.1. % de explorações agrárias que usam técnicas de rega	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrário	MINAG - Serviço	46.a. N° de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários	4000	3520

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
agrárias (par. 531)	[TIA]				s Agrários	[REL]		
47. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários (p. 531)	47.1. % de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG - Autoridade veterinária	47.a. N° cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	2700000	2663957
48. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários (par. 531)	48.1. % de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG - Direcção de Economia	48.a. Nº cumulativo de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	173	191 (não cumulativo)
	48.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	MINAG - Serviços Agrários	48.b. Nº cumulativo de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing [REL]	2700	2450 (não cumulativo)
49. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor (par. 531)	49.1. Valor das exportações agrárias caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95.5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG - Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC - INNOQ	49.a. Nº de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos [REL]	3000	3671
50. Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável (par. 533)	50.1. % de explorações agrárias com prova documental de ocupação [MINAG]	1.20%	1.70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG - Terras e Florestas	50.a. % de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	90%	38% (sem Gaza, Niassa e Maputo)
						50.b. Nº de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	220	48 delimitações comunitárias, 236 demarcações e

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
								1011 consultas comunitárias
51. Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais (par. 533)	51.1. Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG - Terras e Florestas	51.a. Área média coberta por fiscal [REL]	1128	533 parcelas de terra com DUAT (total, não por fiscal)

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ESTRADAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
52. Melhorar a transitabilidade (par. 570)	52.1. % de estradas em condições boas e razoáveis* [Relatório da ANE]	71%	78% (2007: 76%; 2008: 77%)	Reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas	MOPH	52.a. % de Km de estradas [Relatório da ANE]	76%	70%

Nota: * Boa condição = pode circular a 80km/h em segurança; condição razoável = pode circular a 40-50km/h em segurança.

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
53. Melhoramento da produtividade no sector de energia	53.1. Redução de Perdas de Distribuição [ME]	Falta dum sistema de monitorização	Um sistema de monitorização eficaz incluindo recursos alocados	Elaboração: de plano operacional, do regulamento e programas de monitoria aos operadores (CENELEC operacional)	CENELEC / ME	53.a. Relatórios sobre a eficiência dos operadores do sector e avaliação do CENELEC [ME]	Avaliação do cumprimento do contrato de EDM pelo CENELEC	
54. Expansão dos serviços de energia para	54.1 % de pessoas com acesso sustentável aos	7%	10%	Expansão da rede nacional	EDM / ME	54.a. Nº de novas pessoas conectadas à rede	400000	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
uso doméstico	serviços de energia moderna [ME]					[ME]		92145 (novas ligações)
55. Expansão dos serviços de energia para saúde e educação	55.1. Nº de novas instituições com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede [ME]	Projectado Piloto, lançado o concurso para implementação do projecto	500	Analise da estrutura tarifaria existente, subsídios, politicas e opções com vista a promoção do interesse dos investidores, redução de custos e implementação dum sistema de manutenção	FUNAE / ME	55.a. Nº de hospitais e escolas que possuem acesso aos serviços de energia moderna, e com contratos de manutenção para os sistemas isoladas [ME]	300	

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – GÉNERO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
56. Promover a igualdade de Género e fortalecimento do poder da mulher (pars. 192 e 193)	56.1. Género integrado no processo de planificação [PES, BdPES]	0%	100%	Inclusão no PES/OE e BdPES dos assuntos de género identificados no PARPA	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS e MPD)	56.d. PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género. [BdPES/OE sectorial e avaliação conjunta do MMAS]	MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH e MPD.	MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOP,MPD e MICOA

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – HIV/SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
57. Reforçar as capacidades de gestão e de coordenação e envolver toda a sociedade no combate ao epidemia (par. 200)	57.1. Índice Compósito da resposta nacional [Sistema de M&A da Resposta Nacional]	82%	95%	Apoio aos sectores a elaborar e implementar planos de combate ao HIV/SIDA dentro do sector	CNCS	57.a. % das OSC e instituições do sector público e privado formadas na gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA [Dados do CNCS]	55%	
58. Reduzir o Estigma e Descriminação ligados ao HIV/SIDA	58.1. % de pessoas de 15 a 49 anos que expressam aceitar atitudes para com pessoas vivendo com HIV/SIDA [INE/IDS]	8% das mulheres (entre 15 e 49 anos) e 16% dos homens (entre 15 e	60%	Implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS	CNCS	58.a. Estratégia implementada [Relatórios do CNCS]	X	X

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – HIV/SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
		49 anos)						
59. Prevenir a transmissão do HIV (pars. 193 & 449)	59.1. % de jovens de 15 a 24 anos que são sexualmente activos reportam ter usado preservativo no ultimo contacto sexual com um parceiro irregular [INE/IDS]	29% mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) e 32% dos homens jovens (entre 15 e 24 anos)	60%	Distribuição de preservativos, implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS e expansão dos serviços de prevenção da transmissão vertical	CNCS/MISAU	59.a. % (e número) de mulheres grávidas HIV positiva que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho [MISAU]	13% (22500)	Receberam profilaxia com Niverapina 16800 grávidas e biterapia profilática 24320 e iniciaram TARV 3647
60. Melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas e afectadas (par. 200)	60.1. Rácio de crianças órfãs (6 - 17 anos) e não órfãs no ensino escolar [Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)]	0.8	1	Garantia de suporte material, nutricional, moral, psicossocial aos COV`s	CNCS / MMAS	60.a. % de COV`s abrangidos pelo Plano de Acção para as COV`s com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores [MMAS]	20%	Atendidas 9800 crianças em situação difícil

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	66.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	26	17 (não cumulativo)
				Elaboração de Planos de Requalificação dos assentamentos informais nas cidades de Maputo, Tete e Xai-Xai;	MICOA	61.c. Número cumulativo de plano de requalificação urbana elaborados, aprovados e em implementação [Balanço do PES Sectorial]	2	0
62. Assegurar a transversalidade da gestão ambiental no país	62.1. Integração das questões ambientais nos sectores chave da	Ambiente integra	Ambiente totalmente	Aprovação e divulgação da Estratégia Ambiental para Desenvolvimento Sustentável (EADS)	MICOA / Sectores / Municípios /	62.b. Nº de unidades ambientais criadas [Balanço do PES Sectorial]	13	Iniciado trabalho de diagnóstico

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
(par. 209)	economia e municípios [Balanço do PES sectorial]	do em alguns sectores	integrado em todos os sectores chave da economia e municípios		Sociedade Civil			do funcionamento das 5 unidades existentes bem como as oportunidades para a criação de mais unidades

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
63. Garantir que todos os cidadãos tenham a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável (par. 210)	63.1. Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda) [IAF/IDS]	4%	taxa estável entre 0-5%	Monitoria e avaliação da SAN crónica e aguda; recomendar sectores sobre acções prioritárias de SAN	SETSAN	63.a. SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e mulitissectoriais (PES,PEDD) - plano de acção segurança alimentar e nutricional (PASAN) [SETSAN]	X	
	63.2. % de população com qualidade de dieta aceitável [Dados do SETSAN]	7%	15%					
64. Estruturar uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente (par. 218)	64.1. SETSAN eficiente e eficaz no cumprimento das funções [Balanço do Cumprimento do Plano Estratégico]	Falta de eficiência, sobretudo nas províncias	Eficiente e eficaz	Elaboração e aprovação de um quadro legal do SETSAN a nível nacional	SETSAN, Conselho de Ministros	64.a. Elaborado e aprovado [Boletim da Republica]	X	Elaborada proposta para discussão
				Lei e Regulamento para Direito Humano para uma Alimentação Adequada (DHAA) submetida pela aprovação da AR	SETSAN	64.b. Regulamento submetido [Regulamento de Lei DHAA]	X	

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
65. Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos a todos os níveis nas áreas de Ciência e Tecnologia (par. 224)	65.1. Nº de moçambicanos em formação nos graus de mestre e doutorado nos domínios de ciência e tecnologia [Balanço do PES Sectorial]	660	1715	Concessão de Bolsas para mestrados e doutorados	MCT	65.a. Nº cumulativo de moçambicanos enviados para formação avançada em C&T [Balanço do PES Sectorial]	1187	40 (não cumulativo)

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
66. Promover a investigação e inovação de subsistência e o uso de C&T pelas comunidades pobres e desfavorecidas (par. 220)	66.1. Nº de comunidades capacitadas no uso de Tecnologias apropriadas para resolução de problemas locais. [Balanço do PES Sectorial]	8	32	Organização de expedições científicas às zonas zonas rurais	MCT	66.a. Nº cumulativo de comunidades visitadas por ano [Balanço do PES Sectorial]	24	15 (não cumulativo)
67. Promover o uso das TIC`s para a redução da pobreza e crescimento económico (par. 227)	67.1. População (rural e urbana) com acesso e conhecimento básicos em Tecnologias de Informação e Comunicação [Balanço do PES Sectorial]	8.40%	22%	Expansão de rede de Governo Electrónico	MCT	67.a. Nº cumulativo de instituições do Estado ligado a rede de Governo Electrónico no nível central [Balanço do PES Sectorial]	70	23 (não cumulativo)
					MCT	67.b. Nº cumulativo de instituições do Estado ligados a rede do Governo ao nível provincial [Balanço do PES Sectorial]	250	53 (não cumulativo)
					MCT	67.c. Nº cumulativo de instituições do Estado para rede de Governo Electrónico ao nível municipal e distrital [Balanço do PES Sectorial]	50	1 CM Nampula (não cumulativo)
				Expansão de rede de pontos de acesso a Internet	MCT	67.d. Nº cumulativo de distritos com pontos de acesso a Internet para as comunidades [Balanço do PES Sectorial]	32	
				Implementação da estratégia do acesso Universal às TIC's	MCT	67.e. % cumulativa de utilizadores de rede móvel e fixa [Balanço do PES Sectorial]	13.10%	

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
68. Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)	68.1 Renda média rural per capita [Relatórios de monitoria da EDR-IAF]*a negociar com o INE	USD 263	USD 310	Coordenação do processo de implementação das Agências de Desenvolvimento Económico Local	MPD - DNPDR	68.a. Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e financeiro Local em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	8	
				Expansão a todo o país da experiência do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA)	MPD - DNPDR	68.b. Nº cumulativo de províncias com um Programa de Apoio a Mercados Agrícolas [Relatórios monitoria DNPDR, PAMA]	8	
				Facilitação do registo das associações agro-pecuárias	MPD - DNPDR	68.c. Nº cumulativo de associações legalizadas em funcionamento sustentável [Relatórios monitoria DNPDR]	50	

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
				Promoção da Comunicação Rural	MPD - DNPDR / ICS - RM	68.d. Nº cumulativo de rádios e televisões comunitárias em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	16	
69. Criar um ambiente favorável para o exercício da actividade financeira rural (par. 235)	69.1. % da população rural com acesso ao crédito [Relatórios monitoria DNPDR]	5%		Aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais	MPD - DNPDR / FARE	69.a. Nº cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	35	
				Divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes	MPD - DNPDR / FARE	69.b. Nº cumulativo de clientes de instituições micro financeiras [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	125000	

Nota: *Número de instituições financeiras rurais que adoptam a política e estratégia de finanças rurais.

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CALAMIDADES

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
70. Reduzir o impacto negativo das calamidades (par. 244)	70.1. Nº de pessoas assistidas pela UNAPROC [Balanço do PES]	0		Estabelecimento duma Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)	INGC / MINT / MDN / MISAU / CVM	70.a. Nº de centros de treino e de busca e socorro criados [Balanço do PES]	2	
						70.b. Nº de membros da UNAPROC formados [Balanço do PES]		

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESMINAGEM

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon -sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
71. Assegurar maior liberdade de circulação humana e disponibilidade de terra para sua utilização (par. 251)	71.1. Aumento de áreas clarificadas ou desminadas [Dados do IND]	30 milhões de m2	50 milhões de m2	Redução da área suspeita	IND	71.a. Área cumulativa suspeito, milhões m2 [Dados do IND]	86	266 (não cumulativo)
				Coordenação das actividades de desminagem e da destruição dos engenhos não explodidos localizados	IND	71.b. Área cumulativa clarificada, milhões de m² [Dados do IND]	30	32 campos (não cyumulativo)